



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG**

MARIA MESSIAS FERREIRA LIMA

**DESENVOLVIMENTO RURAL *DESIGUAL E COMBINADO* NO ESPAÇO
AGRÁRIO CEARENSE**

**Elementos para autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar
camponesa nas áreas de assentamentos rurais**

JOÃO PESSOA – PB

2020

MARIA MESSIAS FERREIRA LIMA

**DESENVOLVIMENTO RURAL *DESIGUAL E COMBINADO* NO ESPAÇO
AGRÁRIO CEARENSE**

Elementos para a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura
familiar camponesa nas áreas de assentamentos rurais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: Espaço e Trabalho.

Orientação: Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732d Lima, Maria Messias Ferreira.

Desenvolvimento rural desigual e combinado no espaço agrário cearense: elementos para autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa nas áreas de assentamentos rurais / Maria Messias Ferreira Lima. - João Pessoa, 2020.

268 f.

Orientação: Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Desenvolvimento rural. 2. Assentamentos rurais. 3. Semiárido cearense. I. Moreira, Emília de Rodat Fernandes. II. Título.

UFPB/BC

**DESENVOLVIMENTO RURAL *DESIGUAL E COMBINADO* NO
ESPAÇO AGRÁRIO CEARENSE: elementos para a autonomia,
subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa nas áreas
de assentamentos rurais**

Por

Maria Messias Ferreira Lima

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia
do CCEN/UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em
Geografia

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Professora. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira
(PPGG/UFPB) – Orientadora



Professor Dr. Ivan Targino Moreira
(PPGG/UFPB) – Examinador Interno



Dra. Maria Franco Garcia
(PPGG/UFPB) – Examinador Interno



Professora Dra. Avaní Terezinha Gonçalves Torres
UFRPE/UAST – Examinador Externo



Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
UFG – Examinador Externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

DEDICO

À Josefa Ferreira Lima e José Pereira de Lima, meus PAIS,
referência para tudo que sou.

À Guilherme Ferreira de Souza, meu FILHO,
que me nutre diariamente de força, FÉ e esperança de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Em todas as fases da minha vida, fui agraciada com valorosas contribuições e oportunidades de aprendizado e amadurecimento pessoal e profissional. Esta fase do doutoramento não foi diferente, muitos desafios foram superados, desde a seleção até a defesa da tese, por isso quero registrar o meu agradecimento a aqueles que diretamente contribuíram para esta realização. Agradeço a Universidade Regional do Cariri – URCA e ao Departamento de Economia pela liberação por quatro anos das minhas atividades para o meu doutoramento na Universidade Federal da Paraíba, na qual tive a honra de ter como orientadora a professora Emília Moreira, a qual sou grata pela orientação, apoio, ensinamentos e a experiência de conviver com uma intelectual orgânica que nos prepara para o pós-tese, promovendo um despertar para uma consciência crítica e um agir propositivo do conhecimento sobre a formação social da sociedade. Ampliou minha percepção sobre quem sou. Sou economista, optei por cursar o doutorado em uma outra área, que me capacitasse para a compreensão da questão agrária e sua importância para o desenvolvimento do nosso país e, em especial o estado do Ceará. Assim, a opção por uma formação horizontal no doutoramento me permitiu uma visão mais ampla, mais crítica, mais próxima da realidade que vivemos e pretendemos contribuir positivamente para sua transformação nas suas múltiplas dimensões. Essa perspectiva ganhou forma para mim quando não optei por uma formação verticalizada, mas sim horizontal. Dialogar com outras ciências tornou-se imprescindível. A minha gratidão a todos que contribuíram para essa rica experiência. Quero agradecer de forma muito especial ao meu amigo Ericson Torres, companheiro de turma e irmão de orientação. Ericson, obrigada pela forma gentil e acolhedora que me recebeu em João Pessoa, posso dizer que caminhamos juntos e sem sua calorosa e carinhosa amizade tudo teria sido terrivelmente difícil. Durante esse processo rimos e nos angustiamos juntos, tudo compartilhado até o final. Agradeço aos professores e professoras do PPGG, em especial à Emília Moreira, Ivan Targino, Marco Mitidiero, Carlos Augusto, Josias de Castro, Anieres Barbosa e Maria Franco. Agradeço às contribuições valorosas da profa. Avani Torres da UFRPE e do prof. Marcelo Mendonça da UFG. Agradeço de forma muito carinhosa a Sônia, que sempre atendeu às nossas demandas com simpatia e humanidade na Secretaria do PPGG. Obrigada aos colegas de turma que

me proporcionaram uma convivência harmoniosa durante essa jornada. Agradeço aos membros do GETEC, pelos encontros à tarde, com ricas discussões e compartilhamento de experiências e visões de mundo. Agradeço aos assentados por me receberem e permitirem o acesso as suas histórias de luta e de vida, contribuindo para que suas experiências sejam registradas na historiografia da formação do espaço agrário cearense e que sirvam de inspiração para uma visão mais ampla da importância de se discutir a posse e uso da terra, como um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento do país. Agradeço aos assentados que participaram da pesquisa, pelo seu tempo e paciência, parando gentilmente com seus afazeres para me receber e contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço especialmente ao Damião e o sr. Chico Ladeira do assentamento: Acoci, Irmã Marta e sr. Maurício do assentamento Califórnia, sr Tota e sr. Everaldo do assentamento Monte Castelo, ao sr. Francisco Medeiros (Chico Deca) do assentamento Xavier, sr. Zé Maria do assentamento Armadores e Toninho, do assentamento Ipueirinhas. Agradeço ao prof. Luís Abel pelo apoio, estímulo e presença constante, antes e durante o processo de doutoramento. O meu especial agradecimento a minha amiga, comadre e cunhada Maria José, pelo apoio, carinho e cuidado de sempre para comigo e meu filho. Agradeço ao meu irmão Eivaldo que me acompanhou em todas as viagens de campo, possibilitando o suporte necessário para a realização da pesquisa. Agradeço de todo meu coração ao meu filho Guilherme, que em 2015, quando iniciei o doutorado, ainda era um pequeno guerreiro que me acompanhou e me guiou bravamente nessa jornada.

Á DEUS, por me conduzir até aqui.

**“Eu quero desaprender para aprender de novo.
Raspar as tintas com que me pintaram.
Desencaixotar emoções, recuperar sentidos”**

Rubem Alves

RESUMO

Os debates travados na contemporaneidade sobre o destino e principalmente as funções do rural no processo de expansão do capitalismo têm influenciado a condução das políticas públicas para o setor. Tais debates estão eminentemente focados em propor medidas para reduzir a pobreza rural sem, contudo, contemplar uma política agrária efetiva. Nesse sentido, a permanência de unidades de produção de base camponesa apresenta aparentemente uma infinita dualidade entre modo de produção capitalista e campesinato. Nesse contexto, a tese defendida nessa pesquisa é que a política de desenvolvimento territorial rural implementada no Brasil entre 2003 e 2014 veio para criar condições favoráveis para a reprodução ampliada do capital e a expansão das relações capitalistas no campo, criando elementos que subordinam e/ou excluem o agricultor familiar camponês à dinâmica de mercado, isto é, ao processo de produção e acumulação de capital, revelando assim o seu caráter *desigual e combinado*. Desse modo, a problemática da pesquisa consiste em investigar as relações de (re)produção do espaço agrário cearense a partir da mundialização do capital sob a égide do desenvolvimento rural (DR), identificando os elementos de autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa (AFC) a esse processo. O estudo proposto tem como recorte geográfico os territórios de identidade do semiárido cearense, e como objeto de investigação os assentamentos rurais federais inseridos nesses territórios, de acordo com a divisão administrativa do Estado. Para a escolha do objeto de investigação, foram considerados quatro critérios: a) assentamentos do INCRA, consolidados; b) localizados no semiárido; c) Inseridos no projeto Territórios da Cidadania e; d) com menor idade. Considerando os critérios definidos para a determinação do objeto de estudo, obtemos uma população de 575 famílias assentadas. Através do cálculo para amostras estratificadas chegamos a uma amostra de 146 famílias, distribuídas em 06 (seis) assentamentos. Após a coleta, os dados foram tabulados e utilizados para o cálculo do índice de desenvolvimento rural sustentável (IDRS). Dado o caráter da pesquisa, descritiva e explicativa, o materialismo histórico-dialético foi o método de análise utilizado para compreender o processo de organização das forças produtivas, considerando estas como determinantes para a produção do espaço social no campo. Nesse contexto, a pesquisa permitiu inferir a seguinte conclusão: a política de DTR se constituiu em um fator de ampliação das relações capitalistas de produção no espaço agrário, criando elementos que primeiramente subordinam o agricultor familiar camponês às relações capitalistas e, posteriormente, os excluem das possibilidades reais de um desenvolvimento rural sustentável. Os elementos originados reproduzem à lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Assentamentos rurais. Semiárido cearense.

ABSTRACT

The contemporary debates about the destiny and especially the rural functions in the capitalism process expansion have influenced the public policies conduction for the sector. Such debates are eminently focused on proposing measures to reduce rural poverty without, however, contemplating an effective agrarian policy. In this sense, the permanence of peasant-based production units apparently has an infinite duality between capitalist mode and peasantry. In this context, the defended thesis in this research is which the rural territorial development policy implemented in Brazil between 2003 and 2014 came to create favorable conditions for the capital expanded reproduction and the expansion of capitalist relations in the countryside, creating elements which subordinate and / or exclude the peasant family farmer from the market dynamics, which is, from the process of capital production and accumulation, thus revealing their unequal and combined character. Thus, the research problem is to investigate the relations of Ceará agrarian space (re)production from the capital globalization under the aegis of rural development (DR), identifying the exclusion elements, subordination and autonomy of peasant family agriculture (AFC) to this process. The proposed study has as a geographical outline the territories of identity from the Ceará semi-arid, and as object of investigation the federal rural settlements inserted in these territories, according to the administrative Division State. To choose the object of investigation, four criteria were considered: a) INCRA settlements consolidated; b) located in the semi-arid; c) inserted in the project Territories of Citizenship and; d) underage. Considering the criteria defined for the determination of the study object, we obtained a population of 575 settled families. Through the calculation for stratified samples we reached a sample of 146 families, distributed in 06 (six) settlements. After collection, the data were tabulated and used to calculate the sustainable rural development index (IDRS). Given the character of the research, descriptive and explanatory, historical-dialectical materialism was the analysis method used to understand the productive forces organization process, considering them as determinants for the social space production in the field. In this context, the research made it possible to infer the following conclusion: the DTR policy was a factor of expansion of the capitalist production relations in the agrarian space, creating elements that first subordinate the peasant family farmer to the capitalist relations and, later, exclude them from the real possibilities for sustainable rural development. The originated elements reproduce the uneven logic and combined capital development.

Keywords: Rural development. Rural settlements. Ceará semi-arid.

RESUMEN

Los debates contemporáneos sobre el destino y especialmente las funciones rurales en el proceso de expansión del capitalismo han influido en la conducción de políticas públicas para el sector. Tales debates se centran eminentemente en proponer medidas para reducir la pobreza rural sin contemplar, sin embargo, una política agraria efectiva. En este sentido, la permanencia de las unidades de producción basadas en los campesinos aparentemente tiene una dualidad infinita entre el modo de producción capitalista y el campesinado. En este contexto, la tesis defendida en esta investigación es que la política de desarrollo territorial rural implementada en Brasil entre 2003 y 2014 llegó a crear condiciones favorables para la reproducción ampliada del capital y la expansión de las relaciones capitalistas en el campo, creando elementos que subordinan y/o excluyen al agricultor familiar campesino de la dinámica del mercado, es decir, del proceso de producción y acumulación de capital, revelando así su carácter *desigual y combinado*. Así, el problema de la investigación consiste en investigar las relaciones de (re)producción del espacio agrario de Ceará a partir de la globalización del capital bajo los auspicios del desarrollo rural (DR), identificando los elementos de exclusión, subordinación y autonomía de la agricultura familiar campesina. (AFC) a este proceso. El estudio propuesto tiene como corte geográfico los territorios de identidad del semiárido de Ceará, y como objeto de investigación los asentamientos rurales federales insertados en estos territorios, según la división administrativa del Estado. Para elegir el objeto de investigación, se consideraron cuatro criterios: a) asentamientos INCRA, consolidados; b) ubicados en el semiárido; c) insertados en el proyecto Territorios de la Ciudadanía y; d) con menor de edad. Considerando los criterios definidos para la determinación del objeto de estudio, obtenemos una población de 575 familias asentadas. A través del cálculo de muestras estratificadas, llegamos a una muestra de 146 familias, distribuidas en 06 (seis) asentamientos. Después de la recolección, los datos se tabularon y se utilizaron para calcular el índice de desarrollo rural sostenible (IDRS). Dado el carácter de la investigación, descriptiva y explicativa, el materialismo histórico-dialéctico fue el método de análisis utilizado para comprender el proceso de organización de las fuerzas productivas, considerándolos como determinantes para la producción del espacio social en el campo. En este contexto, la investigación permitió inferir la siguiente conclusión: la política de DTR se constituyó en un factor de expansión de las relaciones capitalistas de producción en el espacio agrario, creando elementos que primero subordinan el agricultor familiar campesino a las relaciones capitalistas y, más tarde, lo excluyen de las posibilidades reales de un desarrollo rural sostenible. Los elementos originados reproducen la lógica del desarrollo desigual y combinado del capital.

Palabras clave: Desarrollo rural. Asentamientos rurales. Semiárido de Ceará.

LISTA DE MAPAS

Nº	Título	Pág.
01	Recorte geográfico do campo da pesquisa	25
02	Território Cariri e a (re)criação da AFC no Assentamento Acoci...	150
03	Território Sertão Central e a (re)criação da AFC nos assentamentos Califórnia e Monte Castelo.....	160
04	Território Sertões de Canindé e a (re)criação da AFC no Assentamento Armadores.....	177
05	Território Sobral e a (re)criação da AFC no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri.....	180
06	Território Inhamuns/Crateús e a (re)criação da AFC no Assentamento Xavier.....	190

LISTA DE TABELAS

Nº	Título	Pág.
01	Amostra estratificada dos assentamentos pesquisados no semiárido cearense	27
02	Referências para avaliação do nível de DRS.....	32
03	Estabelecimentos agropecuários no espaço cearense – 2006....	131
04	Distribuição do número de estabelecimentos segundo grupos de área total: Ceará 2006.....	132
05	Estabelecimentos agropecuários e área ocupada, segundo a condição do produtor – 2006.....	133
06	Participação da agricultura familiar cearense na produção agropecuária: produtos em destaque - 2006	136
07	Os espaços recriados no semiárido cearense: principais características dos assentamentos (%)	200
08	Nível de DRS para os territórios de identidade: uma análise a partir das áreas de assentamentos	203

LISTA DE QUADROS

Nº	Título	Pág.
01	Condicionalidades para o DRS: análise multidimensional.....	30
02	Caracterização dos municípios cearenses de acordo com a tipologia urbano e rural – 2010.....	141
03	Elementos que possibilitam a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense.....	221
04	Elementos presentes nas áreas de assentamentos rurais que contribuem para autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense.....	227

LISTA DE FIGURAS

Nº	Título	Pág.
01	Diagrama representativo das dimensões do DRS.....	29
02	Trecho da estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Acoci.....	151
03	Sede da antiga Fazenda Acoci.....	152
04	Cisterna de placas: Assentamento Acoci	153
05	Casa de farinha desativada no Assentamento Acoci.....	154
06	Escola no Assentamento Acoci: frente	155
07	Escola no Assentamento Acoci: sala de aula.....	155
08	Posto de Saúde Assentamento Acoci: frente.....	156
09	Posto de Saúde Assentamento Acoci: sala de espera para atendimento.....	157
10	Vila “Patrimônio Santo”: Califórnia.....	162
11	Sede da Associação do Assentamento Califórnia.....	162
12	Prédio da Unidade Básica de Saúde: Assentamento Califórnia....	163
13	Futuras instalações da Unidade Básica de Saúde: Assentamento Califórnia	163
14	Escola do Campo, Assentamento Califórnia: espaço externo	164
15	Escola do Campo, Assentamento Califórnia: atividades no espaço externo	164
16	Reservatório de água no Assentamento Califórnia	165
17	Distribuição de água no Assentamento Califórnia	166
18	Trecho da estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Monte Castelo	168
19	Casa sede da antiga fazenda Monte Castelo	168
20	Área interna da escola: Assentamento Monte Castelo	169
21	Sala de aula: Assentamento Monte Castelo	169
22	Sala de leitura: Assentamento Monte Castelo	170
23	Quadra esportiva: Assentamento Monte Castelo	171
24	Unidade Básica de Saúde: Assentamento Monte Castelo	171
25	Sistema de abastecimento de água: Assentamento Monte Castelo	172
26	Reservatório de água: Assentamento Monte Castelo	172
27	Infraestrutura para captação e armazenamento de água da chuva	173

28	Infraestrutura para armazenamento da produção	174
29	Trecho da estrada vicinal que dá acesso ao assentamento Ipueirinhas/Ouricuri	181
30	Sede da antiga Fazenda: Ipueirinhas/Ouricuri.....	182
31	Escola no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri	183
32	Reservatório de água: açude Assentamento Ipueirinha/Ouricuri ..	184
33	Unidade de distribuição de água: Assentamento Ipueirinha/Ouricuri	185
34	Atividades produtivas: horta no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri	186
35	Criação de animais no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: grande porte	186
36	Criação de animais no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: médio porte.....	187
37	Criação de animais no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: aves	188
38	Estrada de acesso: Assentamento Xavier	191
39	Casa sede da antiga fazenda Xavier	192
40	Associação do Assentamento Xavier	192
41	Residência de um assentado: Assentamento Xavier	193
42	Capela: Assentamento Xavier	194
43	Reservatório de água: açude no Assentamento Xavier	194
44	Poço e unidade de abastecimento de água: Assentamento Xavier	195
45	Criação de animais: Assentamento Xavier	196
46	Quintal produtivo: Assentamento Xavier	196
47	Produção de silo: Assentamento Xavier	197
48	Síntese da apresentação gráfica do IDRS nos territórios de identidade no semiárido cearense	213

LISTA DE GRÁFICOS

Nº	Título	Pág.
01	Brasil - Número de conflitos, ocupações no campo e assentamentos criados, 1993 – 2003.....	92
02	Percentual de assentamentos criados, famílias assentadas e área destinada para reforma agrária no 2º Mandato gov. FHC.....	94
03	Percentual de assentamentos criados, famílias assentadas e área destinada para reforma agrária no 1º Mandato gov. Lula.....	95
04	Caracterização do espaço agrário cearense em relação à utilização das terras, 2006	134
05	Assentamento Acoci: características gerais das famílias assentadas.....	158
06	Assentamentos Califórnia e Monte Castelo: características gerais das famílias assentadas.....	175
07	Assentamento Armadores: características gerais das famílias assentadas.....	179
08	Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: características gerais das famílias assentadas.....	189
09	Assentamento Xavier: características gerais das famílias assentadas.....	198
10	Índice de desenvolvimento rural sustentável no território Cariri: Acoci.....	204
11	As dimensões do DRS no território Sertão Central: assentamentos Califórnia e Monte Castelo	207
12	As dimensões do DRS para o território Sertões de Canindé: Assentamento Armadores.....	208
13	As dimensões do DRS para o território Sobral: Assentamento Ipueirinha/Ouricuri.....	210
14	As dimensões do DRS no território Inhamuns/Crateús: Assentamento Xavier	211
15	Dimensões do DRS no semiárido cearense.	214

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACB – Associação Cristã de Base
- AFC – Agricultura Familiar Camponesa
- APL – Arranjos Produtivos Locais
- ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro
- BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BPC – Benefício de Proteção Continuada
- CDC – Caritas Diocesana de Crateús
- CDS – Caritas Diocesana de Sobral
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador
- CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONSAD – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- DR – Desenvolvimento Rural
- DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável
- DTR – Desenvolvimento Territorial Rural
- DTRS – Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
- EJA – Educação para Jovens e Adultos
- EUA – Estados Unidos da América
- FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais, agricultores e agricultoras Familiares do Estado do Ceará.
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDACE – Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDR – Índice de Desenvolvimento Rural
- IDRS – Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPC – Modo de Produção Capitalista
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG's – Organizações não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Consolidação da Agricultura Familiar
PBF – Programa Bolsa Família
PBSM – Programa Brasil Sem Miséria
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIB – Produto Interno Bruto
LPT – Luz para Todos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDRSS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PTC – Projeto Territórios da Cidadania
RMC – Região Metropolitana do Cariri
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
RMS – Região Metropolitana de Sobral
RNSA – Reserva Natural Serra das Almas
SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	Pag.
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Contextualizando o problema de pesquisa	20
1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	24
1.2.1 Recorte geográfico do campo da pesquisa	24
1.2.2 Técnicas de pesquisa: fontes e levantamento dos dados	25
1.3 Modelo empírico	28
1.3.1 As dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)	28
1.3.2 Mensuração do índice de desenvolvimento rural dos territórios rurais (IDRS) no semiárido cearense	31
1.4 Método e técnicas de análise	33
1.5 Categorias e conceitos.....	34
1.6 Estrutura da Tese	39
2 ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL: o modo de produção capitalista e o metabolismo social do capital	41
2.1 Categorias, conceitos e acumulação de capital	41
2.2 A expansão capitalista e os ajustes espaciais no pós-guerra.	58
3 O MODELO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E OS DISSENSOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	71
3.1 O desenvolvimento desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.....	71
3.2 O debate paradigmático e modelo hegemônico de desenvolvimento: do agrário para o rural.....	86
3.3 A preponderância do modelo de desenvolvimento rural: a unificação do espaço agrário através do DTR.....	99
4 ESTADO E CAPITAL: as “alianças do atraso” na modelagem do espaço agrário cearense	118
4.1 O espaço agrário cearense.....	118
4.2 O que existe e o que persiste em relação à questão agrária ..	128
4.3 O enunciado do desenvolvimento rural no semiárido cearense	138
5 A (RE)CRIAÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO SEMIÁRIDO CEARENSE	146
5.1 A luta pela terra e a (re)criação do espaço nos territórios rurais.....	146

5.1.1	Território Cariri e a (re)criação da AFC	150
5.1.2	Território Sertão Central e a (re)criação da AFC.....	159
5.1.3	Território Sertões de Canindé e a (re)criação da AFC.....	176
5.1.4	Território Sobral e a (re)criação da AFC.....	180
5.1.5	Território Inhamuns / Crateús e (re)criação da AFC.....	190
5.2	Os espaços recriados no semiárido: características gerais dos assentamentos.....	199
6	AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: elementos para autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido.....	203
6.1	Nível de DR adquirido nos territórios: uma análise a partir das áreas de assentamentos rurais	203
6.1.1	Território Cariri: Assentamento Acoci	204
6.1.2	Território Sertão Central: Assentamentos Califórnia e Monte Castelo	206
6.1.3	Território Sertões de Canindé: Assentamento Armadores.....	208
6.1.4	Território Sobral: Assentamento Ipueirinha/Ouricuri.....	209
6.1.5	Território Inhamuns/Crateús: Assentamento Xavier.....	211
6.2	Elementos para a autonomia, subordinação ou exclusão, da agricultura familiar camponesa no semiárido	214
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
	REFERENCIAS	239
	APÊNDICE	251
	APÊNDICE A – Questionário para pesquisa de campo.....	252
	APÊNDICE B - Codificação dos Indicadores para mensuração do IDRS	263
	ANEXO – Regionalização do estado do Ceará: os Territórios Rurais de Identidades	266

1 INTRODUÇÃO

Partimos inicialmente da contextualização do problema de pesquisa deixando claro seus horizontes e o recorte geográfico do campo de investigação, será explicitado as técnicas de pesquisa, fontes e levantamento de dados, o modelo empírico e os conceitos básicos utilizados para a construção deste texto, como será visto a seguir.

1.1 Contextualizando o problema de pesquisa

Os debates travados na contemporaneidade sobre o destino e principalmente as funções do rural no processo de expansão do capitalismo têm influenciado a condução das políticas públicas para o setor. Tais debates, acham-se eminentemente focados em propor medidas para reduzir a pobreza rural dos países subdesenvolvidos¹ sem, contudo, contemplar uma política agrária efetiva. Nesse sentido, a permanência de unidades de produção de base camponesa² apresenta aparentemente uma contraditória complementariedade entre modo de produção capitalista e campesinato.

As correntes teóricas que analisam e explicam a permanência dessa dualidade apresentam-se de formas divergentes. Uma corrente preconiza o fim do campesinato através da sua articulação cada vez maior ao mercado, provocando uma mutação política e social dos sujeitos, historicamente fadados para desaparecer. Essa narrativa é desenvolvida por aqueles que defendem a tese do *capitalismo agrário* que propõe como modelo de desenvolvimento a ampliação das relações capitalistas no campo, que consiste na absorção do camponês pelo sistema.

Outra corrente pressupõe a permanência e recriação do campesinato, acredita que nem todos os camponeses serão absorvidos pelo sistema, uma vez que parte deles se integra à luta por terra e para permanecer na terra buscando a

¹ Definido como: "Países pobres, economicamente atrasados, como é o caso da maioria dos países da América Latina, África e Ásia. Sua situação econômica caracteriza-se em geral por baixa renda *per capita*, grande dependência da exportação de um número reduzido de produtos primários, altos índices de desemprego, subconsumo acentuado, índice de poupança muito reduzido e concentrado e altas taxas de natalidade e mortalidade" (SANDRONI, 2002, p. 443).

² Considerando a contribuição de Chayanov para a compreensão conceitual da unidade econômica camponesa, esta difere economicamente da capitalista por na sua organização produtiva estarem ausentes as categorias salário e lucro.

implementação de projetos alternativos de desenvolvimento que se contrapõe à lógica da acumulação de capital. Entretanto, o que predomina em boa parte da literatura e no planejamento das políticas públicas é o discurso dominante do desenvolvimento rural, e sua ocorrência de forma escalar³, ou seja, na esfera global, nacional e local.

Nesse contexto, a tese central dessa pesquisa é que a política de desenvolvimento rural implementada no Brasil entre 2003 e 2014 veio para criar condições favoráveis para a reprodução ampliada do capital e a expansão das relações capitalistas no campo, gerando elementos que subordina e/ou exclui o agricultor familiar camponês da dinâmica capitalista.

A subordinação ocorre de diversas formas, mas tem como princípio básico, afastar a questão agrária da pauta das políticas públicas para o campo e transformar o camponês em um trabalhador para o capital, seja ele assalariado ou não. A exclusão envolve diversas situações, explicitamente ocorre quando o camponês não se insere na dinâmica de produção capitalista, sendo este condenado à pobreza e exclusão econômica e social de forma geracional.

Desse modo, a problemática da pesquisa consiste em investigar as relações de (re)produção do espaço agrário cearense a partir da mundialização do capital sob a égide do Desenvolvimento Rural (DR), identificando nesse processo os elementos de exclusão, subordinação e autonomia da agricultura familiar camponesa (AFC). Explicitamente busca-se responder à seguinte questão: A política pública, de DR institucionalizada pelo governo federal, entre 2003 e 2014, construiu elementos para o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) ou os elementos presentes reproduzem a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital no espaço agrário cearense? Para responder a essa questão e requalificar o debate sobre o DR no Ceará, delimitamos como objeto de estudo as áreas de assentamentos rurais e, consideramos as seguintes hipóteses:

- a) o DR é um dos processos utilizados na atual fase do capitalismo globalizado para ampliar as forças produtivas espacialmente, na busca de uma maior valorização do capital;
- b) a essência da abordagem do DR promove um enfraquecimento conceitual sobre a questão agrária e (re)orienta as políticas públicas e as instituições para promover a valorização do capital nos espaços rurais;

³ Essa análise escalar do desenvolvimento territorial rural foi objeto de estudo da Tese de Doutorado de MONTENEGRO GÓMEZ (2006).

- c) as ações desenvolvidas no âmbito da política pública de Desenvolvimento Rural (DR) entre 2003 e 2014, não originaram elementos necessários para uma mudança qualitativa nas áreas de assentamentos rurais, isto é, o desenvolvimento sustentável. Seguiram apenas a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital: exclusão – inclusão – exclusão, dinâmica essa que destrói e (re)cria a AFC, continuamente.

Portanto, o objetivo geral da Tese é analisar de forma crítica o desenvolvimento rural (DR) no espaço agrário cearense e sua sustentabilidade, considerando os elementos de autonomia, subordinação ou exclusão da AFC no semiárido cearense. Especificamente, procurou-se:

- a) compreender a abordagem teórico-conceitual do modo de produção capitalista e o metabolismo social do capital;
- b) apresentar sucintamente as narrativas sobre a formação social brasileira, analisando o atual modelo de desenvolvimento rural à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado;
- c) discorrer sobre a questão agrária e o desenvolvimento rural no espaço agrário cearense;
- d) caracterizar a (re)criação do espaço pela agricultura familiar camponesa no semiárido cearense considerando as áreas de assentamentos rurais;
- e) analisar criticamente as dimensões do DR nos territórios, identificando os elementos para a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa ao processo de expansão das relações capitalista de produção no espaço agrário.

Considerando a temática do desenvolvimento rural frente às mediações presentes no planejamento da política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) que inspirou a criação dos territórios de identidades pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴, como regiões de planejamento para a promoção do DTR no Brasil, surgiu a principal motivação de trabalhar com essa abordagem, com o intuito de compreender o processo de expansão do capitalismo no campo através do agronegócio e da percepção sobre a manutenção paralela de grande número de

⁴ Extinto em 2016.

estabelecimentos familiares no espaço agrário brasileiro e, principalmente, a permanência de um elevado índice de pobreza rural no estado do Ceará⁵.

Em termos gerais, essas são as questões norteadoras para a compreensão da realidade que é objeto de investigação dessa pesquisa. Em “tese”, o modelo de desenvolvimento rural ancorado na abordagem territorial propõe uma dinâmica que, teoricamente, descentraliza as ações do Estado e dialoga com os atores e representações sociais na produção do espaço municipal. Focado principalmente no aumento da capacidade produtiva dos espaços, o processo em si ignora a realidade econômica, social, política e ambiental em que esse território se insere. Outro fator estranhado nesse processo é a omissão referente aos fatores estruturais que se perpetuam historicamente no país e com maior gravidade nos estados da região Nordeste, dentre eles, a necessidade de uma efetiva reforma agrária e a preservação ambiental.

A pesquisa remete-se à produção de um conjunto de dados e discussões que representam um referencial para a compreensão, descrição e análise do DR sob a égide da ampliação das relações capitalistas de produção e sua expansão geográfica no espaço agrário cearense. As discussões teóricas procuraram elucidar conceitos e categorias no âmbito econômico, geográfico e sociológico sobre a temática. A pesquisa empírica fez inferências sobre a realidade do espaço agrário cearense, em especial, as áreas de reforma agrária no semiárido, *locus* de (re)criação do agricultor familiar camponês que, dialeticamente, o capital destrói e recria, exclui e inclui, para posteriormente excluir.

Nesse contexto, a realização da pesquisa se justifica a partir dos seguintes elementos: a) a forte concentração de municípios cearenses no semiárido⁶, o que exige uma preocupação permanente com os limites e os potenciais para seu desenvolvimento; b) grande população rural: 24,91% da população cearense vive na zona rural⁷, necessitando de um efetivo planejamento e execução contínua de políticas para o campo e sua população; c) a grande cobertura que teve no Ceará o Projeto Territórios da Cidadania (PTC) 54% dos municípios atendidos, distribuídos em 06 Territórios de Identidade, contemplando 292 assentamentos⁸.

⁵ NUD/Atlas do Desenvolvimento Humano, em 2010 o índice de pobreza da população rural cearense era de 54,30%.

⁶ 150 dos 184 municípios.

⁷ PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010.

⁸ Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em 19 de outubro de 2015.

1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Os resultados da investigação estão diretamente relacionados com a metodologia da pesquisa e o método de análise, tornando a definição clara dos procedimentos metodológicos um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Se encontra a seguir, portanto, os passos percorridos para o alcance do estudo proposto.

1.2.1 Recorte geográfico do campo da pesquisa

O estudo proposto tem como recorte geográfico os territórios rurais de identidade⁹ do semiárido cearense, e como objeto de investigação os assentamentos rurais inseridos nesses territórios, de acordo a regionalização utilizada para o estado do Ceará¹⁰. Para a escolha do objeto de investigação, foram considerados quatro critérios: a) assentamentos do INCRA, consolidados; b) localizados no semiárido; c) inseridos no projeto Territórios da Cidadania e; d) com menor tempo de criação.

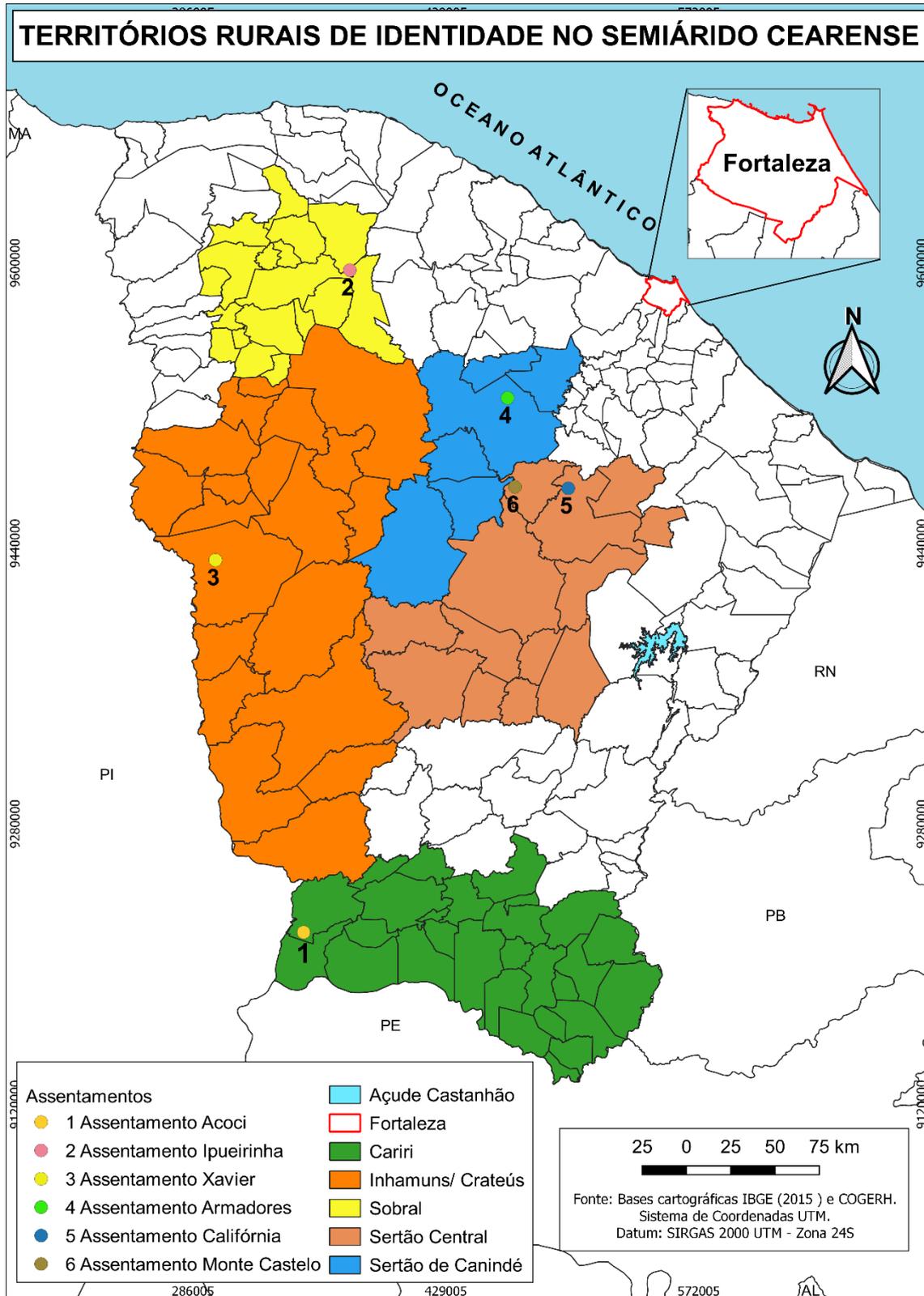
Dessa forma, os recortes da pesquisa contemplam os eixos: temático, espacial e temporal. O eixo temático responde a **o que**, e refere-se à temática do Desenvolvimento Rural (DR). A dimensão espacial da pesquisa (**onde**) refere-se ao espaço agrário do semiárido cearense, e o recorte temporal (**quando**) centra nas discussões e proposições de políticas públicas para o DTR como instrumento para a promoção do DR implementadas a partir dos anos 2000. Através da delimitação do campo da pesquisa, buscou-se informações quantitativas e qualitativas para compreender o objeto de investigação.

De acordo com Cruz Neto (2015, p. 53), “[...] concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação”. Nesse caso o campo de pesquisa está representado no Mapa 01, apresenta a delimitação espacial da área geográfica de estudo, compreendendo cinco Territórios de Identidades localizados no semiárido cearense e seis assentamentos rurais, onde o campo foi realizado.

⁹ Foi considerada a determinação da Lei Complementar nº 34, de 21/05/2003 – D.O. de 23/05/2003.

¹⁰ Não existe uma única regionalização, contudo a pesquisa se pautou na regionalização que determinava os Territórios Rurais de Identidades.

MAPA 01 – Recorte geográfico do campo da pesquisa



Fonte: Elaboração a partir das Bases cartográficas IBGE 2015.

1.2.2 Técnicas de pesquisa: fontes e levantamentos dos dados

Após a delimitação do campo da pesquisa, o passo seguinte foi a definição das técnicas de coleta de dados e análise. Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitos levantamentos e processamento de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos através da pesquisa de campo. De acordo com Santos (2004, p. 27), “[...] o campo é o lugar natural onde acontecem os fatos/fenômenos/processos. A *pesquisa de campo* é aquela que recolhe os dados *in natura*”.

No caso específico desta tese, a pesquisa de campo foi realizada nos seguintes territórios: Cariri, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral e Inhamuns/Crateús. As etapas da pesquisa consistiram:

- a) na determinação de uma amostra representativa da população em estudo para levantamento dos dados;
- b) visita técnica para um conhecimento prévio dos assentamentos;
- c) aplicação de questionários às famílias assentadas para levantamentos de dados.

Considerando os critérios definidos para a determinação do objeto de estudo, obtemos uma população de 575 famílias assentadas. Devido ao tamanho da população, a determinação de uma amostra se fez necessária para viabilizar o trabalho de campo.

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação (GIL, 2010, 35).

A técnica de amostragem utilizada foi da amostragem estratificada proporcional, pois esta apresenta vantagens em relação à aleatória simples, permitindo estimativas de menor variância. “Isto significa que, em média, as estimativas obtidas por amostras estratificadas estão mais próximas dos valores verdadeiros” (HOFFMAN, 1980, p. 131). Como o tamanho da população é conhecido, considerou-se para o cálculo amostral a seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 * p * q * N}{e^2(N - 1) + Z^2 * p * q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

Z = Grau de confiança, utilizou-se Z = 95% de confiabilidade.

e = Erro¹¹ absoluto para população finita.

N = O universo da pesquisa;

p = proporção. Trabalhou-se com proporção (p) de 50%. $p + q = 1$

O tamanho da amostra (n) é de **146**, foi proporcionalmente dividida entre os estratos de acordo com seus pesos em relação à população. Ou seja, considerou-se o peso de cada estrato na população para determinar o número de famílias que participariam da amostra, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01 – Amostra estratificada dos assentamentos pesquisados no semiárido cearense

TERRITÓRIO	Assentamentos	FA ¹²	% FA	n
Cariri	Acoci	282	49	72
Inhamuns/Crateús	Xavier	50	09	13
Sertão Central	Califórnia, Monte Castelo	179	31	45
Sertões de Canindé	Armadores	17	03	4
Sobral	Ipueirinhas/Ouricuri	47	08	12
Total	06	575	100	146

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INCRA, painel dos assentamentos, 2015.

Considerando o tamanho da amostra, 49% dos questionários foram aplicados no território Cariri, totalizando 72 famílias. O território com menor participação no tamanho da amostra foi o Sertões de Canindé, com 3% das famílias assentadas. Os dados secundários utilizados são provenientes dos bancos de dados federais e estaduais. As principais fontes foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o DATALUTA, dentre outros, que foram inseridos durante o desenvolvimento da pesquisa.

As pesquisas bibliográfica e documental também constituíram instrumentos complementares, permitiram a junção entre teoria e empiria. Portanto, os procedimentos adotados para atender aos objetivos propostos centraram primeiramente na pesquisa bibliográfica, que envolve o material já publicado sobre o tema, permitindo uma maior familiarização com o objeto de estudo, como: livros, teses, artigos científicos e documentos. Estes fizeram parte da estrutura argumentativa e da

¹¹ Utilizamos o erro de 7% por considerar que a população, em seus estratos, apresenta um elevado grau de homogeneidade, obtendo assim, a estimativa do tamanho mínimo da amostra necessária.

¹² Famílias Assentadas.

formação da base teórica que sustentam as narrativas que envolvem a problemática e as hipóteses da pesquisa, de acordo com o que assevera Demo (2000, p. 164):

A teoria é necessária para oferecer condições explicativas do fenômeno, trabalhando as razões de ser assim, e não de outra maneira. Já que não podemos, a rigor, verificar as hipóteses, torna-se tanto mais necessário fundamentar o que pretendemos dizer, primeiro buscando apoio na literatura disponível, e, a seguir, tecendo a montagem própria da argumentação.

O levantamento bibliográfico baseia-se principalmente no pensamento crítico em relação às formações sociais dos espaços a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista e nas teorias agrárias, buscando nos clássicos a compreensão da gênese e natureza do problema da pesquisa e, nos autores contemporâneos, as leis atuais da acumulação capitalista explicitando a dinâmica do espaço agrário frente ao paradigma do DR, e as perspectivas referentes ao objeto pesquisado.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica segue um conjunto de etapas que vai desde a escolha do tema até a redação do texto propriamente dito. As bases históricas para compreensão do MPC encontram-se fundamentalmente na análise marxista e na contribuição de autores que se dedicaram tanto a obra de Marx, quanto ao seu método, ampliando suas reflexões para a compreensão e análise dos processos de acumulação de capital na contemporaneidade.

1.3 Modelo empírico

1.3.1 As dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

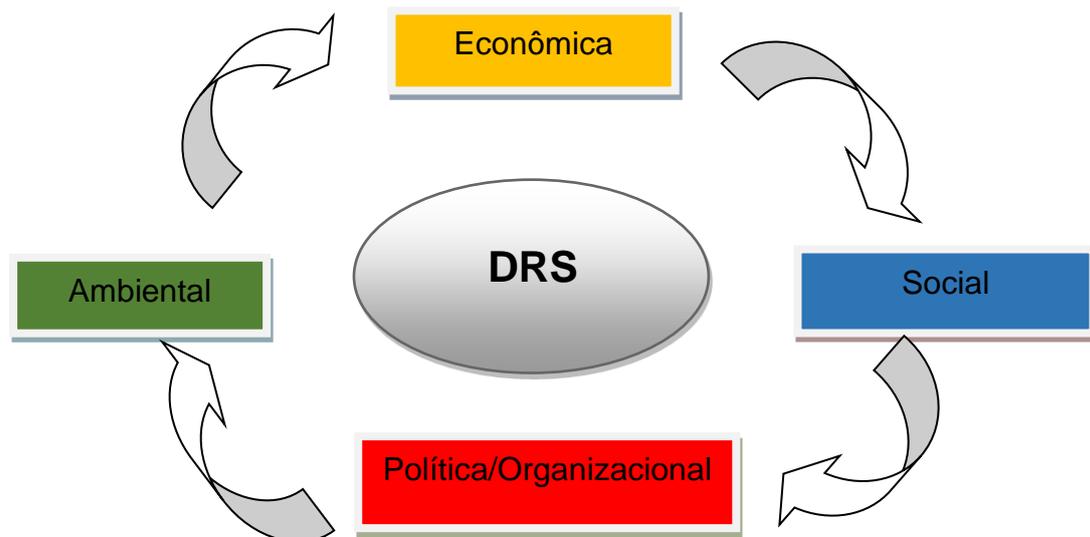
O desenvolvimento para ser sustentável deve ocorrer de forma multidimensional, em Sachs (2009) encontramos indicativos de qual caminho deve ser percorrido no contexto da sustentabilidade. Esse caminho deve incluir questões relacionadas as dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico e político. De acordo com a problemática que motivou a pesquisa, foram consideradas quatro dimensões para o DRS, tendo como indicadores aqueles que se apresentam como necessários, porém não suficientes, para alcançar os elementos que proporcionem um movimento contínuo de bem-estar para o conjunto da sociedade.

Para Sepúlveda (2005, p. 237), “a escolha dos indicadores fica a critério do usuário, sempre e quando se levem em conta bases teóricas que sustentem e justifiquem a importância dos indicadores como variáveis explicativas de cada dimensão”.

A proposta incluiu indicadores que possibilitaram uma maior aproximação com as demandas dos movimentos sociais e das populações do campo, focando principalmente na ampliação das capacidades de inserção social e participação dos movimentos sociais e sociedade civil na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, centrado no desenvolvimento humano e na sustentabilidade ambiental que possibilite uma gestão social do espaço participativa e autônoma, garantindo o empoderamento econômico, social, político ambiental da AFC.

Em relação às dimensões do DRS utilizadas nesta pesquisa buscou-se as contribuições de Jara (1998), Guzmán (2001), Sepúlveda (2005), Waquil et. al. (2006), Kegeyama (2008), Sachs (2009), Mariano e Ribeiro (2009), Rabelo e Lima (2009) e, Reis et. al (2013). A análise do DRS neste estudo contemplou as seguintes dimensões: Econômica, Social, política/Organizacional e Ambiental, como mostra a Figura 01.

Figura 01 - Diagrama representativo das dimensões do DRS



Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão de literatura sobre a temática

Dessa forma, a análise do DRS nos territórios ocorreu a partir da definição de condicionalidades e indicadores que contemplaram a realidade do semiárido

cearense e as dificuldades e possibilidades para a autonomia da AFC nos territórios rurais. As condicionalidades propostas para cada indicador do desenvolvimento rural sustentável representaram os elementos que, presentes, indicam possibilidades para o DRS, e a ausência delas indica os limites que precisam ser superados para que o DRS possa ocorrer, sendo que somente será sustentável se ocorrer, no mínimo de forma intercalar em todas as dimensões postas.

As condicionalidades utilizadas foram consideradas fundamentais para determinar a análise do desenvolvimento rural no semiárido cearense, lembrando que existem outros aspectos de grande relevância que contribuem para o nível de desenvolvimento do espaço agrário. Nesse contexto, a análise do desenvolvimento rural sustentável nos territórios (DRS) ocorrerá a partir das seguintes condicionalidades, descritas no Quadro 01.

Quadro 01 – Condicionalidades para o DRS: análise multidimensional

Dimensões do DRS	Condicionalidades
Econômica	Rendimento familiar mensal
	Principal fonte de renda
	Mão de obra utilizada
	Assessoria técnica
	Crédito
	Destino da produção agrícola
	Onde é comercializada a produção
Social	Acesso ao assentamento
	Moradia
	Água para consumo
	Educação
	Saúde
	Acesso às políticas públicas
Político/Organizacional	Opções de lazer
	Preferência partidária
	Participação nas eleições
	Organização político social
	Se reconhece como...
	Participação na associação
	Percepção sobre reforma agrária
O campo e as futuras gerações	
Ambiental	Uso do solo
	Sementes
	Processo produtivo
	Resíduos sólidos

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão de literatura

Para efeito de análise considerou-se o aspecto econômico como a capacidade de reprodução econômica da AFC, no caso específico dos

assentamentos, considerando a capacidade de ocupação e geração de renda na unidade familiar como fundamentais para eliminar as privações aumentando a capacidade de escolhas pela comunidade camponesa, incluindo a gestão do espaço (re)criado.

A dimensão social considera o acesso a educação e a capacidade de inclusão da população rural nas políticas públicas que possibilitem uma mobilidade social intrageracional. Essa mobilidade não significa a migração do campo para as periferias das grandes cidades, mas a garantia da permanência no campo com seus direitos de viver e produzir.

A dimensão política e organizacional refere-se a participação política social e a capacidade organizativa da população em defender suas demandas e ter voz ativa nos espaços políticos e sociais. E por último, a dimensão ambiental refere-se aos aspectos relativos ao solo, a água e à vegetação, ou seja, como o homem se relaciona com a natureza na reprodução da vida material e na (re)criação do espaço.

1.3.2 Mensuração do Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS) dos territórios rurais no semiárido cearense

A mensuração do IDRS é baseada na metodologia utilizada por Sepúlveda (2005), Waquil et. al. (2006), Kageyama (2008), Mariano e Ribeiro (2009), e outros pesquisadores que mensuraram o índice de sustentabilidade nos territórios de todo o País. Para fazer a adequação aos objetivos da pesquisa, utilizou-se como referência os trabalhos de Barreto (2004), Rabelo e Lima (2007), e Abreu (2014).

Considerando a necessidade de padronização das informações para a composição do IDR, foi atribuído *scores* aos indicadores, e posteriormente calculou-se o I_k , como indica a fórmula (1). Esse procedimento possibilitou transformar as informações em índices, com variação entre *zero* e *um*.

$$I_k = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{max i}} \right) \quad (1)$$

Onde:

I_k = índice referente a cada dimensão da sustentabilidade;

E_{ij} = score do *i*-ésimo indicador do IDR obtido no *j*-ésimo questionário;

$E_{max i}$ = score máximo do *i*-ésimo indicador do IDR considerado

i = 1, ..., *m*, número de indicadores;

$j = 1, \dots, n$, número de questionários aplicados;

$k = 1, \dots, 4$, número de índices que compõem o IDR (Econômica, Social, Participação Política e Ambiental);

Após calcular o índice para cada dimensão do desenvolvimento, o próximo passo foi calcular o I_{ST} (Índice de sustentabilidade nos Territórios de Identidades). O cálculo do índice I_{ST} é obtido considerando a média ponderada dos índices de cada dimensão, através da fórmula 2:

$$I_{ST} = \frac{1}{ds} \sum_{k=1}^{ds} I_k \quad (2)$$

Onde:

I_{ST} = Índice de desenvolvimento para cada Território de Identidade

ds = Total de dimensões consideradas na análise da sustentabilidade rural;

I_k = índice obtido referente a cada dimensão da sustentabilidade.

Depois de calcular o índice para cada Território de Identidade (I_{ST}), calcula-se novamente a média ponderada dos índices (I_{ST}) com o número de Territórios considerados na pesquisa. Nesse caso específico será considerado o mesmo peso para todas as dimensões, como indica a fórmula 3.

$$IDRS = \frac{1}{n_t} \sum_{i=1}^{n_t} I_{DS} \quad (3)$$

Onde:

$IDRS$ = Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios

n_t = número de Territórios

I_{DS} = Índice de desenvolvimento da dimensão j em um dado Território

Após o cálculo do IDRS, os índices foram representados e analisados por meio de biogramas, no qual apresenta uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade, melhor o nível de desenvolvimento. As referências são as seguintes, ver Tabela 02.

Tabela 02 – Referências para avaliação do nível de DRS

Nível de Desenvolvimento	IDRS
Situação crítica	$0,0 > IDRS < 0,2$
Situação ruim	$0,2 \geq IDRS < 0,4$
Situação intermediária	$0,4 \geq IDRS < 0,6$
Situação boa	$0,6 \geq IDRS < 0,8$
Situação ótima	$0,8 \geq IDRS \leq 1,0$

Fonte: Elaborada pela autora a partir das referências de Sepúlveda (2005); Mariano e Ribeiro (2009).

1.4 Método e técnicas de análise

Após a coleta, os dados foram tabulados e apresentados em tabelas e gráficos para posterior interpretação e análise. A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo¹³, embora não se limite a representatividade quantitativa das informações, apresenta uma abordagem qualitativa objetivando uma análise crítica da realidade observada que perpassa a descrição e leitura dos dados, relacionando estes com o processo histórico dialético da formação social do espaço agrário. Dessa forma, a abordagem quantitativa é utilizada como um meio e não como um fim deste processo, permitindo uma reflexão crítica para a compreensão do objeto de estudo.

Para Demo (2000, p. 159), “a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela abertura das perguntas, rejeitando-se toda resposta fechada, dicotômica, fatal”. De acordo com Minayo (2015, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Dado o caráter da pesquisa, o materialismo histórico-dialético foi o método de análise utilizado para compreender o processo de organização das forças produtivas, considerando essas como determinantes para a produção do espaço social. Portanto, as transformações no campo comandadas pelo modelo de desenvolvimento rural no espaço agrário cearense foram analisadas a partir das estruturas produtivas vigentes, assim sendo, optou-se pelo materialismo histórico-dialético.

O materialismo histórico-dialético, portanto, é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social (LESSA E TONET, 2011, p. 43).

Através da dialética é possível compreender o movimento e as contradições históricas inseridas nas formações sociais decorrentes do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Os mecanismos que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa fundamentaram-se na investigação das teorias, categorias e conceitos referentes ao modo de produção capitalista e das

¹³A pesquisa quantitativa busca explicar a realidade sem uma análise mais detalhada dos fenômenos a partir do contexto histórico das formações sociais, que prima exclusivamente pela neutralidade científica. Portanto, não será preciso entrar no mérito em relação à pesquisa qualitativa, mas a escolha do tipo de pesquisa é baseada no resultado que se quer produzir.

novas abordagens sobre o seu desenvolvimento. “O método dialético e, conseqüentemente, o confronto entre os diferentes aspectos do problema, visto em sua totalidade, passou a ter um destacado papel na investigação científica” [...] (BECKER, 2005, p. 51).

Portanto, a análise dos dados envolveu com base em Gomes (2015) as dimensões crítica, teórica, morfológica e técnica do objeto de investigação. As informações foram analisadas considerando as ações, grupos, instituições e conjunturas. Também apoiamo-nos em Gomes (2015, p. 100), para interpretar os dados, uma vez que, levamos em conta o que ele considera necessário: “a) buscar a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações; b) situar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores; c) produzir um relato dos fatos em que seus atores nele se reconheçam”.

Com base na literatura econômica, geográfica e sociológica utilizada foram construídos os pilares para o conhecimento, interpretação e análise da realidade do espaço agrário cearense.

1.5 Categorias e conceitos

a. Espaço

Sendo uma categoria de análise da Geografia, o espaço apresenta uma multiplicidade de definições, contudo, dada a natureza da pesquisa, o conceito de espaço que melhor traduz a análise proposta é aquele originado no âmbito da geografia crítica fundamentado no materialismo histórico dialético. É esse conceito que fundamenta a pesquisa de tese apoiado principalmente em dois autores: Milton Santos e Emília Moreira.

Segundo Santos (1996) o espaço geográfico é:

[...] a natureza modificada pelo homem mediante seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano. [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (p. 150-153).

Partindo da premissa de que o espaço é um produto do trabalho, Moreira (2004) afirma que:

[...] como o trabalho se constitui em um elemento essencial do processo de trabalho o qual implica numa relação mediatizada pelos instrumentos de trabalho, entre o homem e a natureza e entre os homens e os próprios homens na produção dos bens materiais e culturais necessários à sua existência (...) o processo de produção do espaço acha-se intrinsecamente relacionado ao modo através do qual os homens produzem estas condições. Desse modo, cada espaço assume os caracteres do modo de produção que lhe deu origem.

Entende-se aqui, portanto, que o espaço é produto social, é o resultado das interações estabelecidas pelo modo de produção dominante em uma dada sociedade, ou seja, “o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2010, p. 25). Como categorias secundárias ao espaço social utilizamos espaço rural como recorte teórico para a investigação e espaço municipal como o *locus* de investigação.

b. Espaço rural

O espaço rural foi considerado pelo meio acadêmico-científico como o contrário de espaço urbano, sendo essa perspectiva superada com a urbanização e modernização do campo, eliminando essa distância entre os espaços urbanos e rurais. De acordo com Marques (2002),

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o ‘espaço natural’ aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa (p. 109).

De acordo com as novas configurações e funções do espaço rural, neste ocorre atividades agrícolas e não agrícolas, perpassando a visão do espaço agrário enquanto espaço onde se desenvolve predominantemente atividades agrícolas.

c. Espaço municipal

É o local onde os atores sociais definem e planejam através da ação política sobre as capacidades físicas e técnicas dos municípios, as quais influenciam as práticas espaciais de produção do espaço. Conforme Jara (1998, p 162),

O espaço municipal é sempre uma construção histórica, feita pela sociedade. Cada município tem sua própria estrutura socioeconômica e suas próprias condições produtivas e ambientais, que são relativamente específicas e determinam processos de desenvolvimento particulares; constituem espaços territoriais heterogêneos que reagem de diferentes maneiras aos impulsos e tendências que surgem do sistema regional, estadual, nacional e mundial.

Assim, o espaço socialmente produzido não é homogêneo, pois as relações sociais desenvolvidas e determinantes para a sua (re)produção estão associadas “ao modo de produção que evolui e se transforma na medida que evoluem e se transformam as forças produtivas” (MOREIRA, 2004, p. 5), porém deixando marcas impressas na paisagem do momento anterior ou o que Santos (1977) denomina de “rugosidades”. Em outras palavras, estão presentes elementos de formações passadas, o que determina um caráter desigual na formação socio espacial presente. Isto é, as formações sociais passadas ainda não foram totalmente superadas, e as formações presentes ainda não foram totalmente desenvolvidas. Por isso, o espaço municipal é um espaço social e historicamente produzido.

d. Agricultura familiar camponesa¹⁴ (AFC)

De acordo com Wanderley (1996, p. 03), agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Para Fernandes (2001, p. 29), “[...] pode se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês”.

Como a agricultura familiar é uma categoria ampla, nela se encontram muitas formas de produtores. A depender da opção teórica utilizada estes podem ser definidos como pequeno agricultor, pequeno produtor camponês. De acordo com Fernandes (2003, p. 19),

[...] ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalente do conceito de *agricultura familiar*, é necessário demarcar bem o território teórico”.

¹⁴ “[...] os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como de organização do trabalho” (FERNANDES, 2003, p. 19).

Portanto a nomenclatura AFC foi utilizada nessa pesquisa por representar melhor a identidade dos assentados no espaço municipal. Nesse sentido, a agricultura familiar camponesa apresenta uma especificidade na forma de organização social e produtiva que se opõe à agricultura familiar moderna, uma vez que, esta apresenta algumas especificidades, dentre essas especificidades a crescente integração ao mercado tendo a organização produtiva baseada na produção de valores de troca, promovendo a sua diferenciação social.

Acrescentamos aqui também as contribuições de Abramovay (1998) para nos apoiarmos na diferenciação entre a agricultura familiar “moderna” e a camponesa. De acordo com o autor “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (p. 22).

Em relação à sua autonomia, subordinação e exclusão que é analisada nesta tese, buscamos em Chayanov a análise teórica dos sistemas econômicos não capitalistas para, teoricamente, esclarecer o que caracterizaria a autonomia da agricultura familiar camponesa.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo”. (CHAYANOV, 1924, p. 105).

A subordinação, ocorre a partir da integração da agricultura familiar ao mercado através de mecanismo como as cadeias produtivas agroindustriais, onde o processo produtivo está articulado e subordinado ao capital. Essa análise é corroborada pela análise de Wanderley (1985) que aborda o camponês como um trabalhador para o capital.

Acrescentamos aqui, como terceiro elemento da discussão a exclusão como uma terceira possibilidade para a agricultura familiar camponesa frente ao avanço do capital no espaço agrário. Esta situação se encontra dentro do universo dos agricultores que são empurrados a cada dia para a fronteira da marginalização, aqueles que não apresentam viabilidade econômica para se inserirem na dinâmica das cadeias produtivas, tão pouco, adquirir sua autonomia. Estarão condenados à pobreza com sérios riscos de perderem sua fração de território para o capital.

e. Desenvolvimento

Uma categoria de análise da ciência econômica¹⁵ tem recebido diversos atributos ao longo das sucessivas etapas de formação do espaço social, no entanto, as concepções mais genéricas e usuais referem-se ao desenvolvimento econômico. Desde Adam Smith, o desenvolvimento econômico está centrado na produção de riqueza, ou seja, na capacidade de crescimento da estrutura econômica-produtiva do sistema vigente. Portanto, desenvolvimento econômico pode ser definido como “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia” (SANDRONI, 2002, p. 169).

Esta interpretação do desenvolvimento econômico com o foco no crescimento da riqueza vem sendo ampliada com a contribuição de economistas considerados não-ortodoxos. É nessa perspectiva que utilizamos a abordagem desenvolvida por Amartya Sen (2000) para expressar o que entendemos por desenvolvimento.

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, p. 29).

f. Desenvolvimento sustentável

Esse conceito surge com a constatação de que o modelo de crescimento econômico adotado, principalmente pelos países de capitalismo avançado, está se exaurindo, o esgotamento dos recursos territoriais, crescimento da pobreza e desigualdades sociais, indicam o esgotamento desse modelo, impondo um reordenamento no processo de desenvolvimento, que seja sustentável.

O caminho a ser percorrido nessa pesquisa segue a trilha deixada por Jara (1998), segundo a qual:

¹⁵Passou a fazer parte da literatura acadêmica no século XX e delinear um novo percurso para as políticas públicas em que foi inserida uma preocupação com a melhoria das condições de vida da população, estabelecendo, portanto, a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Correntes de pensamento econômico divergentes, como a de inspiração marxista e neoclássica, que apontam elementos diferentes para a causa do subdesenvolvimento, do mesmo modo apontam soluções diferentes para se alcançar o “desenvolvimento”.

O desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de mudança sócio-política, socioeconômica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico que, além do mais, sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo. [...] O conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico, com as práticas decisórias e a distribuição do poder e, com os valores pessoais e a cultura (p. 34-35)¹⁶.

Seguindo essa narrativa, baseada nas novas concepções de ruralidades, o conceito de desenvolvimento rural agrega a dimensão da sustentabilidade e principalmente entende o rural como um espaço de produção material e de (re)produção da vida. Dessa forma o desenvolvimento rural sustentável tem como princípio básico, *a convivência harmônica do homem com a natureza*, em que os princípios de equidade econômica, social e ambiental sejam respeitados de forma a garantir a sustentabilidade intrageracional, tanto das populações quanto dos recursos naturais.

1.6 Estrutura da Tese

Para responder ao problema de pesquisa que originou essa tese, o texto foi desenvolvido em cinco partes, além dessa introdução e considerações finais. A primeira parte apresenta uma abordagem teórico-conceitual referente ao metabolismo social do capital, considerada indispensável para compreender e fundamentar as formas atuais de dominação presentes no capitalismo globalizado. Ainda na primeira parte, buscou-se apresentar as principais mudanças nos padrões de acumulação do pós-guerra capitaneado pelo capital imperialista até os padrões atuais comandado pelo capital financeiro.

Na segunda parte foi feita uma breve apresentação das narrativas sobre a formação social brasileira, em especial, as estruturas de dominação do capital agrário que culminou na modelagem da estrutura agrária vigente. Nessa parte também foi realizada uma análise da mudança paradigmática do agrário para o rural, analisando

¹⁶ Embora se conheça o debate sobre a (im)possibilidade de se alcançar um desenvolvimento sustentável em países de economia capitalista periférica foi este conceito que pautou algumas políticas públicas no Brasil a partir dos anos 1990, incluindo aquelas voltadas para as áreas de Assentamentos.

o paradigma do desenvolvimento rural à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Na terceira parte discutimos como as estruturas econômicas e políticas regionais contribuíram para a formação do espaço agrário no estado do Ceará, enfatizando os aspectos centrais da questão agrária e o processo de construção de novas relações com o semiárido a partir do novo padrão produtivo engendrado pelo modelo atual de desenvolvimento rural. A quarta parte caracteriza as áreas de assentamentos rurais como frações de territórios (re)criados a partir do enfrentamento entre trabalhadores e proprietários de terras no semiárido cearense.

A quinta e última parte analisa o nível de DR adquirido nos Territórios a partir dos espaços (re)criados pela AFC. A análise dos resultados permitiu inferir quais elementos constituídos, ou não, contribuem para a autonomia, subordinação ou exclusão da AFC nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense, indicando as conquistas e os desafios que se impõem ao longo do processo histórico de produção do espaço social que se materializa através da reprodução da vida material, contribuindo para uma reflexão acerca do processo vigente de expansão capitalista no campo, mediante o modelo de desenvolvimento rural brasileiro.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL: o modo de produção capitalista e o metabolismo social do capital

Esse capítulo tem como objetivo compreender o modo de produção capitalista e o metabolismo social do capital buscando a partir dessa compreensão entender a produção do espaço agrário submetida a essa lógica. Essa análise tem como matriz teórica a teoria marxista, incluindo as contribuições de autores da corrente marxista, desde os clássicos aos contemporâneos. Essa abordagem se constitui de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que discute o metabolismo social do capital, sua gênese, natureza e as leis gerais para sua acumulação e permite analisar a nova dinâmica do capital no início do século XXI. O capítulo está dividido em duas partes, sendo que a primeira centra nos conceitos e categorias presentes na análise marxista sobre o modo de produção capitalista. A segunda aborda a contínua expansão capitalista do pós-guerra à crise estrutural do capital que caracteriza a nova dinâmica das relações entre espaço, capital e trabalho na contemporaneidade.

2.1 Categorias, conceitos e acumulação de capital

Marx revelou com sua análise sobre o movimento do capital na sociedade de sua época, os fundamentos atemporais para a compreensão da formação da sociedade contemporânea, uma vez que o seu objeto de análise – o capital – comanda dialeticamente essa formação. Dessa forma, recorrer às categorias de análise do modo capitalista de produção tornam claros os processos de produção de riqueza social e da distribuição, ou melhor, da concentração da riqueza social em determinados espaços e classes sociais.

De acordo com Althusser (2004), Marx herdou da economia clássica as principais categorias de análise desse modo de produção, contudo, a principal diferença que revolucionou sua análise foi o objeto e o método utilizado. O seu objeto de estudo é o modo capitalista de produção, e sua análise parte da crítica realizada à Economia Política. Para Althusser (2004, p. 171),

[...] criticar a "economia política" significa opor-se a uma nova problemática e a um objeto novo, portanto, submeter à discussão o próprio propósito da Economia Política. Mas como a economia política é definida como economia política por um objeto, a crítica que se chega a atingir, a partir do novo objeto

que se opõe a ela, pode atingir a economia política em sua própria existência¹⁷.

Entretanto, para Althusser (2004) em *O capital* fica bastante claro qual o objeto de estudo de Marx, porém não fica claro qual é exatamente a diferença que o leva à crítica da economia política. Contudo, a contribuição de Marx não se resume apenas à mudança no objeto de investigação, mas, sobretudo, no método de análise desse objeto.

Althusser (2004) também discutiu o método de exposição e investigação em Marx, revelando que a pesquisa empírica desenvolvida por Marx não aparece em *O capital*, de forma que o rigor científico trilhado por esse autor sobre o modo de produção capitalista foi muito maior do que está explicitado em sua Obra. Assim, escreve Marx (1996, p. 24 - 25),

O fim último da investigação consiste em se apropriar em detalhe da matéria investigada, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir seus nexos internos. Somente depois de cumprida tal tarefa, seria possível passar à exposição, isto é, à reprodução ideal da vida da matéria. [...] Ou seja, as categorias deveriam comparecer não de acordo com a sucessão efetiva na história real, porém conforme as relações internas de suas determinações essenciais no quadro da sociedade burguesa.

Abordar as categorias que analisam o movimento do capital, ao longo do seu processo histórico, oferece um caminho para a compreensão do modo de produção capitalista no sec. XXI. Isso é possível porque o capitalismo em essência não foi alterado, ou seja, as leis gerais que explicam o movimento do capital são atemporais e mantêm o seu caráter ontológico. Mandel (1978) afirma que “a relação entre as leis de movimento do capital – como reveladas por Marx – e a história do modo de produção capitalista constitui um dos mais complexos problemas da teoria marxista” (p.07). Contudo, embora permaneçam válidas as formas como se apresentam o processo de formação histórica, são constantemente transformadas.

O que está em movimento é a aparência, a forma concreta com a qual se apresenta, entretanto, sua natureza permanece inalterada e na contemporaneidade se manifesta através da globalização, da expansão geográfica da acumulação de

¹⁷ [...] criticar la “economía política” quiere decir oponerle una nueva problemática y un objeto nuevo, por lo tanto, someter a discusión el objeto mismo de la Economía Política. Pero como la economía política se define como economía política por un objeto, la crítica que lava a alcanzar, partiendo del nuevo objeto que se le opone, puede alcanzar a la economía política en su propia existencia.

capital. É a partir desse cenário que vem a pergunta basilar: o que significa capitalismo?

Capital + ismo, de acordo com Bottomore (2012), o capitalismo refere-se ao “modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. [...] O sufixo *ismo* pode ser usado para indicar uma fase da história¹⁸ em que a sociedade se organiza para a reprodução da vida material. Dessa forma, a atual fase em que a sociedade se estrutura para produzir bens e serviços baseia-se no modo de produção capitalista. Contudo, o modo de produção capitalista, segundo Marx, “é apenas uma das formas historicamente específicas em que meios de produção e forças de trabalho se combinam para reproduzir as condições materiais da vida” (BOTTOMORE, 2012, p. 396). Para Sandroni (2002), nele

[...] a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário, e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias visando à obtenção de lucro (p. 81).

As categorias basilares do capitalismo foram discutidas no âmbito da economia política, com os economistas clássicos, sendo sua análise pautada nas leis que determinam a produção e distribuição da riqueza das nações. A Marx coube a incumbência de discutir e desvendar a essência das relações estabelecidas para a formação das sociedades no capitalismo. A categoria principal na qual se desenvolve a análise do capitalismo é o trabalho, atividade humana que objetiva transformar a *primeira natureza* para obter meios para suprir as necessidades humanas, tais como alimentação, moradia, vestuário, segurança, dentre outras. Nessa perspectiva o trabalho origina um valor de uso, e o resultado da ação humana sobre o espaço natural forma o espaço social.

Porém, isso ocorre com todos os animais, utilizam-se do esforço para obter o que necessitam para sua sobrevivência natural e reprodução biológica da espécie. Contudo, o que se propõe aqui é compreender o trabalho como uma categoria social, ou seja, através da ação humana sobre a natureza obtêm-se os meios necessários para satisfazer as necessidades. Para Netto e Braz (2007) essa diferença pode ser percebida através das seguintes características:

- a) a utilização de instrumentos desenvolvidos para determinada atividade;

¹⁸ Como escravismo, absolutismo, feudalismo, socialismo, dentre outros.

- b) habilidades que são obtidas com o conhecimento;
- c) planejamento antes da ação sobre a natureza, em que o homem planeja o objeto e o executa para suprir uma necessidade;
- d) o trabalho que produz excedente, ou seja, valor de troca.

Dessa forma, o trabalho do homem sobre a natureza é totalmente diferente do trabalho desenvolvido pelas abelhas, formigas e outras espécies¹⁹. Sendo assim, no âmbito da formação social de uma sociedade o trabalho torna-se uma categoria social. O trabalho assalariado é próprio do modo de produção capitalista e atinge a sua maior capacidade de produzir riqueza²⁰ com a divisão social do trabalho, em que os bens e serviços úteis para satisfazer as necessidades humanas transformam-se em mercadorias.

As mercadorias caracterizam-se pelo seu valor, não o valor de uso, relacionado com a utilidade, a capacidade que um bem adquire através do trabalho para satisfazer a uma necessidade. Isto é, a “mercadoria é todo produto que se compra ou que se vende. É, portanto, tudo o que se produz para a troca e não para uso ou consumo do produtor” (SANDRONI, 2002, p. 383).

Busca-se, portanto, compreender a formação do valor²¹ de troca das mercadorias. Para Marx (1996) existe uma medida comum que possibilita que as mercadorias possam ser trocadas umas pelas outras, ou seja, existe um processo de determinação do valor que proporcionalmente as mercadorias tenham o mesmo valor de troca, isto é, possam ser reduzidas a uma mesma medida. O valor de troca relaciona-se com a função social da mercadoria, tendo o trabalho como referência central no qual todas as mercadorias estão submetidas, o trabalho social²². “Portanto, os valores relativos das mercadorias se determinam pelas correspondentes

¹⁹ “Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele, o arquiteto, construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera”

²⁰ Relaciona-se diretamente com a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, que desenvolve um forte argumento em relação ao crescimento econômico propriamente dito, ou seja, “a riqueza ou o bem-estar das nações é identificado com seu produto anual *per capita* que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho útil ou produtivo – que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de produção – e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total” (SMITH, 1996, p. 09).

²¹ A Economia Clássica esclarece a diferença entre valor e preço, isto é: o valor real das mercadorias é invariável, depende do trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Entretanto, o preço nominal é variável, este pode oscilar, ficando abaixo ou acima do preço natural. O preço nominal é denominado de preço de mercado, ou o preço em dinheiro.

²² Aquele trabalho despendido para a produção de valores de troca. Segundo Marx (1996, p. 92), “aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria”.

quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas” (MARX, 1996, p.92).

Porém, a quantidade de trabalho realizado na mercadoria corresponde ao trabalho presente e passado contido nela, isto é, o trabalho incorporado em todas as fases do processo produtivo, desde a matéria-prima ao maquinário e ferramentas utilizadas. Dessa forma, o trabalho socialmente necessário varia de acordo com as forças produtivas²³ disponíveis, e estas diferem entre nações e povos. De acordo com Marx (1996), as forças produtivas estão diretamente relacionadas com as condições naturais, como fertilidade do solo e com o aperfeiçoamento progressivo das forças sociais do trabalho.

Contudo, a mercadoria necessita ter um valor de uso, e essa é a condição necessária para que ela adquira um valor de troca, *conditio sine qua non* a capitalista não ocorre. Conforme já evidenciamos, o fundamento da mercadoria é que nela está contido algo que perpassa a condição de valor de uso e fundamenta-se no valor de troca²⁴, explicitando o duplo caráter do valor expresso na mercadoria. De acordo com Marx (2002, p. 171), “[...] apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias”. Dessa forma, o trabalho abstrato²⁵ torna-se o fundamento do valor, um valor social próprio do modo de produção capitalista que é capaz de alterar a essência natural do trabalho humano. Isso ocorre de acordo com Coggiola (2002, p. 36-37),

[...] quando um trabalhador se encontra completamente despojado de seus instrumentos de trabalho, todas suas faculdades físicas e mentais capazes de produzir um determinado bem não apresentam para si nenhum valor de uso, pois mesmo possuindo tais faculdades não poderá produzir nada. Estas faculdades físicas e mentais são, então, postas à venda no mercado e o patrão passa a ser o proprietário da força de trabalho do indivíduo. [...] Sendo o exercício do trabalho em qualquer regime econômico sucedido ao longo da história um dispêndio físico de energia, somente sob o regime capitalista vamos encontrar na força de trabalho humana a particularidade de ser fonte de valor. O valor é um fenômeno puramente social, o valor de um produto é,

²³ “O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO. [...] As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho” (BOTTOMORE, 2012, p. 233).

²⁴ Para que uma mercadoria tenha valor de troca ela deve ter inicialmente um valor de uso, não para quem produz, mas para quem a adquire. Ou seja, a mercadoria deve ter a capacidade de satisfazer uma necessidade.

²⁵ “O trabalho concreto e o trabalho abstrato não são atividades diferentes, mas sim a mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes” (BOTTOMORE, 2012, p. 564-565).

portanto, uma função social, e não função natural adquirida por representar um valor de uso ou trabalho, nos sentidos fisiológicos ou técnico-material.

Buscando entender as relações determinadas no processo de produção de valor, Marx observa o caráter dual que o trabalho assume no capitalismo, sendo que no cerne da produção de mercadorias é possível encontrar o trabalho concreto e o trabalho abstrato, este último determinante para uma terceira particularidade desse processo, o trabalho alienado. De acordo com Marx (1996, p. 34),

[...] durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. [...] O capital se encarna em coisas: instrumentos de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção – convertidos em capital pela relação social da propriedade privada – é que usam o trabalhador.

Essa relação estranhada entre o trabalhador e sua produção - a mercadoria – assume esse caráter com a separação do trabalhador dos meios de produção, negando ao trabalhador a decisão do valor de uso concretizado no objeto, bem como a sua capacidade de planejamento do próprio objeto. Portanto, o trabalho alienado pode ser expresso como sendo aquele trabalho,

[...] cujo produtor não é seu proprietário, nem dos produtos por ele criados, pois estes são apropriados pelo capitalista, senhor dos meios de produção e, momentaneamente, proprietário da força de trabalho do operário. Nessas condições, o produto do trabalho aparece ao sujeito da criação – o trabalhador – como algo que lhe é estranho, uma força independente dele, na qual não se reconhece (SANDRONI, 2002, p. 609).

Esse processo é derivado da relação de compra e venda da força de trabalho, no qual o capitalista dispõe dessa mercadoria – o trabalho - para colocar os meios de produção em movimento para produzir valor. O trabalhador é remunerado de acordo com o valor da mercadoria – a força trabalho. De acordo com Harvey (2013, p. 45), “o valor só existe em relações entre mercadorias e só pode ser expresso materialmente na forma contraditória e problemática da mercadoria-dinheiro”. Dessa forma, o capitalista remunera a força de trabalho contratada materializada no dinheiro, e tem o seu preço nominal concretizado no salário²⁶. Ou seja, “os salários são a forma

²⁶ “Os salários constituem um dos principais objetos de análise do pensamento econômico e têm sido estudados desde os primórdios da economia política. Para David Ricardo, um dos principais defensores

monetária pela qual os trabalhadores são pagos pela venda da sua *força de trabalho*” (BOTTOMORE, 2012, p. 488).

Para um maior entendimento de como os salários são determinados, buscamos as contribuições de Adam Smith sobre essa análise. Primeiramente, Smith analisou as vantagens do liberalismo econômico, sendo este o cenário ideal para que os agentes buscassem racionalmente o melhor para si – o princípio da *mão invisível*. Smith (1996) discute cinco circunstâncias que determinariam as variações salariais:

- a) os salários variam dependendo da facilidade ou dificuldade de realização do trabalho;
- b) o tempo e o custo para habilitar o trabalhador para determinada função;
- c) depende da taxa de rotatividade, ou seja, o tempo de permanência na ocupação;
- d) o grau de confiança – pequeno ou grande – que se deposita no trabalhador;
- e) a probabilidade ou improbabilidade de sucesso na ocupação.

Considerando o trabalho como uma mercadoria, o seu preço também é determinado pelo mercado, sujeito às leis de oferta e demanda, contudo é preciso considerar que existe uma relação conflituosa entre salário e lucro, como afirmou Marx (2010, p. 23) “o salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador”. E, no longo prazo os salários tendem a permanecer a um nível de subsistência.

Para Ricardo (1996), um dos principais fatores que reduzia a taxa salarial seria o crescimento populacional, ou seja, a pressão demográfica que exerceria tanto pressão sobre os preços dos alimentos, quanto pelos postos de trabalho, causando uma redução no nível salarial recebido pela classe trabalhadora a um salário *mínimo*²⁷.

Marx analisa a relação salarial sob outro aspecto, discordando substancialmente da abordagem clássica. Concorda, no entanto, com os baixos salários, porém estes são determinados pela própria dinâmica da acumulação de

da teoria da subsistência, o salário de um trabalhador deve ser determinado pelo número de artigos indispensáveis a sua subsistência. Isto é, limita-se a um nível mínimo necessário à perpetuação da classe trabalhadora” (SANDRONI, 2002, p. 541).

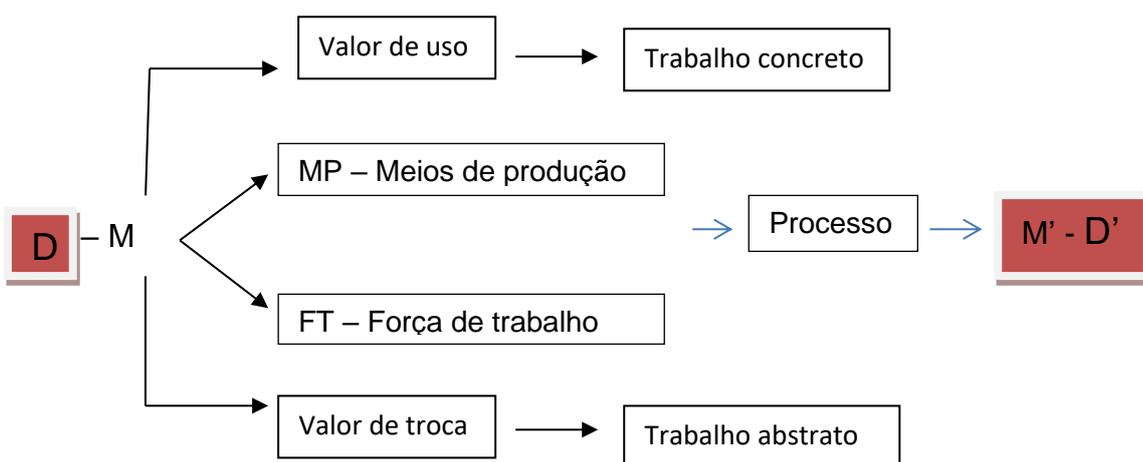
²⁷ “Menor remuneração permitida por lei para trabalhadores de um País ou de um ramo de atividade econômica. [...] O salário mínimo é fixado pelo governo federal e é obrigatório a todos os assalariados, urbanos e rurais. [...] pela Constituição de 1988, artigo 7, ítem 10, o salário mínimo passou a ser unificado, sendo que seus proventos deveriam atender às necessidades vitais básicas do assalariado e sua família, com relação à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social” (SANDRONI, 2002, p. 542).

capital, sendo, portando, um elemento estrutural, próprio do modo de produção capitalista²⁸, regulados principalmente pelo exército industrial de reserva. Para Marx (1996, p. 42), a lei geral da acumulação capitalista “concentra, num polo, a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto, no polo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras”.

Nessa perspectiva, o capital passa a ser a categoria central do modo de produção capitalista, isto é, o capital precede o modo de produção capitalista. O capital passa a comandar as relações de produção de valores através do trabalho acumulado, ou seja, $D - M - D'$. Nesse processo, encontram-se as categorias de análise da produção do capital.

O capitalista é possuidor do dinheiro que é valorizado, mas essa autovalorização do valor é um movimento objetivo; só na medida em que esse movimento objetivo se transforma no propósito subjetivo do capitalista é que o possuidor do dinheiro se transforma em capitalista, em personificação do capital (BOTTOMORE, 2012, 65).

D é o capital, ainda em forma de dinheiro. Quando o capitalista utiliza o dinheiro para comandar a força de trabalho para movimentar os meios de produção produzindo novas mercadorias – valores de troca – no processo de produção o capitalista obtém D' , um mais-valor, como mostra o esquema a seguir.



²⁸ Para Marx (1996, p. 261), “a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”.

Nessa dinâmica existe uma subjetividade que decorre do processo de valorização do valor de troca – mercadorias – que transforma dinheiro em capital através da combinação entre meios de produção e força de trabalho.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 1996, p. 287).

A relação fundamenta-se, portanto, na essência de que “o valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria” (Marx, 1996, p. 37), ou seja, $D' = D + \Delta D$. No processo de produção, descrito de forma sucinta, o capitalista obtém o seu lucro²⁹, sendo este originado no processo de produção da mercadoria, porém, é na circulação da mercadoria que ele se realiza. Nesse contexto, Marx (1996) demonstra o processo de produção do capital, que ocorre pela ampliação das forças produtivas em poder do capitalista.

Portanto, de acordo com Marx (1996, p. 98), “o que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua *força de trabalho*³⁰, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela”. Dessa forma, o capitalista procura ampliar o tempo de trabalho não pago, aumentando assim a extração do mais-valor ou mais-valia. No entanto, o mais-trabalho obtido com o valor de uso da força de trabalho, ou seja, o trabalho concreto produz valor de uso, porém, é o trabalho abstrato que produz o valor de troca – a mercadoria, entretanto, não pode existir valor de troca sem que seja produzido de forma concreta um valor de uso.

²⁹ O lucro obtido pelo comerciante é diferente do lucro obtido pelo capitalista que assegura ganhos de capital, isto é “[...] o lucro obtido pelo comerciante não deriva de qualquer acréscimo de valor, mas tão-somente da diferença entre o preço que pagava pela mercadoria e o preço pelo qual a vendia. [...]. O lucro do capitalista, porém, não se deve a diferenças entre preços de compra e preços de venda ocorrentes na esfera da produção: o lucro do capitalista provém de processos ocorrentes na esfera da produção, provém de um **acrécimo de valor**, cristalizado em M' e realizado quando o capitalista obtém D' ” (NETTO E BRAZ, 2007, p. 97).

³⁰ “A força de trabalho é comprada e vendida pelo salário, e as mercadorias subsequentemente produzidas pelos trabalhadores podem ser vendidas por um valor maior do que o valor total dos elementos que concorreram para a sua produção: o valor da força de trabalho mais o valor dos meios de produção utilizados no processo de produção. Mas a força de trabalho só pode ser uma mercadoria se os trabalhadores tiverem liberdade de vender sua capacidade de trabalhar, e, para que isso ocorra, as restrições feudais à mobilidade da força de trabalho devem ser levantadas, e os trabalhadores devem ser separados dos meios de produção para que sejam forçados a entrar no mercado de trabalho” (BOTTMORE, 2012, p. 64).

Luxemburg (1912) analisa os esquemas de reprodução simples e ampliada utilizados por Marx para explicar a reprodução do capital, em especial, a reprodução ampliada. Convencida de que essa discussão ficou inacabada, tece várias críticas aos esquemas³¹ de Marx e apresenta sua análise sobre a acumulação capitalista.

Já conhecemos a peculiaridade histórica da reprodução ampliada sob base capitalista, ou seja, seu carácter acumulativo, que é uma forma específica e, ao mesmo tempo, uma pré-condição para sua existência. Isto é: a produção social total (que numa base capitalista é uma produção de mais-valia) só pode ser ampliada em cada caso no sentido e na medida em que o capital, até então ativo, da sociedade, é aumentado pelo trabalho da mais-valia produzida por ele. O destino de uma parte da mais-valia e de uma parte crescente, para fins produtivos, e não para o consumo pessoal da classe capitalista, é a base da reprodução ampliada³² (LUXEMBURG, 1912, p. 43).

De acordo com Luxemburg (1912), a mais-valia ou trabalho não pago antes de se transformar em um novo capital assume a forma monetária, necessitando de determinados mecanismos para sua realização, embora o valor excedente, o mais-valor, contenha em sua essência os elementos para a formação desse novo capital. Esse processo se desenvolve a partir das seguintes condições³³ (p. 158):

- a) A mais-valia destinada à capitalização é apresentada, a partir de sua origem, na forma material dos meios de produção complementares e meios de subsistência adicionais para os trabalhadores;
- b) A expansão da produção capitalista é feita exclusivamente com meios de produção e subsistência próprios, isto é, produzidos por capitalistas;
- c) As dimensões da expansão da produção (de acumulação) são dadas, antecipadamente, pela quantidade da mais-valia destinada a ser capitalizada [...];
- d) Como a produção capitalista compra exclusivamente seu mais produto, não há limite para a acumulação do capital.

³¹ “En el primer capítulo hemos establecido que el esquema marxista de la acumulación no da respuesta alguna a la cuestión de saber para quién se realiza en la reproducción ampliada”. [...] “Así, pues, no cabe duda alguna de que Marx quería exponer el proceso de la acumulación en una sociedad compuesta exclusivamente de capitalistas y trabajadores, bajo el dominio general y exclusivo de la forma de producción capitalista. En tales términos, su esquema no puede tener otra interpretación que la de la producción por la producción misma” (LUXEMBURG, 1912, p. 157, 159).

³² Conocemos ya la peculiaridad histórica de la reproducción ampliada sobre base capitalista, a saber, su carácter acumulativo, que es forma específica y, al mismo tiempo, condición previa de su existencia. Es decir: la producción total social (que sobre base capitalista es una producción de plusvalía) sólo puede ser ampliada en cada caso en el sentido y en la medida en que el capital, hasta entonces activo, de la sociedad, se incrementa por obra de la plusvalía por él producida. El destino de una parte de la plusvalía, y de una parte creciente, a fines productivos, y no al consumo personal de la clase capitalista, es la base de la reproducción ampliada.

³³ a) La plusvalía destinada a la capitalización se presenta, desde su origen, bajo la forma material de medios de producción suplementarios y de medios de subsistencia adicionales para los obreros; b) La ampliación de la producción capitalista se realiza, exclusivamente, con medios de producción y de subsistencia propios, es decir, producidos por capitalistas; c) Las dimensiones de la ampliación de la producción (de la acumulación) están dadas, de antemano, por la cantidad de plusvalía destinada a ser capitalizada [...]; d) Como la producción capitalista compra ella misma en exclusiva su plus producto, no hay limite a la acumulación del capital.

Entretanto, esse processo de reprodução anual não permitiria o desenvolvimento e aperfeiçoamento das forças produtivas, sendo, portanto, impossível representar a real dinâmica da acumulação de capital. O próprio Marx (1996) admitiu que houve um engano por parte da Economia Política no que se refere à acumulação de capital, ou seja, não é toda a mais-valia que se transforma em capital, mas apenas uma parte, pois o capitalista precisa satisfazer as necessidades demandadas pelo seu consumo pessoal, logo, parte da mais-valia não se converte em meios de produção, mas em *renda*³⁴ e parte do trabalho que o contrata, não é trabalho produtivo no sentido de produzir valor de troca.

Dessa forma, surge uma dificuldade de realização da mais-valia, surgindo assim um empecilho para a reprodução contínua e ampliada do capital.

O esquema marxista de acumulação capitalista nada mais é do que a expressão teórica daquele momento em que a dominação capitalista alcançou seu limite final e, nesse sentido, é uma ficção científica, assim como seu esquema de reprodução simples que formula teoricamente o ponto de partida para a acumulação de capital e suas leis³⁵ (LUXEMBURG, 1912, p. 205).

Nesse sentido, os esquemas seriam apenas abstrações teóricas de como o dinheiro é transformado em capital e esse é reinvestido na aquisição de meios de produção e força de trabalho para que a cada ciclo seja gerado um valor maior que o inicial. Fica evidente como funciona esse movimento do capital através da troca, mas não considerou a complexidade que determina e condiciona a acumulação de capital e o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Considerando que as categorias de análise da economia marxista são universais, embora se apresentem revestidas das características do seu tempo histórico, indicam um movimento em relação às condições de reprodução ampliada do capital. Porém, é necessário investigar suas alterações na forma como o trabalho se torna uma categoria fundante das principais mudanças nas relações de produção no MPC que, embora sua essência permaneça inalterada, novas formas sociais de produção da vida material vão se firmando na sociedade contemporânea, sendo,

³⁴ A palavra renda utilizada por Marx, nesse caso específico, refere-se a aquela parte de recursos utilizados para suprir seus gastos pessoais, não se convertendo em capital.

³⁵ El esquema marxista de la acumulación capitalista no es más que la expresión teórica de aquel momento en que la dominación capitalista ha alcanzado su último límite, y en tal sentido, es una ficción científica, lo mismo que su esquema de la reproducción simples que formula teóricamente el punto de partida de la acumulación del capital y sus leyes.

portanto, inconveniente tentar explicar as relações de produção baseada na realidade vivenciada e utilizada como base empírica para as afirmações de Marx sobre o funcionamento do capitalismo.

Contudo, se sua forma foi alterada, o conteúdo histórico que fundamentou a acumulação primitiva tornou-se permanente, explorando novos espaços, (re)criando as relações de produção para que o processo de acumulação ocorra de forma contínua.

A questão sobre os elementos materiais da acumulação de capital, longe de ser resolvida pela forma material de mais-valia produzida na forma capitalista, se transforma em outra questão: para usar produtivamente a mais-valia realizada, é necessário que o capital progressivo disponha cada vez mais da Terra inteira para poder fazer uma seleção quantitativa e qualitativamente ilimitada de seus meios de produção. A repentina apropriação de novos territórios de matérias-primas em quantidade ilimitada, a fim de enfrentar todas as alternativas e possíveis interrupções de suas importações de fontes antigas, bem como todos os repentinos aumentos da demanda social, é uma das condições prévias, essenciais do processo de acumulação em sua elasticidade³⁶ (LUXEMBURG, 1912, p. 173).

Qualquer impedimento ao processo contínuo de acumulação gera uma fissura no modo de produção capitalista – uma crise – que interrompe o fluxo de expansão do capital. Alguns elementos potenciais causadores de crises referem-se à própria limitação da jornada de trabalho, que não pode ser ampliada continuamente, aumento nos salários e a limitação do mercado, que compromete a realização da mais-valia através das alterações na composição orgânica do capital. Refere-se, portanto, à capacidade de redução no valor da força de trabalho decorrente de alterações nas proporções de capital constante e capital variável utilizados no processo de produção do capital.

Em relação à jornada de trabalho, Marx (1996) esclarece que esta é composta de trabalho pago e trabalho não pago, logo, o trabalho pago – salário – e o trabalho não pago – mais-valia, variam de forma inversa. Portanto, “o aumento ou a diminuição da mais-valia é sempre consequência e jamais causa do correspondente

³⁶ La cuestión acerca de los elementos materiales de la acumulación del capital, lejos de hallar se resuelta por la forma material de la plusvalía, producida en forma capitalista, se transforma en otra cuestión: para utilizar productivamente la plusvalía realizada, es menester que el capital progresivo disponga cada vez en mayor grado de la Tierra entera para poder hacer una selección cuantitativa y cualitativamente ilimitada de sus medios de producción. La apropiación súbita de nuevos territorios de materias primas en cantidad ilimitada, para hacer frente así a todas las alternativas e interrupciones eventuales de su importación de antiguas fuentes, como a todos los aumentos súbitos de la demanda social, es una de las condiciones previas, imprescindibles del proceso de acumulación en su elasticidad.

aumento ou diminuição do valor da força de trabalho” (p. 149). A mais-valia obtida pela extensão da jornada de trabalho é a mais valia absoluta, ou seja, o capitalista se apropria de uma parcela maior do trabalho não pago. De acordo com Marx (1996, p. 138),

[...] o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta.

Apesar disso, quando esse mecanismo de exploração do trabalhador é exaurido, o processo de produção de valores é alterado. Nesse curso, o trabalho passa a ter uma subordinação real ao invés de formal ao capital, constituindo assim a base da produção da mais valia relativa³⁷. De acordo com Marx (1996), a composição do capital passa a ser analisada sob dois aspectos: da perspectiva do valor e da perspectiva da matéria, isto é, sua composição em capital constante e capital variável, colocando de outra forma: os meios de produção e a força de trabalho³⁸.

Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho (MARX, 1996, p. 140).

Dessa forma, com o advento do progresso técnico, o MPC encontra-se com todos os seus elementos em pleno desenvolvimento, momento em que ocorre a total subsunção do trabalho ao capital. Compreende-se, portanto, que com a estrutura do modo de produção capitalista totalmente desenvolvida, todas as forças são colocadas em movimento e altera a própria base que originou a formação social da sua época: a sociedade burguesa.

³⁷ “De certo ponto de vista, toda diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa parece ilusória. A mais-valia relativa é absoluta, pois condiciona um prolongamento absoluto da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho, o qual permite um desenvolvimento da produtividade do trabalho, permitindo limitar o tempo de trabalho necessário à parte da jornada de trabalho” (MARX, 1996, p. 139).

³⁸ De acordo com Marx (1996, p. 251), “o salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador”.

Portanto, as categorias de análise³⁹ – trabalho, valor e mais-valia – foram fundamentais para a compreensão do movimento do capital e formação da sociedade resultante desse movimento. Para Marx, essas categorias já estavam presentes quando os clássicos, Smith e Ricardo, discorreram sobre o MPC, entretanto, não desvendar sua verdadeira anatomia dificultou e limitou sua análise que permaneceu centrada apenas na produção de mercadorias, negando o capital como elemento fundante desse modo de produção. Para os clássicos da Economia Política, o capital poderia se reproduzir indefinidamente, desde que a expansão do mercado e o progresso tecnológico fossem mantidos.

Marx, a partir da crítica direcionada à economia política evidencia que a produção de mercadorias não é o fim, mas o meio necessário para a produção e reprodução do capital e as relações estabelecidas no âmbito do desenvolvimento do MPC são históricas, porém, suas leis são transitórias, necessitando uma busca profunda pelas suas categorias fundantes e sua essência.

Das repreensões de detalhes, apenas reterei uma, que se refere a um ponto da terminologia. Marx se opõe a esse fato em aparência insignificante: que Smith e Ricardo sempre analisam a "mais-valia" na forma de benefício de renda, de interesse, que nunca é chamada pelo nome, mas sempre disfarçada sob outras, que não é concebida em sua "generalidade" distinta de suas "formas de existência"⁴⁰ (ALTHUSSER, 2004, p. 101).

Entretanto, é essencial atentar para as especificidades que envolvem essa análise, ou seja, sua compreensão deve considerar a realidade concreta que determina diferentes ritmos de acumulação, sendo, portanto, impossível que o capital se reproduza e se acumule historicamente sem alterar sua estrutura e forma. Isso significa que sempre vai existir uma diferença entre o caráter abstrato da análise teórica e o caráter concreto, historicamente determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Para Althusser (2004, p. 89),

[...] os conceitos com os quais Marx expressamente informa sua descoberta e que sustentam todas as suas análises econômicas, os conceitos de valor e

³⁹ Através dessas categorias definem-se os elementos que compõem a lei geral da acumulação capitalista: a composição orgânica do capital e a formação do exército industrial de reserva.

⁴⁰ De los reproches de detalle sólo retendré uno, que se refiere a un punto de la terminología. Marx objeta este hecho en apariencia insignificante: de que Smith y Ricardo analizan siempre la "plusvalía" bajo la forma de beneficio de renta, de interés, que no es nunca llamada por su nombre sino siempre disfrazada bajo otros, que no es concebida en su "generalidad" distinta de sus "formas de existencia".

mais-valia, são precisamente os conceitos sobre os quais irritou toda a crítica feita a Marx pelos economistas modernos⁴¹.

No entanto, muitos críticos da análise marxista não consideram a transitoriedade do modo de produção capitalista desenvolvidas pelo conjunto das forças produtivas que atuam na formação social contemporânea. Para Althusser (2004, p. 112), “o tempo da produção econômica capitalista que Marx analisou deve ser construído a partir da realidade dos ritmos diferentes que caracterizam as diferentes operações da produção de circulação e distribuição⁴²”.

Para Luxemburg, existe uma dialética própria da estrutura do MPC e que este não pode se desenvolver fora das contradições que envolvem as formações sociais capitalistas e não capitalistas.

No sentido da doutrina marxista, a solução está nessa contradição dialética: a acumulação capitalista precisa, para seu desenvolvimento, de um ambiente de formações sociais não capitalistas; está avançando em constante mudança de matérias com elas, e só pode sobreviver enquanto tiver esse meio ambiente⁴³ (LUXEMBURG, 1912, p. 177).

Luxemburg ao criticar a análise marxista chama a atenção ao fato de Marx analisar a acumulação do capital apenas do ponto de vista do MPC não permitindo uma compreensão de sua totalidade, pois são exatamente as formas de produção e sociedades não capitalistas que permitem a reprodução contínua do capital e sua acumulação.

Mas o fato de que as organizações sociais não capitalistas dominam nos países desses ramos de produção faz com que o capital seja levado a submeter aqueles países e sociedades, nos quais, por outro lado, as condições primitivas permitem que a acumulação se desenvolva com uma violência e rapidez extraordinárias, o que não seriam concebíveis em sociedades capitalistas⁴⁴ (LUXEMBURG, 1912, p. 177).

⁴¹ Los conceptos con los cuales Marx informa expresamente su descubrimiento y que sostienen todas sus análisis económicas, los conceptos de valor y de plusvalía, son precisamente los conceptos sobre los cuales se ensañó toda la crítica dirigida a Marx por los economistas modernos.

⁴² [...] el tiempo de la producción económica capitalista que Marx analizó debe ser construido a partir de la realidad de los ritmos diferentes que caracterizan las diferentes operaciones de la producción de La circulación y La distribución.

⁴³ En el sentido de la doctrina marxista, la solución se halla en esta contradicción dialéctica: la acumulación capitalista necesita, para su desarrollo, un medio ambiente de formaciones sociales no capitalistas; va avanzando en constante cambio de materias con ellas, y solo puede subsistir mientras dispone de este medio ambiente.

⁴⁴ Pero el hecho de que dominen organizaciones sociales no capitalistas en los países de aquellas ramas de producción, hace que el capital se vea impulsado a someter aquellos países y sociedades, en los cuales, por otra parte, lo primitivo de las condiciones permite que la acumulación se desarrolle con una violencia y rapidez extraordinarias, que no serían concebibles en sociedades de tipo capitalista.

Essa percepção de que a reprodução ampliada de capital - analisada por Marx - levaria a sociedade ao estágio em que se estabelecia apenas entre capitalistas e trabalhadores não seria possível, uma vez que, o modo de produção capitalista necessita de outras formas de produção para a realização da mais valia. Por isso se torna mais complexo acompanhar e analisar as formas históricas de acumulação que o capitalismo assume ao passar da reprodução simples para a ampliada.

Para Luxemburg (1912, p. 165),

o esquema contradiz a concepção do processo capitalista total e seu curso tal como aparece no Volume III de O Capital de Marx. O pensamento fundamental dessa concepção é a contradição imanente entre a capacidade ilimitada de expansão da força produtiva e a capacidade limitada de expansão do consumo social sob uma distribuição capitalista⁴⁵.

Essa diferença entre a capacidade ilimitada da expansão das forças produtivas e a insuficiência da demanda efetiva, condiciona fundamentalmente a acumulação de capital à capacidade de expansão do mercado, uma das principais causas das periódicas crises. Coggiola (2002) traduz para os dias atuais o significado de uma crise no modo capitalista de produção, ou seja, “uma crise econômica é então uma queda da expansão da produção, uma interrupção da acumulação de capital ou, noutras palavras, uma queda dos investimentos devido à sua baixa rentabilidade” (p. 140).

De acordo com Luxemburg (1912, p. 179), “[...] o capitalismo precisa, para sua existência e desenvolvimento, ser cercado por formas de produção não capitalistas. Mas qualquer uma dessas formas não é suficiente. Ela precisa, como mercados, de camadas sociais não capitalistas para colocar sua mais-valia⁴⁶”.

A argumentação fundamenta-se no próprio processo de movimento do capital, ou seja, para que ocorra a acumulação de capital de forma ampliada e contínua, é necessário que a cada etapa do processo produtivo se gere um mais valor, obtido no processo de produção, porém ele é gerado, mas não realizado, necessitando do mercado para que esse processo se efetive. Uma vez efetivado, ele

⁴⁵ El esquema contradice la concepción del proceso total capitalista y su curso tal como aparece en El Tomo III de El capital de Marx. El pensamiento fundamental de esta concepción es la contradicción immanente entre La capacidad ilimitada de expansión de La fuerza productiva y La capacidad limitada de expansión del consumo social bajo una distribución capitalista.

⁴⁶ [...] el capitalismo necesita, para su existencia y desarrollo, estar rodeado de formas de producción no capitalistas. Pero no le basta cualquiera de estas formas. Necesita como mercados capas sociales no capitalistas para colocar su plusvalía.

precisa retornar ao processo produtivo, gerando novamente um mais valor. Dessa forma, o processo produtivo encontraria um limite para a realização do mais valor, o que caracterizaria uma interrupção no processo de produção do capital. Essa possibilidade – das crises – acompanha o capitalismo em todas as suas fases, necessitando de uma análise permanente e atual das modificações estruturais desse modo de produção.

Nesse contexto, Luxemburg (1912) explica que se em determinado momento a acumulação de capital ainda não encontrou esse limite é por que existem outras formas de produção que devem participar do consumo social. Entretanto, o capital subordina de uma forma ou de outra as outras formas de produção, seja pelo fato delas representarem uma fonte de aquisição de matéria-prima ou servem como reserva de mão-de-obra para o capital. Isto é, o capital subordina e espolia as sociedades em que o capitalismo não é dominante pelas seguintes vias⁴⁷ (1912, p. 179-180):

a) Apodera-se diretamente de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça de florestas virgens, minerais, pedras preciosas, os produtos de plantas exóticas, [...]; b) "Liberação" das forças de trabalho que serão forçadas a trabalhar para o capital; c) Introdução da economia mercantil; d) Separação da agricultura artesanal.

Essa prática violenta de acumulação foi utilizada nos primórdios do capitalismo, o que Marx chamou de acumulação primitiva, mas também foi estabelecida no âmbito da política colonial. Segundo Luxemburg (1912, p. 180), “o capital não tem, para a questão, mais solução do que a violência, que constitui um método constante de acumulação de capital no processo histórico, não apenas em sua gênese, mas em todos os tempos, até hoje⁴⁸”. De modo geral, quando o capital necessita reordenar os seus instrumentos de dominação, ele faz com muita violência, principalmente eliminando as possibilidades de resistência.

⁴⁷ a) Apodera-se directamente de fuentes importantes de fuerzas productivas, como la tierra, la caza de las selvas vírgenes, los minerales, las piedras preciosas, los productos de las plantas exóticas, [...]; b) “Liberación” de las fuerzas de trabajo que se verán obligadas a trabajar para el capital; c) Introducción de la economía de mercancías; d) Separación de la agricultura del artesanato.

⁴⁸ [...] el capital no tiene, para la cuestión, más solución que la violencia, que constituye un método constante de acumulación de capital en el proceso histórico, no solo en su génesis, sino en todo tiempo, hasta el día de hoy”.

2.2 A expansão capitalista e os ajustes espaciais no pós-guerra

Em meados do século XX, com o fim da segunda Guerra Mundial (1939-1945) inicia-se um novo padrão de acumulação de capital conduzido pelos países centrais, em especial os Estados Unidos. No pós-guerra, os dois maiores blocos econômicos disputavam a hegemonia política e econômica em relação ao resto do mundo. Os EUA e a URSS se enfrentaram para disputar a soberania da espacialidade do modo de produção, já que estes eram antagônicos. Com essa disputa, os EUA iniciaram uma ofensiva para garantir o domínio sobre as nações, estabelecendo o capitalismo como modo de produção dominante.

Após a primeira crise estrutural do capital, a *grande depressão* (1929/30) corroendo os princípios fundamentais do liberalismo clássico da *mão invisível* de Adam Smith, a teoria econômica é retorcida e os fundamentos da teoria keynesiana começam a fazer sentido, pelo menos para aquele momento de crise. Dentro desse cenário de disputa econômica e política, os EUA adotam como saída para a crise estrutural do capital o impedimento do avanço da social-democracia pelo mundo, através do Estado de Bem Estar Social – *Welfare State*.

Este, emerge com base no *pacto* entre Estado, capital e trabalhador, onde a intervenção do Estado na economia passa não somente a ser permitida, como desejada. Inicia-se, portanto, a expansão do capitalismo, estruturado no capital industrial, garantindo sua expansão geograficamente. Essa expansão capitalista foi marcada pelo acordo de Bretton Woods⁴⁹ e a criação de vários organismos internacionais, dentre eles, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), tornando-se fundamentais para a reconstrução econômica dos países no pós-guerra e garantir a soberania americana na expansão das relações capitalistas sob o comando do capital.

⁴⁹ Conferência realizada pelas Nações Unidas em 1944 em Bretton Woods, para recuperar e planejar as economias mundiais devastadas pela Segunda Guerra Mundial. “O sistema Bretton Woods refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como a necessidade de preencher as enormes necessidades, herdadas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, para financiamento da acumulação. O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo que indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial” (CHESNAIS, 1996, p. 249-250).

Dessa forma, a acumulação de capital, que até 1950 ocorria baseada nos ganhos com o comércio internacional e as exportações de capitais, com a industrialização o capitalismo se estrutura para tornar-se o modo de produção por excelência, criando um novo padrão produtivo comandado pelo capital centralizado nas grandes corporações. Logo, a mais-valia extraída com o comércio internacional, passou a ser obtida através da internacionalização da produção (IANNI, 2007). Para colocar em movimento esse novo padrão de acumulação, os organismos internacionais passam a operar em favor das necessidades da expansão capitalista e na divisão internacional do trabalho.

No caso do FMI e Banco Mundial, apesar de possuírem objetivos diferenciados, as duas entidades são como irmãos siameses dentro da política de consolidação das zonas de influência dos Estados Unidos no Ocidente e da subordinação da periferia. [...] Operacionalmente, o Banco Mundial faz o papel de mocinho: fornecedor de créditos longo prazo para os países periféricos, promotor do desenvolvimento econômico, fomentador do combate à pobreza, defensor do meio ambiente [...] (COSTA, 2008, p. 198-199).

Entre 1950 e 1970 ocorreu um intenso crescimento econômico nos países de capitalismo avançado. O modelo taylorista e fordista revolucionou as técnicas e organizações industriais, ao mesmo tempo em que exigiu mudanças na formação da classe trabalhadora para atender ao novo padrão de acumulação capitalista. Entretanto, esse crescimento evidencia o desenvolvimento desigual das forças produtivas entre as nações, necessitando de um reordenamento espacial da capacidade de expansão e acumulação de capital.

Nesse reordenamento fica evidente que o mundo foi regionalizado⁵⁰ entre centro e periferia, em que os países industrializados se tornaram o centro da acumulação capitalista, o crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico acumulados no período tornaram-se referências de desenvolvimento, de progresso que deveria ser perseguido por todas as regiões. Por outro lado, as regiões produtoras/exportadoras de produtos primários, as economias agroexportadoras estavam na periferia em relação ao centro desse processo de acumulação. Nesse contexto, reside o conceito de subdesenvolvimento, que se estabelece através das relações comerciais entre centro e periferia no mercado mundial.

⁵⁰ Para uma análise detalhada sobre os diferentes critérios dessas regionalizações ver Bielschowsky (2000).

Na década de 1970, fatores conjunturais, como os choques do petróleo, o aumento no custo de produção decorrente do aumento no preço das matérias-primas e a insatisfação da classe trabalhadora por melhores salários e condições de trabalho, ameaçam a estabilidade do crescimento econômico. Soma-se a isso o agravamento da crise fiscal americana e a desvalorização do dólar, levando uma grande tensão à economia mundial. Essa tensão foi agravada pelo crescimento dos movimentos de esquerda simpatizantes com o modelo social democrata. Esses movimentos, juntamente com os partidos de esquerda que se fortaleciam, tornaram-se uma ameaça aos interesses dos países centrais que reagiram com movimentos de repressão, tendo ocorrido, em diversos países golpes militares em governos populares para garantir a soberania americana.

De acordo com Gaspar (2015, p. 279), “a crise econômica dos anos 70 reavivou o debate sobre as crises capitalistas entre os autores comprometidos com a tradição marxista”. Portanto, a produção capitalista se expande espacialmente ao mesmo tempo que os movimentos ligados à classe trabalhadora passam a ser reprimidos. A gestão capitalista dos meios de produção leva a um movimento cíclico, onde a expansão capitalista aumenta com a espoliação da classe trabalhadora e reduzindo-se com o esgotamento da sua capacidade de extração da mais-valia. Portanto, cada final de *ciclo* indica que o capital encontrou um limite para sua reprodução, necessitando de um reordenamento das forças produtivas que possibilite a criação de novos mecanismos para acumulação.

Na década de 1980 o mundo ocidental experimentou o início de um novo ciclo de expansão, foram criadas as condições para a retomada da acumulação em uma esfera superior à anterior⁵¹. A recessão vivenciada no final da década de 1970 exigiu medidas de austeridade fiscal com ajustes ortodoxos, reduzindo ainda mais a capacidade produtiva na mesma medida em que se promove a destituição do Estado de Bem Estar Social. A hegemonia americana se consolida com o fim da guerra fria, e os preceitos Keynesianos são substituídos pelos princípios do neoliberalismo⁵².

Para Coggiola (2002) o receituário do neoliberalismo foi posto em prática ainda na década de 1970, na Europa, e seguiu com os Estados Unidos, América

⁵¹ Esse novo ciclo reinicia com o gov. Ronald Reagan nos EUA e da primeira ministra britânica Margareth Thatcher, em que o conservadorismo econômico e político passa a comandar os ajustes estruturais e conjunturais para a retomada do crescimento econômico.

⁵² Doutrina político-econômico que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno.

Latina e na antiga União Soviética. O receituário de ajustes proposto pelo FMI foi composto de “ajuste fiscal; redução do tamanho do Estado; fim das restrições ao capital externo; abertura do sistema financeiro; desregulamentação e; reestruturação do sistema previdenciário” (p. 416). O arrocho salarial também fez parte desse pacote de medidas impostas para a reorientação do padrão de acumulação capitalista. Com a aplicação desse receituário, na década de 1990 consolida-se a economia-mundo, ou simplesmente *globalização*. De acordo com Ianni (2007), a partir desses elementos emerge uma *nova ordem mundial*, resultado de uma purificação do modo capitalista de produção.

O modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global, é não apenas internacional ou multinacional. Assim, o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em escala mundial. [...] São processos que já se esboçam em alguns recantos desse novo e surpreendente mapa do mundo” (p. 18 - 39).

Portanto, as crises⁵³ periódicas não podem ser evitadas, e tão pouco são causadas por um único fator, mas pela própria natureza contraditória que define esse modo de produção – *a produção social x apropriação privada*⁵⁴. Porém, a cada crise desenvolvem-se novos mecanismos para a realização da mais-valia.

Assim, as crises são *funcionais* ao MPC: constituem os mecanismos mediante os quais o MPC *restaura*, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade. Por isso mesmo, as crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas conseqüências – não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo (NETTO & BRAZ, 2007, p. 162–163).

De acordo com Marx (1996, p. 59), “o movimento do modo de produção capitalista continua a ser não só prosperidade, nem só depressão, mas a alternância de uma a outra”. Dessa forma, as crises têm a função de reordenar as condições exauridas pela acumulação crescente de capital, sem as quais o capital ficaria estagnado. Ou seja, “o desenvolvimento do capitalismo é cíclico exatamente pela sua

⁵³ “Uma crise econômica é então uma queda da expansão da produção, uma interrupção da acumulação de capital ou, em outras palavras, uma queda dos investimentos devido à sua baixa rentabilidade” (COGGIOLA, 2002, p. 140).

⁵⁴ Lênin analisou as crises do modo de produção capitalista individualizando os dois principais aspectos: a superprodução e o subconsumo, embora os dois sejam derivados da estrutura contraditória própria desse modo de produção.

tendência permanente para a crise: contrariamente ao pensamento burguês, em Marx é a crise que explica o ciclo, e não o contrário” (COGGIOLA, 2002, p. 134).

Nesse momento - de crise - de interrupção ou redução da velocidade com a qual o capital se acumula, as condições existentes para a sua reprodução ampliada estão esgotadas, impondo um limite à expansão contínua e crescente. Porém, novas condições são criadas e o processo de acumulação é acelerado permitindo um estágio superior de acumulação, decorrente da expansão da capacidade de extração da mais-valia em novos espaços.

A partir dos anos de 1970, a *idade de ouro* do capitalismo pós-guerra começa a sucumbir, evidenciada principalmente pelo esgotamento do taylorismo e fordismo aparecendo os primeiros indícios de que as contradições inerentes ao MPC estavam reduzindo a capacidade de realização da mais-valia sem que as políticas econômicas adotadas, sob o comando do capital, tivessem efeitos significativos, capazes de contrabalancear a queda da taxa de lucro, ocorrendo, portanto, uma fratura no metabolismo vigente do capital.

Como as crises ocorrem pelo esgotamento da capacidade de realização da mais-valia, ou pela redução da taxa de lucro, a solução origina-se a partir de cinco fatores, que segundo Harvey (2011), quando atuam em conjunto eliminam temporariamente os fatores impeditivos da contínua e crescente acumulação capitalista.

- a) a expansão capitalista para novas esferas produtivas;
- b) progresso técnico;
- c) gerar novas necessidades;
- d) estímulo ao crescimento demográfico;
- e) a expansão geográfica.

Em relação à expansão capitalista para novas esferas produtivas, ocorre em relação à adoção do processo capitalista a novos setores. Considerando que a produção capitalista inicia com a produção de excedentes na agricultura, este se expande inicialmente para todo o cultivo agrícola, ou seja, passando de uma agricultura que produz valores de uso para uma agricultura que produz valores de troca. Quando o setor opera de forma dominante nos moldes capitalistas, este se expande para a esfera industrial, e assim vai incorporando todos os setores que

envolvem a indústria. Isso ocorre até que o capital esgote a sua capacidade de acumulação e reinicie o processo em uma escala crescente.

O progresso técnico é um grande aliado do capitalismo, pois dele decorre a extração da mais valia relativa. Dessa forma, as inovações tecnológicas permitem um aumento na mais-valia, seja pela substituição da mão-de-obra, seja pela velocidade adquirida no processo produtivo, resultando em um aumento de produtividade.

Por outro lado, a intensificação do processo tecnológico apresenta dois efeitos colaterais: o primeiro em relação à composição orgânica do capital, que na medida que o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, a tendência da taxa de lucro é declinar. O segundo é que, embora a mais-valia seja gerada no processo produtivo, é na circulação que ela se realiza necessitando, portanto, de uma demanda efetiva⁵⁵ correspondente para que o capital possa se reproduzir em escala crescente e de forma contínua, ou seja, isso só ocorreria se houvesse um equilíbrio entre oferta e demanda. Entretanto, de acordo com Coggiola (2002), as contradições presentes no modo de produção capitalista não permitem que esse equilíbrio ocorra, pois embora a produção ou oferta tenha um caráter social, não ocorre um planejamento central determinando as necessidades de produção, essa é derivada de decisões individuais dos capitalistas, motivados pelo lucro.

Nesse caso, a tendência é que apareça, em algum momento, uma insuficiência de demanda efetiva, caracterizando uma superprodução, mesmo que em determinado setor apresente uma produção insuficiente para suprir a demanda existente.

A terceira revolução industrial possibilitou ao sistema inovações tecnológicas radicais que proporcionaram às forças produtivas um enorme desenvolvimento. No entanto, o capital não possui atualmente condições para desenvolver plenamente o sistema produtivo, em função da insuficiência global de demanda (COSTA, 2008, p. 65).

Para adiar esse momento, criam-se novas necessidades e novos produtos, corroborando para uma mudança de hábitos e de costumes na sociedade. O estímulo ao consumo que perpassa as necessidades é um fator de grande destaque no início

⁵⁵ “O conceito de demanda efetiva de Keynes e sua teoria pretendiam substituir a Lei de Say. [...] A Lei de Say afirmava que era a produção que determinava a demanda, pois se a produção é que capacita as pessoas a comprar, então a demanda não poderia ser inferior àquela, isto é, incapaz de realizar a produção” (SANDRONI, 2002, p. 161).

do século XXI. A padronização do consumo e a rotatividade acelerada dos produtos, que brilhantemente foi analisada por Mészáros (1996) como *produção destrutiva*, promovem não apenas a expansão do mercado, mas também uma perda de identidade dos povos e a racionalidade do consumo essencial. Outro fator que contribui para a criação de novas necessidades é a elevação do indivíduo em detrimento do coletivo. De acordo com Bauman (2001, p.39), “a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna”. Harvey (2011) resgata o que o próprio Marx já tinha abordado, o incentivo do crescimento populacional. Marx (1996) afirma que,

[...] não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (p. 265).

Esse fator agrega duas vantagens para o capital, primeiramente em relação ao fator de produção trabalho, que tem o seu preço determinado pelo mercado, isto é, prevalece a lei de oferta e demanda. Assim, quanto maior a oferta, menor o preço que os capitalistas pagam para contratar a força de trabalho, causando uma redução no nível salarial dos trabalhadores. Outro efeito causado pela superpopulação⁵⁶ é a manutenção de um *exército industrial de reserva*. Essas vantagens reduziram à tendência decrescente da taxa de lucro⁵⁷.

Em relação ao aspecto da expansão geográfica este refere-se à busca por novos mercados e principalmente de novos espaços para a extração da mais-valia em outros países. Essa expansão, ocorre pela exportação de capitais e pela internacionalização da economia via capital financeiro.

A rigor, o processo de internacionalização do capital é, simultaneamente, um processo de formação do capital global, entendido como uma forma nova e desenvolvida do capital em geral. [...] Além da mundialização acelerada e generalizada das forças produtivas, dos processos econômicos, da nova divisão internacional do trabalho, formam-se redes e circuitos informatizados, por meio dos quais as transnacionais e os bancos movem o capital por todos os centros do mundo (IANNI, 2007, p. 68-69).

⁵⁶ Marx faz referência também à *superpopulação relativa* criada pelo capital, decorrente, principalmente, da redução proporcional do capital variável em relação ao capital constante.

⁵⁷ De acordo com Marx (1996, p. 107), “se os salários baixam, subirão os lucros; e, se os salários sobem, baixarão os lucros.

A internacionalização do capital torna-se mundializada para ratificar a hegemonia do capital financeiro na contemporaneidade do capitalismo. Chesnais (1996) chama atenção para o fato de que a mundialização do capital deve ser compreendida como uma intensificação da internacionalização da valorização do capital. “o movimento da mundialização é *excludente*. Com exceção de uns poucos ‘novos países industrializados’ que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento” (p. 33).

Nesse caso, de acordo com Harvey (2005, p. 48), “suscita a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação”. Para Ianni (2007, p. 69) “além da mundialização acelerada e generalizada das forças produtivas, dos processos econômicos, da nova divisão internacional do trabalho, formam-se redes e circuitos informatizados, por meio dos quais as transnacionais e os bancos movem o capital por todos os centros do mundo”

De acordo com Lênin (2011, p. 118), “o enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo”. Dessa forma, a concorrência entre os capitais levaria à concentração, posteriormente à centralização e, por último, ao monopólio caracterizando assim, segundo Lênin (2011), o imperialismo⁵⁸. Portanto, no capitalismo concorrencial ocorre a exportação de mercadorias, e no capitalismo monopolista ocorre a exportação de capitais.

A natureza da acumulação na contemporaneidade, caracterizado pelo capital financeiro, permite que as empresas, ou parte delas sejam transportadas para os espaços ainda não explorados, capazes de promover um novo ciclo de acumulação, em que a produção ocorre geralmente com um custo mínimo de mão-de-obra e oferta abundante de matéria-prima.

Para Costa (2008, p. 62) “com a criação e apropriação do valor em escala global, a burguesia dos países centrais tornou-se, pela primeira vez na história do capitalismo, uma classe exploradora direta do conjunto do proletariado mundial”. Ianni (2007) chamou esse processo de *aldeia global*, uma vez que os padrões de produção

⁵⁸O Imperialismo: a etapa superior do capitalismo. Publicado em 1916. Nessa obra, Lênin não está anunciando o fim do capitalismo, mas indicando em que etapa ocorre o pleno desenvolvimento dos elementos contraditórios inerentes ao modo capitalista de produção.

e consumo passam a ser universais difundidos principalmente pela terceira revolução tecnológica.

Os meios de comunicação de massa, potenciados por essas tecnologias, rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades sócio-econômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade (IANNI, 2007, p. 119).

Para Harvey (2005), a teoria do imperialismo apresenta uma continuidade da análise marxista sobre o capitalismo. Embora Marx não tenha conhecido essa etapa do capitalismo, apresentou, metodologicamente, os elementos presentes no metabolismo social do capital que levariam a essa fase, ou seja, a própria lei geral da acumulação capitalista, sendo, portanto, o resultado do próprio movimento do capital no tempo e no espaço.

O imperialismo⁵⁹ representa uma ampliação da capacidade produtiva do capital, ou seja, ocorre uma modificação no processo de produção assumindo novas formas estruturais de dominação, alterando as formações socioespaciais mundialmente. Essa etapa caracteriza-se pela presença dos seguintes elementos (LENIN, 2011):

- a) concentração da produção em alto nível, predominando os monopólios nacionais;
- b) fusão de capitais (capital industrial + capital bancário) consolidando o capital financeiro como condutor das relações sociais caracterizando o momento em que o capital financeiro torna-se superior ao capital produtivo;
- c) exportação de capitais, desestabilizando o setor produtivo mundialmente ao mesmo tempo, promove uma desterritorialização do capital financeiro, expandindo, assim, especialmente a sua capacidade de acumulação;
- d) a acumulação de capital e formação de monopólios mundializados, sustentados pela internacionalização do capital financeiro;
- e) domínio das estruturas produtivas pelas grandes potências globalizadas, caracterizando uma hegemonia espacial do capital financeiro.

O desenvolvimento do setor financeiro representa uma metamorfose no processo de acumulação, desencadeado pela incapacidade de sua forma anterior continuar existindo, isto é, de uma crise *estrutural* do capital. Sendo assim, a forma

⁵⁹John Hobson antecedeu Lênin na análise do imperialismo, em sua obra *IMPERIALISM A STUDY* de 1902.

assumida produz as condições necessárias à sua existência, comandando o processo de acumulação de forma mais violenta expandindo-se para espaços ainda não explorados para o uso da reprodução ampliada de capital.

O desenvolvimento do chamado setor financeiro obedece à necessidade do capitalismo de superar sua contradição de base, que se produz incessantemente. O capital financeiro opõe-se ao capital produtivo como um irmão siamês a outro. O desenvolvimento do sistema de crédito e os bancos; as sociedades acionárias e os mercados de valores; o desdobramento do capital em produtivo e financeiro; a centralização dos capitais e o sistema da dívida pública; o aparecimento do capital fictício; tudo isto obedece à necessidade do capital em seu conjunto de superar os limites que se opõem a sua reprodução indefinida: esses limites são, de um lado, o consumo pessoal limitado das massas frente à uma capacidade produtiva crescente; de outro lado, a estreiteza que representa a produção para o benefício privado frente à revolução constante da técnica e os procedimentos de produção (tendência à queda da taxa de lucro e à extinção da lei do valor). Em síntese, o limite do capital é o próprio capital (COGGIOLA, 2002, p. 173-174).

Nesse contexto, o excesso de capital acumulado e a incapacidade de reprodução desse capital de forma lucrativa são decorrentes de um excesso de produção, uma consequência da própria contradição do capitalismo necessitando exportar esse capital para outros espaços, onde a reprodução ampliada possa ocorrer. De acordo com Harvey (2014, p. 83), “o capital excedente⁶⁰ de um lugar pode encontrar emprego noutro lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas”.

Contudo, esse processo ocorre vinculado em redes de instituições fomentado pelo Estado capitalista⁶¹. De acordo com Harvey (2014), o Estado tem sido aliado do capital ao longo do desenvolvimento do capitalismo, ofertando constitucionalidade para a espacialização da acumulação de capital.

Mandel (1978) analisou o modo de produção capitalista após a Segunda Guerra Mundial a partir das leis elaboradas por Marx, ou seja, evidencia que as leis “abstratas” que explicam o movimento do capital permanecem válidas, apesar de muitos desdobramentos ocorridos desde que Marx publicou *O Capital*. Contudo, fica

⁶⁰ Rosa Luxemburgo corrobora com a análise de Hobson (1902) sobre o excedente de capital. Para esses autores, o excedente é decorrente da falta de demanda efetiva, ou seja, seria um problema conjuntural. Para Lênin (2011) o excedente de capital é derivado da superprodução, sendo um efeito das próprias contradições do capitalismo, sendo, portanto, um problema estrutural.

⁶¹ “O Estado constitui a entidade política, o corpo político mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas [...]” (HARVEY, 2014, p. 111).

evidente que o modo de produção capitalista cria mecanismos que promovem o seu próprio autodesenvolvimento, ou seja, as leis que explicam o movimento do capital referem-se à sua anatomia e gênese, não sendo válidas se consideradas de forma estática e absolutas, mas devem ser analisadas de forma que se alinhe às novas estruturas de dominação desenvolvidas ao longo do processo histórico da acumulação de capital.

Na era do imperialismo houve uma mudança radical em toda essa estrutura, e o processo de acumulação de capital em economias anteriormente não capitalistas passou também a subordinar-se à reprodução do grande capital do Ocidente. A partir desse ponto, foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária impulsionado pelas classes dominantes locais que determinou o desenvolvimento econômico de que seria, mais tarde denominado “Terceiro Mundo”. [...] Em consequência, o processo da exportação imperialista de capital sufocou o desenvolvimento o desenvolvimento econômico do chamado “Terceiro Mundo”. Isso porque, em primeiro lugar, absorveu os recursos locais disponíveis para a acumulação primitiva de capital, por meio de um “escoamento” qualitativamente acrescido (MANDEL, 1978, p. 36).

A hegemonia dos países imperialistas domina os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos, sendo esses processos determinados pelas formas dominantes de acumulação de capital.

A imagem que assim se forma é a de um sistema mundial imperialista construído a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais valia e produtividade do trabalho, consideradas em escala mundial (MANDEL, 1978, p. 40).

O desenvolvimento das forças produtivas ocorrido no pós-guerra foi analisado por Mandel (1978) como o *capitalismo tardio*, representando uma fase mais amadurecida ou mais intensa do *imperialismo* norte americano, porém, os limites para o capital não são totalmente visíveis, indicando que as forças produtivas no âmbito do modo de produção capitalista ainda não foram totalmente desenvolvidas e também não foram criadas as condições necessárias para sua superação.

Harvey (2014) chamou essa fase de acumulação *via espoliação*, ou seja, a partir dos anos 80 do século XX muitos países enfrentaram o endividamento externo, decorrentes dos financiamentos contraídos no FMI, o que caracterizou uma dívida em constante crescimento, decorrente das taxas de juros flexíveis adotadas. Nesse sentido, os países imperialistas comandaram uma série de ajustes nas economias internas, dentre elas, a abertura para o capital estrangeiro. A predominância das

economias capitalistas pós-guerra fria, altera a configuração econômica, política e social nos países do terceiro mundo, alinhando-se com os padrões norte americano.

Assim, regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e europeias. Isso permitiu que os lucros baixos nas regiões nucleares fossem suplantados pela apropriação dos lucros mais altos obtidos no exterior” (HARVEY, 2014, p. 61-62).

Mészáros (2011) evidencia esse processo como sendo uma acumulação destrutiva que atua em dois eixos paralelos: por um lado, a acumulação depende da destruição dos recursos naturais e, por outro, ocorre a destruição crescente do emprego e a precarização do mercado de trabalho. Portanto, os anos de 1990 marcam definitivamente a abertura para a expansão do capital global, reorientando as economias periféricas com o avanço da política neoliberal e pela mundialização do capital produtivo e financeiro. Antunes (2009) explicita os principais elementos constitutivos dessa crise metabólica do capital, iniciada ainda nos anos 1970. São eles:

- a) tendência declinante da taxa de lucro;
- b) limite do padrão de produção taylorismo e fordismo;
- c) o processo de financeirização da economia global;
- d) o aumento da concorrência entre capitais e ampliação do capital monopolista;
- e) fim da era keynesiana e o endividamento do Estado;
- f) adoção de um novo padrão de produção, com a defesa do Estado mínimo e a forte desregulamentação do mercado de trabalho e setor produtivo.

A crise iniciada no setor financeiro e posteriormente no setor produtivo leva a uma ofensiva neoliberal adotada pelos países imperialistas e expandida espacialmente para os países periféricos. O movimento do capital decorrente da financeirização da economia não foi suficiente para evitar a crise de 2008 e seus rebatimentos na economia global, causando assim a atual crise *estrutural*⁶² do capital.

Para Mészáros (2011, p. 65),

[...] a crise que enfrentamos não se não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. [...] Crescimento e expansão são necessidades imanentes ao sistema de produção capitalista, e quando os

⁶² Essa tese é desenvolvida por Mészáros na obra *A Crise estrutural do capital* (2011).

limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de força.

Diferentemente das crises cíclicas, que podem ser resolvidas com ajustes conjunturais, a estrutural é de outra natureza, pois o problema está no esgotamento da própria estrutura metabólica do capital, uma alteração irreversível no seu metabolismo social caracterizando uma crise *sistêmica*, ou seja, ocorre um processo de deterioração no organismo social vigente, caracterizada pela completa subordinação do trabalho ao capital. A esse processo surge a financeirização da economia, o capital improdutivo ou o capital fictício. Nesse estágio - avançado – em que o capitalismo se encontra, ocorre a captura, através de várias estruturas e redes, do excedente social pelo capital improdutivo.

Com base nessa conjuntura global, as políticas públicas são orientadas para cumprir esse papel demandado pela nova ordem mundial. A partir dos anos 1990 as políticas públicas para o campo trazem essa perspectiva, o distanciamento da questão agrária e a construção de um *novo* rural, exigências do atual padrão produtivo em curso.

3 O MODELO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E OS DISSENSOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Nessa parte da pesquisa encontram-se considerações sobre a produção do espaço agrário brasileiro. Como essa discussão é bastante ampla e complexa, optou-se por uma breve explanação sobre a temática com o objetivo de compreender a mudança paradigmática que desloca a temática da questão agrária para o desenvolvimento rural. O texto está estruturado em três partes. A primeira apresenta uma narrativa sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a relação dessa teoria com a produção do espaço agrário brasileiro, decorrente da expansão capitalista no campo e os seus efeitos sobre a formação de um campesinato marginal e dependente. Em seguida, abordou-se a mudança paradigmática do agrário para o rural, iniciada na década de 1990 com a implementação da agenda neoliberal. E, por último, apresenta o DTR institucionalizado como política pública nos anos 2000.

3.1 O desenvolvimento desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo

Nas últimas décadas do século XX a lei geral da acumulação capitalista, desenvolvida por Marx, tornou-se paradoxal diante do enfrentamento entre capital e trabalho, afetando o próprio metabolismo social do capital, destravando o gatilho para uma ofensiva mais violenta para recuperar e manter o processo crescente de acumulação capitalista no início do século XXI. Entretanto, considerando a lei do desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão do processo de acumulação que o capital impõe aos espaços, nas escalas internacionais, nacionais e regionais, percebe-se que a busca incessante pelo desenvolvimento das regiões periféricas cria apenas elementos que subordinam essas regiões ao capital internacionalizado, dominado pelo capitalismo financeiro.

A financeirização da economia consolida-se nesse início de século em um nível de privatização e concentração da riqueza social cada vez maior, tanto na escala nacional como mundial, considerando que o processo de crescimento econômico evidencia cada vez mais um desenvolvimento desigual, tanto no âmbito econômico quanto social, aspecto esse que mantém vivo o *fetichismo* do desenvolvimento. Contudo, tanto espacialmente quanto temporalmente o MPC promove um desenvolvimento

desigual. Essa constatação foi feita inicialmente por Lenin (1982) quando analisou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, e verificou o fortalecimento da indústria paralelo ao empobrecimento do setor agrícola e a espoliação dos camponeses, porém sua análise ficou restrita à dimensão econômica.

A forma como o capital se movimenta em busca de maiores rendimentos promove uma alteração socioespacial na relação homem-natureza que se manifesta de forma desigual, porém combinada com formas mais avançadas das forças produtivas. A base desse raciocínio tem sua origem na teoria da revolução permanente de Trotsky, superando significativamente a análise desenvolvida por Marx sobre o desenvolvimento dos modos de produção, que de acordo com o marxismo ortodoxo ocorreria em etapas, dentro de um processo histórico linear. Contudo, Trotsky (1985) depois da revolução russa de 1917 rompe com a teoria *etapista*, estabelecendo os pressupostos para a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* apontando uma nova perspectiva para a compreensão do MPC e a necessidade permanente de luta entre o capital e os trabalhadores.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ele siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] O capitalismo, porém, marca um progresso sobre tais condições. Ele preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por aí está excluída a possibilidade da repetição das formas de desenvolvimento das nações. Forçado a meter-se a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – esse privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exatamente, força-o a assimilar tudo antes dos prazos fixados, saltando uma série de etapas intermediárias. [...] A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar *lei do desenvolvimento combinado*, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 1985, p. 25)

Dessa forma, a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* atua como uma desmistificação da teoria etapista, presente no marxismo ortodoxo e reitera a premissa de que o capitalismo, por sua própria natureza é condutor de desigualdades. Na prática, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre simultaneamente com a luta de classes, sendo que o processo histórico será determinado pela realidade econômica, social, cultural e política de cada nação. Porém, as regiões periféricas

terão que suprimir várias etapas para que o processo de desenvolvimento ocorra combinado com o estágio de desenvolvimento dos países centrais. Contudo, embora ocorra a combinação de determinadas etapas no processo de acumulação de capital, esse processo será sempre desigual.

A lei do *desenvolvimento desigual e combinado* rompe apenas com a condição *sine qua non* da necessidade da revolução burguesa antes da proletária, reafirmando a necessidade *permanente* da luta dos trabalhadores contra o capital. Ainda sobre a teoria etapista, Lowy (2015, p. 21) afirma que “sua importância é, acima de tudo, metodológica: elas mostram que Marx e Engels admitiam a *possibilidade objetiva* de uma ruptura na sucessão de tarefas históricas; que estas tarefas têm uma articulação complexa, dialética; e que o materialismo histórico - ao menos como praticado nos escritos de seus fundadores - não pode ser reduzido a um evolucionismo metafísico e economicista”.

Nesse contexto, o desenvolvimento desigual e combinado ocorre pela própria expansão capitalista, gerando um processo de formação social historicamente dialético, em que o contraditório, manifestado nas relações conflituosas entre trabalhadores e capitalistas alteram o desenvolvimento das forças produtivas em determinado espaço, sendo este processo individualizado geograficamente, pois a conjugação de vários fatores - econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais - vão definir o rito necessário para a materialização das formações socioespaciais.

A concepção de Trotsky sobre o caráter permanente do processo revolucionário decorre logicamente, portanto, da extrapolação da dinâmica da luta de classe em uma ‘ditadura democrática revolucionária’. Mais ainda, está enraizada em uma profunda compreensão sobre como, na conjuntura da transição revolucionária, a esfera política torna-se dominante: o poder político do proletariado vira imediatamente um poder social e econômico, uma ameaça direta à dominação burguesa nas fábricas. Sob tais condições, lockouts e formas várias de sabotagem econômica (corte de investimentos, fuga de capitais, açambarcamento etc.) são as reações lógicas e quase inevitáveis de uma burguesia confrontada pela interrupção de garantias institucionais (do Estado) da propriedade privada e pelo alto perigo do poder da classe operária (LOWY, 2015, p. 75-76).

No Brasil, as digressões teóricas sobre as desigualdades e as políticas para vencer o subdesenvolvimento, tiveram forte respaldo na teoria da dependência⁶³.

⁶³ Conceito desenvolvido, especialmente na América Latina, para a explicação do atraso ou do subdesenvolvimento. A tese central baseia-se na hipótese de que o subdesenvolvimento não se constitui em uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas que este era originado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o subdesenvolvimento em alguns países e regiões é imposto

Contudo, autores como Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira contribuíram para o debate sobre a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* como tese central para a compreensão do processo histórico que formou o espaço social brasileiro.

A análise dos processos de formação do espaço social perpassa a caracterização das formas de relevo e paisagem, isto é, não é a forma concreta e visível aos olhos que interessa, mas os processos de formação social que são estruturados no modo como a sociedade se organiza na produção da vida material. Para Andrade (2005), as características gerais que levaram à seletividade espacial de ocupação do território brasileiro, definiram as formas de exploração e, conseqüentemente, o modelamento da paisagem econômica e social. A função de expandir a exploração dos fatores de produção resultou em estruturas e formas diferenciadas para a formação socioespacial do país e suas regiões. De acordo com Gomes (2010, p. 65),

[...] a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos. Dessa forma, a identificação de regiões deve se ater àquilo que é essencial no processo de produção do espaço, isto é, à divisão sócio-espacial do trabalho.

A política colonial [1500 - 1822] caracterizou-se por desenvolver o processo de acumulação originária de capital no Brasil, embora não participasse do circuito próprio de acumulação capitalista, uma vez que, a acumulação se dava em outro território. Entretanto, uma vez acumulado os meios de produção e capital, as forças de produção capitalistas já poderiam se desenvolver. Devido às relações complexas estabelecidas no âmbito das *plantations*, não existia ainda, de fato, relações capitalistas de produção, entretanto, as formas de dominação já estavam estabelecidas, ou seja, de acordo com Velho (2009, p. 104), “assiste-se no Brasil às manifestações de diferentes variedades (e variações) de um sistema de repressão da força de trabalho, incompatível tanto com a pequena produção independente quanto com a formação de um mercado de trabalho livre”.

Socialmente o espaço brasileiro é derivado de um processo que visava o comércio internacional, inicialmente conduzido pelo comércio colonial e, depois da independência, ocorre uma alteração na representação da classe que conduzia as

pelo próprio capitalismo, tornando países e regiões dependentes política e economicamente dos países desenvolvidos.

relações de dominação no país. Isso significa que as relações internas permaneceram basicamente inalteradas, pois o que houve foi uma disputa pelos direitos de exploração e dominação do território brasileiro. As principais fraturas desse processo de acumulação, ocorreram em meados do século XIX, em que o esgotamento do ciclo do açúcar no Nordeste Brasileiro e a pressão vinda da Inglaterra para a criação de um mercado consumidor faz emergir elementos para uma classe agrária que dominaria economicamente e politicamente as primeiras formas capitalistas de produção no espaço agrário.

A burguesia agrária, fortalecida a partir do esgotamento do modelo da *plantation* açucareira⁶⁴ e o fortalecimento da economia cafeeira no sudeste do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, origina a formação de uma nova classe dominante e, conseqüentemente, um novo centro de dominação, ainda baseado na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na monocultura que tinha como função o abastecimento do mercado externo.

A partir de meados dos anos de 1880, ocorre uma utilização progressiva do imigrante, fato que enfraqueceu o mercado de escravos e fortaleceu a manutenção da estrutura agrária vigente.

A decadência secular das *plantations* nordestinas, por outro lado, não só liberou mão-de-obra para as *plantations* cafeeiras, mas tornou mais conveniente para os senhores de terra nordestinos recorrer a *formas de imobilização da força de trabalho em que ela mesma produzisse para o seu autoconsumo*, sobretudo em períodos desfavoráveis (VELHO, 2009, p. 112).

A formação de um mercado de trabalhadores livres⁶⁵ teve sua gênese em formações sociais diferenciadas, seguiram vias distintas, originando um espaço social diverso e contraditório: o imigrante europeu e o emigrante nordestino. De acordo com Furtado (2005, p. 140),

[...] o imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos

⁶⁴ A concorrência no mercado internacional, colocou um dos principais produtos brasileiros em cheque, ou seja, “o mercado do açúcar tornara-se cada vez menos promissor. O açúcar de beterraba, cuja produção se desenvolvera no continente europeu [...], enraizara-se em interesses criados dentro de tradicionais mercados importadores” (FURTADO, 2005, p. 117-118).

⁶⁵ “A abolição da escravatura, à semelhança de uma ‘reforma agrária’, não constitui *per se* nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. A aparente complexidade desse problema deriva de que a propriedade da força de trabalho, ao passar do senhor de escravos para o indivíduo, deixa de ser um *ativo* que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade” (FURTADO, 2005, p. 143).

de manutenção assegurados até a colheita. [...] A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziram-no a um regime de servidão.

Nesse sentido, a organização social do espaço manteve desde a colonização a propriedade 'privada' como o centro do poder, e a centralização da terra nas mãos da oligarquia agrária impediu o desenvolvimento de um campesinato livre, autônomo, porém gerou um campesinato *marginal*, que se desenvolveu subordinado, à margem das grandes plantações.

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção (FURTADO, 2005, 147).

Entender o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não é tarefa fácil, pois existem muitas correntes de pensamento sobre a sua gênese, ao contrário do que ocorreu em outros países, em que vivenciaram outros modos de produção. Contudo, não faz parte dessa pesquisa abordar essa historiografia, mas oferecer breves considerações sobre a produção do espaço agrário brasileiro e suas implicações para a questão agrária vigente.

Para Oliveira (2013) não é possível encontrar o mesmo processo histórico evidenciado por Marx quando trata da *acumulação primitiva*, considerando que no Brasil não houve a expropriação da terra dos camponeses, mas o que ocorreu foi a *expropriação do excedente*. Isto é, a acumulação primitiva não foi apenas um estágio no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas ele continua ocorrendo todas as vezes que o capital se apropria de determinado espaço e expropria a terra, a renda e o trabalho da classe trabalhadora. No Brasil esse processo apresentou características diferentes, dependendo da região e da função econômica e política que ele desempenharia na promoção e manutenção da classe dominante.

Para Fernandes (1976) as categorias analíticas da produção capitalista não se realizaram no âmbito do processo de colonização brasileira, sendo, portanto, impossível considerar os senhores de engenhos capitalistas, pois não participavam diretamente do circuito mercantil realizado pela metrópole, ou seja, a capitalização se

dava no mercado europeu, onde as relações capitalistas de produção já tinham se estabelecido. Ademais, os meios de produção não se configuravam em bens de capital, mas em patrimônio. Isto é,

[...] o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias engendrava uma forma específica de capitalização. No fim o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais (FERNANDES, 1976, p. 24 e 25).

Sobre a formação da burguesia brasileira, sua origem também não tinha ligação com o *burgo* predominante da Idade Média, mas esta classe surge em meio a uma estrutura econômica e social voltada para os interesses da metrópole, dificultando o desenvolvimento do comércio interno tanto de produtos importados quanto de produtos artesanais.

Poder-se-ia dizer no máximo, que se trata de entidades que aqui apareceram tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social. Na verdade, assim como não tivemos um 'feudalismo' também não tivemos o 'burgo' característico do mundo medieval (FERNANDES, 1976, p.17).

De fato, a estrutura política, econômica e social no Brasil caracterizada pela monocultura e a mão-de-obra escrava sufocava o desenvolvimento da burguesia enquanto classe social dominante. Segundo Fernandes (1976, p. 18), “tratava-se, antes, de uma congêrie social, que de uma classe propriamente dita”. Portanto, a ascensão da burguesia no Brasil só foi possível a partir da Proclamação da República⁶⁶ e abolição do trabalho escravo, de forma que as pressões para a abolição da escravatura reforçam a necessidade de mudanças na estrutura econômica do País, onde se inseria um novo regime de produção. A emergência desse novo regime culmina com o que Florestan Fernandes chamou de revolução burguesa. Segundo ele, a burguesia em formação iria reagir

⁶⁶ “Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a ‘época da sociedade nacional’, que com ela se inaugura” (FERNANDES, 1976, p. 31)

[...] à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. [...] Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu primeiro em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas conseqüências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases morais da ordem escravista. Por fim, **deses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos ‘brancos’ e para os ‘brancos’**: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1976, p. 19. Grifo nosso).

Considerando que a revolução burguesa criou as condições para a formação das classes sociais, e esta foi gestada de cima para baixo, levou à formação de uma grande massa de despossuídos que, uma vez livres, poderiam vender a sua força de trabalho, como mercadoria, dando vida às engrenagens da produção capitalista e ao processo de urbanização. Contudo, as mesmas forças que comandaram a autonomia da colônia, mantiveram a estrutura política e social do modelo colonial na formação socioespacial da Nação brasileira.

Outro aspecto importante sobre a formação social do Brasil presente na obra de Fernandes (1976) é que os novos sujeitos que mudaram a ordem econômica e jurídica no estado Nação eram derivados de várias categorias, tanto de negociantes, banqueiros, empresários que almejavam o desenvolvimento da indústria, como de artesãos, dentre outros. Mas estavam unidos por uma causa que nascia com o ‘espírito burguês’ e estavam ávidos para iniciar a reprodução ampliada de capital.

Para Gorender (2013, p. 23) “foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no Brasil, em grande parte”. Por outro lado, não se pode admitir que com o advento da abolição instituiu-se imediatamente as relações de produção capitalista na agricultura, isto é, o trabalho assalariado. Embora a existência de trabalhadores livres seja uma condição necessária, não foi suficiente para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

É importante esclarecer que existe uma diferença entre trabalhadores livres e assalariados capitalistas, ou seja, o trabalhador livre, principalmente do Nordeste brasileiro, foi extremamente punido, pois aqueles que migraram para a fronteira

agrícola⁶⁷, tornaram-se reféns das relações de trabalho impostas. Outra questão analisada é o tipo de escravismo que existiu no Brasil, este não correspondia ao modo de produção escravocrata, paternalista que antecedeu ao feudalismo.

O escravo predominante no Brasil era comercializado, importado, negociado no mercado, como uma mercadoria. Esse processo da abolição não se configura na superação de um modo de produção por outro, uma vez que a acumulação originária de capital coloca em movimento as forças capitalistas de produção no setor industrial com a burguesia nascente, entretanto, a estrutura de posse e uso da terra permaneceu aos modos coloniais, predominando as grandes plantações nos latifúndios.

Gorender (2013) aponta uma dualidade explícita na formação social brasileira: o latifúndio, com todas suas contradições internas, mantinha o trabalhador livre, porém sob o seu domínio, e permitia o desenvolvimento da pequena produção às margens da grande. A evolução desse padrão híbrido, entre feudalismo e capitalismo, entre pequena e grande produção, determina as bases para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro.

De acordo com Furtado (2005), após a abolição, a (re)organização produtiva poderia seguir duas vias: a primeira transformaria o ex-escravo em trabalhador assalariado, embora o salário constituísse apenas uma formalidade, pois as condições internas dos trabalhadores não ultrapassavam o nível de subsistência vivenciado pelo escravo. A outra via seria a formação de um campesinato livre, considerando a disponibilidade de terras. No entanto, o impacto inicial, da formação do campesinato livre, seria a formação de um assalariamento com remunerações elevadas, devido à ausência de um *exército rural de reserva*.

Contudo, a burguesia agrária encontrou uma terceira via, caracterizada principalmente pela concentração de terras e, conseqüentemente, a formação de um campesinato dependente e submisso aos interesses da classe dominante.

Cessada a escravidão, a *plantagem* cafeeira ou canavieira ficou dispensada de fazer uma inversão inicial de aquisição de mão-de-obra, pois não havia mais escravos; quer dizer, já não era preciso comprar a mão-de-obra. Não havendo mais escravos, não era preciso dispendir uma quantia, que sempre foi substancial, para comprá-los e, portanto, o domínio da propriedade escrava deixou de ser o fundamental para o domínio econômico: o *fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra*. A

⁶⁷ Para compreender esse processo ver Martins (1995); Sicsú & Lima (2000).

terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar dominar a própria economia (GORENDER, 2013, p. 30 - 31).

Dessa forma, o trabalhador livre se reveste de diversas categorias, derivadas de dois estratos: o morador no Nordeste e o colono nas fazendas de café, todas subordinadas à estrutura de base latifundiária. Em meio a essa estrutura híbrida, o trabalhador é submetido a condição de parceiro, rendeiro, meeiro, agregado, morador, dentre outros, uma vez que a monetarização da mão-de-obra não ocorreu de imediato. O importante é compreender que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre não resultou de imediato em relações assalariadas do tipo capitalistas, pois o proprietário tinha como foco a obtenção da renda da terra e não propriamente o lucro.

Nesse contexto, o trabalhador livre torna-se cativo da oligarquia agrária, e este, por uma questão de sobrevivência, encontra na produção camponesa uma forma de se estabelecer como uma categoria que se forma na estranha formação do espaço agrário brasileiro, iniciando, assim, um campesinato marginal e dependente. Esse processo ocorreu tanto com o morador quanto com o colono. Embora existam diferenças entre os dois, existem também semelhanças, ou seja, de acordo com Gorender (2013, p 32 - 33),

[...] ambos, o morador nordestino e o colono paulista de café, eram remunerados com uma economia autônomo, ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência, que consumiam e cujo excedente podiam vender, ambos recebiam terreno de pastagem para animais, pequenos e grandes, [...] Ambos recebiam moradia gratuita, [...], então são dois tipos que, com suas variedades, podem ser unidos, se equivalem, pertencem àquilo que eu chamo de *formas camponesas dependentes*.

Para Ianni (2005) o trabalhador rural no Brasil teve seu processo histórico desenvolvido em três fases: o escravo, o lavrador e o proletariado, este último resultante da mudança estrutural do capital agrário para o capital industrial, fase em que a agricultura passou a se subordinar à expansão urbano-industrial. Segundo Gorender (2013), dois fatos culminaram para o desenvolvimento do capitalismo no campo, a transformação da renda da terra em capital agrário e o uso da mão-de-obra assalariada.

De acordo com Oliveira (2007), esse processo é analisado a partir de três teses: a primeira explica que as relações capitalistas de produção se expandem para a agricultura mediante a destruição dos camponeses e a modernização dos

latifúndios. A segunda defende a existência de um modelo *dual* baseado na dicotomia moderno-atrasado. Ou seja, existem dois setores, o moderno, urbano-industrial⁶⁸ e o atrasado, o campo que forneceria os trabalhadores assalariados para a indústria e manteria o exército industrial de reserva crescente. Essa é a tese mais difundida e aceita pelo viés econômico, quando se considera a opção pela modernização agrícola em detrimento da reforma agrária.

A terceira tese considera um processo dialético criado pelo próprio movimento do capital que destrói e recria tanto o campesinato quanto o latifúndio, constantemente, isto é, formas não-capitalistas de produção são originadas no âmbito das contradições do próprio modo de produção, destruídas e recriadas de acordo com as necessidades de valorização do capital.

Para Oliveira (2007, p. 21) “a agricultura desenvolve-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas”. Nesse contexto, a expansão das relações de produção para a agricultura segue dois caminhos: a formação de uma classe de trabalhadores livres e assalariados e, outro em que se mantêm as relações não-capitalistas no campo e cria um exército *rural* de reserva, subjugando-as ao modo capitalista de produção. De acordo com Gorender (2013, p. 43),

[...] a gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalizada) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado deste processo é o de adensamento do mercado de mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, a mão-de-obra que pode ser assalariada temporariamente (os chamados *volantes*).

Entretanto, o domínio do capital sobre o campo ocorre quando a *subsunção formal* é substituída pela *subsunção real* ao capital, ou seja, quando a pecuária passa por controles relacionados ao pasto, seleção de animais para corte, leite e matrizes, abandonando o caráter natural da criação. Nesse caso, o capital comanda a produção

⁶⁸ “Ele afirma que a implantação de grandes projetos industriais e a criação de novos centros urbanos, em determinada área, criando empregos diretos e indiretos, causam impactos revolucionários na agricultura e elevam a demanda de alimentos e matérias-primas, determinando a expansão da oferta agrícola. Esse modelo considera, portanto, o desenvolvimento agrícola dependente do crescimento urbano-industrial” (SOUZA, 2012, p. 201 -202).

através do intenso uso da tecnologia. Em relação à agricultura, esta passa a ter adiantamentos financeiros e investimentos em melhoramento das plantas, bem como o crescente uso de máquinas e implementos agrícolas com reduzido uso de mão-de-obra assalariada. Quando existe uma total subordinação da produção agrícola ao capital, esta tende a elevar a composição orgânica do capital no campo em que o capital variável vai diminuindo, à medida em que, o capital constante aumenta, permitindo a extração da mais-valia relativa.

Considerado um país eminentemente agrário, profundas transformações decorrentes do processo de modernização e industrialização da agricultura foram implementadas no campo, processo esse conhecido como *modernização conservadora*, uma vez que, transformou a base técnica e as relações sociais de produção sem alterar a posse e a estrutura da propriedade da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Esse processo concretiza-se com a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais dos latifúndios, originando outras categorias, tais como o boia-fria, e os sem-terra. Portanto, na mesma dimensão que o capital avança no campo, intensifica-se o êxodo rural, a concentração fundiária e a pobreza. A *modernização agrícola* estimulou um novo padrão produtivo, mas principalmente gerou um grande *exército rural (industrial) de reserva*. Esse padrão estimulou o uso de máquinas e equipamentos no campo, absorvendo apenas a mão de obra especializada.

Com a Revolução Verde em curso os ganhos de produtividade estimularam a expansão capitalista no campo, alterando de forma irreversível a divisão social do trabalho aumentando a subsunção real da agricultura ao capital urbano-industrial. Esse processo que culminou na modernização e industrialização da agricultura brasileira desconsiderou que um país predominantemente agrário não poderia dar um *salto* tão alto rumo ao desenvolvimento sem antes enfrentar os seus problemas estruturais, relacionados à questão agrária. A industrialização da agricultura alterou o padrão produtivo e as relações de trabalho, bem como o mercado consumidor.

Após o movimento feito pelo capital no sentido agricultura – indústria, o reordenamento socioespacial de poder e riqueza passa por um processo escalar de desigualdades entre regiões, produtos e produtores.

A pobreza do meio rural é tanto maior quanto mais concentrada for a estrutura de posse de terra e piores as dotações de recursos naturais. No início do processo de desenvolvimento, em geral, a base exportadora agrícola é instável e concentrada em um ou dois produtos. Embora a indústria seja incipiente e atrasada, ela ainda se distancia substancialmente da agricultura

em termos tecnológicos. Forma-se, desse modo, um sistema econômico dual, caracterizado pela indústria relativamente moderna e pela agricultura atrasada, pré-capitalista. Nessa fase, a função principal da agricultura é transferir mão de obra barata para a indústria em crescimento. A população das áreas rurais excede as possibilidades de emprego da força de trabalho, dadas as estruturas de oferta e demanda de alimentos e matérias-primas agrícolas, **embora existam terras ociosas** (SOUZA, 2012, p. 205-206. Grifo nosso).

A organização social do espaço foi gestada a partir das novas funções que a agricultura assumiu nesse processo de expansão capitalista, dentre elas, o fornecimento de mão de obra a baixo custo para a indústria, mercado interno para os produtos industrializados e geração de divisas com as exportações agrícolas a partir da especialização de produtos para exportação. “Quer dizer, não eram mais fazendas no sentido genérico, que produziam tudo, desde o arroz, o leite, até a cana e o café. Agora eram fazendas de cana, fazendas de café, fazendas de leite, fazendas de arroz, etc” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 42-43).

Do ponto de vista econômico, houve um ganho expressivo na produtividade agrícola. A oferta de alimentos para os centros urbanos estava garantida, e o aumento das divisas com as exportações garantiram o desenvolvimento industrial brasileiro. Contudo, o desenvolvimento desigual marca o processo de expansão capitalista no campo, alterando as relações de trabalho e mantendo a estrutura fundiária vigente, uma vez que desalojou milhares de trabalhadores do campo, acelerando o êxodo rural e o crescimento urbano desordenado.

À medida em que o capital industrial se integra com o capital agrário formam-se os complexos agroindustriais aprofundando ainda mais as desigualdades regionais, a concentração de terras e de riquezas. De acordo com Graziano da Silva (2013, p. 165), “esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria”.

A análise estritamente econômica produziu muitos argumentos que desqualificavam a necessidade por uma reforma agrária. Sendo, portanto, ignorado que a pobreza dos pequenos produtores é induzida pela falta de políticas públicas e pela monopolização do território pelo capital em que se apodera da terra, da água, da tecnologia e do crédito. Para muitos teóricos, o desempenho agrícola do país resolveria a questão agrária, sendo negada mais uma vez a mudança qualitativa na organização social do espaço, que somente seria possível com a reforma agrária.

As teses clássicas de orientação marxista sobre a penetração do capitalismo no campo partem inicialmente da análise de Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia no final do século XIX. O paradigma da época era sobre a tese dos *populistas*⁶⁹ que defendiam a existência de um atalho, entre o subdesenvolvimento, em que a Rússia estava inserida, e o socialismo, sem passar obrigatoriamente pelo capitalismo.

Lênin (1982) desenvolve sua tese contrariando essa perspectiva, mostrando que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, mesmo sendo uma economia de base agrária, era inevitável. Dessa forma, duas questões se tornam essenciais para essa compreensão: a formação do mercado interno para o capitalismo e a desintegração do campesinato⁷⁰. O mercado é uma categoria da economia mercantil e se desenvolve pela própria dinâmica do capitalismo através da divisão social do trabalho. Logo o nível de desenvolvimento do capitalismo depende da expansão desse mercado.

Quando o desenvolvimento das forças produtivas se expande para a agricultura, este setor passa a contribuir também com a formação e expansão do mercado. Nesse contexto, Lênin (1982, p. 369) acrescenta que:

O mercado interno para o capitalismo é criado justamente pelo desenvolvimento paralelo do capitalismo na agricultura e na indústria, pela formação de uma classe de empresários rurais e industriais, de um lado, e, de outro, de uma classe de operários assalariados rurais e industriais.

A dinâmica exercida pelo movimento do capital implica que a decomposição dos produtores diretos em operários, implica necessariamente no afastamento entre produtores e meios de produção. Dessa forma, a formação do mercado interno passa pela desintegração do campesinato, ou a *diferenciação* como tratou Lênin (1982), evidenciando as transformações no campesinato decorrente do

⁶⁹ “Os populistas negavam o caráter necessário do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia, viam na comunidade agrária o embrião do socialismo e pensavam, em conformidade com isso, que era o campesinato e não o proletariado a principal força revolucionária” (LENIN, 1982, p. 10).

⁷⁰ “Lênin volta-se para a questão agrária, mas adota um procedimento que será a nota típica das suas pesquisas ulteriores – procura obter um conhecimento da realidade camponesa apoiado em investigações concretas” (LÊNIN, 1982, p. 14 – 15). A análise desenvolvida por Lênin sobre a questão agrária na Rússia não foi meramente teórica ou especulativa sobre os efeitos da penetração do capitalismo na agricultura. Pelo contrário, Lênin baseou-se em dados censitários e empíricos, dos quais pode tirar as conclusões narradas em sua obra: *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1899.

desenvolvimento do capitalismo no campo. Nesse contexto, o campesinato se diferencia formando três extratos:

[...] no grupo inferior há poucos camponeses independentes; os pobres não têm instrumentos aperfeiçoados e os camponeses médios os possuem em escala insignificante. A concentração de animais de tração é ainda mais flagrante que a das áreas cultivadas; é evidente que o campesinato rico pratica tanto uma grande agricultura capitalista quanto uma pecuária também capitalista. No polo oposto, estão os “camponeses” que devem ser classificados como operários agrícolas e diaristas [...] já que o seu principal meio de vida é a venda da sua força de trabalho (LÊNIN, 1982, p.47).

Nesse contexto, o camponês rico se transformará no capitalista, formando a burguesia rural, no outro extremo encontra-se o camponês arruinado, pobre que inevitavelmente se transformará no proletariado. De acordo com Lênin (1982), a diferenciação social do campesinato ocorre em relação ao tamanho dos estabelecimentos agrícolas e principalmente pelas técnicas produtivas referentes ao uso do trabalho assalariado, máquinas e equipamentos de tração animal, o que caracteriza o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura. Portanto, os elementos necessários para o desenvolvimento do capitalismo foram postos, a criação do mercado interno e a formação de uma massa de trabalhadores assalariados.

Para complementar essa análise da expansão capitalista na agricultura, Kautsky (1980) apresenta sua tese sobre a *superioridade técnica da grande exploração* em relação à pequena. Nesse sentido, a grande exploração tende a uma maior integração com a indústria levando ao rompimento de algumas características típicas do campesinato, dentre eles, a separação entre a atividade produtiva e o lar, que no campesinato são indissolúveis, porém na indústria são dissociados. Por outro lado, a grande exploração agrícola comanda uma maior divisão do trabalho e o uso de equipamentos adequados apenas para a produção de valores de troca em grande escala, o que também lhe garante uma redução dos custos médios de produção.

Entre as vantagens técnicas que a grande exploração apresenta em relação à pequena, citaremos ainda as que lhe resultam dos trabalhos de construção só levados a efeito com êxito quando empreendidos em largas proporções, em particular os trabalhos de irrigação e drenagem. Drenar uma pequena superfície é às vezes inteiramente impossível, [...]. Em regra geral só se drenam as grandes superfícies. (KAUTSKY, 1980, p. 64).

Existe, portanto uma superioridade técnica da grande exploração agrícola em relação à pequena e essa superioridade também se manifesta na questão do crédito e comercialização. Para Kautsky (1980, p. 64),

As despesas de transporte, em particular por estrada de ferro, diminuem também para as grandes massas de mercadorias. O que compra por atacado compra mais barato e melhor do que o que compra a varejo. O que compra por atacado pode, com o mesmo proveito, ou mesmo com proveito maior, vender mais barato, triunfar na concorrência.

Outra vantagem, evidenciada no interior da grande exploração é o conhecimento sobre o mercado, uma vez que as relações comerciais se tornam mais desenvolvidas. Posto isso, é necessário perceber que o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a formação de um campesinato marginal foi totalmente divergente do que aconteceu na Rússia, porém as reflexões e contribuições que Lênin e Kautsky deixaram sobre os efeitos da expansão capitalista no campo nos concede embasamento para uma análise desse processo aqui no Brasil.

Sem essa compreensão do processo histórico, seremos conduzidos erroneamente a defender um modelo de desenvolvimento para o espaço agrário que mais uma vez esteja a serviço prioritariamente da acumulação ampliada de capital, promovendo de antemão, a expulsão dos trabalhadores rurais, a concentração da riqueza social e a devastação ambiental.

3.2 O debate paradigmático e o modelo hegemônico de desenvolvimento: do agrário para o rural

Após a superação da década perdida (1980), o controle da inflação na década de 1990 e a adequação do Estado às exigências do modelo neoliberal, o Brasil inicia uma fase de equilíbrio do ponto de vista econômico, que segue até o final dos anos 2000. Contudo, as desigualdades sociais e os conflitos no campo evidenciam que muito do discurso positivista não alcança a essência dos reais problemas estruturais, considerando desnecessário o seu enfrentamento, negando sempre a sua existência como causador das desigualdades crescentes que se materializam na posse e o uso do espaço agrário brasileiro.

A homogeneização e padronização de processos produtivos tornou-se obrigatória, provocando uma fissura na divisão internacional do trabalho e um reordenamento na organização do espaço possibilitando uma maior exploração da classe trabalhadora e a espoliação escalar das riquezas naturais, garantindo uma valorização do capital de forma mais ofensiva e rápida.

Em meio a esse cenário, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) é pressionado, por um lado, para cumprir a agenda neoliberal e, por outro, os movimentos sociais exigem políticas para o campo, e têm como principal ponto de reivindicação a reforma agrária. Inicia-se, portanto, um novo padrão de políticas que deveriam cumprir prioritariamente com duas demandas do mercado mundial: garantir a expansão e valorização do capital no espaço agrário, e restringir os conflitos sociais desencadeados pela exploração e exclusão de trabalhadores urbanos e rurais.

A busca pela acumulação e espoliação dos espaços é comandada pelo capital mundializado que se internacionaliza de forma crescente nos processos produtivos e circuitos financeiros, enfraquecendo os centros de decisões e gestões das políticas governamentais. Se por um lado ocorre o avanço do capital, por outro, a luta pela reforma agrária e dignidade dos trabalhadores no campo ganha força com a redemocratização do Estado que abre um espaço para a organização e consolidação dos movimentos sociais.

As narrativas do projeto neoliberal reacendem o desejo utópico de alcançar o desenvolvimento e o Estado assume a modelagem das políticas públicas e dos debates acadêmicos de inspiração neoliberal, construindo os fundamentos, regulamentações e justificativas para as ações planejadas para mais um modelo de desenvolvimento, que encena surpresa pela realidade da pobreza e exclusão no campo e na cidade, encena também compromisso em superar as mazelas que se perpetuam de forma intrageracional. Entretanto, o enfrentamento a esse problema exige o reconhecimento de que o modelo de produção socioespacial estabelecido é a causa primeira das desigualdades sociais existentes, necessitando de ações que promovam um reordenamento estrutural no país, principalmente no espaço agrário, desconcentrando a propriedade e a forma de produção e apropriação da riqueza produzida no campo.

Historicamente, as políticas para o campo estiveram atreladas aos modelos de desenvolvimento agrícola, caracterizados pela mecanização da agricultura

patronal produtora de *commodities*, responsável pelo crescimento econômico em décadas anteriores, decorrente do aumento da produtividade.

Da questão agrária dos anos 1970 e 1980, pretende-se apenas fixar a consolidação do capitalismo brasileiro e sua penetração definitiva no campo por meio da modernização conservadora da agricultura, impulsionada por um programa altamente subsidiado de crédito agrícola, quase restrito ao segmento da agricultura de grande porte. Esta política teve efeitos perversos, concentrou a riqueza e empobreceu a maior parte da agricultura familiar, relegada ao abandono em quase todo o país” (KIEL, 2013, p. 29).

A partir da década de 1990 foram gestadas novas estratégias para o campo, articuladas com o novo padrão de acumulação capitalista, centradas na globalização, nos fundamentos do neoliberalismo e na financeirização da economia. Esse modelo seguiu as recomendações e orientações dos organismos internacionais para que na prática ocorra um alinhamento com os interesses do capital mundializado, exigindo dos países periféricos uma reorientação dos gastos públicos e do papel do Estado frente a dinâmica do capital na esfera global que comanda o desenvolvimento de novas forças produtivas.

O modelo de desenvolvimento implementado na segunda metade do século XX, considerada como a *modernização do atraso*, conseguiu o crescimento e fortalecimento da agricultura patronal produtora de *commodities*. Apesar do Brasil ser detentor de uma extensa fronteira agrícola, condições favoráveis em termos de terra e mão-de-obra, o Estado optou por expulsar os pobres do campo e garantir a concentração fundiária como reserva para o capital. Dessa forma, sua elite agrária juntamente com a elite política conseguiu paralisar o processo natural de desenvolvimento. Esse padrão, de acordo com Sachs (2001, p. 76), permitiu:

[...] promover uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Oeste, que prescinde quase inteiramente de mão-de-obra; realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia; jogar milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de bóias-frias e deixando centenas de milhares sem-terra e sem perspectiva de urbanização efetiva [...].

No final do século XX, o empoderamento dos movimentos sociais colocou novamente em pauta a necessidade da reforma agrária e do acesso às políticas de crédito para o segmento da população rural que vivia à margem das políticas públicas.

No processo de redemocratização do país, no início dos anos 1980, era forte a pressão tanto por parte do sindicalismo rural, quanto do emergente

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para que o tema da reforma agrária compusesse o conjunto de bandeiras da Aliança Democrática. No entanto, estava em debate a possibilidade de o Estatuto da Terra, instrumento legal produzido no regime militar, poder ser a base para a democratização da posse da terra. Em um novo contexto político, tanto as *oposições sindicais* como o MST defendiam que era necessária uma nova lei, capaz de dar suporte a uma ampla distribuição fundiária, uma vez que, na sua compreensão, o Estatuto acabara se tornando um impulsionador da modernização e da expropriação (MEDEIROS, 2015, p. 346).

Contudo, o plano apresentado e pactuado com a *elite do atraso* e com os organismos internacionais diverge das demandas presentes na luta pela reforma agrária. O cenário de pobreza, exclusão social e conflitos no campo começou a gerar impactos negativos que dificultariam a expansão capitalista, necessitando de uma agenda de ações coordenada e orientada pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Após estudos sobre os problemas econômicos e sociais do país, concluiu-se que a solução passava primeiramente pela vertente teórica neoliberal e, posteriormente, pela adoção de uma estratégia de desenvolvimento para o campo. Era necessário ter um controle social e aumentar a eficiência na exploração capitalista dos recursos naturais.

Nos governos neoliberais da década de 1990, as corporações revigoraram-se em lobbies e mantiveram forte influência na determinação das políticas e dos modelos de desenvolvimento. Contraditoriamente, a ideologia neoliberal ao defender o Estado mínimo criou – ao mesmo tempo – tanto políticas de precarização quanto condições políticas para os movimentos camponeses se manifestarem, reivindicarem e proporem outras políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2015, p. 383).

O planejamento desse novo modelo estava vinculado ao fortalecimento tanto da agricultura patronal quanto da agricultura familiar capaz de absorver processos tecnológicos, integrando-se ao circuito mercadológico da reprodução ampliada de capital.

Nesse contexto, dois campos de ideias se formam: os defensores do capitalismo agrário e os defensores da questão agrária. De acordo com Fernandes (2015), esse modelo é caracterizado pelo conflito que ocorre entre as políticas públicas emancipatórias e as políticas de subordinação que se estruturam ideologicamente no conflito teórico entre o paradigma da questão agrária e do capitalismo agrário, tornando-se concretas na ação do Estado.

Do ponto de vista da mudança paradigmática ela ocorre como prioritária para a expansão capitalista que necessita ampliar sua escala de valoração, colocando no

circuito da acumulação de capital novos espaços para exploração. Nesse sentido, existem duas vias para a atuação do Estado no planejamento e execução das políticas públicas para o campo, uma delas leva ao desenvolvimento agrário que passaria pela realização da reforma agrária, afirmação do camponês como classe social que se opõe ao agronegócio, mantendo de forma permanente o conflito por formas de produção não capitalistas em meio às disputas pelo território.

A outra via passa pela expansão das relações capitalistas no campo, transformando o camponês em agricultor familiar, integrando-o ao mercado. Portanto, a opção de seguir a via do capitalismo agrário ao invés do desenvolvimento agrário, garantiu o alinhamento com o grande capital e as possibilidades para sua expansão através do desenvolvimento territorial rural. Dessa forma, a compreensão dessa mudança de paradigma converge para a narrativa desenvolvida por Fernandes (2015, p. 390):

O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista, que tem como ênfase as relações capital trabalho, entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; a campesina que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a 'integração' do campesinato ou 'agricultor de base familiar'. [...] Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Esse direcionamento de política pública exigiu a superação setorial da agricultura para um patamar mais amplo, o rural, determinando assim um reordenamento econômico das suas funções. As principais referências para a elaboração desse modelo partiram dos resultados do projeto urbano³, constatando que estava em curso o desenvolvimento de um "novo" rural, requalificando os pressupostos que serviram de base para elaboração de políticas públicas para o campo em décadas anteriores, sendo estes fundamentais para a compreensão das novas estratégias delineadas pelo movimento feito pelo capital para se expandir.

De acordo com os autores Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002), os resultados mostraram que a narrativa construída de que o campo representa o atraso, que se limita à produção agrícola e que o êxodo rural é inevitável, precisa ser realinhada com as novas funcionalidades do espaço agrário brasileiro na

contemporaneidade e, nesse contexto, uma nova narrativa se apresenta e torna-se dominante.

Os principais pontos dessa narrativa são: expansão do agronegócio, ênfase nas atividades rurais não-agrícolas, e a inviabilidade da reforma agrária como instrumento para o desenvolvimento rural. Em linhas gerais, os pressupostos que sustentam o novo rural se estruturam da seguinte forma:

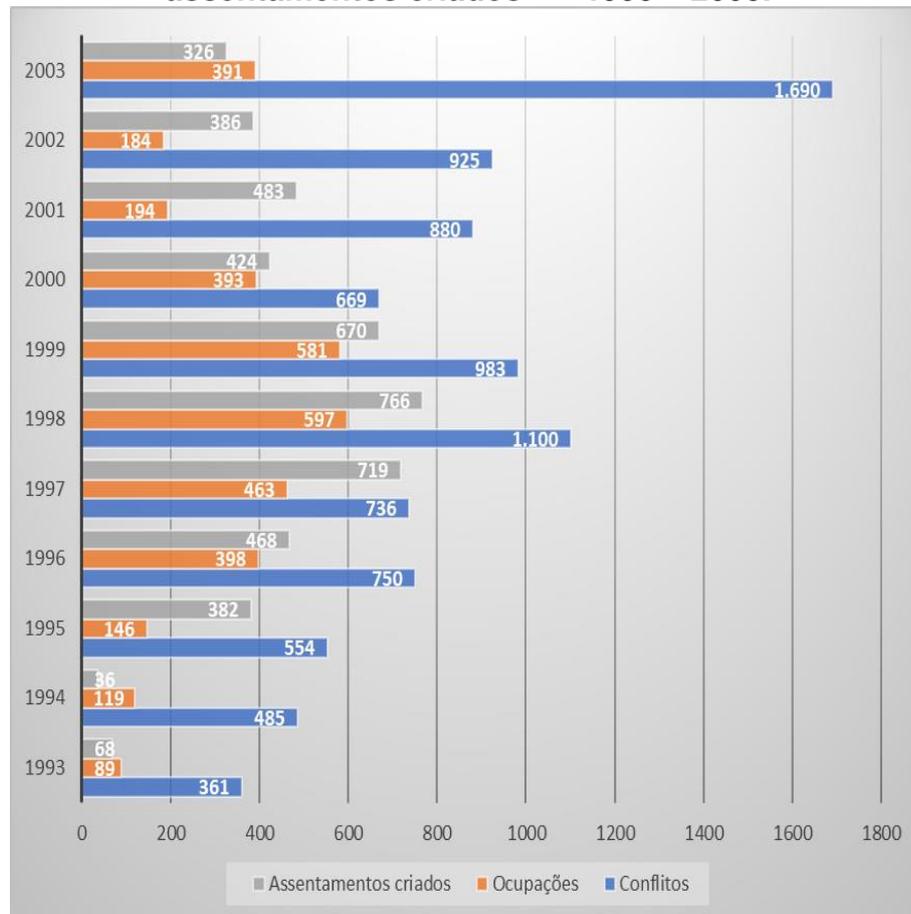
Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; Um conjunto de *novas* atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 39).

Entretanto, as estratégias para o desenvolvimento do campo brasileiro são reorientadas para que novos espaços sejam incluídos no circuito mercantil D - M – D' em que as atividades rurais não agrícolas se tornam peças fundamentais para a integração entre capitais agrários, industriais, comerciais e financeiros. Segundo Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 42),

A grande diferença em relação ao tradicional processo de agregar valor por meio da industrialização reside no fato de que as novas atividades geradas nos anos 90 não decorrem somente de demandas intermediárias no interior das cadeias produtivas. [...] Agora, as novas atividades ganham impulso a partir de uma dinâmica que tem a ver mais com as demandas específicas de grupos de consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos do País.

Contudo, na segunda metade da década de 1990 o governo Federal teve que lidar com a pressão dos sindicatos e movimentos sociais diante de uma realidade *inconteste*: pobreza, exclusão social e conflitos agrários, que se mostraram crescentes no primeiro mandato do presidente FHC (1995 - 1998). O Gráfico 01 mostra a evolução dos conflitos, ocupações e assentamentos criados com ênfase nos dois mandatos do presidente FHC e no primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula.

Gráfico 01 – Brasil - Número de conflitos*, ocupações no campo* e assentamentos criados – 1993 – 2003.**



Fonte: Adaptado da CPT Nacional, 2004 e 2005.; DATALUTA, 2014.

* Dados adaptados da CPT Nacional – Conflitos no Campo, 2004 e 2005

**Dados adaptados do Banco de dados do DATALUTA, Relatório Brasil, 2014.

Entre 1993 e 1998, os conflitos no campo aumentaram significativamente, tendo como o principal articulador da luta pela terra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tornando-se um dos maiores e mais fortes movimentos em defesa da reforma agrária.

As informações sobre conflitos e ocupações no campo nesse período são fundamentais para o debate e reflexão sobre as ações e intenções dos governos, sejam eles liberais ou populistas, para o planejamento do modelo hegemônico de desenvolvimento rural. Observa-se que entre 1993 e 1998 existe uma explosão dos conflitos no campo contabilizados para o último ano, um total de 1.100, sendo o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 o mais violento, deixando 19 trabalhadores mortos e mais de 70 em estado grave. Entre 1996 e 1999 houve também o maior número de ocupações, contribuindo com um avanço em relação ao número de assentamentos criados.

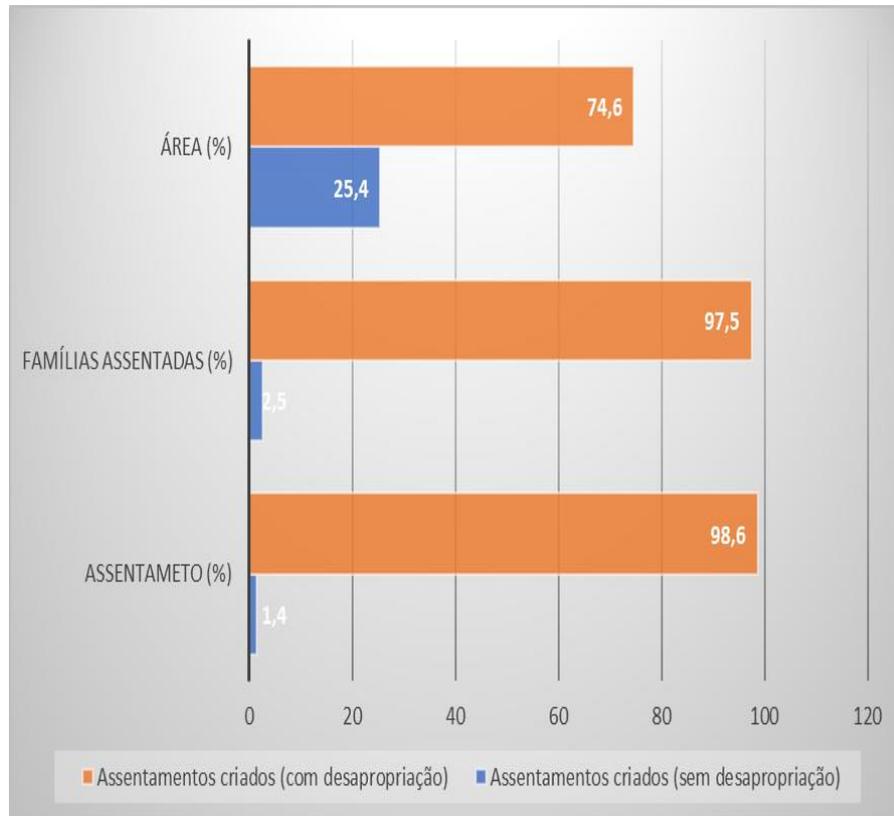
Nesse contexto, como forma de conter a pressão que os trabalhadores sem-terra organizados exerciam sobre o Estado o presidente FHC editou uma Medida Provisória (MP) no ano 2000 e outra em 2001 penalizando e reprimindo o Movimento em dois pontos: as áreas ocupadas não seriam desapropriadas e, os trabalhadores que participassem de ocupações não seriam beneficiários dos projetos de reforma agrária. Soma-se a isso a violência que vitimou vários líderes de movimentos e sindicalistas que resistiam à repressão autorizada e a não autorizada pelo Estado, aumentando a violência no campo como solução ao conflito. Evidencia-se, portanto, que no segundo mandato do presidente FHC (1999 e 2002) houve uma maior repressão e criminalização contra a luta por terra, acarretando uma redução tanto dos conflitos e ocupações, quanto da criação⁴ de novos assentamentos.

Portanto, o cenário posto a partir da década de 1990 em torno da questão agrária e as estratégias traçadas para eliminar a pressão sobre o Estado para a realização de uma reforma agrária orgânica foi desvirtuada pelas forças conservadoras. O que se concretiza inicialmente é a repressão aos movimentos e, posteriormente, pela implantação de um modelo que reforça as estruturas de poder que impedem um efetivo desenvolvimento para o campo, que valorize os trabalhadores, povos tradicionais, soberania alimentar e preservação ambiental.

No governo FHC os principais programas ligados à questão fundiária foram: O Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário. Na mesma linha de atuação em 1997 foi promovido o Programa de Consolidação da Agricultura Familiar (PAC) que tinha como propósito promover a consolidação e emancipação de assentamentos rurais com a viabilidade de determinado aporte de recursos financeiros e a oferta de infraestrutura básica, como estradas, energia elétrica e acesso à água. Na prática, esperava-se que uma vez concretizado essas ações, [...] as condições básicas estariam garantidas para que os assentados recebam seu título definitivo, se constituindo em agricultores familiares, integrados ao agronegócio (REZENDE & MENDONÇA, 2004, p. 18).

O gráfico 02 expõe, de forma sucinta, que no 2º Mandato do presidente FHC houve um grande avanço em relação ao número de assentamentos criados, bem como em relação à área desapropriada. Esse avanço foi muito significativo, pois o Movimento dos Sem-Terra (MST) sempre foi perseguido e incompreendido em relação à sua justa causa, corroborando para um processo violento que impede o acesso à terra para a função produtiva e social.

Gráfico 02 – Percentual de assentamentos criados, famílias assentadas e área destinada para reforma agrária no 2º Mandato gov. FHC

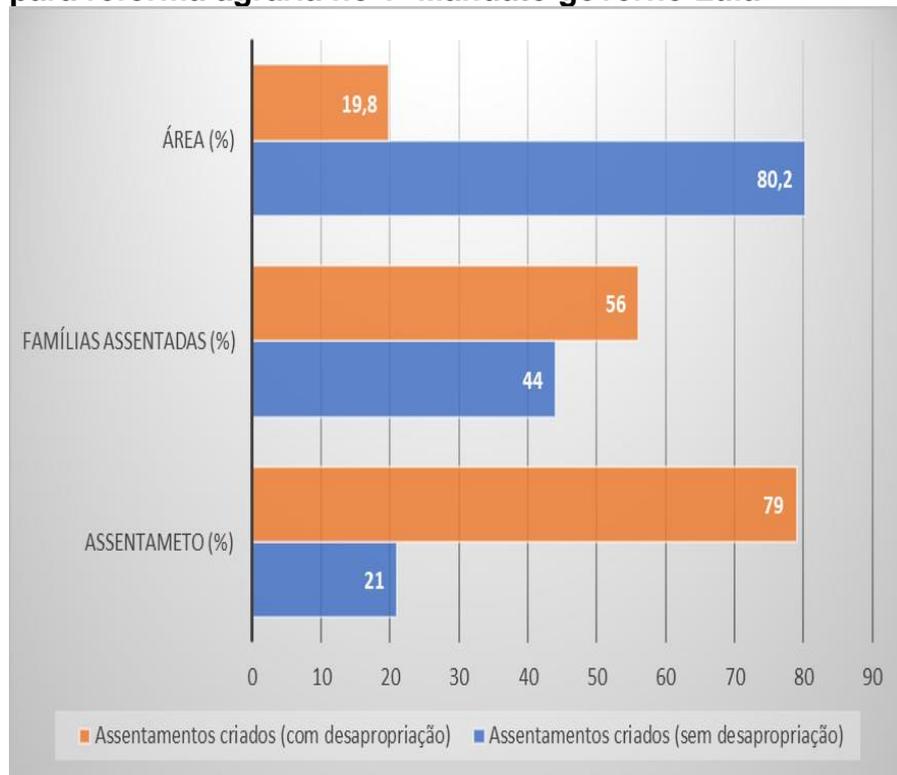


Fonte: Adaptado de Girardi, 2017.

A eleição de 2002 que levou Luís Inácio Lula da Silva à presidência promoveu uma forte expectativa para os movimentos sociais em relação ao atendimento das suas demandas e reivindicações. Surgia, portanto, a possibilidade real de colocar em prática um projeto de desenvolvimento com menos desigualdade e maior inclusão social. Esse projeto exigia e ainda exige o enfrentamento aos interesses das velhas oligarquias agrárias, fortemente ligadas ao grande capital financeiro mundializado. Contudo, no primeiro ano do seu governo foi registrado o maior número de conflitos no campo, 1.690. Segundo Silva & Fernandes (2005), no mesmo ano foram assentadas 35.623 famílias, destas 24% em terras desapropriadas ou compradas e 76% em assentamentos já criados.

Observa-se no Gráfico 03 que no primeiro mandato do presidente Lula não existiu uma política efetiva de reforma agrária, o que foi construído foi uma política de desmobilização dos movimentos sociais, que aos poucos foram cooptados por um discurso de pacificação, fundamentado no paradigma do capitalismo agrário que posteriormente evoluiu para o desenvolvimento territorial rural.

Gráfico 03 – Percentual de assentamentos criados, famílias assentadas e área destinada para reforma agrária no 1º Mandato governo Lula



Fonte: Adaptado de Girardi, 2017.

Um comparativo entre o 2º mandato de FHC e o 1º mandato de Lula mostra que, embora de forma tímida e sob muita pressão dos movimentos sociais, o governo FHC foi quem mais desapropriou terras para a reforma agrária, representando 98,6% dos assentamentos criados no período de 1999 a 2002.

Contudo, a análise não deve se limitar apenas à leitura quantitativa dos dados, mas penetrar na realidade não quantificada, porém concreta e permeada pelas contradições presentes nas urdiduras do próprio sistema. Nesse sentido, Fernandes (2003) faz uma análise crítica essencial para a compreensão das políticas públicas para o espaço agrário que seguiram nos anos 2000.

Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, [...] e a precarização dos assentamentos implantados, que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infraestrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento. Na verdade, o governo FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra (p. 03).

Esse processo de criação de assentamentos resultou em outros problemas para os trabalhadores assentados, pois não receberam as condições mínimas para o trabalho e vida nos assentamentos, gerando muitas dificuldades que, em muitos casos, obrigava-os a deixarem suas parcelas para tentar a sobrevivência nas periferias das grandes cidades. A narrativa dada para esse cenário corroía a defesa para a viabilidade de uma reforma agrária efetiva. Para corroborar com esse discurso, o Banco Mundial passa a comandar um projeto de reforma agrária que, em tese, seria mais eficiente, mais barato e menos burocrático.

O modelo de reforma agrária definido pelo Banco Mundial como mais viável atendia a lógica do projeto neoliberal, marca do governo FHC. Contudo, o velho se reveste de novo e as velhas estruturas de poder coordenam um projeto de reforma agrária que mantém intacta a concentração de riqueza, terra e poder. Ou seja, o modelo adotado não atendeu as principais demandas dos movimentos sociais que somente seriam atendidos com a implantação de uma reforma agrária capaz de romper com a concentração fundiária e a pobreza no campo, principais pontos da questão agrária brasileira.

De acordo com Oliveira (2006), as estatísticas divulgadas pelo INCRA como sendo ações efetivas de reforma agrária, podem ser classificadas em quatro categorias: reordenação fundiária, regularização fundiária, reassentamento fundiários de famílias atingidas por barragens e reforma agrária, sendo que apenas essa última se configura, de fato, em ações concretas de desconcentração fundiária. No entanto, foi promovido um novo modelo de reforma agrária que ficou conhecido como reforma agrária de *mercado*. O principal programa foi o *Cédula da Terra*.

De imediato o Cédula da Terra foi rejeitado pelo MST e pela Contag, sendo identificado como parte da política mais ampla de redução do papel do Estado nas questões sociais e como uma política desprovida de qualquer intencionalidade e potencialidade para modificar a estrutura agrária (PEREIRA, 2013, p. 31).

No primeiro mandato do presidente Lula, muitas expectativas foram criadas em relação ao direcionamento das estratégias para os trabalhadores do campo resistir ao avanço do capital agrário, industrial e financeiro, entretanto, as ações postas pelo governo não contemplaram um enfrentamento ao problema agrário brasileiro. Focado no discurso da redução da pobreza e da ampliação da seguridade social, o governo Lula não foi capaz de enfrentar o grande capital, sendo que em regiões como a

Amazônia tornou legal o que era antes crime, isto é, o processo de grilagem passou a ser regularizado e apresentado como reforma agrária.

A elite dos proprietários mantém seu padrão predatório de sempre. A grilagem de terra, covarde e assassina como sempre, foi e ainda é uma espécie de acumulação primitiva de capital eterna no Brasil. Os grandes latifundiários aumentavam sua terra e riqueza pela ameaça e pelo assassinato de posseiros e vizinhos, como aliás, acontece ainda hoje (SOUZA, 2017, p. 107).

Essas particularidades na política agrária do governo Lula, reafirmou de forma concreta a continuidade da política de apoio ao agronegócio e de políticas compensatórias para os excluídos do campo. Logo, a desmobilização dos movimentos sociais e a apresentação de um plano com viés economicista para cooptar as demandas populares em benefício da expansão do grande capital no espaço agrário foi articulado.

De acordo com Alentejano e Silva (2007), as famílias assentadas entre 2003 e 2006 foram predominantemente na Amazônia 70%. “Ora, se considerarmos que menos de 15% das famílias que ocuparam terra ou acamparam ao longo deste período, o fizeram na Amazônia, verificamos o total descompasso entre as ações dos movimentos sociais na luta pela terra e a política levada a cabo pelo governo” (ALENTEJANO E SILVA, 2007, p. 80).

Dessa forma, Oliveira (2006) analisou a política agrária do governo Lula como uma política de regularização fundiária, se distanciando cada vez mais dos discursos proferidos pelo então presidente, antes de ser eleito. Ou seja, “a política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: não as fazer nas áreas de domínio do agribusiness e, fazê-las apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agribusiness” (p. 01).

Nesse contexto, apressou-se o planejamento de ações com o objetivo de restringir o conflito de classes e eliminar as barreiras para a expansão e valorização do capital, como explicita a Via Campesina do Brasil (2004, p. 145).

O complexo empresarial do agronegócio burguês, em decorrência da sua importância estrutural para os interesses do comércio exterior brasileiro e a consequente geração de superávits, determina um modelo hegemônico político e ideológico que tem incidência direta nas políticas públicas, nos meios de comunicação de massa, em outros setores da economia, na ideologia que constitui o senso comum da massa da população, no balanço comercial do país etc. Decorre daí a motivação política, econômica e ideológica dos governos, em especial o governo federal, em acatar essas determinações econômicas tendo em vista que elas também são induzidas

pelos organismos multilaterais como o FMI a OMC, o Banco Mundial e a FAO, todos eles orgânicos aos interesses dos capitais oligopolistas multinacionais, em especial do capital financeiro que sustenta e usufrui internacionalmente desses agronegócios entre outros.

Esse planejamento gestado no receituário dos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial e o FMI, passou a orientar juntamente com IICA e OCDE a condução das políticas econômicas e sociais nos países subdesenvolvidos.

O Banco Mundial se apresenta como 'a maior agência multilateral de desenvolvimento'. Há mais de meio século, promove com ideias e financiamentos a ideologia da 'modernização'. Em cada país, o Banco determina a agenda de prioridades, as dificuldades a enfrentar, as possíveis soluções, os parâmetros de avaliação da economia. Alegando não ter melhor alternativa de acesso aos créditos internacionais, os governos acatam as orientações do Banco Mundial, deixam de atender problemas vitais de seus povos e abdicam de seus compromissos com a soberania nacional (RESENDE & MENDONÇA, 2004, p.52).

Nessa mesma perspectiva, Montenegro Gómez (2006) aponta que as propostas contidas nos projetos de desenvolvimento implantadas a partir da década de 1990, tanto pelo governo do presidente FHC, como pelo presidente Lula mantiveram em essência o núcleo de interesse na busca de eficiência produtiva, combater à pobreza rural e predomínio do mercado como regulador das atividades econômicas. Isso por que elas foram estruturadas tendo como base as exigências do atual padrão produtivo em curso.

Com o início do governo Lula, o conjunto dos atores sociais do campo depositou suas esperanças na reversão desse processo. A expectativa era de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como uma forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento. [...] O que assistimos é a continuidade das políticas do Banco Mundial para o meio rural (RESENDE & MENDONÇA, 2004, p. 26).

Diante dessa conjuntura, a década de 1990 foi referência na desconstrução teórica de padrões produtivos para o campo, aumentando ainda mais o poder do proprietário/capitalista em impedir o acesso à terra e à água aos trabalhadores. Novos conceitos foram sendo incorporados aos debates juntamente com a ampliação da literatura referente ao desenvolvimento rural. A luta pela reforma agrária sempre foi uma bandeira dos trabalhadores do campo, que organizados resistem às repressões teóricas, ideológicas, jurídicas e físicas contra os seus direitos de trabalhar e de viver no espaço agrário. Os movimentos populares crescem em termos de organização e

resistência, renascendo, ainda que restrito a algumas regiões, uma consciência de *classe* que luta e resiste ao avanço devastador do capital.

A tese em curso baseia-se na negação, negação do conflito entre *classes*, negação das estruturas de poder que se perpetuam por séculos, absorvendo elementos modernos que encobrem a estrutura arcaica, concentradora e excludente. Contudo, os intelectuais defensores de um modelo de desenvolvimento sustentável e emancipatório, salientam que a reforma agrária continua sendo uma condição necessária para iniciar esse processo e reverter no longo prazo os efeitos negativos causados pelo modelo produtivista que expande a acumulação capitalista em uma escala cada vez maior. De acordo com Brandão (2012, p. 73), “é preciso muito cuidado no tratamento dessa dimensão ‘espacial’ do capitalismo, porque ela não tem nada de niveladora de desigualdades. Na verdade, esse processo homogeneizador (de relações mercantis) cria e recria estruturas heterogêneas e desigualdades em seu movimento”

Portanto, houve muito mais continuidade do que ruptura no tratamento dispensado à questão agrária nos governos FHC e Lula, isto é, mantêm-se os mesmos propósitos com uma abordagem rica em conceitos renomeados e ações que resultaram em dois pontos principais: o apoio ao agronegócio e a desmobilização social. Dessa forma, a estratégia do desenvolvimento rural, como resposta à crise do capital não contempla os elementos para a solução da crise agrária, atende antes às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas, ampliando as relações mercantis necessárias para a reprodução ampliada dos valores de troca no mercado globalizado.

3.3 A preponderância do modelo de desenvolvimento rural: a unificação do espaço agrário através do DTR

Para compreender o modelo de desenvolvimento recente adotado no Brasil é necessário buscar sua trajetória no processo histórico de redes interligadas a partir de um mecanismo global de poder, um poder sutil, subjetivo, invisível, mas que comanda a produção do conhecimento, sendo este utilizado para a consolidação dos interesses das classes dominantes na apropriação do espaço. De acordo com Escobar (2007), essa rede de poder controla o conhecimento, controla os processos econômicos, políticos, culturais e sociais nos países do terceiro mundo, tornando-os

aptos para espoliação. Por outro lado, não significa negar que as instituições promovem avanços, embora desiguais, para a melhoria de vida nesses países, trata-se, entretanto, de compreender que,

[...] o trabalho das instituições de desenvolvimento não tem sido um esforço inocente feito em favor dos pobres. Isso significa que o desenvolvimento foi bem-sucedido na medida em que foi capaz de integrar, gerenciar e controlar países e populações de maneira cada vez mais detalhada e exaustiva⁷¹ (ESCOBAR, 2007, p.89).

As questões que envolvem o papel da agricultura no atual desenvolvimento capitalista estão sendo fomentadas a partir da elevada taxa de urbanização, queda do emprego agrícola, expansão do agronegócio e expansão das atividades não agrícolas nas áreas rurais. Dessa forma, do ponto de vista das demandas do capital e do atual padrão produtivo, não existe imprescindibilidade da realização de uma reforma agrária para o desenvolvimento rural, ou seja, “[...] do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo, não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras” (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 169).

Dessa forma, constata-se o ordenamento de um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, pautado em mecanismos e instituições capazes de configurar subjetivamente o espaço agrário, induzindo um processo metodológico de transformação social em que o conflito de *classes* deixa de existir quando a própria noção de *classe social* desaparece do imaginário, nascendo no meio das contradições da divisão social do trabalho os *agentes* e *atores sociais* promotores do desenvolvimento preconizado pela nova ordem mundial.

As abordagens da moda têm abandonado a perspectiva crítica da sociedade, retornando ao conceito de comunidade, constituída por atores e agentes e não classes sociais, que orientariam suas ações pelo compartilhamento dos valores da auto-identidade e do pertencimento a comunas, mas do que por interesses de classe (BRANDÃO, 2012, p. 45).

Essa dinâmica propõe uma (re)configuração do espaço e das atividades rurais. Veiga (2003) chama a atenção para a necessidade de uma nova definição de

⁷¹ [...] el trabajo de las instituciones de desarrollo no ha sido un esfuerzo inocente hecho en nombre de los pobres. Significa que el desarrollo ha tenido éxito en la medida en que ha sido capaz de integrar, administrar y controlar países y poblaciones en formas cada vez más detalladas y exhaustivas.

rural, bem como a emergência de políticas de desenvolvimento rural que promovam a atividade produtiva pelo fortalecimento da pequena produção, ou produção familiar. Para Kageyama (2008, p. 24) “a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. Nesse contexto, a polarização do debate e das políticas públicas para a abordagem territorial do desenvolvimento tenta alinhar a população rural às novas necessidades do capital, decorrentes do esgotamento do modelo que colocava em lados opostos a dinâmica do agronegócio e o atraso da produção de base familiar.

O modelo teve como propósito a descentralização e a potencialização da capacidade produtiva dos territórios. Segundo Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 44), “o destino dos territórios deixa de se concentrar numa autoridade ou numa agência central encarregada de distribuir recursos e passa a depender da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre atores locais é capaz de criar”. Por outro lado, Buainain et. al. (2003) chama a atenção para o risco de que a opção pelo desenvolvimento territorial rural, em detrimento do desenvolvimento agrário, possa minar as políticas voltadas para o segmento da produção familiar, transferindo recursos para os produtores e produtos que estão inseridos no mercado globalizado.

Nesse sentido, tal como ocorreu nos anos 70 e 80, esta visão do novo rural, tal como vem sendo veiculada, presta-se como justificativa intelectual para políticas que em última instância, mantêm o *status quo* agropecuário do país, caracterizado por forte desigualdade econômica e social, e elevados níveis de pobreza. Com efeito, nos últimos anos, o argumento do novo rural vem sendo utilizado para justificar a necessidade de abandonar políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não agrícolas, limitando-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais, aquelas consideradas competitivas por ocuparem nichos de mercado, de produtos especiais de alto valor agregado, cuja produção requer o uso intenso de mão-de-obra (BUAINAIN, et. al, 2003, p. 03).

A mudança paradigmática tenta colocar uma névoa na questão agrária e ao mesmo tempo dá um colorido especial para as possibilidades que o *novo* rural cria para o capital.

O conceito de rural ou de ruralidade não está associado exclusivamente à dimensão agrícola, nem é concebido como um resíduo atrasado do urbano. Pelo contrário, [...] o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção

cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que , ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes (BRASIL/MDA/CONDRAF, 2013, p, 13-14).

O contexto em vigor foi essencial para as discussões e estratégias promovedoras de políticas públicas, produção acadêmica e descentralização do Estado na gestão do desenvolvimento rural. Considerando as novas funções do rural para o desenvolvimento econômico do país, as atividades não agrícolas passam a ser estimuladas e regulamentadas para a exploração capitalista. Dessa forma, os agricultores familiares também absorvem a função de se tornarem pluriativos, ou seja, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, garantindo a (re)produção de um *tipo* de agricultura familiar que atenda aos interesses mercadológicos da exploração do espaço e dos recursos naturais. De acordo com Schneider (2009, p. 97-98),

Enquanto fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias.

Esse novo padrão estabelecido para o campo provoca um reordenamento no mercado de trabalho agrícola, no processo produtivo, e principalmente na forma de acesso à terra, impactando diretamente na continuidade social da agricultura familiar camponesa e na luta permanente contra a soberania do capital. Os elementos presentes apontam para medidas que, de um lado aborem o conflito e o fortalecimento dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores assalariados e, por outro, que o capital passe a comandar os territórios em escala mundial, regional, nacional, estadual e municipal, através de uma *política pública de subordinação*.

Contudo, um dos principais aspectos dessa abordagem é sua inserção em um contexto de política pública de oferta por parte do Estado, diferentemente das tradicionais políticas de desenvolvimento para o campo. Dessa forma, existem três aspectos que são essenciais para a compreensão dessa estratégia. O primeiro é que essa estratégia é pensada no âmbito das movimentações do capital globalizado, como

um movimento que se expande entre as nações. O segundo aspecto, embora contraditório, é que as políticas públicas, concretizadas nas ações do Estado seriam derivadas das deliberações coletivas pertencentes aos territórios. E, por último, a redução das funções do Estado, direcionando as suas ações para a regulamentação e/ou desregulamentação de entraves impeditivos do livre movimento do capital, mantendo as condições jurídicas e normativas para o livre funcionamento do mercado.

Com as *novas* possibilidades para o campo, expande-se o nível de subordinação da agricultura ao capital, sendo que essa expansão ocorre de forma quantitativa com uma maior abrangência do espaço, atividades e de produtores, e qualitativa, pela forma com que o capital altera estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas de uma sociedade, redesenhando e unificando espaços para a espoliação mundial.

As ações concretas para o planejamento de políticas para o campo tiveram continuidade nos anos 2000, basearam-se no paradigma do capitalismo agrário e na tese de que com o *novo rural* a reforma agrária não é mais necessária. Primeiramente, pelo dinamismo da agricultura patronal e, em segundo, pelo baixo desempenho econômico e elevado índice de abandono nas áreas de assentamentos rurais, impactando negativamente na viabilidade da reforma agrária como medida para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza no campo.

Ainda assim, deve-se destacar que a defesa pela realização da reforma agrária, preconizada em meados do século XX, decorrentes do pacto entre trabalhadores e burguesia, estava ligada ao desenvolvimento das forças produtivas no campo uma vez que a concentração fundiária seria um empecilho para a expansão das relações de produção capitalista no espaço agrário.

Os objetivos gerais das proposições estratégicas hegemônicas no Brasil sobre a reforma agrária desde a década de 1940, a partir de proposições políticas de centro-esquerda, defendiam a necessidade de uma revolução burguesa no campo para eliminar ora os restos feudais, ora o latifúndio improdutivo de maneira a permitir o desenvolvimento das forças produtivas sob o padrão de produção capitalista, a valorização do trabalho pelo assalariamento e a criação de um mercado interno. [...] No âmbito dessa perspectiva, a reforma agrária, a partir dos pressupostos de uma revolução burguesa, constituiria, por um lado, pequenos e médios produtores rurais em condições de incorporarem as tecnologias capitalistas modernas para o campo (CARVALHO, 2013, p. 129).

Com base nesses pressupostos, a narrativa construída aponta que a reforma agrária é algo ultrapassado, desnecessária frente aos atuais padrões

produtivos que o “novo” rural oferece, alicerça uma ideologia dominante sobre a temática, afirmando que esta política não atende nem à demanda produtivista nem distributiva. Leite (2013) examinou alguns desses pressupostos, vejamos:

- a) O aumento da produção e do emprego no campo e, portanto, do combate à pobreza no meio rural, será resolvido pelo modelo produtivista do chamado agronegócio;
- b) A reforma agrária é uma tese ultrapassada e obsoleta, incompatível com o atual estágio do capitalismo brasileiro e não apresenta nenhum impacto econômico na sociedade;
- c) Com a modernização da agricultura, esgotou-se a disponibilidade de terras não aproveitadas, salvo aquelas situadas na Amazônia e no Cerrado, não recomendadas para a reforma agrária;
- d) A reforma agrária é um programa com elevado custo financeiro para sua realização e pouca capacidade de geração de novos postos de trabalho;
- e) Os projetos de assentamentos já implantados possuem baixa qualidade, gerando um processo de favelização na área rural;
- f) A maioria das famílias instaladas nos assentamentos não está vocacionada para a agricultura, comprometendo o sucesso do programa de reforma agrária.

Esses pressupostos foram defendidos e difundidos pelas pesquisas e reproduzidas em boa parte da produção acadêmica para que pudessem se articular com as atuais forças de mercado que comandam o movimento do capital para a implementação de um modelo hegemônico no espaço agrário, favorecendo o planejamento de políticas públicas que atendessem às exigências do padrão produtivo que demanda novos espaços para sua valoração. Por outro lado, esse viés apontou uma resignificação para a reforma agrária, tornando-a indispensável para o desenvolvimento sustentável, ou seja,

[...] houve um deslocamento do foco: contestando o modelo produtivista, apontando os riscos dos insumos químicos e das biotecnologias para a saúde e defendendo a soberania alimentar, passaram a progressivamente valorizar a agroecologia, resgatando experiências tradicionais e camponesas, defendendo um novo modelo de produzir, independente das grandes empresas produtoras de insumos e sementes, e buscando valorizar as articulações mercantis locais e regionais (MEDEIROS, 2015, p. 353-354).

O modelo de desenvolvimento adotado para o campo no final do século XX foi estruturado a partir da incorporação de novos conceitos e da destruição de outros, buscando o reordenamento das funções do Estado e do espaço agrário, que deve ser territorializado pelo capital para exploração capitalista viabilizando o desenvolvimento de novas forças produtivas que elevam o sistema a outro patamar de acumulação. Outra ação significativa para a operacionalização desse modelo está no alinhamento das políticas com a escala de abrangência de acumulação de capital.

É incontestável que o movimento da acumulação de capital se processa em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade. As manifestações no espaço da valorização e da riqueza são altamente discriminatórias. Existe, assim, um processo de busca e seleção por pontos de espaço que oferecem maior capacidade de apropriação privada de rendimentos e onde 'valorizar o valor' seja mais fácil (BRANDÃO, 2012, p. 52-53).

Ainda de acordo com Brandão (2012, p. 67), "é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica". Ou seja, a espacialidade é determinada pelo próprio movimento desigual e combinado do capital que determina a escala do desenvolvimento e, na mesma medida que destrói escalas, constrói outras.

Dessa forma, a escala determinada como mais eficiente para a valorização do capital não poderia ser restrita ao local, nem tão abrangente como a regional. Tendo o espaço rural como estratégia de expansão capitalista, o território passa a ser o *locus* dos processos econômicos e sociais em que se articula o novo padrão de desenvolvimento hegemônico gestado em escala mundial e institucionalizado pelo governo Lula nos anos 2000.

Portanto, na primeira década do século XXI emerge uma nova formatação dos debates, conceitos, instituições e políticas voltadas para o desenvolvimento rural. A política de base para a implementação desse modelo iniciou-se com a proposta do desenvolvimento de uma agricultura familiar capitalista, tendo no governo FHC sua gênese com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), "com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda" (BRASIL/MDA/CONDRAF, 2013, p. 11).

Esse padrão de empreendedorismo para a agricultura familiar encontra sua efetiva sustentação na política de desenvolvimento territorial rural (DTR), tornando-se um dos principais eixos de atuação do governo Lula no planejamento do desenvolvimento rural brasileiro.

Uma política de desenvolvimento territorial tem a missão de converter o Pronaf num programa público voltado fundamentalmente à busca de formas organizacionais que cultivem a aprendizagem, a inovação e que resultem no aumento da competitividade dos agricultores familiares. Os vínculos territoriais de proximidade podem ser um elemento decisivo na inovação e no aumento do poder competitivo dos empreendimentos. Estimulam a atuação conjunta na obtenção de insumos e de crédito, na venda de produtos, na valorização de atributos regionais de qualidade ligados às características dos próprios produtos (ABRAMOVAY, 2003, p. 54).

Nesse período, foram consolidados o conceito e uma estrutura de crédito para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Partindo de uma tipologia em relação aos agricultores, definiram-se os beneficiários. O governo Lula avança, tanto nos debates ideológicos sobre a temática quanto no planejamento das políticas para o campo, tendo como princípio fundamental o território como escala de planejamento para o desenvolvimento rural.

O conceito de **desenvolvimento rural** não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades – humanas, políticas, culturais, técnicas etc. – que permitem às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil (BRASIL/MDA/CONDRAF, 2013, p. 13).

O desenvolvimento rural é pautado como sendo o modelo capaz de preencher as lacunas deixadas pelo Pronaf. É mais abrangente, pois almeja o desenvolvimento, incluindo cidadania, redução da pobreza rural e urbana estimulando a participação e representatividade política dos agentes locais na determinação das suas demandas, construído uma autonomia para os territórios. Contudo, a sua amplitude ficou restrita ao reducionismo promovido pelo movimento do capital. Expandir os territórios, ou seja, as escalas geográficas que ofereçam possibilidades de exploração capitalista. Isso, necessariamente exclui parcela da população rural, bem como espaços considerados impróprios para valorização do capital.

A política de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar do Brasil apresentou uma mudança significativa a partir do ano de 2003, devido ao seu

caráter explicitamente territorial, com a adoção de uma estratégia que implicou na criação de uma estrutura institucional e de um conjunto de processos de gestão da política pública que marcou um novo rumo às políticas de desenvolvimento agrário (ECHEVERRI, 2010, p. 82).

De acordo com Cazella et al (2016), é possível estabelecer três fases para o modelo de desenvolvimento rural no Brasil, excluindo a fase de sua extinção. A primeira fase inicia-se com as pressões e demandas dos movimentos sociais pela reforma agrária e a degradação das relações de trabalho no campo, consequências do modelo de desenvolvimento agrícola implementado. A segunda teve como característica a ampliação das políticas e programas sociais como a universalização da seguridade social para os trabalhadores do campo e o Programa Bolsa Família. A terceira fase teve como foco o estímulo à inserção ao mercado, incluindo a valorização de produtos oriundos da agricultura familiar e o acesso da população rural ao mercado consumidor de bens industrializados.

Para Montenegro Gómez (2006), de fato, o que envolve a temática do DTR é o caráter político administrativo para a implementação das políticas públicas de desenvolvimento capitalista, “cujo alvo é o meio rural e que prioritariamente se referem a projetos de infraestrutura, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo e apoio ao comércio e ao desenvolvimento de negócios” (p. 270). O desenvolvimento rural presente nas lutas dos movimentos sociais ancora-se na defesa da sustentabilidade, ou seja, o desenvolvimento não pode ser visto e perseguido apenas pela dimensão econômica, sendo essa necessária, mas não suficiente para a sucessão intrageracional das populações que vivem e trabalham no campo.

Para Guzmán e Molina (2013) as estratégias que envolvem o ecodesenvolvimento têm sido desarticuladas pelo capital, pois sua estratégia é “a apropriação capitalista da natureza, sua introdução no processo produtivo de mais-valia e sua circulação como mercadorias” (p. 60). Portanto, os problemas decorrentes da penetração do capitalismo no campo não poderão ser superados pelo próprio sistema, mas pela superação do próprio capitalismo.

Aqui é possível perceber o ponto de inflexão envolvendo o Governo, os organismos internacionais e intelectuais unidos para a construção e fortalecimento de um modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo que possibilite a expansão do capital em todas as escalas, unificando os espaços para a expansão capitalista.

A inexistência de uma proposta de desenvolvimento rural a partir dos interesses do campesinato brasileiro para o desenvolvimento rural do Brasil que negue o atual modelo dominante e afirme um processo de democratização da renda e da riqueza rurais e a socialização das relações sociais de produção obscurece as possibilidades de se definir estratégias de transformação estrutural no campo, assim como de se estabelecer os rumos estratégicos para a luta social (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2004, p, 146).

Dessa forma, concretiza-se a proposta defendida pelo pró-desenvolvimento das relações capitalistas de produção como alternativa aos problemas agrários, promovidos pelo próprio sistema. Nessa lógica, consolida-se o DTR como o instrumento de ampliação das relações de produção capitalistas no campo, intensificando a subordinação do campesinato ao avanço do agronegócio e a espoliação do espaço rural pelo capital.

Assim, o poder hegemônico deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser o portador do novo (por exemplo, o domínio tecnológico). Deverá ter capacidade de iniciativa, de 'endogenia de desenvolvimento', de regulação e de administração dos limites e possibilidades de si e dos outros. [...] Dada uma certa correlação de forças, consideradas em determinado tempo-espaço, é preciso perscrutar a força coercitiva, os níveis e graus de 'consentimento' para o domínio e exercício de direção que consolide um determinado 'projeto de incorporação de todos' em sua órbita. [...] O ser hegemônico necessita ser minimamente 'dono do seu próprio destino', ter preeminência, supremacia e capacidade de ser o condutor do processo para ter força suficiente para propor, articular e sustentar uma determinada unidade e aliança e administrar e centralizar uma 'coesão nacional imaginária', que se exerce sobre determinados grupos subordinados (BRANDÃO, 2012, p. 84).

O discurso da amabilidade entre opressor e oprimido representa uma das mais perversas facetas do capital que cada vez mais necessita expropriar o camponês. Inicialmente, tira-lhes os meios de produção e agora a sua identidade, passando de camponês para agricultor familiar, este agora parceiro e não antagônico ao capital. Um ponto a destacar é que o arcabouço teórico produzido para a sustentabilidade ideológica do modelo de desenvolvimento rural busca promover uma mudança social e cultural na relação do camponês com a natureza, despindo-o da sua formação social enquanto classe, transformando-o em agricultor familiar.

Portanto, evidencia-se uma forte ameaça às identidades culturais e sociais das comunidades rurais agora comandadas pelas forças do mercado e transformadas em relações mercantis. Para Fernandes (2001, p. 31) "a questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse destino". Surge, dessa forma, um processo de diferenciação entre campesinato e agricultura familiar e, nesse processo, este sujeito

social, o camponês, seria incompatível com o modo de produção capitalista. Assim sendo, as bases desse modelo de desenvolvimento rural incluem uma mudança paradigmática do agrário para o rural e a metamorfose do camponês em agricultor familiar. Para Abramovay (1998) a mudança de concepção teórica em relação ao destino dos camponeses, encontra um forte argumento para o fortalecimento da agricultura familiar em questão.

As políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar promoveram a legítima continuidade do modelo neoliberal durante o governo Lula, através do aparato Institucional. As proposições levantadas sobre o DTR sugerem que essa lógica produtivista favorece cada vez mais a acumulação de capital através da expropriação dos recursos tangíveis e intangíveis, ao mesmo tempo em que desfaz os verdadeiros laços de cooperação e confiança, corroendo as bases necessárias para desvendar as mediações que alicerçam esse processo. Para Fernandes; Medeiros e Paulilo (2009, p. 23),

As lutas camponesas são sinais da resistência do campesinato contra a desterritorialização. Compreendendo o território como espaço de realização da vida em suas diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, políticas etc.), entende-se melhor não só a existência de diferentes formas que o campesinato assume, como também a diversidade de lutas verificadas no campo, com o sentido de garantir a existência dessa categoria social num contexto em que ocorre intenso processo de expropriação.

Nesse sentido, a ideologia dominante mina as forças de resistência à lógica de acumulação capitalista no espaço rural, incorporando novos conceitos, tais como capital humano, capital social, atores sociais e participação política. Esses conceitos tornam-se essenciais para a compreensão da engrenagem que coloca em movimento as articulações do capital em direção aos pobres excluídos de fases anteriores do desenvolvimento do capitalismo no campo. As mudanças são operadas inicialmente com a produção teórica e a popularização de conceitos e categorias, operacionalizados como uma ponte para a expansão das relações capitalistas de produção no campo.

Para Abramovay (2000, p. 04) “as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como ativo de capital de que os indivíduos podem dispor”. Essa tendência foi evidenciada em Marx e abordada por Quaini (1979) que discute a progressiva ação do capitalismo nos territórios em que este transforma os meios de produção e as forças produtivas em mercadorias, “onde o trabalho não se apresenta como produtor

de valores de uso, mas como medida geral das coisas, dos produtos, onde as relações sociais não se apresentam como relações pessoais, mas como relações entre coisas” (p. 66).

Para Fernandes (2015, p. 397) “a elaboração de políticas para promover o desenvolvimento são possibilidades de construção de alternativas, pois uma política pode fortalecer ou enfrentar o sistema hegemônico”. Entretanto, a construção de um modelo participativo e descentralizado inclui várias instâncias governamentais e da sociedade civil organizada promovendo fóruns e conferências para as discussões e produção de projetos para viabilizar a permanência da população no campo, abrindo espaço para que suas demandas sejam ouvidas, e que a luta pela sua existência enquanto *classe* seja permanente.

Esse momento de participação política das comunidades pode ser muito importante para a inserção de muitos *povos*, antes excluídos das políticas públicas, alterando o *rito* das ações governamentais, que teoricamente ocorre no âmbito dos colegiados com efetiva participação dos atores sociais, e onde antes tinham-se políticas de oferta, agora propõe-se políticas de demanda, permitindo uma mediação social, política e econômica entre Estado e sociedade.

Entretanto, os aspectos que foram delineados nos governos FHC e Lula, que teoricamente apresentam diferenças, mas em essência representaram uma continuidade do modelo neoliberal e o fortalecimento das forças conservadoras que impedem qualquer mudança na estrutura agrária e, portanto, impedindo uma real mudança social no campo, limitando-se apenas em atender demandas de segmentos específicos e de curto prazo, impossibilitando, de fato, o desenvolvimento rural sustentável no espaço agrário brasileiro.

O arcabouço teórico que deu sustentação ao modelo de desenvolvimento rural, parte de uma das evidências mais explícitas sobre a situação da população rural. A pobreza, a exclusão dos serviços públicos e a negação à cidadania aos povos tradicionais, tudo isso resulta da constante ausência de uma política de reestruturação fundiária ao longo da formação histórica brasileira.

O primeiro governo Lula foi marcado por continuidades e avanços quanto ao planejamento, quanto ao modelo de desenvolvimento, considerando os seus pilares que promoveriam a expansão capitalista no espaço agrário. As ações voltadas para os programas sociais de redução da pobreza no campo e inserção das comunidades mais excluídas nas políticas sociais, permitiu que, sem contestação, o

agronegócio fosse paralelamente promovido como o difusor da produção e exportação de *commodities*, ampliando a sua escala de controle dos meios de produção através do desenvolvimento das cadeias produtivas do setor.

Em 2006, a Lei da agricultura familiar, sancionada pelo presidente Lula, Lei nº11.326/2006,

[...] reconhece oficialmente os diferentes segmentos que a compõem como sujeitos sociais e públicos prioritários de políticas públicas; a institucionalização da política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) [...]; e a criação e fortalecimento de programas de compras públicas e institucionais de produtos da agricultura familiar, por meio de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentos Escolar (Pnae), que articulam as ações de superação da fome com a geração de renda e incentivo à estruturação da produção da agricultura familiar para a comercialização (BRASIL/PNDRSS, 2013, p. 08).

Nesse contexto, a institucionalização da política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) foi estabelecida, considerando o 'novo rural' como o espaço de planejamento para as políticas para o campo. Esse projeto de desenvolvimento emerge com muitas parcerias que apoiaram o desenvolvimento rural, dentre eles: representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, organização do campo agroecológico, políticos e gestores públicos, organização da sociedade civil e vinculados ao tema de segurança alimentar, nutricional e estudiosos do mundo rural (GRISA & SCHNEIDER, 2015). Dessa forma, temas como sustentabilidade e segurança alimentar tiveram uma forte influência para o planejamento das políticas públicas para o segmento da agricultura familiar que estava subordinada a dinâmica da acumulação de capital.

A chamada abordagem territorial do desenvolvimento surgiu, então, como via preferencial para nortear e orientar essa reconfiguração do planejamento federal, em que novos agentes e discursos foram convocados para legitimar tais conjuntos de ações. Portanto, entendemos que porções de todo o território brasileiro foram avaliados segundo critérios condizentes com essa nova orientação, com destaque para necessidade de níveis crescentes de competitividade dos espaços, indo ao encontro de um dado projeto de modernização dos espaços (MANZONI NETO, 2017, p. 231).

A concepção territorial do desenvolvimento rural aponta para uma reorganização do espaço em territórios de identidades, definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como sendo,

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidade e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL/MDA, 2003, p. 34).

A denominação de territórios rurais baseia-se no critério utilizado pelo IBGE para analisar o grau de ruralidade dos espaços, dessa forma, os territórios rurais assumem essa característica de acordo com os seguintes critérios: população e densidade demográfica (PERICO, 2009).

- a. Urbano, apresenta média populacional maior que 50.000 habitantes e densidade populacional maior que 80hab/km²;
- b. Intermediária, apresenta média populacional maior a 50.000 habitantes e densidade populacional inferior a 80hab/km²;
- c. Intermediária, apresenta média populacional inferior a 50.000 habitantes e densidade populacional superior a 80hab/km²;
- d. Rural, apresenta média populacional inferior a 50.000 habitantes e densidade populacional inferior a 80hab/km², acrescenta-se também o requisito de estar organizado em territórios de identidade e integrado com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)

Portanto, os territórios de identidades têm uma abrangência maior, agrega o conjunto de municípios que compõem uma microrregião em que seus municípios apresentam semelhanças em relação às atividades econômicas, infraestruturas, aspectos sociais, culturais, institucionais e ambientais, formando uma identidade territorial. Os territórios rurais são aqueles que apresentam média populacional inferior a 50.000 habitantes e densidade demográfica inferior a 80hab/km².

Em 2008, o presidente Lula lançou o Projeto Territórios da Cidadania - PTC, como um suporte para o desenvolvimento dos territórios rurais. O princípio básico desse projeto era “a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (BRASIL/MDA, 2008). Os critérios adotados para a atuação do PTC foram:

- a. Menor IDH;

- b. Maior concentração de agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária;**
- c. Maior concentração de população quilombolas e indígenas;
- d. Maior número de beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF);
- e. Maior número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- f. Maior organização social;
- g. Pelo menos 01 (um) território por estado da federação.

Dessa forma, o PTC surge como articulador entre o Estado e Instituições para a promoção descentralizada da gestão dos territórios rurais. Embora o processo tenha a mesma dinâmica, utiliza os conceitos de empoderamento e participação social para o desenvolvimento dos seus principais eixos de atuação⁷²: o apoio à atividade produtiva e promover o acesso a direitos e fortalecimento institucional.

Trata-se de reorganizar profundamente as instituições e os processos sociopolíticos para abrir novas perspectivas de desenvolvimento, dentro de um espaço do território nacional e para a população que ocupa esse espaço. O desafio é ainda maior, na medida em que o PTC fixou para si a prioridade de reequilibrar as relações entre as categorias de população rural que a história nacional e local tem relegado em posição de exclusão e de miséria e as categorias sociais que têm monopolizado o poder político, social e econômico desde séculos. (RAYNAUT e FERREIRA, 2014, p. 378 e 379).

Considerando o que foi discutido até aqui, busca-se uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento rural em curso e as políticas públicas para sua implantação. Algumas ações basilarão esse modelo na década de 1990: a criação do Pronaf em 1996, o Programa Bolsa Escola e principalmente a criação do MDA, em 1999. Analisando as ações empreendidas no âmbito governamental e as narrativas teóricas que ratificaram o discurso político na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, evidencia-se que, de mãos dadas com o grande capital e as velhas oligarquias, o governo Lula seguiu na promoção do desenvolvimento rural, que reafirma a tese pela qual se sustenta o paradigma do capitalismo agrário em detrimento da resolução da questão agrária, secularmente aprofundada nesse país.

⁷² Os eixos pelos quais o PNDRSS foi articulado contempla: desenvolvimento sócio econômico e ambiental, fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia, reforma agrária e democratização do acesso à terra e dos recursos naturais, abordagem Territorial como Estratégia de desenvolvimento rural, gestão e participação social, autonomia das mulheres, autonomia e emancipação da juventude rural e promoção do Etnodesenvolvimento (BRASIL/MDA/CONDRAF, 2013).

Contudo, à medida em que a sociedade se move, seja através de estímulos externos ou pelas ações coletivas desenvolvidas a partir do contexto das suas demandas, criam-se condições para uma maior participação nas esferas políticas, que serão determinantes para a organização de novos saberes e processos produtivos nos espaços (re)criados, principalmente pela reforma agrária.

Importantes alterações ocorreram nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil, especialmente no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil. Atores até então marginalizados nas arenas públicas tornaram-se dominantes (caso de políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores) e abriram oportunidades para a institucionalização de 'novas' ideias e reivindicações de políticos, estudiosos, movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, dentre estes principalmente daqueles atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (e também em grande medida, vinculados ao campo agroecológico) (GRISA & SCHNEIDER, 2015, p. 138).

As políticas vinculadas ao DTR tiveram o suporte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) que definiu em seu eixo de atuação programas específicos para o enfrentamento da pobreza, iniciado com o Programa Bolsa Família (PBF) se estendendo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, por último, já no governo Dilma, o Programa Brasil sem Miséria (PBSM). Em outro eixo, visando o desenvolvimento produtivo dos territórios, foram ofertadas políticas de crédito, assessoria técnica e o programa Luz para Todos (LPT), que tirou milhares de comunidades camponesas do isolamento.

De modo geral, buscou-se um planejamento para os territórios rurais que contemplasse: acesso a cidadania, infraestrutura, permanência no campo através da diversificação das formas de geração de renda e capacitação, principalmente para o desenvolvimento de 'novas' atividades que se desenvolvem no território, mas que não são agrícolas.

O planejamento de uma agenda de políticas públicas para o desenvolvimento rural teve como referência o reconhecimento político e social da agricultura familiar como um segmento estruturante para o planejamento do rural brasileiro. As demandas dos diversos segmentos dos movimentos sociais ganharam espaço para a discussão, embora, dentro de uma agenda neoliberal, foram planejadas diversas ações e diretrizes pautadas na participação de coletivos, com destaque para a participação das mulheres, jovens e representantes de comunidades tradicionais.

A 2ª. CNDRSS adotou a paridade de gênero, garantindo a participação de 50% de mulheres entre os delegados – feito inédito até então; efetivou cota de participação para a juventude, alcançando 25% de jovens em todas as suas etapas; e incorporou uma delegação específica de representantes de povos e comunidades tradicionais (BRASIL/PNDRSS, 2013, p. 05).

Sem dúvida, as Conferências e Fóruns de discussão realizados sobre o desenvolvimento rural deu visibilidade para um debate amplo e democrático sobre o futuro do espaço rural, pautado sobre o reconhecimento dos efeitos negativos da revolução verde, que desencadeou um gatilho para o debate sobre a sustentabilidade ambiental, e de forma mais específica sobre a convivência com o semiárido. Estas questões estão diretamente relacionadas com temas como a segurança alimentar, preservação ambiental e produção agroecológica, como alternativa ao modelo de produção agrícola tradicional.

Portanto, entre 2003 e 2014 as políticas públicas promoveram um reordenamento do espaço agrário, que foi marcado pelo empoderamento econômico e social de um segmento que até a década de 1990 era inexistente, do ponto de vista conceitual e na agenda política. Entretanto, a agenda política de cunho liberal, adotada como princípio estruturante dos governos a partir da década de 1990 foi implementada no governo FHC, encontrando no governo Lula a sua continuidade e expansão para espaços antes excluídos pelo capital.

Em 2006 o Censo Agropecuário trouxe uma grande visibilidade para o segmento da agricultura familiar. A sua importância econômica, política e social estava respaldada pelos dados, justificado, portanto, a importância do modelo de desenvolvimento rural estabelecido que se norteou pela inclusão produtiva e proteção social, acompanhado de uma valorização constante do salário mínimo. Nesse sentido, mudanças profundas ocorreram no espaço rural da agricultura familiar: aumento na renda, redução nos níveis de pobreza, acesso à energia elétrica, escola, e serviços básicos de saúde. Por outro lado, nascem novos consumidores para um mercado que necessita se expandir continuamente.

O acesso à energia elétrica possibilita um salto em qualidade de vida e lazer, assim como em produtividade. Possibilita a aquisição de equipamentos para beneficiar e armazenar a produção, além de incluir brasileiros e brasileiras do campo no mercado consumidor de produtos como geladeiras e televisores, gerando mais produção e mais empregos também em outros setores da economia (BRASIL/PNDRSS, 2013, p. 17).

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS, 2013), as ações planejadas visam, em primeiro momento o desenvolvimento de um projeto de enfrentamento da pobreza crônica estabelecida no campo e, posteriormente, a construção de um espaço autônomo de produção, trabalho e vida.

No primeiro mandato do governo da presidente Dilma Rousseff houve uma tímida continuidade das políticas gestadas no governo Lula e avanços em temas como igualdade de gênero e autonomia das mulheres do campo, a implementação de projetos que possibilitam a convivência com o semiárido, promovendo uma estabilidade da renda na agricultura familiar, sendo este um dos maiores obstáculos para as populações rurais que ainda não tiveram a permissão – da elite agrária e política - para aprenderem a conviver com a seca.

Esse paradigma apresenta possibilidades para as comunidades rurais de superar a dependência gerada pelas ações públicas de combate à seca, pautadas na construção de grandes obras e, como último recurso, a distribuição de água por *carro pipa*, que ocorre não somente nos espaços rurais, mas também nos espaços urbanos de pequenos municípios do semiárido.

A convivência com o semiárido representa uma vitória para as lutas preconizadas pelos movimentos sociais e Ong's, na superação da extrema pobreza e a conquista da dignidade humana. De acordo com Duque (2015), esse paradigma surge das “experiências nascidas do saber popular, aprimoradas no diálogo com o saber científico, transformando as mesmas em referências para propor ao poder público um modelo diferente de política pública” (p. 201).

O território, enquanto espaço de planejamento, situa-se entre o estado e o município, nem tão grande quanto o primeiro nem tão pequeno quanto o segundo. Seguindo a tipologia para os territórios rurais (IBGE), as ações centraram-se nos espaços menos privilegiados, em que a pobreza e a exclusão social dominam a existência geracional da população.

A política colocada em curso pelo MDA e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) foi estruturada em três linhas de ações que deveriam emergir de dentro dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável: a primeira teve como foco a construção coletiva da gestão territorial, em que o empoderamento dos atores sociais conduziu à construção de projetos de cunho coletivo, captando as capacidades e potencialidades econômicas e ambientais do território. A segunda,

visou à construção de redes sociais e arranjos produtivos locais para o fortalecimento da gestão interna dos territórios. A terceira seria o resultado das duas primeiras, ou seja, “[...] o fortalecimento das cadeias de valor que possibilitaram a inserção das pequenas empresas rurais, de integração funcional dos espaços econômicos rurais e urbanos, agrícolas e não agrícolas, que se traduzem em cenários de geração de emprego e inclusão social” (ECHEVERRI, 2010, p. 92-93).

Entretanto, não constou em sua pauta de ações um reordenamento fundiário, pois a questão agrária foi retirada das discussões, embora não tenha desaparecido da pauta dos movimentos sociais, nem da vivência cotidiana de quem necessita da terra para trabalhar e viver. Esse é um ponto contraditório existente nesse processo, que nasce muito mais da reorientação do sistema econômico através do neoliberalismo, do que das demandas sociais de um país que se recusa a inserir a reforma agrária como ponto prioritário de um processo de desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, o desenvolvimento almejado não contempla o conjunto da sociedade, mas grupos específicos que monopolizam os recursos produtivos para o uso específico de seus interesses.

No âmbito da política federal do DTR, o estado do Ceará tem reproduzido esse modelo nos territórios, sendo estes, referências para o planejamento de políticas públicas pautadas no desenvolvimento rural.

4 ESTADO E CAPITAL: as “alianças do atraso” na modelagem do espaço agrário cearense

Este capítulo tem como propósito apresentar os principais aspectos econômicos e políticos que contribuíram para a produção/reprodução do espaço agrário cearense, buscando elucidar a natureza das relações que determinaram esse processo a partir das alianças entre Estado e capital na determinação da estrutura agrária vigente. Não é intenção analisar a questão agrária em todos os seus aspectos, mas destacar aqueles elementos estruturantes que continuam a influenciar a formação do espaço agrário, dessa vez, como um padrão hegemônico contido nas premissas do desenvolvimento rural. Nesse contexto, as relações sociais de produção atualmente em curso pelo desenvolvimento territorial rural – DTR, (re)inventa o semiárido para que o capital possa se expandir, principalmente via monopolização do território em que fica evidente o uso do discurso ideológico do desenvolvimento para promover ações que se alinham aos interesses do capital internacional.

4.1 O espaço agrário cearense

O Ceará, um dos nove estados da região Nordeste, apresenta uma área territorial de 148.886,3km². Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado de Pernambuco, a Leste com os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, e a Oeste com o Piauí. Sua população em 2010 era de 8.452.381 habitantes, dos quais 24,91% viviam no espaço rural (CEARÁ, 2014).

O seu território está distribuído entre 184 municípios e três regiões metropolitanas (a região metropolitana de Fortaleza – RMF, a região metropolitana do Cariri – RMC e a região metropolitana de Sobral - RMS). O ecossistema predominante é a Caatinga, com clima tropical quente e seco, solos com deficiência hídrica, vulneráveis à erosão e pouca profundidade, impondo fortes limites à agricultura.

Os processos históricos que definiram as atuais estruturas de dominação podem ser compreendidos a partir de três momentos políticos, que embora aparentem diferenças entre si, na essência mantêm os mesmos princípios. Ou seja, reproduzem as estruturas de poder que alimentam o circuito da apropriação da renda da terra através da concentração fundiária, fatores determinantes para produzir o desenvolvimento desigual e combinado que configura o espaço rural cearense.

A formação socioespacial cearense teve influência da colonização tardia que ocorreu no estado. Somente depois de praticamente dois séculos de colonização é que Portugal teve interesse em ocupar o Ceará – *Capitania do Siará* – iniciando o povoamento pelo litoral com a cana-de-açúcar e posteriormente o povoamento do sertão com a pecuária no século XVIII.

A pecuária foi também responsável pela expropriação das terras indígenas malgrado a resistência da população nativa que por muito tempo dificultou a territorialização da pecuária no espaço sertanejo. A pecuária extensiva implantada não teve grande êxito em virtude das dificuldades de deslocamento dos rebanhos, uma vez que o transporte dos animais para áreas distantes provocava muitos prejuízos. Daí a opção pelo comércio do boi abatido, tendo como principais produtos comercializados, o couro e o charque. Outro fator que contribuiu para o declínio da pecuária no estado foi a ocorrência de grandes secas, elemento até certo ponto limitador da exploração do Sertão.

A agricultura no Ceará não conseguiu um papel de destaque ao longo do tempo. Sua gênese, ainda no século XVIII, foi baseada em culturas de autoconsumo, desenvolvida por camponeses à margem dos ‘currais’ em pequenas, manchas úmidas, para satisfazer as próprias necessidades de alimentação.

A grande expansão da pecuária e a dificuldade de se transportar, em lombo de burro, as mercadorias necessárias ao consumo da população que se fixou nos sertões, provocaram o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência nas manchas úmidas. Assim, os sertanejos se auto-abasteciam aproveitando para fazer suas culturas de mandioca, de milho, de feijão, de fava, e de cana-de-açúcar [...] (ANDRADE, 1986, p. 126).

Posteriormente se desenvolveu nas áreas úmidas a cultura da cana-de-açúcar, principalmente no Cariri cearense, tornando-se um grande produtor de rapadura e açúcar. No final do século XIX e início do século XX, o algodão passa a ser o carro chefe da agricultura do Sertão cearense, iniciando, segundo Andrade (2005), a fase de utilização do trabalho assalariado e da parceria e diminuindo drasticamente o uso do escravo como mão-de-obra.

Em 1872, em uma população total de 721.688 habitantes, havia no Ceará apenas 31.915 escravos, percentagem ínfima, portanto, correspondente a 4,4% do total. Isso antes da seca de 1877, quando a maioria dos escravos da região passou a ser vendida para os cafezais do Sul, ávidos de braços (ANDRADE, 2005, p. 195).

Inicia-se assim uma mudança nas relações de trabalho, com a predominância do trabalho assalariado e da parceria. Dessa forma, a estrutura econômica, política e social do Ceará é construída a partir da dinâmica/decadência dos ciclos econômicos, tendo a pecuária bovina maior destaque no Sertão, depois a cana-de-açúcar, no Cariri, e o algodão também no Sertão, impulsionado principalmente pelo mercado externo. De forma secundária e sem muita expressividade, houve a diversificação de algumas atividades, tais como o extrativismo e a pesca.

As relações de propriedade da terra no Sertão cearense se estabeleceram ainda no período colonial com as *sesmarias*, que iniciam a forma mais degradante de ocupação e gestão do território para atender aos interesses da Coroa portuguesa, expandindo a expropriação da população nativa para a exploração da pecuária.

Com a Independência em 1822 e com a Lei de Terras de 1850, o Estado Imperial impede o acesso dos camponeses às terras devolutas⁷³, determinando que o acesso às terras somente ocorreria por meio da compra. Com a Lei da abolição da escravidão em 1888, consolida-se o latifúndio, não só no Ceará, mas em todo o Nordeste brasileiro, impedindo o acesso à terra aos trabalhadores livres, garantindo a mão-de-obra necessária nas grandes fazendas que tinha como característica fundamental a monocultura para exportação.

Em geral, os países hoje subdesenvolvidos haviam sido colônias. E desse período herdaram um perfil cruel: produção agrícola centrada em uma ou poucas culturas destinadas à exportação e, daí, dependentes dessa dinâmica exterior, de suas flutuações e comandos. E, naturalmente, uma estrutura de propriedade fortemente ancorada no latifúndio. Os pequenos camponeses ficam relegados a terras mais distantes, menos férteis, menos assistidas e mais desprovidas de acesso aos investimentos infra-estruturais. (MORAES & ÁRABE, 2008. p. 18).

Por falta de terra para morar e produzir, os camponeses passam a ser moradores, parceiros, foreiros ou trabalhadores temporários nos latifúndios. Portanto, a estrutura fundiária, o sistema de produção e as relações de trabalho no campo foram estruturados pelo poder público e perpetuado pelas relações de poder configuradas

⁷³ Terras públicas compreendidas nas faixas de fronteira dos Territórios e do Distrito Federal e as que não são aplicadas a qualquer uso público, federal, estadual ou municipal, ou que não se encontram, por título legítimo, na posse, ou domínio particular de alguém. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/290816/terras-devolutas>> Acesso em 13 de setembro de 2016.

na figura do grande proprietário, originando uma oligarquia agrária, que comandou as instâncias da política brasileira até 1930.

Configura-se, dessa forma, um espaço de contradições em relação à posse e uso da terra. De um lado se estabelece o latifúndio e de outro os camponeses tentando sobreviver em pequenas áreas, as mais distantes dos centros urbanos e com baixa capacidade para a agricultura, surgindo, assim, um grande número de pequenos imóveis que não ofereciam capacidade para a reprodução econômica dos camponeses, tornando-os dependentes do patrão, o coronel.

No Nordeste, o coronelismo se prolongou praticamente por mais meio século em relação ao resto do país, impedindo o desenvolvimento da região, e submetendo a maioria de sua população à pobreza, tida como fonte de poder político e econômico local. O aumento da exploração do camponês, seja pela renda paga ao proprietário, pela baixa remuneração ou pela concessão de empréstimos financeiros, deixava-os dependentes dos patrões, pois na maioria das vezes acumulavam dívidas impagáveis, tornando-os *cativos da terra*.

Outra relação de poder desenvolvida pelo coronelismo sobre o sertanejo/camponês foi a *indústria da seca*, difundida cada vez mais, fazendo parte do imaginário do país como se esta fosse responsável pela vida miserável da maioria da população nordestina e conseqüentemente cearense, pois 94,8% do seu território está localizado no *Polígono das Secas*⁷⁴. Entretanto, Andrade (2005) destaca a existência de algumas áreas no estado que desfruta de verdadeiros oásis, regiões famosas como as serras de Meruoca, Baturité e a região do Cariri⁷⁵.

A partir da década de 1960, o quadro político nacional é alterado, mas não o suficiente para promover uma ruptura nas forças políticas nordestinas, uma vez que a concentração fundiária e o aumento da pobreza rural eram a garantia dos coronéis de perpetuação no poder político através do *voto de cabresto*. Contudo, o planejamento nacional a partir da década de 1960 abriu espaço para o planejamento regional que teve Celso Furtado como um dos principais expoentes em defesa de uma política de desenvolvimento regional.

⁷⁴ De acordo com Andrade (2005, p. 49), “o chamado Polígono das Secas não se circunscreve apenas ao Sertão; é conveniente lembrar que ele cobre alta percentagem dos territórios dos Estados nordestinos. Alguns deles, como o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte estão quase inteiramente mergulhados no Polígono (94,8%, 97,6% e 90,0%, respectivamente)”.

⁷⁵ O Cariri situa-se no sopé da encosta setentrional da Chapada do Araripe e constitui uma ilha úmida na grande vastidão seca. Nessa região o produto de maior destaque foi a cana-de-açúcar.

De forma concreta, no Nordeste do Brasil esse planejamento se inicia com o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – (GTDN), culminando com a criação da SUDENE⁷⁶. Esta, ao contrário do DNOCS⁷⁷, tinha como objetivo romper com o isolamento da região e promover o desenvolvimento industrial, influência do projeto de desenvolvimento estruturado pela Cepal⁷⁸, que diagnosticou o subdesenvolvimento da América Latina e especificamente do Brasil a partir de duas teses: a teoria da dependência e a teoria do capitalismo tardio, que identificava nas relações de produção pré-capitalistas a principal causa da rigidez na oferta de alimentos, incapaz de suprir a demanda crescente no setor urbano-industrial, causando um forte processo inflacionário.

Francisco de Oliveira critica a ênfase dada pela Cepal às questões externas para explicar o subdesenvolvimento negligenciando a estrutura interna do país quando afirma que:

Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia - os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

A seca, mais do que um fenômeno climático passou a ser entendida como um fenômeno sociopolítico, isto é, como um instrumento de poder, tendo em vista que as elites locais se apropriavam cada vez mais das adversidades climáticas para promover a pobreza dos estados nordestinos, se beneficiando dos recursos federais e estaduais destinados a *combater a seca*. A população rural, principalmente os trabalhadores, para não presenciarem suas famílias serem devastadas pela fome e sede tornavam-se retirantes, enquanto a estrutura dominante permanecia concentrando terra, políticas públicas e água. Celso Furtado, em entrevista, lamentou a existência dessa estrutura de poder político que impedia ações que significassem o

⁷⁶ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei nº. 3.692, de 15 de dezembro de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek. Entre 1959 e 1964 esteve à frente do órgão o economista Celso Furtado.

⁷⁷ Recebeu essa denominação em 1945, entretanto, já vinha atuando no Nordeste desde 1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS.

⁷⁸ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, criada em 1948 para analisar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos e propor políticas de desenvolvimento para os países periféricos.

rompimento com a indústria da seca no Nordeste, dentre elas, a desapropriação e a irrigação.

Vários governadores estavam contra; não queriam nem tocar em irrigação com desapropriação de terras. Diziam: “isso aí se resolve caso por caso...”. Só quando o comandante militar declarou que considerava fundamental para a segurança pública do Nordeste abordar esse problema de frente, como uma lei de irrigação, foi que eles recuaram. Mas recuaram porque sabiam que podiam bloquear o projeto no Congresso. E assim foi: depois de aprovado pela Sudene, o projeto de lei foi rejeitado pelo Congresso. A maior parte dos deputados nordestinos, na época, era contrária à Sudene (TAVARES, et. al., 1996, p. 20).

Para Furtado, as forças políticas e econômicas da região se posicionavam contra qualquer política que ameaçasse o poder da elite local. Referindo-se posteriormente a isso, ele diz: “Se, 40 anos atrás, tivéssemos começado uma transformação da estrutura agrária por esse método – desapropriar antes de irrigar e antes de açugar [...]” (TAVARES, et. al., 1996, p. 21). Entretanto, a estrutura agrária era intocável e a aliança entre os proprietários, o capital e o Estado, continuou sendo fortalecida para manter os privilégios da classe dominante, impedindo qualquer modificação na estrutura econômica, social e política da região.

As estruturas de poder se consolidavam cada vez mais, transformando a vida do sertanejo em um verdadeiro drama. Drama esse cantado em músicas e versos pelos artistas regionais e descrito na literatura de muitos autores⁷⁹ que identificavam na formação do espaço social, concretizado na pobreza do sertanejo, um pacto das elites nordestinas com o Estado para não permitir mudanças no processo de formação sócio espacial dessa região. Em entrevista a Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado declarou:

O drama do Nordeste é demasiadamente conhecido. Não é de hoje e nem vou responsabilizar um determinado governo. Tentei fazer alguma coisa no Nordeste e sei como é difícil qualquer mudança. A responsabilidade maior é da classe política nordestina, que se prevalece das suas posições no governo para dificultar a formulação de uma política (TAVARES, et. al., 1996, p. 15).

No Ceará essa estrutura foi sustentada pelas forças políticas locais representadas inicialmente pela oligarquia agrária cearense. De acordo com Barreira (1996), o poder político no Ceará é caracterizado por três ciclos. O primeiro ciclo é aquele em que a oligarquia agrária é sustentada pelas forças políticas de Antônio

⁷⁹ Patativa do Assaré, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, dentre outros.

Accioli, Franco Rabelo e Pe. Cícero, este último exercendo grande influência sobre os pobres, inclusive de outros estados do Nordeste no início do século XX, momento da expansão de movimentos como messianismo, banditismo, ligas camponesas e sindicatos.

O segundo ciclo é caracterizado pela chegada ao poder dos coronéis, a partir da década de 1960, tendo como representantes principais do coronelismo no estado, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals. O poder dos coronéis, alinhados com os demais estados da região impediu uma efetiva política para o desenvolvimento. O planejamento encontrava limites na estrutura de poder político para sua efetivação, mantendo a estrutura agrária e a pobreza como patrimônio de uma classe que se beneficiava com o atraso e isolamento desse espaço.

Contraditoriamente, a necessidade de acumulação de capital encontrava na própria pobreza um limite à sua realização. A própria estrutura vai se degradando com a expulsão dos sertanejos do interior das fazendas, rompendo com a política da gratidão/persuasão exercida pelo coronel. Esse movimento colocou o camponês, seja ele trabalhador rural do tipo morador, rendeiro ou parceiro em uma situação de risco ainda maior. Desse modo, é no núcleo do próprio sistema político e econômico do coronelismo que se desenvolve as condições necessárias para o seu declínio.

As amarras da fazenda são rompidas e o trabalhador rural fica livre para vender seu voto a quem lhe oferecer melhores condições. O proprietário de terra deixou de ter o controle total sobre o trabalhador rural, na medida em que 'domínio do voto confundia-se com 'domínio' do trabalhador (BARREIRA, 1996, p. 41).

De acordo com Barreira (1996), a figura do morador e do parceiro era fundamental para a manutenção do controle sobre o *voto de cabresto*. Dessa forma, a mudança na estrutura das relações de produção no campo, com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho, originou uma pequena fratura na política dos coronéis cearenses.

Entre 1979 e 1983 presenciou-se uma forte escassez de chuva no Estado (foram cinco anos de seca), contribuindo para intensificar a emigração rural. A população miserável e sem-terra teve que migrar para os centros urbanos em busca de sobrevivência. Apesar de que o sertanejo “está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ela vem se repetindo, com maior ou menor intensidade, **mas com periodicidade impressionante**” (ANDRADE, 2005, p. 58. Grifo nosso), o Estado enquanto gestor do território,

conhecedor dessa realidade, voltou sempre suas ações no sentido de evitar qualquer mudança na estrutura agrária, pois isso colocaria em risco a estrutura de poder existente.

O Estado desenvolvimentista atuou como gestor das desigualdades e desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista no campo, não poupou esforços para a criação de várias instituições e órgãos para planejar o desenvolvimento nacional e regional, entretanto, as ações fortaleciam cada vez mais o poder político e econômico da elite local, uma vez que intensificou a concentração da estrutura fundiária, valorizando as terras e impedindo o acesso aos camponeses⁸⁰.

À medida que a história do sertão vai sendo revelada essa análise torna-se ainda mais forte, pois nesse espaço podem ser vistos exemplos extremos de manipulação social e, de destruição de valores, o que resulta de fato no desaparecimento da autoestima e mesmo da disposição de mudar essa realidade (CHACON, 2007, p. 81).

O sertanejo, em meio ao sofrimento intensificado pelas elites locais, desenvolve mecanismos que o auxiliam na sobrevivência nessa terra hostil. Aprende a observar e interpretar os sinais da natureza⁸¹, e para o conforto espiritual se apegam à religiosidade, pois descrente de qualquer outro socorro, resta dobrar o joelho no chão e pedir que *Deus* os ajude. Desenvolvendo um grande movimento de religiosidade, o sertanejo aceita a condição miserável que vive, e dessa forma a classe dominante impede uma tomada de consciência da classe trabalhadora, utilizando-se da fé do povo sofrido para aprofundar o caráter opressor e excludente na gestão do território para a formação do espaço rural cearense.

O terceiro momento de consolidação política no Estado teve início na segunda metade da década de 1980, com a ascensão política nas eleições de 1986 do empresário Tasso Jereissati a governador do estado, iniciando um novo ciclo hegemônico de dominação. Esse novo ciclo principia em meio a dois grandes movimentos: o fim do regime militar na década de 1980 e início do projeto neoliberal nos anos de 1990.

A campanha política das eleições de 1986 foi reveladora de um outro momento político local ao delinear o perfil do futuro governo. A principal

⁸⁰ Morador, parceiro, sazonal, diarista, etc.

⁸¹ Existe uma tradição no Estado sobre a previsão dos Profetas da Chuva, que anualmente se reúnem no município de Quixadá para fazer previsões sobre o período das chuvas no Estado. Os profetas são homens e mulheres detentores de conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna que, segundo eles, revelam como vai ser o período chuvoso.

bandeira dos empresários foi a promessa de acabar com os **coronéis**, apresentando-os como os primeiros responsáveis pela condição de miséria do povo cearense. Os seus discursos eram dirigidos contra a miséria, o analfabetismo e o atraso da economia. Como causa dessa situação era apontada a estrutura clientelista que dominava o estado (BARREIRA, 1996, p. 38. Grifo nosso).

Somente no final dos anos de 1980 a burguesia industrial cearense⁸² assume o poder político alinhado com o neoliberalismo e com as necessidades da economia globalizada. O governo tem pressa e submete o estado a uma forte reforma administrativa, visando superar os estrangulamentos que impediam levar adiante a nova dinâmica econômica atrelada ao mercado internacional. Para Nobre (2008, p. 22), “a estratégia adotada foi fortalecer determinados setores com potencial para o mercado externo, com incentivos fiscais e a criação de infraestrutura de apoio aos investimentos privados [...]”. No final da década de 1990, esse modelo de desenvolvimento, que privilegiou os espaços e setores que ofereciam maior dinamismo econômico se esgota, e mais uma vez o capital precisa ocupar novas áreas para sua exploração.

Nesse contexto, o Ceará move sua estrutura política e econômica para os interesses da acumulação capitalista, não mais centrado nos interesses locais, mas atendendo aos interesses do capital internacional, dando início a *Era Tasso*⁸³. O poder político passa a se concentrar na classe dos empresários, a burguesia cearense assume a gestão das políticas com o foco no desenvolvimento industrial e na agricultura para exportação. As áreas prioritárias são aquelas que oferecem maior possibilidade para o desenvolvimento do capitalismo na atividade agrícola, que possam se inserir no mercado globalizado.

A estratégia adotada foi fortalecer determinados setores com potencial para o mercado externo, com incentivos fiscais e a criação de infraestrutura de apoio aos investimentos privados, gerando, em decorrência das exportações, maior dinamismo interno. [...] procurou-se estimular setores com grande aporte de capital e também com capacidade para inserir-se no mercado mundial. Dessa forma, esses governos se preocuparam em criar a infraestrutura subsidiária desses investimentos capitalistas, ao mesmo tempo em que asseguraram a concentração fundiária como estrutura necessária aos grandes projetos de agronegócio em âmbito local (NOBRE, 2008, p. 22-23).

⁸² De acordo com Nobre (2008), a burguesia industrial chegou ao poder através do discurso que colocava em cheque o *moderno x atrasado*, mas contou também com a aliança estabelecida com vários setores da esquerda, que almejavam eliminar o poder dos coronéis no Estado.

⁸³ Compreende o período de 1987 a 2002, representou uma redefinição dos interesses e práticas espaciais para a modernização do Estado baseado em um projeto neoliberal e sua abertura para o capital internacional, e compreende o período de 1987 a 2002.

Esse processo vem provocando mudanças estruturais no espaço rural cearense, adequado à nova dinâmica do capital internacional que busca se apropriar de espaços ainda 'vazios', sendo estes identificados em todos os setores da economia cearense. No caso da agricultura, destacam-se investimentos na fruticultura irrigada, em áreas específicas, que permite uma maior exploração capitalista do território atendendo às orientações do neoliberalismo e do mercado globalizado, ou seja,

Caracteriza-se pela prioridade dada aos setores econômicos e espaços considerados com maiores possibilidades de rapidamente se inserirem de forma competitiva na economia globalizada. Busca beneficiar-se da política nacional dos 'eixos nacionais de integração e desenvolvimento', cujo objetivo é atrelar as áreas consideradas dinâmicas do País à dinâmica do mercado mundializado, que promove a implantação de programas e projetos tidos como estruturantes para o crescimento econômico, introduzindo novas formas de organização e gestão governamental. Evidencia-se, assim a inserção passiva do Estado na economia e consumo globalizados, submetendo-se aos ditames de grupos econômicos hegemônicos (ELIAS, 2003, p. 61).

O progresso e o moderno se vinculam a uma forte política de abertura para o capital financeiro mundializado, expandindo as áreas de agronegócio em que a agricultura se move para se adequar aos padrões internacionais, embora as relações de produção permaneçam as mais arcaicas possíveis, onde a pobreza da classe trabalhadora é considerada como uma vantagem competitiva para os investimentos externos.

O direcionamento das ações governamentais situou-se em grandes investimentos para a agricultura irrigada, a infraestrutura hídrica garantiu a gestão e exploração dos espaços selecionados pelo agronegócio, enquanto a estrutura agrária permaneceu inalterada, assim como a pobreza de milhares de cearenses que habitam o espaço rural, localizado no semiárido ou não. O objetivo em questão foi tornar o Estado atrativo para novos investimentos e transformar a agricultura em um setor dinâmico, competitivo no mercado externo, entretanto, o espaço rural cearense permaneceu como o *locus* de desigualdades e pobreza.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), o percentual da população cearense que vive em situação de pobreza é de 30,32%, contudo, a situação se agrava quando analisada de forma desagregada entre as áreas urbanas

e rurais, sendo esta última com um percentual de 54,30% da população em condições de pobreza⁸⁴.

De forma contraditória, o capital expande o seu grau de acumulação, nesse caso, pela territorialização do monopólio, desenvolvendo a agricultura irrigada e altamente tecnicizada para atender à demanda do mercado externo, alinhada com o capital internacional, capta novos espaços para sua reprodução. Por outro lado, distante das áreas privilegiadas pelo capital, os pequenos municípios e sua população rural permanecem à margem dos excedentes gerados, da infraestrutura criada e dos serviços básicos de educação, saúde e cidadania, impedidos, portanto, de ultrapassar os limites impostos pelo capitalismo autoritário à sua existência social⁸⁵.

No estado do Ceará, os polos, Cariri, Centro Sul, Baixo Jaguaribe, Metropolitano e Ibiapaba representam as áreas com maior potencial hídrico, por isso monopolizada pelo capital. Nas outras áreas, predomina a agricultura de pequeno porte, tradicional de sequeiro, ainda estigmatizada pelos efeitos climáticos do semiárido. A formação social do espaço agrário cearense configura um processo contraditório, desigual e combinado, em que regiões atrasadas queimariam etapas para se adequar aos padrões do capital internacional através da subjunção real da agricultura ao capital, ao mesmo tempo em que promove a destruição e recriação de relações de produção não capitalistas no campo.

4.2 O que existe e o que persiste em relação à questão agrária

Embora as relações de produção tenham sido reorientadas, do ponto de vista da capitalização da renda a partir da Independência e da Abolição da escravatura, a estrutura social e agrária pouco foi alterada, e em alguns casos foram até aprofundadas, como denunciavam as teses sobre a questão agrária brasileira. Não é intenção analisar a questão agrária em todos os seus aspectos, mas compreender as novas intenções do capital em relação à ocupação e exploração do

⁸⁴ O critério de definição de pobreza a que se refere essa informação, é o que considera pobre a “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. Em 2010, a renda per capita dessa população era em média R\$ 72,00, o que correspondia a 14% do salário mínimo vigente na época.

⁸⁵ Considerando que nos anos 2000 tanto a pobreza quanto a extrema pobreza foram reduzidas significativamente pela política de redistribuição de renda do governo federal, essa realidade demonstra que ainda são necessários muitos outros instrumentos de políticas públicas para a superação desse quadro. Porém, sem uma política que priorize a democratização da terra e da água, essa possibilidade fica cada vez mais distante.

semiárido cearense, especialmente o espaço agrário. A estrutura fundiária no Brasil é o legado da aliança entre o capital e a propriedade da terra, o que *José de Souza Martins* chamou de *aliança do atraso*.

Essa relação desigual da apropriação da terra é a principal responsável pelo problema da questão agrária, que envolve principalmente a qualidade das relações de produção no campo. O processo de expansão e subsunção da agricultura ao capital tem fortalecido a concentração fundiária, pois a terra passa a ser um ativo de grande valoração para o capital, afastando cada vez mais a democratização da terra. Dessa forma, o espaço socialmente produzido pelo capital no Ceará envolve um processo que remete à destruição e recriação do campesinato, sendo este, parte da engrenagem da reprodução do próprio sistema.

Em suma, a pequena produção sobrevive não por teima ou por folclore, mas por uma exigência capitalista. Ela existe para garantir a sobrevivência dos envolvidos porque eles produzem capital, gera lucros e sobrelucros. Estes últimos podem se configurar em renda fundiária e irão certamente realimentar a reprodução capitalista (SILVA, 2001, p. 89).

Entretanto, perpassando o olhar para além da classificação dos imóveis, é possível compreender que a concentração da terra esconde a essência do modelo concentrador e autoritário que se desenvolveu no Ceará, conservando as práticas coloniais de exploração. Para Martins (1995, p. 167 e 168),

Quando o capital se concentra, ele aumenta a capacidade do trabalhador e aumenta a capacidade do capitalista extrair mais-valia, a sua capacidade de se apropriar de trabalho não pago. Quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade de produção do trabalhador, nem a capacidade do capitalista extrair mais-valia do trabalho agrícola. **Ele aumenta, no entanto, a capacidade do proprietário se apropriar da mais valia social** que em parte deverá ser distribuída aos proprietários de terra pelo simples fato de que são proprietários privados. (Grifo nosso).

A propriedade privada da terra também garante uma condição fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O homem precisa estar *livre* para que seja obrigado a vender sua força de trabalho no mercado e seja negociada com o capitalista, obscurecendo para o trabalhador o nível de exploração comandada pelo capital.

Essa contradição revela que embora o camponês acredite ser autônomo e trabalhar para si, não obedecendo à lei geral da acumulação capitalista, existem relações já estabelecidas que não podem ser alteradas, principalmente as de compra

e venda: seja da força de trabalho ou de produtos, pois de qualquer maneira o capital se apropria do excedente. De alguma forma, o campesinato se insere no elo das cadeias produtivas e direta ou indiretamente participa do processo de acumulação.

O circuito da comercialização ocorre diferente para o camponês, caracterizando-se por uma reprodução simples (M – D – M): isto é, troca mercadoria por dinheiro para adquirir outras mercadorias que ele não produz internamente na unidade de produção familiar, entretanto, nesse processo, de forma abstrata, é transferida parte do seu trabalho para o capitalista, que volta ao circuito da comercialização para a reprodução ampliada do capital: D – M – D'.

No processo contraditório da apropriação da renda da terra pelo capital, assistimos, portanto, de um lado a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado o processo de sujeição da renda da terra ao capital nos setores de produção não capitalista, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês. Nesse caso temos a sujeição da renda ao capital sem que se dê a exploração dos instrumentos de produção (OLIVEIRA, 2010, p. 05).

Nesse contexto, a análise sobre a estrutura fundiária é baseada na importância da renda da terra para a acumulação capitalista e de como o capital se apropria do excedente do camponês, mesmo este não sendo, de forma permanente, um trabalhador assalariado.

Wanderley (1985) faz uma rica reflexão sobre o antagonismo presente no processo de autonomia e subordinação, destruição e recriação do campesinato ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Apesar de o campesinato estar presente nas sociedades capitalistas, não como um resquício de um modo de produção anterior, mas como uma forma social de organização da produção que sofre alterações culturais e sociais dependendo do modo de produção que o subordine.

Ainda de acordo com Wanderley (1985), esse processo depende do tipo de capitalismo desenvolvido no âmbito de cada sociedade. No caso do capitalismo burguês, o campesinato é empurrado pela própria dinâmica do sistema para uma condição próxima do modo de produção dominante para depois ser destruído por ele. Já no capitalismo autoritário o campesinato estava subjugado à grande propriedade, marginalizado e aprisionado nas relações de produção estabelecidas no interior das fazendas.

Isto posto, as possibilidades de um campesinato livre⁸⁶ eram praticamente nulas. De acordo com Velho (2009, p. 128-129),

Qualquer aglomerado de pessoas que trabalhassem para si mesmas sem elos com o sistema dominante (e que frequentemente eram refugiados desse sistema) era sempre visto com grande suspeita e frequentemente encontrava oposição direta, senão armada.

É nesse encadeamento de ideias que esta pesquisa que se busca compreender as relações contraditórias entre a autonomia e subordinação que se estabelece ente o campesinato e capitalismo autoritário que se desenvolveu no Brasil e como o capital destrói e reconstrói as relações de produção não capitalistas no espaço agrário cearense.

Os aspectos gerais da questão agrária cearense são evidenciados pela estrutura agrária vigente, considerando o número e tamanho dos estabelecimentos agropecuários⁸⁷. No Ceará, de acordo com os dados do Censo da Agricultura Familiar de 2006, existem 381.014 estabelecimentos e, desses, aproximadamente 90% são classificados como estabelecimentos de agricultura familiar, como mostra a Tabela 03.

Tabela 03 - Estabelecimentos agropecuários no espaço cearense - 2006

	Estabelecimentos Agropecuários (A)	Estabelecimentos de Agricultura Familiar⁸⁸ (B)	% (B/A)
Total	381.014	341.510	89,6
Área (ha)	7.922.214	3.492.848	44,1
Pessoal Ocupado	1.145.985	969.001	84,5

Fonte: IBGE - Censo da Agricultura Familiar, 2006

Nesses estabelecimentos estão 84,5% do pessoal ocupado na agropecuária, entretanto, ocupa apenas 44% da área total dos estabelecimentos. Considerando o tamanho médio dos estabelecimentos, estes apresentam o tamanho de aproximadamente 20ha. Quando se especifica para os estabelecimentos de

⁸⁶ Os movimentos que lutaram contra o sistema dominante e poderiam formar um campesinato livre têm como referência os quilombos, Canudos, Contestado e Caldeirão.

⁸⁷ Essa nomenclatura é utilizada pelo IBGE.

⁸⁸ O termo agricultura familiar expressa uma categoria definida pela Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O Estabelecimento está relacionado à unidade produtiva (IBGE, 2009).

agricultura familiar, o tamanho médio cai pela metade, ou seja, os estabelecimentos têm em média 10ha.

De acordo com Kageyama et. al. (2013, p.02), “[...] o que se observa é o largo predomínio da agricultura familiar no Brasil, entre 70% e 90% dos estabelecimentos, abrigando mais da metade do pessoal ocupado na agropecuária”. Esse cenário já demonstra uma tendência para a configuração do espaço, entretanto, a predominância da agricultura familiar não garante a sua primazia, em relação as políticas para a categoria que compõe o setor.

Essa estrutura agrária é alinhada com o que ocorre no Brasil, resquício da sua colonização e concentração do poder político na classe dominante, em que o latifúndio e a monocultura permaneceram como pilares do *poder do atraso*. Embora predomine a agricultura familiar e não a capitalista, a concentração de terras permanece como o centro do poder econômico do país e também do Ceará. A Tabela 04 apresenta de forma mais detalhada as contradições que envolvem a estrutura agrária no Ceará. Quando desmembramos os dados em relação ao tamanho dos estabelecimentos, inicialmente evidencia-se que 85,55% dos estabelecimentos têm menos de 100ha e apropriam-se de 35,22% da área agrícola. Em média, esses estabelecimentos teriam aproximadamente 20,79ha.

Tabela 04 - Distribuição do número de estabelecimentos⁸⁹ segundo grupos de área total: Ceará 2006.

Grupos de área total (ha)	Nº Estab.	Estab. (%)	Área (ha)	Área (%)
Menos de 10 ha	257.461	67,57	533.764	6,72
10 a menos de 100 ha	68.511	17,98	2.265.459	28,50
100 a menos de 1000 ha	14.825	3,9	3.661.629	46,07
1000 ha a mais	685	0,18	1.487.215	18,71
Sem declaração de área	39.535	10,37	-	-
Total	381.017	100	7.948.067	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Quando se observa o grupo de estabelecimentos com menos de 10 ha é que a estrutura de desigualdade se mostra com toda sua contradição. Nesse grupo estão inseridos 67,57% dos estabelecimentos agropecuários⁹⁰ do Ceará ocupando

⁸⁹ De acordo com o IBGE, a categoria total para grupos de área total inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área.

⁹⁰ Essa definição é utilizada pelo IBGE, que considera como estabelecimento agropecuário “todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária,

apenas 6,72% da área dos estabelecimentos rurais. Em contrapartida, no outro extremo, aqueles estabelecimentos com tamanho de 1000 a mais hectares representam apenas 0,18% do total de estabelecimentos, mas ocupam 18,71% da área. Em média, esses imóveis têm 2.171 ha. Tais dados apontam para uma realidade que se originou com a colonização e vem sendo mantida desde então: a forte concentração da propriedade fundiária.

A Tabela 05 fornece informações sobre os estabelecimentos rurais do Ceará segundo a condição do produtor. Pode-se observar que apenas 49,10% dos produtores são proprietários, 3,41% são assentados sem titulação definitiva, 10,56% são parceiros e 11,40% são arrendatários. Observa-se um número significativo de produtor sem área (10,38%), por outro lado 15,15% estão na condição de ocupantes. 35,75% dos produtores são arrendatários, parceiros, assentados sem titulação definitiva e produtores sem área⁹¹.

Tabela 05 – Estabelecimentos agropecuários e área ocupada, segundo a condição do produtor – 2006

Condição do produtor	Nº Estab.	Estab. (%)	Área (ha)	Área (%)
Proprietário	187.084	49,10	6.846.522	86,14
Assentado sem titulação definitiva	12.987	3,41	285.202	3,59
Arrendatário	43.446	11,40	221.833	2,79
Parceiro	40.231	10,56	145.715	1,83
Ocupante	57.734	15,15	448.795	5,65
Produtor sem área	39.535	10,38	-	-
Total	381.017	100	7.948.067	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006

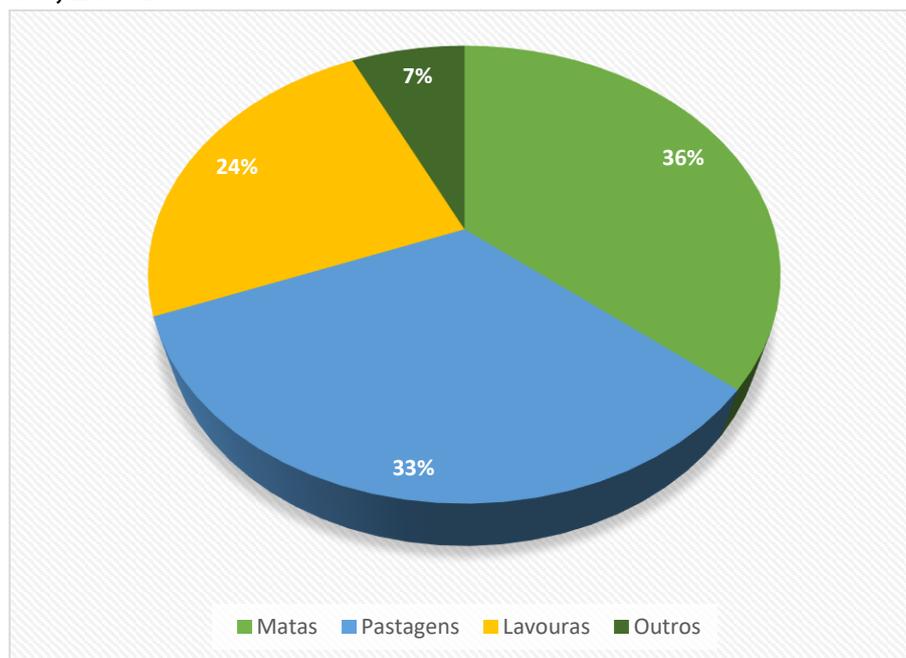
ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais". Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtml>>

⁹¹ No Censo Agropecuário 2006, identificada a existência de atividade de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento, em área sujeita à administração do produtor/proprietário, toda a produção fora considerada como parte do estabelecimento e todos os dados colhidos integraram o único questionário aplicado ao estabelecimento. Caso tenha sido informado que a administração da referida produção não esteve sob responsabilidade do produtor, um novo questionário fora aberto para o empregado, como se fora um novo estabelecimento agropecuário, registrando-se todas as características referentes, todos os quantitativos e aplicados todos os parâmetros da pesquisa, além de considerar este produtor empregado como um Produtor sem Área. Esta mudança acarretou no incremento de estabelecimento de produtor sem área.

As categorias, assentado sem titulação definitiva⁹² e produtor sem área, foram incluídas no Censo Agropecuário de 2006. Inicialmente aparenta apenas uma desagregação dos dados, entretanto, essa informação torna real uma parcela significativa de produtores que não constava nas estatísticas rurais, o que comprometia ainda mais as discussões e análises sobre a estrutura agrária.

Esse cenário em relação à posse da terra também é apontado como um fator limitante ao acesso ao crédito e à tecnologia por parte de muitos produtores, caracterizando muitas vezes uma ocupação temporária e em condições precárias, colocando os produtores em uma permanente situação de pobreza e marginalização social no espaço rural cearense. Em relação à utilização das terras agrícolas, elas são ocupadas por lavouras, pastagens, matas e outros, como mostra o Gráfico 04.

Gráfico 04 – Caracterização do espaço agrário cearense em relação à utilização das terras⁹³, 2006.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006

⁹² Para o Censo Agropecuário 2006, não foram formuladas perguntas diretas e a condição do produtor em relação às terras do estabelecimento foi obtida através da composição da área do estabelecimento. Assim, o produtor informará a extensão de terras próprias, de terras arrendadas, de terras em parceria, e de terras ocupadas (pelas quais o produtor nada pagará por seu uso). Com a investigação sobre o estabelecimento agropecuário ser originário de projeto de assentamento, também fora inserida a categoria “Terras concedidas por órgão fundiário, ainda sem título definitivo”, item onde o produtor informava a extensão das terras que o categorizavam como Assentado sem Titulação.

⁹³ Em relação às lavouras, 16,84% da área é utilizada para lavoura temporária. A área destinada à pastagem 28,94% é de pastagem natural (pastagens naturais + áreas florestais usadas para lavouras e pastejo de animais), e a área de matas naturais corresponde a 35,82%. Terras inaproveitáveis para Lavoura e Pecuária (áreas de tanques, lagos, açudes, áreas de águas públicas para exploração de aquicultura + terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.) + terras inaproveitáveis à agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)

A área utilizada para pastagens é superior à área ocupada com lavouras, o que indica que a pecuária se adapta melhor às condições de solo e clima no estado, que apresenta pouca disponibilidade de água e solos pouco adequados à produção agrícola. Soma-se a esses fatores a concentração fundiária e infraestrutura precária.

Quanto à pecuária destacam-se os rebanhos bovinos e ovinos com 2.162.843 e 1.564.907 cabeças, respectivamente (IBGE, 2006). Da área ocupada com lavouras, 69,6% destina-se a lavouras temporárias com destaque para a produção da fruticultura irrigada destinada à exportação, como o melão e a melancia. Em relação à lavoura permanente, destaca-se a banana e a castanha de caju (CEARÁ, 2014).

Alguns ramos da agropecuária e partes do espaço agrário cearense conhecem um processo de modernização econômica. As transformações associam-se à produção comercial intensiva de frutas, baseadas na difusão da agricultura irrigada. Organizam-se sistemas técnicos (de irrigação, eletrificação, transportes, pesquisa tecnológica, entre outras) voltados para dotar o espaço agrário de infraestrutura para as empresas do setor do agronegócio (ELIAS, 2003 p. 62).

Dessa forma, evidencia-se que a produção de grãos não vem sendo incentivada no estado, uma vez que não ofereceria vantagens competitivas no mercado internacional. O Estado prefere estimular o desenvolvimento de produtos com maior vantagem competitiva diante das possibilidades hídricas e do clima.

De acordo com Magalhães (2014), o projeto a ser desenvolvido para a agropecuária cearense é investir e explorar as culturas que possibilitem vantagens competitivas no mercado exterior, dotando os produtores e produtos de pesquisa, tecnologia e infraestrutura para o aumento da produtividade. Esse projeto exclui a maior parte dos produtores e produtos (em particular, os alimentos básicos), cristalizando cada vez mais o desenvolvimento desigual e combinado no espaço rural cearense, intensificando as formas tradicionais de exploração do espaço para a reprodução capitalista, pois a concentração fundiária e a monopolização das áreas mais férteis e com potencial hídrico estão a serviço do capital.

A Tabela 06 destaca que produtos como feijão, arroz, mandioca e leite são oriundos da agricultura familiar, necessária para o sistema capitalista, pois o capital não produz para o mercado local, produz *commodities*, diferentemente da produção de base familiar camponesa, que com pouca terra, baixo valor agregado e com pouca capacidade de valorização do capital produz a maior parte dos alimentos que compõem a alimentação básica do trabalhador. Entretanto, a sua existência e sua

natureza reproduzida pelo capital tem um papel fundamental para a manutenção dos preços dos produtos da cesta básica, referência para o salário mínimo.

Tabela 06 – Participação da agricultura familiar cearense na produção agropecuária: produtos em destaque - 2006

Produto	Nº de Estabelecimentos	% produção
Arroz em casca	26.792	88,0
Feijão	243.099	91,0
Mandioca	26.506	82,0
Milho em grão	252.316	89,0
Leite de vaca	70.084	56,0
Leite de cabra	1.904	74,0

Fonte: IBGE – Censo da Agricultura Familiar, 2006.

Entre os produtos de maior destaque encontram-se aqueles presentes diariamente na mesa da população, a dupla feijão e arroz. Por outro lado, a produção de milho tem recebido fortes incentivos governamentais, dentre eles, o Programa Hora de Plantar⁹⁴, com a distribuição de sementes aos agricultores, incluindo o milho híbrido.

De acordo com Barreto e Menezes (2014, p. 65), “apesar dos esforços empreendidos no tocante à agricultura de sequeiro, as intercorrências climáticas regem a agricultura fazendo desta uma atividade de risco com alta vulnerabilidade”. Embora seja considerado um produto tradicional, boa parte da produção se desenvolve em áreas irrigadas para suprir o mercado local e nacional de ‘milho verde’, por outro lado, ocorre a produção de base familiar camponesa vulnerável às estações chuvosas, tornando-se um fator de vulnerabilidade para o camponês. Embora exista uma demanda crescente pelo produto por conta do desenvolvimento do setor avícola, os pequenos produtores não conseguem uma boa rentabilidade para o produto, e nos anos de pouca chuva a produção se torna inviável. De modo geral, a capacidade de geração de renda através da agropecuária tem sido um desafio para os pequenos agricultores, que tem sua vulnerabilidade aumentada com a expansão do agronegócio.

⁹⁴“O Hora de Plantar atende, em média, 138 mil agricultores familiares por ano, distribuindo 31 mil toneladas de sementes de milho, mamona e feijão. Desde o início das suas atividades foram investidos R\$ 118 milhões, somente com recursos do Tesouro do Estado” (SDA, 2016). Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertaocentral/agricultura/hora-de-plantar-governo-do-ceara-inicia-programa-com-distribuicao-gratuita-de-sementes/>> Acesso em out. 2016.

Diante deste cenário, a estratégia utilizada para minimizar os efeitos da crise agrária no Estado passa mais uma vez pela utopia do desenvolvimento seguindo as recomendações do capital. Nesta direção, nos anos 2000 emerge a discussão conceitual sobre o desenvolvimento dos territórios rurais. De acordo com Leite (2006, p. 24),

A chave desse enfoque é aumentar a produtividade agrícola, ao tempo em que se fomenta a criação de empregos produtivos na própria zona rural. Nesse contexto, as pequenas cidades do interior exercem um importante papel como centros de serviços e apoio à produção. [...] É necessário que haja o acesso dos produtores, especialmente dos pequenos e menos privilegiados, aos recursos produtivos e aos serviços de suporte indispensáveis à produção. A melhoria das condições de educação, saúde e outras necessidades básicas são requisitos para o aumento da produtividade e qualidade de vida da população pobre residente na zona rural.

Analisando a primeira década do século XXI, percebe-se que o esforço em relação à política do DTR gerou um movimento em relação à capacitação dos pequenos municípios em relação à sua capacidade produtiva e geração de capital. Suas categorias, como capital social e capital humano, passaram a fazer parte da produção acadêmica, que em sua maioria é movida pelo mito do desenvolvimento que, antes restrito aos grandes centros urbanos, agora é possível também para o espaço rural. A questão prioritária é reduzir a pobreza rural e promover a expansão capitalista no campo e, ao mesmo tempo, cessar os conflitos de *classes* em uma sociedade de *classes*.

O estado do Ceará tem servido de modelo para a implementação de vários projetos fomentados pelo capital internacional, dentre eles, a reforma agrária de mercado, minando os avanços obtidos pelos movimentos sociais, na luta contra a estrutura fundiária vigente e as precárias condições de trabalho.

A busca para a superação da pobreza, como política social do Governo Federal na primeira década do século XXI contribuiu para a melhoria de muitos indicadores, principalmente renda, habitação, eletrificação rural, acesso à escola e saúde. Entretanto, mantém rígida as estruturas mais perversas do sistema, as bases de sustentação e reprodução ampliada do capital no campo em que a escassez e a abundância se relacionam antagonicamente na produção social do espaço.

De acordo com Silva (2001, p. 55), “o espaço geográfico é o espaço da produção e reprodução das relações sociais do planeta”, portanto, todas as ações interferem no resultado do processo de formação social da sociedade, que permanece

em constante conflito, pois as alterações são quantitativas e não qualitativas, isto é, o processo de organização e produção do espaço social não é alterado em sua essência, apenas na aparência.

4.3 O enunciado do desenvolvimento rural no semiárido cearense

Os mecanismos de ações do governo do estado do Ceará, por um lado insere o espaço rural na dinâmica do agronegócio, corroborando com o avanço das forças capitalistas no campo e, por outro, estimula a eliminação de relações de produção não capitalistas, promovendo uma integração dos camponeses aos elos das cadeias produtivas. Dessa forma, o semiárido, considerado até então como um espaço “reserva” para a expansão capitalista, precisa ser preparado para tal exploração. Esse preparo inicia com a mudança paradigmática do discurso: *do combate à seca à convivência com o semiárido*.

É a partir desse novo paradigma que o semiárido passa a ser visto como um forte potencial para a expansão capitalista. Para tanto, utiliza-se de políticas e discursos padronizados em relação às novas funções do espaço. Os problemas econômicos fundamentais, como a determinação do que produzir, como e para quem produzir passam a ser orientados por fatores externos às decisões internas da organização social camponesa, subtraindo sua autonomia em relação à sua lógica de produção. Em outras palavras, o capital não se apropria da fração do território do camponês, mas se apropria da renda e da mão-de-obra excedente na produção, e através de outros mecanismos tais como a comercialização da produção, a padronização do consumo, as tecnologias ou mesmo as sementes fornecidas por empresas monopolistas. Dessa maneira, onde o monopólio não pode se territorializar, o capital monopoliza o território.

É nessa forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital; nessa, a produção propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção (PAULINO, 2003, p. 102).

Tecnicamente, o semiárido é caracterizado “pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica” (SILVA, 2003, p. 365). De acordo com a Portaria Interministerial nº 01 de 09 de março de 2005, que atualizou os critérios

que delimitam a região semiárida do Nordeste⁹⁵, 86,74% do espaço geográfico cearense está no semiárido, onde se localizam 150 dos seus 184 municípios, correspondendo a 81,52% dos municípios do estado⁹⁶. Entretanto, a construção simbólica do semiárido pela elite nordestina transformou uma característica natural da Caatinga em uma fonte de exploração política do espaço, exploração dos recursos naturais e da população que permanece ainda cativa das relações dominantes de produção e concentração de riquezas na região.

O discurso do combate à seca, concretizado nas ações emergenciais e na captação de recursos federais pela elite local, presente até o final do século XX estava ainda atrelado ao imaginário construído pela oligarquia agrária que encontrou no sertão nordestino o cenário ideal para a manipulação e exploração das riquezas naturais e populacionais, em que o discurso manipulador foi a estratégia operacionalizada para manter o isolamento e a pobreza como fonte de poder para a classe dominante.

Collin (2010) esclarece um ponto crucial para entender uma sociedade de classes, quando afirma que a classe dominante é aquela que tem autoridade para conduzir o Estado de acordo com os seus interesses. Dessa forma, as ações governamentais eram seletivas espacialmente, tinham caráter clientelista e emergencial, combatendo os efeitos advindos das secas, mas sem alterar os fatores estruturantes que se alimentavam da miséria crescente da população rural aumentando as desigualdades entre ricos e pobres, impedindo por gerações que as condições, necessárias, para uma mobilidade social ocorram.

O modelo de desenvolvimento em curso baseia-se na superação dos limites impostos pela natureza, rompendo com o paradigma de combate à seca e investindo no desenvolvimento tecnológico para a exploração e produção de riquezas. As forças colocadas em movimento pelo capital são extremamente influenciadas pelo princípio da modernidade e sustentabilidade, criando um sentimento de que algo novo se estabelece que o passado ficou para trás e o tradicional será substituído pelo moderno. De acordo com Giddens (1991, p. 14),

⁹⁵<http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao-da-sudene/semiarido>

⁹⁶ Em 2007 o PIB cearense estava concentrado em 34 municípios fora da região semiárida, ou seja, 150 municípios participavam com apenas 30% do PIB estadual, evidenciando a concentração e a seletividade dos investimentos para áreas consideradas estratégias para a reprodução ampliada do capital.

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana.

Dessa forma, a padronização da sociabilidade humana é intensificada mundialmente como uma produção em série, em que o próprio processo produtivo descarta o *produto defeituoso*. Contudo, o principal produto é a classe trabalhadora, urbana ou rural, com emprego ou não, apenas adequada à expansão da acumulação capitalista em que o próprio capital se transforma em um organismo vivo subordinando os homens e a natureza às engrenagens da reprodução do capital globalizado. Nesse sentido, o semiárido cearense passa agora a fazer parte diretamente do processo de acumulação global como uma peça fundamental desse gigante imperialista.

A convivência com o semiárido sempre foi uma necessidade para os sertanejos e camponeses, entretanto, o projeto em curso é designado pela nova ordem estrutural do capital que necessita do espaço e dos trabalhadores, empregados ou não, para movimentar o processo de acumulação. Portanto, essa convivência, pautada na ideologia da modernidade, progresso e desenvolvimento é determinada pelas necessidades da expansão capitalista, comandando as ações necessárias para a apropriação do espaço. Ou seja, as relações do homem com o ambiente e a gestão do processo produtivo são estabelecidas pelo modo de produção, que subordina os camponeses através da monopolização do território no semiárido cearense.

A convivência com as condições do semiárido cearense, centrada em processos de desenvolvimento mais equilibrado, entre o bem-estar social e a adequada utilização dos recursos naturais, pressupõe a reorientação do modelo de desenvolvimento em curso no Estado. Caminhar nessa direção significa promover a integração das políticas públicas, a participação qualificada da população, a garantia de educação e informação permanente, a geração de conhecimentos necessários e o fortalecimento político e institucional, asseguradores da permanência de processos adequados de gestão, assim como a concepção de estratégias que permitam o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com os potenciais da região (CEARÁ, 2011, p. 27).

O discurso do desenvolvimento perpassa a visão economicista e agrega o manto da sustentabilidade indicando um reordenamento na forma de pensar e agir sobre o espaço rural, tema extremamente discutido desde os anos de 1990, mas com

pouca efetividade, pois diante da expansão do capitalismo no campo o que realmente conta é a acumulação de capital de modo que o meio ambiente e as pessoas são consideradas como ativos que precisam ser valorizados. Dessa forma, o semiárido passa a ser um espaço de grandes potencialidades, necessitando urgentemente de ações para torná-lo atraente aos olhos do capital ao tempo que o Estado atua para facilitar a sua mobilidade entre o espaço rural e urbano.

Considerando a metodologia utilizada pela OCDE para definir o nível de ruralidade dos territórios e, a estrutura microrregional do IBGE, o Ceará apresentou a seguinte tipologia, como mostra o Quadro 02.

Quadro 02 – Caracterização dos municípios cearenses de acordo com a tipologia Urbano e Rural - 2010.

Tipologia	Urbano	Intermediário	Rural
Critérios			
> 50hab. > 80hab./km ²	13		
> 50hab. < 80hab./km ² ou < 50hab. > 80hab./km ²		41	
< 50hab. < 80hab./km ²			130

Fonte: Organizado pela autora, a partir das informações contidas no Documento Os 7 Cearás: síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do plano de Governo, 2014.

Considerando os 13 Territórios de identidades (em Anexo), a tipologia considera o nível de ruralidade a partir dos seguintes critérios: a densidade demográfica (hab/km²) e o tamanho populacional. De acordo com esses critérios, 130 municípios são considerados como rurais (Ceará, 2014). Esse critério perpassa o delimitado pela divisão administrativa dos municípios e, não estabelece a atividade econômica do ponto de vista setorial como fator para caracterizar os espaços como urbanos ou rurais. Dessa forma, o estado do Ceará apresenta um elevado índice de ruralidade, sendo que um percentual de 70,65%, dos municípios tem população inferior a 50 mil hab. e densidade populacional inferior a 80hab./km². Aparecem aqui questões relevantes sobre as relações e funções entre cidade e campo na contemporaneidade abrindo espaço para rever a inequívoca objeção à reforma agrária.

Acreditamos que pensar em desenvolvimento para o espaço rural exige uma reflexão sobre a realidade em que os espaços municipais estão inseridos, essa realidade envolve aspectos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Considerando que 70,6% dos municípios são classificados como

predominantemente rurais, as ações devem ter um caráter sustentável para a população presente e futura.

Para o planejamento estratégico de ações intervencionistas no semiárido, o governo estadual identificou as principais potencialidades econômicas para um planejamento estratégico de longo prazo, considerando a tese da *nova ruralidade* enquanto um *continuum*, em que as diferenças entre rural e urbano vão desaparecendo e o espaço passa a ser integrado bem como o estímulo ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas⁹⁷. Seguindo o atual modelo de desenvolvimento rural, a política estadual de convivência com o semiárido é fundamental e vem sendo direcionada para a exploração dos potenciais nas seguintes áreas temáticas⁹⁸ (CEARÁ, 2011):

- a) Incidência solar – potencialidade para a geração de energia solar contribuindo para a expansão da fruticultura irrigada;
- b) Clima semiárido – a grande variedade de espécies vegetais, característica da região, apresenta um grande potencial para a oferta de matéria-prima para a indústria de medicamentos fitoterápicos;
- c) Caatinga – ideal para o desenvolvimento da piscicultura e apicultura;
- d) O solo, substrato cristalino – exploração mineral de rochas ornamentais;
- e) Turismo – a diversidade do espaço permite muitas variedades nessa atividade, tais como o turismo rural, religioso, arqueológico e de aventura.

De modo geral, as ações são direcionadas para uma integração da população rural ao mercado através dos diversos elos das cadeias produtivas, incentivando ao mesmo tempo uma padronização do consumo de bens e produção de cultura, afastando a população cada vez mais da cultura local, dificultando o desenvolvimento de uma ideologia de classe.

⁹⁷ De acordo com o Plano de Convivência com o Semiárido “Sertão Vivo”, o semiárido cearense tem potencialidade para as atividades agrícolas e não agrícolas. Dentre as agrícolas destaca-se a fruticultura tropical, a pecuária de pequeno porte e a produção de culturas oleaginosas; as atividades não agrícolas envolvem o artesanato, turismo, indústria e agroindústria, exploração, e beneficiamento de riquezas minerais. Disponível em: http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_regional/gerados/sertao%20vivo%20-%20carlos%20matos.pdf.

⁹⁸ Observa-se uma tendência para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no semiárido, com foco no mercado externo. Essa tendência é evidenciada tanto no direcionamento das políticas quanto na composição do Produto Interno Bruto do estado. Desagregando por setor de atividade observa-se que em 2011 a agropecuária contribuiu com apenas 4,7% do PIB, enquanto a indústria e serviço contribuíram com 22,2% e 73,1%, respectivamente (CEARÁ, 2014).

Assim como o cotidiano da população residente no semiárido cearense não delimita mais uma separação rígida entre campo e cidade nos setores da economia, o mesmo se dá em larga escala, nos componentes culturais. A universalização da eletrificação vem possibilitando um crescimento sem precedentes nos meios de informação e no avanço dos objetivos propostos pela indústria cultural, com a massificação do consumo (CEARÁ, 2011, p. 34 e 35).

As estratégias definidas pelo governo estadual para a convivência com o semiárido estão inseridas no modelo hegemônico do capital mundializado, em que o capital busca novos espaços para sua reprodução se movendo para os espaços ainda em pousio. Nesse sentido, a proposta para uma política de desenvolvimento rural sustentável no Ceará passa impreterivelmente pela convivência com o semiárido. As ações planejadas partes das seguintes propostas (CEARÁ, 2011, p. 49 e 50):

- a) Realizar uma profunda revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, considerando o uso da água como fator de produção escasso para a implantação de indústrias e outros empreendimentos no Estado;
- b) Garantir o fortalecimento da agricultura familiar;
- c) Desenvolver medidas para aumentar a produtividade da agricultura familiar que desenvolve a agricultura de sequeiro, sem necessitar de expansão da área explorada;
- d) Estabelecer um novo Plano Estadual de Agricultura Irrigada, considerando os agronegócios da fruticultura, floricultura e produção da pecuária leiteira;
- e) Fortalecer os processos de reforma agrária, adaptando-os à realidade do semiárido, com o uso racional dos recursos naturais e redução dos custos de implementação da infraestrutura produtiva e social;
- f) Dar prioridade à recuperação das bacias que abastecem Fortaleza, área metropolitana e Complexo Portuário do Pecém;
- g) Desenvolver ações específicas a beneficiários de crédito para fortalecer a exploração de atividades econômicas compatíveis com os recursos existentes, garantindo o crescimento econômico e garantindo emprego e renda à população do semiárido, evitando a migração para outras áreas;
- h) Aumentar a oferta de crédito para o semiárido promovendo o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas, considerando as potencialidades econômicas locais;
- i) Ofertar infraestrutura necessária para o desenvolvimento capitalista no semiárido;
- j) Fortalecer os mecanismos de integração, harmonizando as ações entre várias esferas do poder público;
- k) Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) através do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas;
- l) Buscar a descentralização dos investimentos através da concessão de incentivos fiscais;
- m) Promover infraestrutura hídrica através de tecnologias para captação e armazenamento de água, principalmente para consumo humano e animais de pequeno porte.

Evidencia-se, portanto, uma articulação para preparar o semiárido cearense e sua população rural para a organização produtiva conduzida pela

expansão do capital na contemporaneidade, que ocorre por vários mecanismos, dentre eles, o controle da terra, da água e dos processos produtivos. Dessa forma, o projeto hegemônico do capital monopolista se articula com o Estado para criar as condições necessárias para atender à nova ordem de acumulação, tornando-se essencial a expansão e exportação de capitais para as áreas periféricas.

A articulação entre o Estado e os organismos internacionais sugere que a política mundial de expansão capitalista, atua como delineador dessa reorganização do espaço rural, alinhando-se com o capital internacionalizado. O semiárido cearense torna-se parte das estratégias governamentais que, embora tenham sido uma política de governo, a estratégia do DTR passou a orientar as políticas públicas para o espaço rural cearense.

Implementar alternativas de produção e convivência com o semiárido ainda é um desafio, esse processo exige inicialmente uma mudança de consciência, posteriormente uma reorientação da narrativa sobre desenvolvimento rural sustentável, colocando em evidência as necessidades da população e as estratégias que esta dispõe para sua autônoma convivência no semiárido rural. Nessa perspectiva, as articulações entre instituições e setores organizados da sociedade devem mediar essas ações, para que ocorra uma maior representatividade das comunidades camponesas na construção do espaço social.

A ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro – atua desde a década de 1990 com mobilizações para construir uma nova prática em relação ao semiárido, e desde 1999 configura-se em uma rede que articula vários projetos voltados para o sertanejo e a escassez de água que inviabiliza a vida no campo, formando assim uma nova mentalidade e uma prática sustentável para a população e os recursos ambientais do semiárido.

As ações da ASA prezam pela formação humana oferecendo mecanismos que permitam que as pessoas acessem a educação, conheçam o meio em que vivem e construam novas relações e novas formas de vida, baseadas em princípios que possam ir ao encontro do paradigma da convivência (CONTI e SCHRODER, 2013, p. 144).

Presente em 10 estados, a ASA reúne mais de três mil organizações da sociedade civil, sindicatos, associações e cooperativas. Suas ações contemplam projetos como: estoque de sementes, quintais produtivos, Programa Uma Terra Duas Águas, Programa Um Milhão De Cisternas e tecnologias sociais, dentre várias outras

iniciativas para as comunidades, possibilitando a reprodução camponesa nesse espaço (ASA, 2016).

A política de convivência com o semiárido foi disseminada pelas organizações da sociedade civil que compõem a ASA a partir da constatação de ações dos agricultores e agricultoras como práticas populares. O foco dessa política é favorecer o desenvolvimento da região com o uso de tecnologias sociais simples de captação de água da chuva e de baixo custo, a exemplo das cisternas de placas, dos barreiros, barragens sucessivas, tanques de pedra, dentre outras tecnologias que contemplam a produção e armazenamento de alimentos para as pessoas e para os animais (CONTI e SCHROEDER, 2013, p. 114 e 115).

Nesse contexto, a luta pela convivência com o semiárido perpassa a questão climática e a irregularidade das chuvas. É preciso romper urgentemente com a concentração de terra, água e conhecimento. Essa luta, travada pelos movimentos sociais no campo, se constitui em uma forte pressão para a reorganização da produção no espaço rural. O trabalho realizado pela ASA, a Comissão Pastoral da Terra– CPT, MST e a Associação Cristã de Base – ACB⁹⁹ são fundamentais para a construção de parcerias sustentáveis para a população pobre do semiárido cearense, capacitando-os para o enfrentamento com o capital, que monopolizou os dois principais recursos que promovem a vida no campo, a terra e a água.

⁹⁹ A ACB foi fundada em 1982, com a grande missão de auxiliar a população pobre a adquirir conhecimento e técnica capaz de promover seu próprio desenvolvimento (ACB, 2016).

5. A (RE)CRIAÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO SEMIÁRIDO CEARENSE

Esse capítulo aborda a (re)criação da agricultura familiar camponesa nos territórios de identidades do semiárido cearense através de um dos seus fragmentos: as áreas de assentamentos rurais. Os assentamentos pesquisados apontam para uma contradição entre teoria e prática em relação aos objetivos da política de desenvolvimento territorial rural institucionalizada nos anos 2000. O texto inicia trazendo para o contexto da pesquisa o processo histórico de formação dessas frações do território do semiárido cearense a partir da contestação pelos camponeses das relações de trabalho estabelecidas no interior dos latifúndios. Esse contexto permite uma requalificação das narrativas sobre a questão agrária e as relações de poder reproduzidas nos territórios recriados pela política de reforma agrária do INCRA.

5.1 A luta pela terra e a (re)criação do espaço nos territórios rurais

As transformações impostas às relações de produção no campo brasileiro a partir da década de 1970 são orientadas para atender ao processo de modernização da agricultura. Essas relações automaticamente (re)definem os vínculos sociais estabelecidos entre o latifúndio e o campesinato¹⁰⁰ (representado no Nordeste pelos moradores, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros), marcados pela dominação do primeiro e a sujeição do segundo. Tal dominação / sujeição era definida tanto pelas relações de compadrio estabelecidas entre o patrão e o camponês, como pela dependência do vale barracão que tornava o trabalhador um eterno devedor do proprietário da terra. Essas relações interpessoais dificultavam e até impossibilitavam qualquer contestação das formas de exploração às quais os camponeses eram submetidos.

No momento em que a modernização agrícola impõe a reestruturação produtiva no campo, rompe-se a conveniência aparentemente “pacífica” entre patrões e trabalhadores/camponeses. A nova forma de organização da produção agudiza o caráter da exploração do trabalho, expropria e expulsa parcela dos camponeses ao

¹⁰⁰ Cabe aqui uma observação sobre as diferenças em relação ao campesinato clássico, discutido por Lênin e Kautsky no século XIX, com o campesinato brasileiro. Para uma maior compreensão das origens do campesinato brasileiro ver Martins (1995) e Maestri (2005).

mesmo tempo em que reinsere parte dos expulsos no processo produtivo, agora como “trabalhador livre”, isto é, como assalariado temporário ou permanente dono unicamente de sua força de trabalho.

A quebra das relações de confiança e gratidão do camponês para com o patrão impõe um novo processo de dominação no campo através do uso da força, da ameaça e da violência, institucionalizada e não institucionalizada que originou uma nova ordem política. No semiárido, como de resto em todo o campo nordestino, a “ordem” tradicional foi rompida quando os sujeitos submetidos a intensa exploração se levantam e quebram a lógica estabelecida questionando seu direito à terra e originando os conflitos agrários, como menciona Barreira (1992):

A afirmação da existência de uma “nova ordem” política no sertão supõe que existia uma “ordem tradicional”, baseada na dominação pessoal, pela exclusão dos camponeses enquanto “sujeitos políticos” e pela repressão destinada a garantir uma relação perpétua de força, num contexto de uma pseudo-paz agrária. Essa “ordem” foi rompida principalmente pelos conflitos sociais no campo, que redefiniram, conjuntamente as práticas políticas dos proprietários de terra e dos camponeses (p. 12).

As rupturas nas relações tradicionais de dominação no campo impuseram uma nova ordem para garantir a expropriação dos camponeses e sua subsunção real ao capital. Essas rupturas possibilitaram o surgimento de um espaço de conflito, de contestação, como chamou Barreira. “O espaço de contestação camponesa é perpassado pela luta por direitos, pelas romarias da terra e pela luta pela desapropriação” (BARREIRA, 1992, p. 13).

Embora o latifúndio tivesse sido institucionalizado pela Lei de Terras de 1850 e protegido pelo Estatuto da Terra de 1964 contra uma possível revolta camponesa no campo, setores ligados aos sindicatos rurais e a igreja católica saem em defesa dos camponeses. Com o fortalecimento da Confederação Nacional dos trabalhadores da Agricultura (CONTAG) abriu-se um espaço mais amplo de resistência e luta para o cumprimento do Estatuto da Terra nas décadas de 1970 e 1980.

De acordo com Barreira (1992), o Estatuto da Terra foi o instrumento formal em que sustentou as lutas ocorridas entre o latifúndio e camponeses no sertão do Ceará a partir dos anos de 1970, em que se destaca a contestação da renda da terra paga pelos camponeses ao latifúndio.

“[...] Veio a história da renda. A gente pagava 50% e a lei, aquela do Estatuto, dizia que era só 10%. Por isso, o patrão não queria receber a renda. Por quatro anos, a gente guardamos tudo em um armazém. Fomos para audiência e acabamos até por ganhar todinha a renda de novo. E acabamos por vender. Foi tanto dinheiro nesse tempo (risos).” (Relato de um assentado In: NADDAF, 2006, p. 49).

De acordo com Naddaf (2006), também influenciados pelo direito que lhes era concedido pelo Estatuto da Terra, os moradores da Fazenda Monte Castelo¹⁰¹, no momento da safra de 1978, resolveram fazer um novo acordo com o proprietário: não mais pagar a renda da terra em forma da meia (metade da produção) do algodão, do milho e do feijão.

“Eu acho que era um dos mais moços. Nem família eu tinha ainda. Naquela época de luta, eu era solteiro. Hoje, são 7 filhos, um do meu tamanho. Eu me lembro que a gente começou a se entrosar com o Padre Moacir. Ele começou a visitar umas fazendas por aqui em Choró. E toda vida a gente gostou de ir à missa. E vimos a conhecer o Estatuto da Terra, a lei 4.504. De posse desse conhecimento, vimos que a gente era altamente explorado” (Relato de um assentado In: NADDAF, 2006, p. 59)

Nesse sentido, o conhecimento dos direitos contidos no Estatuto da Terra estimulou os camponeses a se organizarem e fortalecendo os movimentos sociais e parte da Igreja fazendo com que o grito pela reforma agrária perpassasse as estruturas de poder pactuadas entre o latifúndio e o Estado. Embora em essência, o Estatuto da Terra estivesse a serviço do capital, abriu-se uma fissura no sistema político para que ocorressem as desapropriações em áreas de conflitos agrários.

O ato de desapropriar, entregando a terra aos camponeses, representa o desfecho do conflito entre patrões e trabalhadores rurais. Esse ato reveste-se de múltiplas conotações. Para os camponeses é o sentido da vitória que prevalece. Para os proprietários de terra representa uma derrota política. A desapropriação é a ruptura das antigas relações sociais entre proprietário de terra e camponês. É o momento em que se quebra o elo que liga o trabalhador ao patrão. Através da dependência, proteção e medo que envolvem a dominação. Começa a engendrar-se um novo elo, entre o camponês e o Estado (BARREIRA, 1992, p. 131-132).

As desapropriações ocorriam baseadas em mediações efetuadas entre o proprietário da terra, os camponeses, os movimentos sociais ou a Igreja e o Estado

¹⁰¹ Fazenda Monte Castelo, atualmente assentamento Monte Castelo, Choró/CE. Na propriedade de 3.460 hectares moravam 119 famílias de meeiros, com 60, 50, 30 anos. Toda produção excedente, inclusive a safra de algodão, tinha que ser vendida ao patrão. A renda da terra correspondia a cinquenta por cento da produção dos meeiros, sendo eles os responsáveis pela broca, pela destoca, enfim, por todo o trabalho na terra. (FONTES JR, 2014).

através do INCRA. Entretanto, esse processo de mediações não evidencia a essência do conflito agrário – a concentração da estrutura fundiária – o que impede uma ação efetiva de uma política de reforma agrária capaz de reordenar a posse e o uso da terra. Dessa forma, os assentamentos formados a partir das mediações com o INCRA apresentam uma característica particularizada, eles surgem da contestação camponesa, inicialmente pelo descumprimento do Estatuto da Terra quanto ao pagamento da renda e, posteriormente, pela ameaça de expulsão dos camponeses dos latifúndios.

Os assentamentos selecionados para a pesquisa apresentam essa particularidade: os assentados, em sua maioria, eram moradores, ou seja, moravam dentro dos latifúndios, começando como uma relação de favor – morador de favor - evoluindo para um arrendamento, em que o mecanismo da renda da terra oprimia o camponês cada vez mais, de modo a subjuga-los a uma relação de violenta exploração e, quando estes contestavam o valor da renda eram ameaçados de expropriação e expulsão. As tentativas de expropriação – expulsão corroboraram para a luta camponesa pela permanência no local de moradia e de trabalho, o que Moreira e Targino (1997) denominam de “luta pelo direito de ficar na terra” que, em vários casos, desencadeou o processo de desapropriação e a criação de assentamentos rurais.

Em muitos casos, o sentido político da luta foi esvaziado após a criação do Assentamento. Isto porque enquanto muitos camponeses lutaram contra a dominação e exploração nos latifúndios com uma consciência de classe em si, outros não alcançaram esta consciência de classe, uma vez que, não tiveram a oportunidade de se engajar em movimentos sociais nem tiveram suporte da Igreja. Assim, quando o INCRA desapropria o imóvel nele são assentados grupos heterogêneos de camponeses (os que se envolveram na luta e outros que não se envolveram, mas viviam em condições de vulnerabilidade). Geralmente o que confere homogeneidade aos diferentes grupos é sua condição de beneficiários de um ato jurídico institucionalizado pelo Estado, e não a consciência de classe para si, como afirma Marx, na obra “A Miséria da Filosofia”:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns” (1976, p. 136). Ou seja, a existência das relações de produção capitalistas, com a exploração dos trabalhadores assalariados que a constitui, teria gerado uma massa de

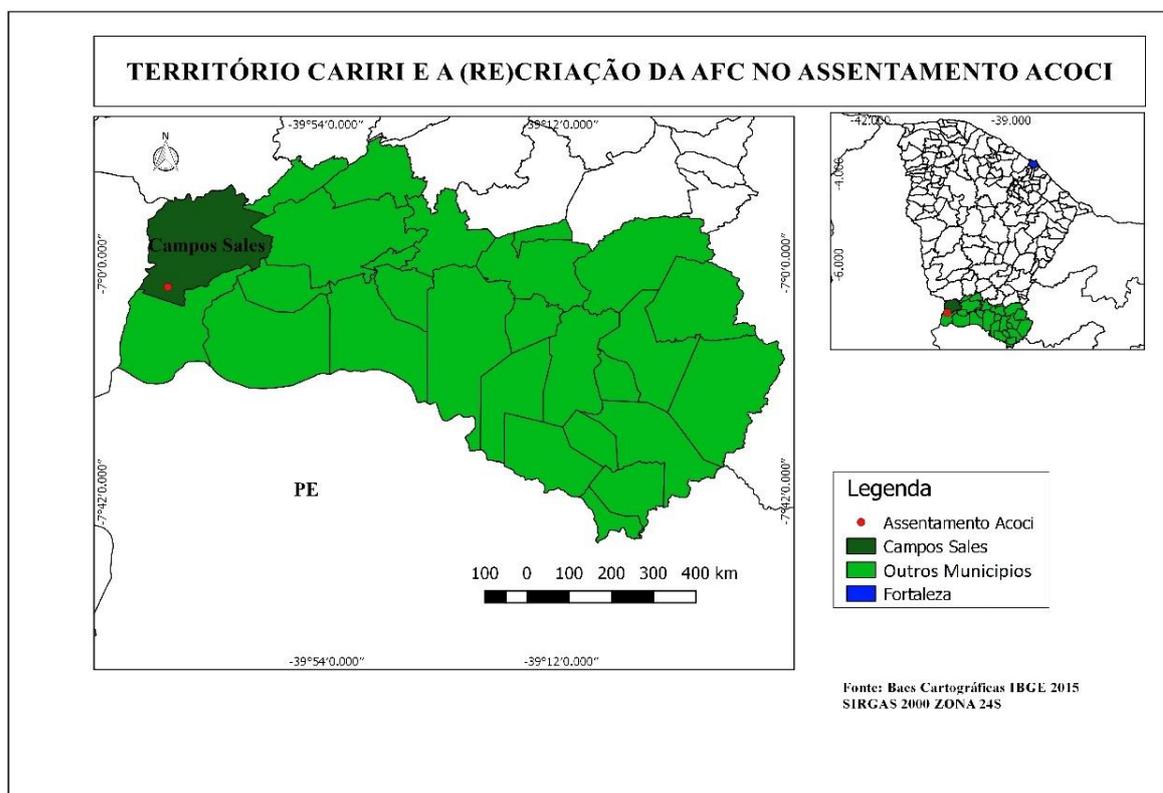
trabalhadores com interesses comuns, que “já é uma classe diante do capital”, isto é uma classe em si do ponto de vista estrutural ou objetivo. Contudo, “não o é ainda [uma classe] para si mesma. Na luta (...) esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe (1976, p. 136).

Como mencionado anteriormente, estudamos a recriação do campesinato através de frações do território do semiárido cearense, frações estas, localizadas nos territórios de identidades – Cariri, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral e Inhamuns / Crateús. Essa análise será abordada a seguir.

5.1.1 Território Cariri e a (re)criação da AFC

No Território Cariri residem 10,66% da população do estado do Ceará, apresenta um IDH de 0,66 (BRASIL, 2010a) considerado médio, e formado por um conjunto de 28 municípios (Mapa 02) dos quais 89,28% têm população inferior a 50 mil habitantes. Existe uma predominância de estabelecimentos rurais de base familiar no Território, (89,5% dos estabelecimentos rurais ali existentes).

MAPA 02 – Território Cariri e a (re)criação da AFC no Assentamento Acoci



Fonte: Fonte: Elaboração a partir das Bases Cartográficas IBGE 2015.

Em relação à reforma agrária, predominam os assentamentos que estão sob a responsabilidade processual do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), correspondendo a 86% dos assentamentos. Os assentamentos Federais, sob responsabilidade da Superintendência do INCRA/CE, correspondem a 11% do total e apenas 3% são assentamentos estaduais, sob responsabilidade do IDACE (BRASIL, 2010a). O Assentamento Acoci é o único assentamento federal já consolidado no Território Cariri. Ele está localizado no município de Campos Sales. O município localiza-se a uma distância de 493,8km de Fortaleza e o acesso por via terrestre ocorre pelas rodovias CE 060/284/373 e CE 375. Em 2010 sua população total era de 26.506 habitantes, sendo que apenas 28% residiam no espaço rural do município (CEARÁ, 2015).

a) O espaço (re)criado: Assentamento Acoci

O Assentamento está localizado a 30km da sede do Município. Dos 30km de estrada apenas 17km são asfaltados, os outros 13km são percorridos em estrada de terra. A área apresenta um relevo elevado e movimentado, com várias passagens de riachos cortando a estrada dificultando o acesso nos períodos chuvosos. Um trecho da via de acesso ao Assentamento pode ser visualizado na Figura 02.

Figura 02 - Trecho da estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Acoci



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A Figura 03, mostra a casa central da antiga Fazenda Acoci, atualmente transformada na sede da Associação do Assentamento, que recebeu o mesmo nome da fazenda.

Figura 03 – Sede da antiga Fazenda Acoci



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, realizado pelo INCRA em 2002, o Assentamento Acoci, já consolidado, foi criado em 1997 com uma área de 10.977,81ha, com capacidade para 296 famílias. De acordo com a pesquisa realizada, ao longo de 20 anos cerca de 30% dos assentados desistiram da terra, por razões diversas, entretanto, as casas e lotes foram redistribuídos de forma democrática para as famílias que tinham agregados e/ou filhos casados que permaneciam no Assentamento.

A territorialização do campesinato modificou essa fração do território e as relações produzidas internamente resultam em um espaço ressignificado, modificando fortemente sua estrutura fundiária: onde antes havia um latifúndio hoje existem uma Comunidade com 282 (INCRA, 2015), distribuídas em 08 agrovilas - Acoci, Arizona, Caboclo, Lagoa do Miguel, Pau Verde, Santa Maria, São José e Recanto da União.

Em relação à infraestrutura das residências todas as casas são de alvenaria, construídas de forma padronizadas em relação à distribuição de cômodos. Tem banheiro com fossa comum e energia elétrica. Todas as casas têm água encanada. Muitas delas já foram reformadas. Em cada agrovila existe uma Capela e armazéns para armazenamento da produção. O acesso à comunicação no

Assentamento ocorre por três canais: existe telefone público em todas as 08 agrovilas e a população tem disponível o telefone móvel, que é usado via antena rural.

Outro canal de comunicação e informação é o acesso ao sinal de internet, que possibilitou a criação da “Casa Digital”, um projeto que objetiva a inclusão digital das comunidades camponesas. Também foi recém instalada uma antena da operadora “Vivo” em uma área do assentamento, permitindo que o sinal de telefone e internet seja ampliado na comunidade, possibilitando uma integração maior da comunidade com outros espaços. O aluguel da área onde será instalada a antena da Vivo reverterá para a Associação visando a criação de um fundo para manutenção e aquisição da infraestrutura coletiva.

O abastecimento d’água é feito do principal açude localizado no assentamento – açude Acoci. As chuvas abaixo da média nos últimos anos, mais precisamente entre 2012 e 2016, reduziu muito o volume de água do reservatório que deixou de ser suficiente até mesmo para o abastecimento doméstico das famílias assentadas. Como alternativa, o governo do estado cavou vários poços artesianos para o abastecimento da Comunidade. No último ano de “seca”, 2016, o abastecimento foi complementado com carros pipas através das ações da Defesa Civil. Em relação ao abastecimento de água, a Comunidade recebeu apoio de outras políticas públicas através do projeto “Um Milhão de Cisternas”. A Figura 04 mostra uma dessas cisternas na área externa da escola.

FIGURA 04 – Cisterna de placas: Assentamento Acoci



Fonte: Trabalho de campo (2017).

As cisternas de placas tornaram-se um dos principais instrumentos de captação de água no semiárido, combinando baixo custo e elevado benefício. Na Comunidade, o Projeto foi desenvolvido em parceria com a Associação Cristã de Base (ACB), tem cobertura em todo o Assentamento, sendo uma em cada residência e uma em cada escola.

As atividades produtivas, desenvolvidas no Assentamento vão desde à agricultura, com os produtos tradicionais, como o milho, feijão, mandioca e fava, até uma pecuária de pequeno porte e outras atividades que foram totalmente alteradas com a escassez de chuvas, principalmente as relacionadas à piscicultura, provocando uma ruptura com uma substancial fonte de emprego e renda.

Os sucessivos anos de seca na região foram devastadores para os assentados. Sem condições para o desenvolvimento da agricultura e até da pecuária muitos tiveram que recorrer a um trabalho acessório¹⁰² para a manutenção de uma renda mínima a fim de garantir a sobrevivência da família. A capacidade produtiva do trabalho agrícola ficou bastante reduzida. Outra consequência é que a escassez de água coloca em ociosidade parte da estrutura produtiva do Assentamento a exemplo da Casa de Farinha (Figura 05). Devido aos sucessivos anos de estiagem a sua produção se tornou inviável pela falta da principal matéria prima – a mandioca.

FIGURA 05 – Casa de Farinha desativada no Assentamento Acoci



Fonte: Trabalho de campo (2017).

¹⁰² Termo utilizado por Kautsky (1986) para mostrar as consequências da expansão do capitalismo no campo em que o camponês não vende o seu excesso de produção, mas o seu excesso de tempo e aos poucos, transforma-se em um proletariado causando no longo prazo uma *descampesinação*.

Em relação à oferta do serviço educacional, existem duas escolas mantidas pela rede municipal de ensino, localizadas no Assentamento. As Figuras 06 e 07 mostram uma dessas duas escolas e o desenvolvimento de atividades em um dia letivo.

Figura 06 – Escola no Assentamento Acoci: frente



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 07 – Escola no Assentamento Acoci: sala de aula



Fonte: Trabalho de campo (2017).

As escolas funcionam nos turnos manhã e tarde, oferecem desde o infantil ao Ensino Fundamental II ¹⁰³. Segue os mesmos parâmetros da escola urbana tradicional, isto é, obedecem aos mesmos parâmetros curriculares nacionais, sem relação com a educação do campo.

Com à política de expansão e universalização do ensino nos anos 2000, o corpo docente é em sua maioria composta pelos próprios assentados. Muitos deles concluíram o ensino superior em Campos Sales ¹⁰⁴ e agora são servidores do Município, atuando no Assentamento.

Em relação aos serviços de saúde, no Assentamento existe um Posto de Saúde ofertando serviços básicos - clínica geral - duas vezes por semana. O Posto de Saúde é aberto todos os dias oferecendo serviços ambulatoriais, e conta também com duas funcionárias do próprio Assentamento. As Figuras 08 e 09 mostram o prédio onde funciona o Posto de Saúde e a sala de espera em um dia de atendimento.

Figura 08 – Posto de Saúde Assentamento Acoci: frente



Fonte: Trabalho de campo (2017)

¹⁰³ Para frequentar o Ensino Médio os estudantes se deslocam cerca de 13km até o Distrito de Carmelópolis. O percurso é feito com transporte fornecido pelo Município nos turnos da tarde e noite.

¹⁰⁴ Existe uma unidade descentralizada da Universidade Regional do Cariri – URCA em Campos Sales.

Figura 09 – Posto de Saúde Assentamento Acoci: sala de espera para atendimento



Fonte: Trabalho de campo (2017)

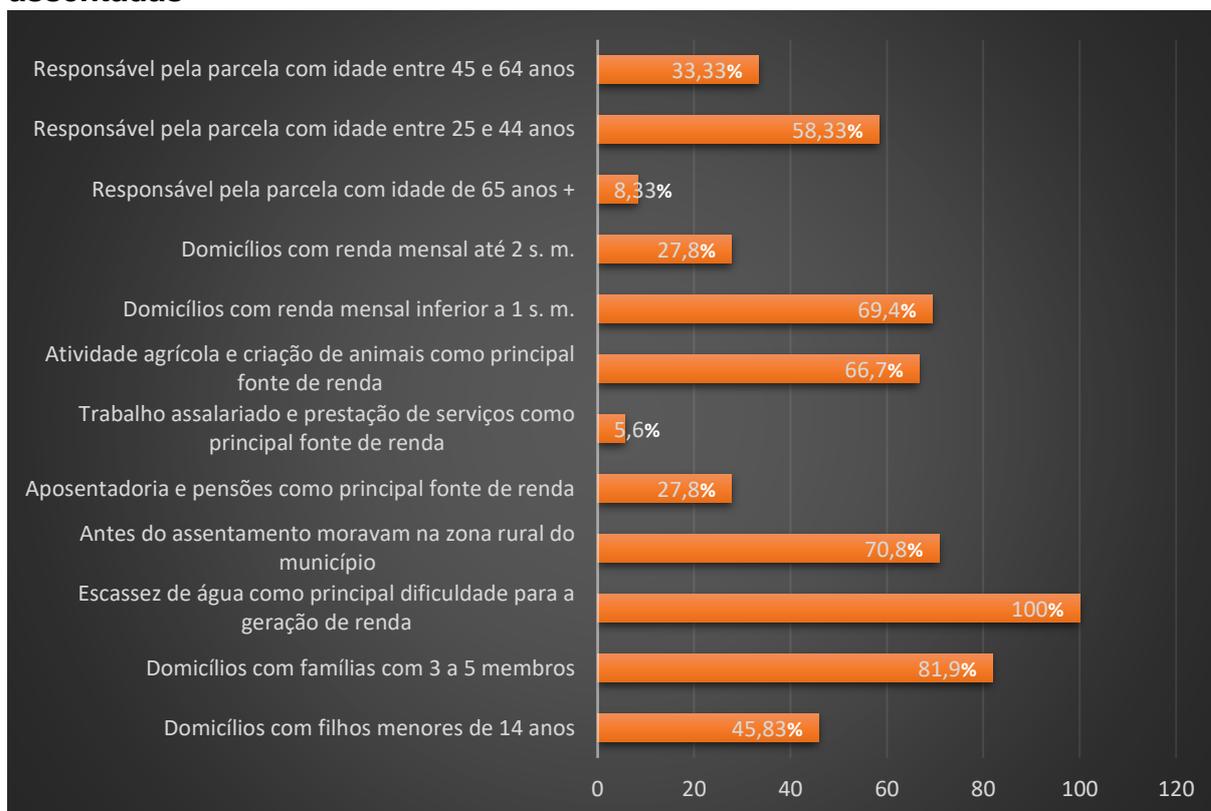
No período da pesquisa não existia serviços de médicos especializados como pediatra, ginecologista, dentistas, dentre outros, porém já era uma reivindicação da Comunidade.

Quanto à presença de agentes de saúde, existem oito agentes, uma para cada agrovila, e o trabalho é desenvolvido por pessoas da própria Comunidade. Em período de campanhas de vacinações o serviço é ofertado no próprio Assentamento, o que proporciona uma maior cobertura para as comunidades camponesas, rompendo com o isolamento e a ausência do poder público no espaço agrário.

b) Características gerais das famílias assentadas

As informações a seguir traduzem o perfil da maioria das famílias que estão territorializadas no Assentamento Acoci. Uma das informações mais relevantes por atingir 100% dos domicílios pesquisados é a escassez de água como um fator limitador do desenvolvimento da produção agrícola, dificultando a autonomia econômica das famílias, fator necessário para o empoderamento da agricultura familiar camponesa no semiárido. As características gerais das famílias assentadas no assentamento Acoci podem ser observadas no Gráfico 05.

Gráfico 05 – Assentamento Acoci: características gerais das famílias assentadas



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Do exposto no Gráfico 05 abstrai-se que 58,4% dos responsáveis pela parcela tem idade entre 25 e 44 anos. Essa informação indica que a população está em plena capacidade produtiva sendo, portanto, necessário políticas públicas que fortaleçam o segmento da agricultura familiar camponesa para que ela possa se reproduzir com qualidade e dignidade respondendo as expectativas da reforma agrária, isto é, onde o Assentamento constitua-se em um espaço de moradia e de trabalho, sendo fonte de emprego e renda possibilitando a emancipação das amarras que conduz à subordinação camponesa ao movimento geral de reprodução do capital.

O fortalecimento da organização interna e externa ao Assentamento proporciona o empoderamento dos sujeitos sociais quanto às decisões sobre suas demandas econômicas, sociais, políticas e ambientais, convertendo-se em um território autônomo para a busca do desenvolvimento sustentável.

Um ponto importante presente no Assentamento é que 70,8% das famílias já moravam no campo, na própria fazenda desapropriada. Muitos ainda jovens e crianças moraram no latifúndio, eram filhos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, moradores que, sem terra para morar e plantar tinham que se submeter à tirania do

proprietário que extraia de forma crescente a renda da terra. Os trabalhadores depois da conquista dessa fração do território viram-se livres, e donos não só da sua força de trabalho, mas também donos dos meios de produção.

Embora os fatores externos como a questão hídrica, falta de assessoria técnica e a ausência de tecnologias sociais no Assentamento, prejudique o desenvolvimento da agricultura, 66,7% dos domicílios tem a atividade agrícola e a criação de animais de pequeno porte como a principal fonte de renda. Nesse caso, a produção destina-se prioritariamente à sobrevivência das famílias e a comercialização só ocorre sazonalmente e quando surgem necessidades.

Ainda existe um pequeno percentual de assentados que têm como principal fonte de renda os programas sociais como a Bolsa Família (4,2%). Levando-se em conta que 69,4% por cento dos domicílios declararam uma renda mensal inferior ao salário mínimo o que é compreensivo dada a situação gravíssima da seca que vivenciaram, a Bolsa Família passa a ter um peso importante na composição da renda para 52,7% das famílias.

Uma questão bastante relevante que dificulta a vida no Assentamento é que as famílias estão se tornando cada vez mais dependentes do mercado, subordinando boa parte do consumo familiar. No entanto com a dificuldade de geração de renda no espaço agrário, tornam-se reféns das relações mercantis e políticas que incentivam seu ingresso ao mercado, tanto como produtores, quanto consumidores.

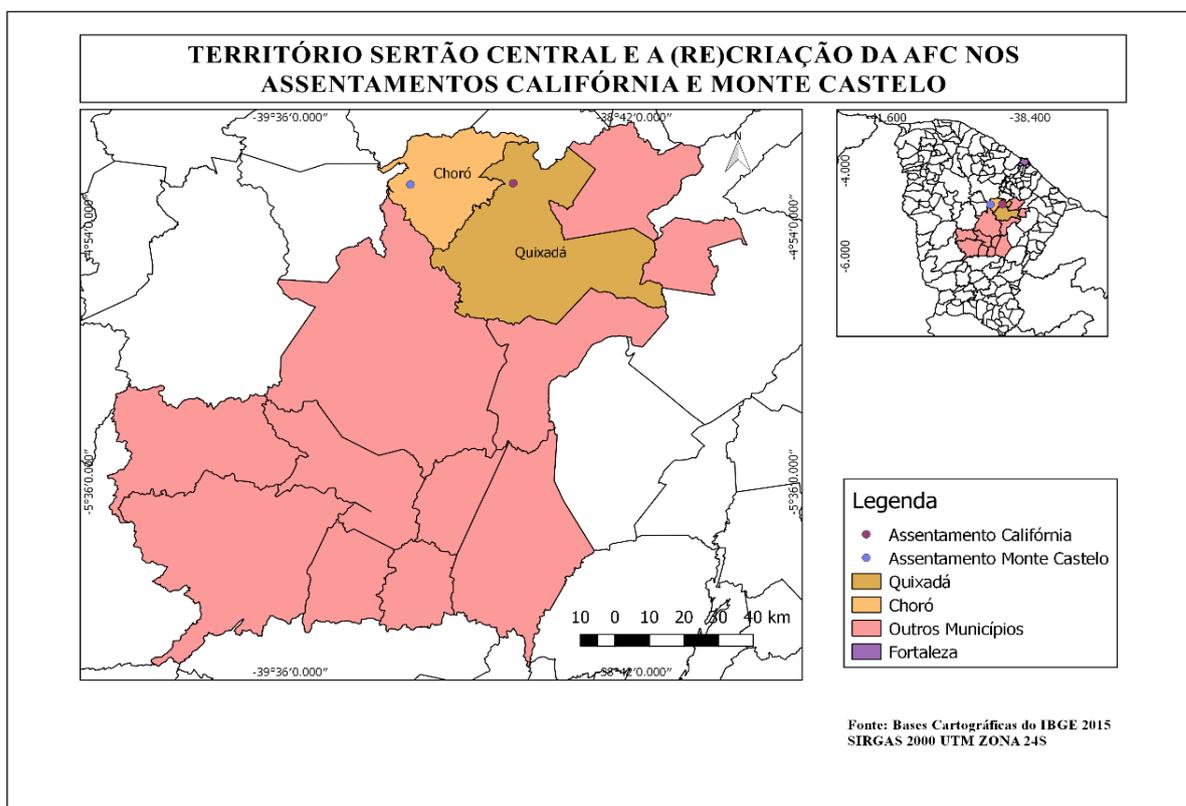
Em relação ao tamanho das famílias 81,9% são formadas por 3 a 5 membros e 33% dos domicílios têm filhos menores de 14 anos. Esse perfil, é derivado das dificuldades que os jovens encontram para permanecer no assentamento, tendo que migrar para buscar um meio de vida, transformando-se, na sua maioria em trabalhadores urbanos assalariados. Contudo, apesar de todas as dificuldades a fração do território conquistado pelos assentados representa, dentro da nossa perspectiva metodológica, uma autonomia, embora parcial, do jugo do capital agrário, esse fragmento de território é (re)construído, (re)configurado a partir da vivência coletiva, das parcerias e das novas relações de reciprocidade construídas.

5.1.2 Território Sertão Central e a (re)criação da AFC

O Território Sertão Central é formado por um conjunto de 13 municípios, (Mapa 03), dos quais 84,6% têm população inferior a 50 mil habitantes. A população

residente no Território corresponde a 4,3% da população do Ceará e apresenta um IDH médio de 0,63 (BRASIL, 2010b). Considerando a classificação do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Território é predominantemente rural 43,75% da população residem na zona rural, e 89,5% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar camponesa.

MAPA 03 – Território Sertão Central e a (re)criação da AFC nos assentamentos Califórnia e Monte Castelo



Fonte: Elaboração a partir das Bases Cartográficas IBGE 2015.

O acesso ao território pela via terrestre ocorre pelas BR 116, BR 226 e CE 060 (BRASIL, 2010b). Os assentamentos ali existentes são resultantes de vários projetos, dentre eles o Cédula da Terra¹⁰⁵ e o Projeto São José¹⁰⁶. Os assentamentos

¹⁰⁵ O Programa Cédula da Terra, implementado em 1997, se propunha a corrigir os estrangulamentos do modelo “tradicional” de Reforma Agrária, que parecia incapaz de proporcionar uma alteração significativa na estrutura fundiária e na redução da pobreza rural. A principal característica era que a Reforma Agrária ocorreria via mercado, o que ficou conhecido como Reforma Agrária de “mercado”, esse viés tinha como proposta eliminar os conflitos no campo. O Projeto contava com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, que ignorava os principais problemas enfrentados pelo modelo “tradicional” de Reforma Agrária, ou seja, o problema não é o modelo “tradicional”, mas a estrutura política vigente. O PCT foi implementado em cinco estados, incluindo o Ceará.

¹⁰⁶ Implementado no Ceará pelo então governador Tasso Jereissati, em 1997, visando reduzir a pobreza rural e eliminar os estrangulamentos que impediriam o desenvolvimento do Estado. O Projeto São José também ficou conhecido como Reforma Agrária “Solidária” e antecedeu o PCT. Os programas

pesquisados estão localizados nos municípios de Quixadá e Choró distantes a 168km e 170km respectivamente da capital. Os assentamentos, Califórnia e Monte Castelo, estão inseridos no mesmo território de identidade, porém apresentam características internas bastante diferentes, desde a organização interna à infraestrutura básica presentes.

a) O espaço (re)criado: Assentamento Califórnia

O Assentamento Califórnia teve origem com a desapropriação da fazenda¹⁰⁷ de mesmo nome. A casa sede não existe mais, nem mesmo ruínas. O que se tem é o registro histórico da sua riqueza e grandiosidade representada pela existência de 85 portas.

Algumas particularidades se destacam no assentamento Califórnia: fácil acesso, dispõe de serviços de saúde, educação e abastecimento de água em bom funcionamento e convive com a vila “Patrimônio Santo”, espaço que foi doado pelo proprietário da fazenda, muito antes da desapropriação. Embora não pertença ao assentamento, está inserido na vivência da comunidade, o que lhe confere uma dinâmica mais urbana e menos rural.

A infraestrutura presente se confunde com os espaços distintos que surgiram no interior da fazenda: o assentamento, pela desapropriação e a vila “Patrimônio Santo” pela doação. A Vila foi se desenvolvendo no entorno da Igreja, e os dois espaços, de organização social diferentes tiveram que administrar os conflitos internos à cada um.

A Igreja e a sede da Associação do Assentamento apresentam estruturas bem diferentes, demonstrando que mesmo os espaços sendo integrados, a infraestrutura local coloca uma delimitação subjetiva (além da objetiva) entre os espaços, como mostram as Figuras 10 e 11.

Cédula da Terra, Banco da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário, representaram as experiências da Reforma Agrária de “Mercado”.

¹⁰⁷ Imponente fazenda de escravos do século 19, pertencente à família da escritora Raquel de Queiroz.

FIGURA 10 – Vila “Patrimônio Santo” - Califórnia



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 11 - Sede da Associação do Assentamento Califórnia



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A oferta de serviços de saúde ocorre em dias específicos durante a semana, também dispõe de serviço odontológico, mas falta serviços especializados, como pediatria e ginecologista. Também existe a presença de agente de saúde, que atende a comunidade. O prédio da Unidade Básica de Saúde, apresenta uma

estrutura bastante precária, contudo uma nova estrutura estava sendo construída para substituí-lo, como pode ser observado nas Figuras 12 e 13.

Figura 12 – Prédio da Unidade Básica de Saúde: Assentamento Califórnia



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 13 – Futuras instalações da Unidade Básica de Saúde: Assentamento Califórnia



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Existe também no Assentamento uma escola do campo, em tempo integral. As Figura 14 e 15 mostram um pouco da estrutura e dinâmica da comunidade na

escola que também atua na gestão escolar, criando elementos para a (re)organização dessa fração de território conquistada.

Figura 14 – Escola do Campo, Assentamento Califórnia: espaço externo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 15 – Escola do Campo, Assentamento Califórnia: atividades no espaço externo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A Escola representa um ganho significativo para o empoderamento do assentamento, tanto no desenvolvimento do conhecimento e afirmação da organização local, quanto do desenvolvimento de uma educação crítica, reflexiva, libertadora. Freire (2014) nos esclarece que:

Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, “descodificando-o” criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir seu papel (p. 20)

A oferta desse serviço educacional promove uma organização diferenciada do espaço, com mais oportunidades para os jovens que não precisam migrar do Assentamento. A escola também absorve parte da mão de obra local, possibilitando o desenvolvimento de relações comunitárias e parcerias com outras instituições no desenvolvimento de projetos educacionais e produtivos.

As Figuras 16 e 17 mostram o reservatório de água que garante o abastecimento e distribuição para o Assentamento e a “Vila” de água potável o ano inteiro para o consumo da população.

Figura 16 – Reservatório de água no Assentamento Califórnia



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 17 – Distribuição de água no Assentamento Califórnia



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A disponibilidade de recursos hídricos no semiárido é fundamental para a recriação do território. No Califórnia toda a comunidade tem acesso a água para consumo doméstico, ficando para trás um histórico de sofrimento que os agricultores enfrentavam com a escassez e má distribuição dos recursos hídricos.

No entanto, em relação à produção agrícola e pecuária, a 'seca' ainda é um fator limitante, que desafia o poder público e Ong's em relação ao desenvolvimento e implantação de tecnologias sociais, bandeira dos movimentos sociais para a convivência com o semiárido, essa convivência parte principalmente da consciência e conhecimento do clima, relevo, fauna e flora da região, somente a partir desse conhecimento será possível uma harmonia entre homem e natureza potencializando uma possível autonomia para a AFC no semiárido.

Entretanto, o açude local não oferece possibilidades para o desenvolvimento de atividades produtivas via irrigação, sendo que alguns projetos produtivos já tiveram a sua implantação interrompida¹⁰⁸ por falta de água suficiente para mantê-los. Dessa forma, os poucos investimentos que ocorrem, não tem eficácia. Beneficia apenas as empresas que fornecem equipamentos, mudas de plantas,

¹⁰⁸ De acordo com o presidente da associação, em 2013 foi aprovado um projeto para o plantio de goiaba. Todo o equipamento para irrigação foi adquirido, porém faltou o fator de produção essencial: a água.

matrizes de animais, dentre outros. As práticas de cultivo tradicionais (desmatamento e queimadas) associadas às culturas de sequeiro (milho e feijão) e falta de assessoria técnica dificultam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar camponesa.

Em relação aos equipamentos de uso coletivo, estão disponíveis: armazém, estábulo, trator, grade e arado. O Assentamento também dispõe de capela, salão comunitário e campo de futebol. Existe coleta de lixo, feita pela Prefeitura uma vez por semana, porém, não existe nenhum projeto que contemple a coleta seletiva do lixo ou reciclagem.

Com base no exposto verifica-se que a existência de uma infraestrutura básica não é o empecilho principal enfrentado no Assentamento, mas a falta de integração entre o Estado, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, associações e entidades vinculadas às práticas de convivência com o semiárido. Ou seja, existe uma explícita má vontade para que a agricultura familiar camponesa se desenvolva nos assentamentos. Prevalece ainda o mito de que reforma agrária se resume à distribuição de terras. Conseguiram a terra, porém, diariamente encaram o desafio de lá permanecerem.

Portanto, o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa no assentamento depende do fortalecimento da organização interna e do nível de integração com o espaço municipal e estadual. Parcerias com IES, Ong's e sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais favorecem a construção de um espaço de integração político/social capaz de *dar voz* para aqueles que sempre foram colocados em segundo plano nos projetos de desenvolvimento que objetivam primeiramente a reprodução do capital no campo.

b) O espaço (re)criado: Assentamento Monte Castelo

Em relação ao Assentamento Monte Castelo, localizado no município de Choró, território Sertão Central, este tem como uma das principais dificuldades o acesso, que no período chuvoso submete a população ao isolamento. As Figuras 18 e 19 mostram um trecho da estrada de terra que dá acesso ao Assentamento e a casa que abrigava a sede da antiga fazenda.

Figura 18 – Trecho da estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 19 – Casa sede da antiga fazenda Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Embora o município apresente algumas soluções, como ‘passagens molhadas’, geralmente os investimentos têm pouca durabilidade e os desafios se tornam constantes, sem uma solução de longo prazo. Em relação à infraestrutura, não existe padronização das residências, algumas casas foram construídas antes da desapropriação da fazenda, sendo as ampliações e reformas acrescentadas à estrutura original. Outro aspecto observado é que muitos membros da família, já casado(a)s permanecem no Assentamento, sendo permanente a construção de novas

residências para abrigar novas famílias. Nesse sentido, existe um fortalecimento do núcleo familiar presente no espaço de forma intrageracional.

No Assentamento, a escola oferece desde a creche até o ensino médio, apresenta uma adequada estrutura física capaz de ofertar o ensino às crianças e jovens da Comunidade. Muitos funcionários são do próprio Assentamento, assim como a maioria dos professores. O ambiente é organizado, estimulando a frequência e participação dos alunos em projetos e práticas esportivas. As Figuras 20 e 21 mostram parte da estrutura física presente no ambiente escolar. A sala de aula também oferece um ambiente agradável para o aprendizado.

Figura 20 – Área interna da Escola: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 21 – Sala de aula: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Embora exista a disponibilidade de recursos físicos e humanos para o desenvolvimento da educação, esta ocorre sem ligação com a vida no campo. A ausência de uma base curricular pró-campo impede o desenvolvimento de projetos que ofereçam uma aprendizagem que contemple, por exemplo, as memórias das lutas travadas pelos trabalhadores rurais para a conquista do espaço, práticas de produção pautadas na agroecologia e agroflorestal que motivem as crianças e os jovens na valorização e defesa pela reforma agrária.

A valorização do campo como espaço de vida deve ser preservada com o saber camponês, sendo repassado de geração para geração. Da mesma forma, a cultura, a gastronomia e o artesanato devem ser incentivados. No entanto, estes saberes que dão identidade ao camponês estão se ausentando aos poucos da memória das novas gerações e, sem uma educação libertadora, o assentamento vai se transformando em apenas um espaço rural com múltiplas funcionalidades para atender a contemporaneidade das relações entre trabalho e capital.

As Figuras 22 e 23 apresentam um espaço muito convidativo para o desenvolvimento de leituras e a prática de esportes, proporcionando às crianças e jovens espaços de aprendizagem e lazer. A oferta desses serviços estimula a permanência dos jovens no espaço e, desenvolve a organização e participação política.

Figura 22 – Sala de leitura: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 23 – Quadra esportiva: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

O Assentamento dispõe de uma unidade de saúde básica, como mostra a Figura 24, com atendimento médico - clínico geral - quatro dias por semana e dispõe de agente de saúde local.

Figura 24 – Unidade Básica de Saúde: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

O acesso aos serviços básicos de saúde, incluindo as campanhas de vacinação representam uma grande conquista para a população, mostra que com o fortalecimento da sua organização interna e parcerias com o Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR), movimentos sociais e Ong's, aumenta também a sua representatividade junto ao espaço municipal demandando a ampliação de serviços públicos no espaço rural.

No Assentamento, o abastecimento de água potável para consumo é garantido permanentemente, o que representa a superação de um grande problema comum ao semiárido, que é a escassez d'água. As Figuras 25 e 26 mostram o sistema de tratamento de água e o açude que abastece as famílias, que dispõem de água canalizada em suas residências.

Figura 25 – Sistema de abastecimento de água: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Figura 26 – Reservatório de água: Assentamento Monte Castelo



Fonte: Trabalho de campo (2017).

No caso específico do Assentamento, apesar dos sucessivos anos de seca, tem reservatórios para as necessidades básicas da comunidade, sendo, porém, ainda um desafio para a produção agrícola e criação de animais. A Figura 27 apresenta uma das formas de captação e armazenamento de água, a cisterna de placas, presente nas residências e também na Escola, contudo, ainda é necessário a disponibilidade de outras alternativas que garantam a oferta de recursos hídricos, suficientes para garantir a produção perene nessa fração do território.

Figura 27 – Infraestrutura para captação e armazenamento de água da chuva



Fonte: Trabalho de campo (2017)

O Assentamento dispõe de galpão para armazenamento da produção (Figura 28), a qual no momento da pesquisa estava comprometida pela dificuldade de produção, relacionada pelos próprios agricultores, pela escassez de água que afeta diretamente a agricultura de sequeiro, sendo muitas vezes insuficiente para o próprio autoconsumo. Outro fator que atua negativamente no Assentamento é a falta de integração entre a Comunidade e o poder público, que tem dificuldade de ouvir as demandas da população do campo¹⁰⁹, bem como viabilizar o desenvolvimento de projetos produtivos que sejam viáveis para o Assentamento. Nesse sentido, a proposta contida na política de DTR baseada na construção coletiva e no fortalecimento da gestão participativa na gestão dos territórios não foi consolidada, porém deixou os caminhos traçados.

¹⁰⁹ De acordo com informações de um assentado, em 2011 foi desenvolvida uma proposta juntamente com o MST para a implantação de um projeto de economia solidária: O Centro de Comercialização Camponesa. Foi construído o prédio e liberada a 1ª. parcela do financiamento. Contudo, não houve a conclusão do Projeto.

Figura 28 – Infraestrutura para armazenamento da produção



Fonte: Trabalho de campo (2017)

Muitos projetos desenvolvidos e difundidos pela ASA marcam o início de um novo relacionamento com o semiárido. Sendo a seca um fenômeno natural é preciso com ela conviver e buscar o desenvolvimento de tecnologias sociais de baixo custo para que todos tenham acesso, para que possam ser utilizadas em harmonia com a natureza contribuindo para o manejo eficiente da água para consumo e produção.

No entanto, para contar com a água para atividade agropecuária o Assentamento necessita de projetos e políticas de Estado que garantam a democratização desse rico fator de produção, verdadeira fonte de vida para os camponeses.

c) Características gerais dos assentados: assentamentos Califórnia e Monte Castelo

Em relação as características gerais sobre a reprodução camponesa no território Sertão Central, uma das observações de destaque refere-se às informações sobre as famílias que já moravam no espaço antes da desapropriação, um total de 84,44%. Muitas delas estiveram de forma efetiva no enfrentamento contra o poder abusivo do proprietário, são homens e mulheres que viram suas vidas transformadas através da luta pela terra, conquistando um espaço de trabalho e de vida para si e para as futuras gerações: filhos e netos.

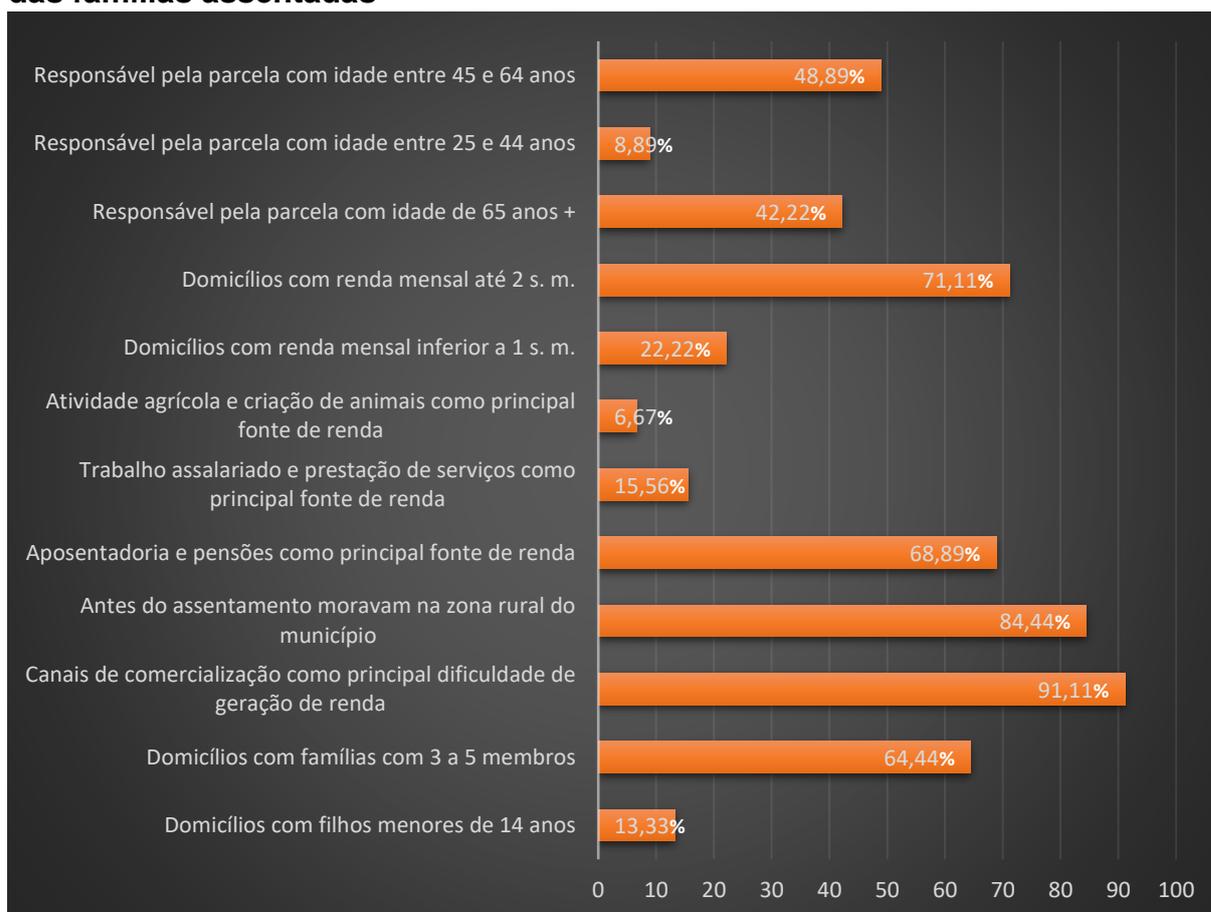
Em relação à faixa etária dos assentados, 48,89% estão entre 45 e 64 anos. Muitos deles ainda trazem na memória o processo de destruição do latifúndio - que

representava opressão, submissão e exploração - para a (re)criação de um espaço coletivo, construção de um ser social que se reinventa a cada dia para permanecer vivo, enquanto categoria social que se opõe à expansão capitalista no campo.

No caso dos Assentamentos do Território Sertão Central a baixa renda obtida na produção agropecuária é um fator limitante ao desenvolvimento e à emancipação. O reflexo dessa realidade é confirmado pelo pequeno percentual de famílias que mantém a atividade agrícola como principal fonte de renda, 6,70%.

Essa realidade, constatada no período em que a pesquisa foi realizada, contribui significativamente para a subordinação da AFC ao MPC. O Gráfico 06 oferece a visualização para essas referências analisadas sobre o perfil das famílias assentadas

Gráfico 06 – Assentamentos Califórnia e Monte Castelo: características gerais das famílias assentadas



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Muitos fatores foram colocados pelos entrevistados para explicar essa realidade, tais como: os canais de comercialização citados por 91,11% dos

entrevistados, sendo a principal dificuldade apontada pelos assentados. Nessa esfera estão incluídos a ausência de cooperativas e a seletividade nos processos de participação no programa de aquisição de alimentos. Com isso, predomina a presença dos atravessadores que subtraem parcela da produção do assentado.

Por outro lado, 68,89% dos domicílios têm a aposentadoria rural como a principal fonte de renda, em alguns casos, mais de um aposentado no domicílio, garantindo uma renda fixa de até 2 s.m. para 71,11% das famílias. Por outro lado, 8,9% dos domicílios tem como principal fonte de renda o benefício do Programa Bolsa Família.

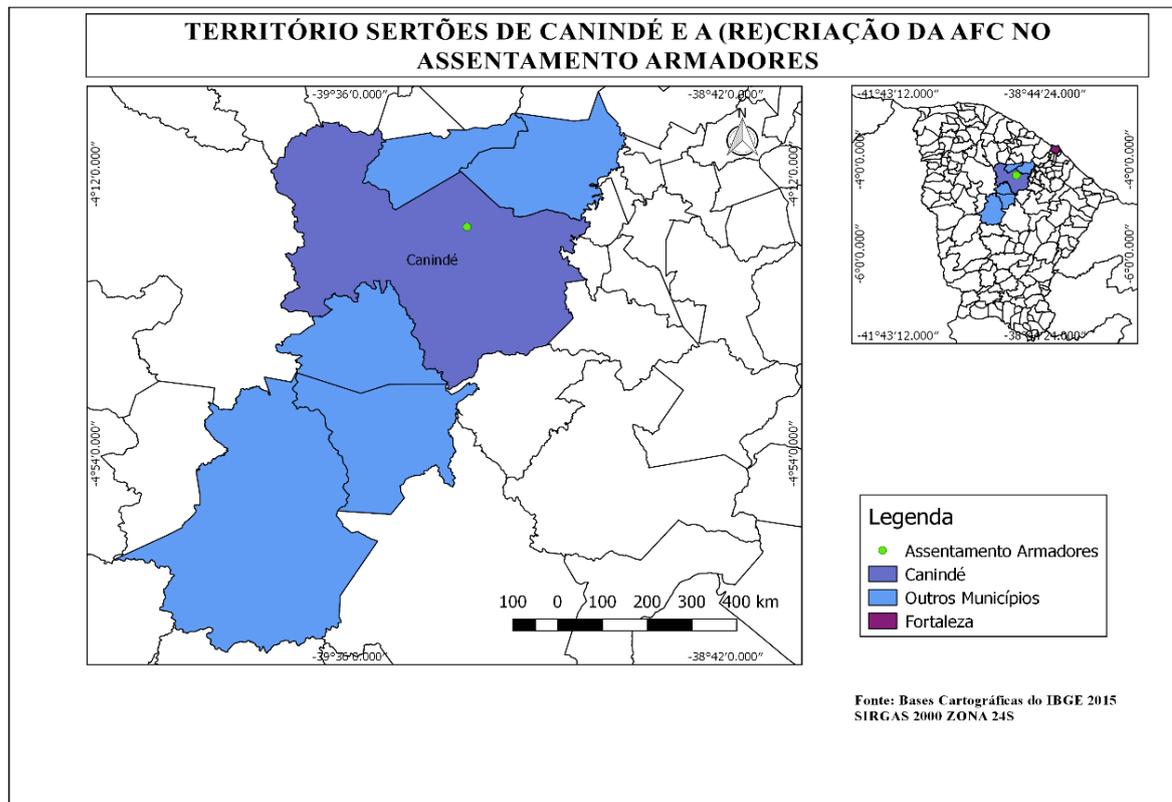
Essa realidade sofre influência de fatores internos e externos ao Assentamento. Ou seja, em relação aos fatores internos, observamos a faixa etária da maioria dos responsáveis pelas parcelas, beneficiados pelo Benefício de Proteção Continuada, que têm uma renda fixa. Outro fator é o desenvolvimento de atividades não agrícolas no Assentamento, tais como professor(a), merendeira, agente de saúde, motorista, dentre outros. Já em relação aos fatores externos, podemos elencar a escassez de água, a ausência de projetos produtíveis sustentáveis para o território, assessoria técnica especializada e, principalmente, o revés nas políticas de desenvolvimento rural incluindo o desmonte de instituições que fortaleciam a produção familiar camponesa.

5.1.3 Território Sertões de Canindé e a (re)criação da AFC

O Território é formado por um conjunto de seis municípios, onde residem aproximadamente 2,3% da população cearense. Apresenta IDH médio de 0,62 (BRASIL, 2010c). A população rural é de aproximadamente 48%. Dos seis municípios apenas dois apresenta taxa de urbanização superior a 50% e, aproximadamente 67% dos municípios têm população inferior a 18 mil habitantes, portanto, são municípios com pequena população e predominantemente rurais. Um fato relevante é que o território tem um número significativo de assentamentos rurais, um total de 98, dos quais 71 são federais (BRASIL, 2010c).

Utilizando os critérios metodológicos para delimitar o campo de estudo, um assentamento foi selecionado para pesquisa. localizado no município de Canindé, como mostra o Mapa 04.

MAPA 04 – Território Sertões de Canindé e a (re)criação da AFC no Assentamento Armadores



Fonte: Elaboração a partir das Bases Cartográficas IBGE 2015

a) O espaço (re)criado: Assentamento Armadores

O assentamento Armadores tem capacidade para 18 famílias, porém devido as dificuldades presentes no espaço territorializado nos sertões de Canindé, como falta de infraestrutura básica que impossibilita a reprodução camponesa nas dimensões econômicas e sociais, bem como a pluralidade presente nas histórias de vida dos assentados decorrentes de sua origem, causaram algumas dificuldades em termos de vivência coletiva, conseqüentemente a maioria das famílias não conseguiram subsistir no local. Atualmente apenas 06 famílias permanecem no Assentamento.

Embora os anos 2000 tenham representado uma maior presença do Estado para a organização produtiva e criação de infraestrutura nos assentamentos, através do INCRA, o Assentamento em estudo não se beneficiou dessa positividade das políticas públicas para o campo. Nesse caso, questiona-se os critérios utilizados para constatar que um assentamento está consolidado, pois no caso específico dos Armadores, este não apresenta a autonomia prevista na política de emancipação dos

assentamentos do INCRA, encontra-se com muitas dificuldades para a sua reprodução econômica e social a partir da consolidação de infraestrutura física e produtiva.

Devido ao número pequeno de famílias assentadas, o Assentamento não dispõe de infraestrutura mínima para o desenvolvimento rural sustentável, pois os serviços básicos de educação e saúde estão totalmente ausentes, a escola que tinha foi fechada, necessitando que a população se desloque para outras localidades ou para a sede do Município a fim de ter acesso ao serviço. Outro fator colocado pelos assentados é a ausência da assessoria técnica que possibilite a convivência com o semiárido nos sertões de Canindé.

A base do processo produtivo é a agricultura familiar de base camponesa, utilizando-se do processo coletivo como instrumento para a resistência no território. Contudo, a baixa organização e integração com o espaço municipal dificulta a permanência no Assentamento. A falta de políticas públicas e de esperança faz com que o agricultor familiar camponês não veja a terra como algo imprescindível, pois além da terra é necessário ter as condições mínimas para a reprodução social, política e econômica do campesinato.

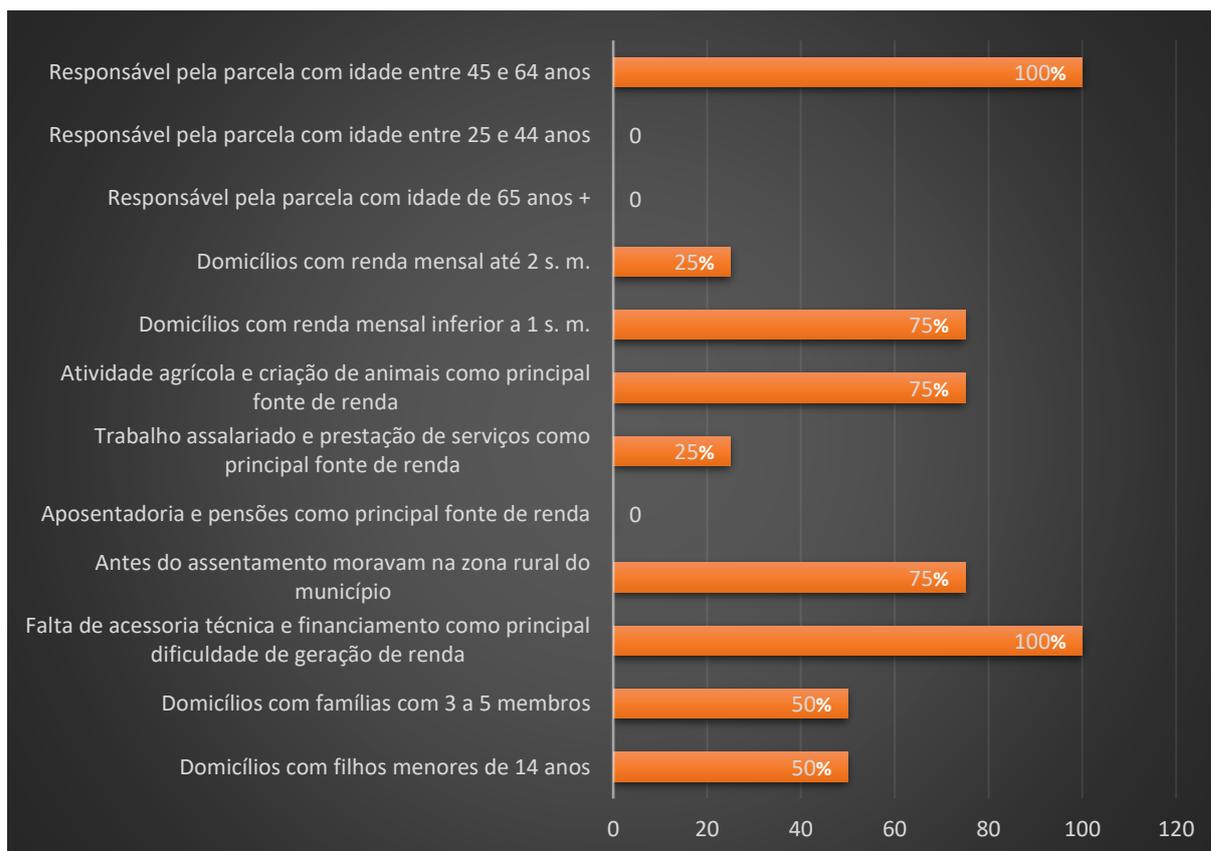
b) A reprodução da AFC: características gerais dos assentados

Em relação ao perfil geral dos assentados observamos que 100% dos responsáveis pela parcela têm idade entre 45 e 64 anos, sendo que 75% encontram-se com idade entre 45 e 54 anos. Outra informação importante é que 75% dos assentados já moravam na zona rural do município, na maioria das vezes como moradores da própria fazenda. 75% dos domicílios vivem com uma renda mensal inferior a 1 s. m, o que representa uma situação de grande vulnerabilidade, considerando o período em que houve a ampliação e implantação de vários programas sociais, tais como PBF e BPC.

O percentual de 75% corresponde aos assentados que tem atividade agrícola e a criação de animais de pequeno porte como a principal fonte de renda, caracterizando o uso da mão de obra familiar para a reprodução da unidade de produção familiar. A produção é praticamente para o autoconsumo, tendo como principais cultivos a lavoura temporária, como o milho e o feijão.

A criação de animais de pequeno porte (porco, galinha, ovelha) é considerada como uma reserva para os momentos mais difíceis, e essa criação também fica limitada pela escassez de água e, conseqüentemente, de alimentos. Essas informações podem ser visualizadas no Gráfico 07.

Gráfico 07 – Assentamento Armadores: características gerais das famílias assentadas



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

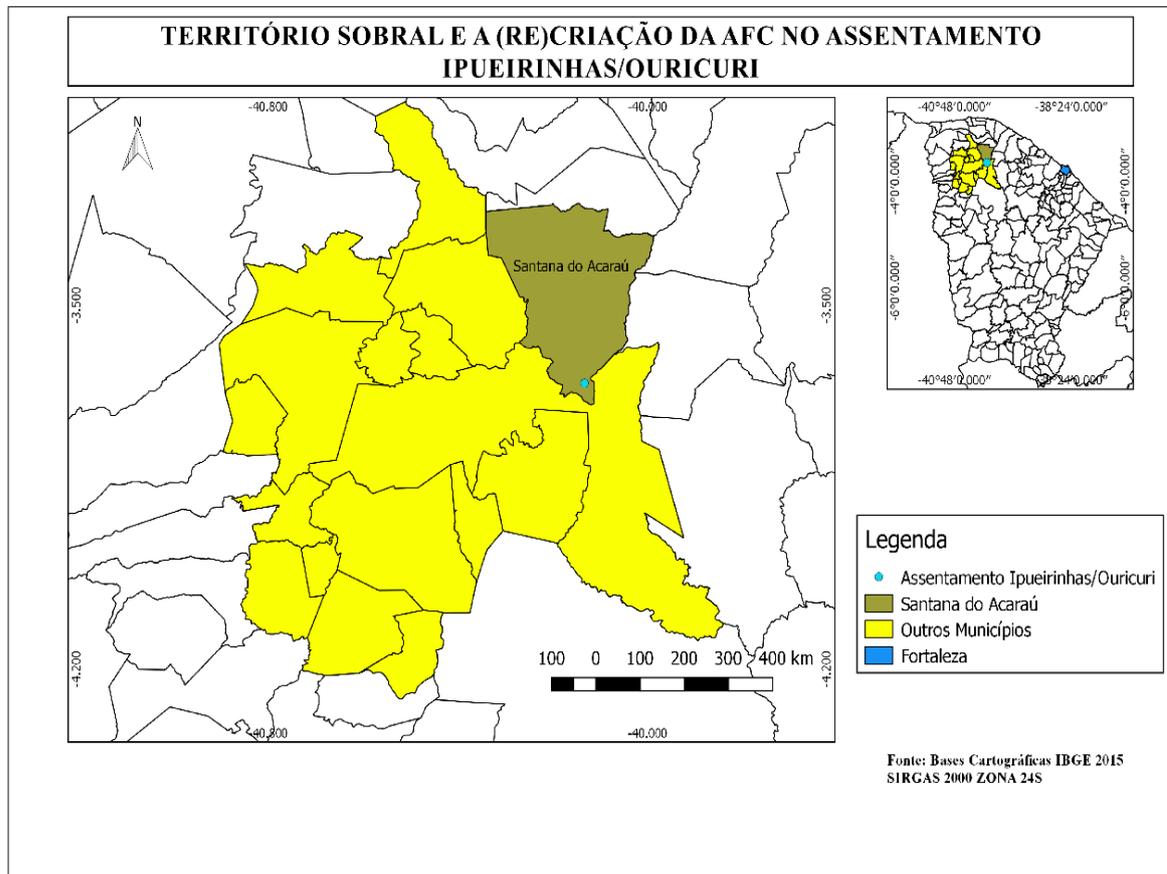
Nesse caso, a pesquisa evidenciou algumas características que podem contribuir para a baixa absorção das políticas públicas pelos assentados, devido ao limitado alcance do poder público nessa fração do território. Os fatores mais evidentes são: a faixa etária dos assentados, o pequeno número de famílias e a migração dos jovens para outros espaços corroboram para dificultar a reprodução da unidade familiar camponesa no Assentamento. Por outro lado, a escassez de água, a falta de crédito, ausência de projetos produtivos considerando a realidade local e o engajamento com outras instituições, não promoveu avanços significativos no Assentamento, considerando às governamentais implementadas para o desenvolvimento rural a partir dos anos 2000.

5.1.4 Território Sobral e a (re)criação da AFC

O Território Sobral localiza-se no Norte do Ceará, é formado por um conjunto de 17 municípios e nele residem 4,7% da população do Estado, sendo que 33,66% moram na zona rural. Seu IDH (médio) é de 0,65 (BRASIL, 2010d), apresenta uma densidade demográfica média de 46,84 hab/km². No território, 94,1% dos municípios tem uma população menor que 50 mil habitantes. Em relação à densidade demográfica 88,2% dos municípios apresentam uma taxa inferior a 80hab/km² sendo, portanto, o Território Sobral predominantemente rural. 88,95% dos estabelecimentos rurais são classificados como de agricultura familiar, possuindo eles, na sua maioria, menos de 5 hectares (BRASIL, 2010d).

O Assentamento pesquisado está localizado no município de Santana do Acaraú, como mostra o Mapa 05.

MAPA 05 – Território Sobral e a (re)criação da AFC no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri



Fonte: Elaboração a partir das Bases Cartográficas IBGE 2015.

De acordo com PDA (2005) o Município de Santana do Acaraú está a 229Km da capital do Estado, tendo como vias de acesso terrestre as rodovias CE – 392 / BR – 222 e CE – 178 / BR 402. Sua população rural é em torno de 52%, logo, apresenta uma baixa taxa de urbanização, inferior a 50%, contrariando a tendência das últimas décadas.

a) O espaço (re)criado: Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri

O processo de desapropriação da Fazenda Ipueirinha para a reforma agrária originou-se a partir da insatisfação dos moradores com o aumento da renda da terra. Quando a exploração aumentou, os moradores resolveram enfrentar o proprietário e esse reagiu com violência e perseguição. O confronto deu origem ao conflito. As instituições parceiras que fortaleceram a luta pela terra e garantiram a desapropriação do espaço foram: STR, Cáritas Diocesana de Sobral (CDS), CPT, CETRA, FETRAECE, além de líderes engajados em movimentos sociais.

Na Figura 29 pode ser observada a estrada de acesso ao assentamento que permite a mobilidade o ano inteiro, embora não tenha pavimentação. Na sequência, a Figura 30 apresenta a residência que era a casa sede da fazenda Ipueirinhas, atualmente é a sede da Associação, um espaço coletivo utilizado para o planejamento e a tomada de decisões que garantem a recriação do território.

Figura 29 – Trecho da estrada vicinal que dá acesso ao Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Figura 30 – Sede da antiga Fazenda: Ipueirinhas



Fonte: Trabalho de campo (2018).

O Assentamento conta com uma forte associação interna e um elevado nível de integração com o espaço municipal. O poder público tem propiciado condições para ações democráticas e descentralizadas junto à população rural, assentada ou não.

Um dado relevante é a grande mobilização social existente em Santana do Acaraú. Este processo se dá através do “CONSELHÃO” – Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú, que congrega a Sociedade Civil Organizada, através das 110 associações existente e o Poder Público, através do Prefeito e das Secretarias Municipais. [...] Existem ainda duas forças representativas muito atuantes, o Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e o Fórum dos Assentamentos de Santana do Acaraú que representam especificamente os (as) assentado(a)s (PDA, 2005, p. 13).

O Assentamento dispõe de uma estrutura de serviços básicos relacionados à infraestrutura, como prédio adequado para a Escola, residências de alvenaria com energia elétrica, água encanada e banheiro com fossa comum. Na localidade também se dispõe do serviço móvel de telefone e internet. O prédio da escola, como mostra a Figura 31, funciona ofertando serviços educacionais do infantil até o fundamental I. A escola ainda não dispõe de quadra esportiva, limitando o desenvolvimento de práticas esportivas, culturais e de lazer.

Figura 31 – Escola no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Apesar da restrição em relação oferta de educação básica, para continuar com os estudos os alunos se deslocam para “Cacimbas”, Distrito do Município, em transporte público. Muitos dos jovens fazem ou já fizeram faculdade na Universidade Estadual Vale do Acaraú, com sede em Sobral.

Embora exista um elevado analfabetismo entre os adultos, estes têm um engajamento político bastante ativo. Já entre os jovens, observa-se que é uma geração que não convive com o ‘isolamento’, buscando as oportunidades de acesso à educação disponíveis nos centros urbanos. Entretanto, o processo educacional reproduz a lógica produtivista predominante, sem ter relação com a reprodução autônoma e sustentável do território (re)criado. A educação chegou ao campo, porém, não a educação do campo, esta ainda não foi conquistada pelos assentados do Ipueirinhas/Ouricuri.

Por outro lado, serviços públicos ofertados para o Assentamento, como educação e saúde oferecem também oportunidades de emprego para a população local, evitando a migração para os centros urbanos, principalmente dos jovens. Nesse sentido, existe uma diversificação em relação ao emprego da mão-de-obra, que quando não é totalmente absorvida pela atividade agrícola permanece no espaço desenvolvendo outras funções. Dentre essas funções, destacam-se: professores, agente de saúde e merendeiras. Também existe o desenvolvimento do artesanato que envolve parte da população.

A própria localização do Assentamento permite uma maior integração com a sede municipal, devido a sua proximidade. Essa integração ocorre principalmente nas dimensões educacional e produtiva, sendo ampliada a partir de uma maior mobilidade entre os espaços urbano e rural.

Em relação à capacidade produtiva, as famílias do Ipueirinhas/Ouricuri dispõem de dois fatores produtivos fundamentais, que são terra e água, necessários, mas não suficiente para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Contudo, indica que o abastecimento de água para consumo não tem sido um problema, é garantido através do açude, localizado no centro geográfico do Assentamento, permitindo a canalização da água para as residências (Figuras 32 e 33).

Figura 32 – Reservatório de água: açude no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Figura 33 – Unidade de distribuição de água: Assentamento Ipueirinha/Ouricuri



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Com a participação de entidades não governamentais, tanto no desenvolvimento de novos processos produtivos quanto na oferta de capacitações, os assentados estão desenvolvendo novos conhecimentos para o manejo adequado da água e do solo.

Às margens do açude algumas hortas são mantidas com produção o ano inteiro. Também a região dispõe de uma área de baixio, geralmente aproveitada para a plantação de milho. Embora exista a disponibilidade de água, não existem projetos de irrigação que garantam a produção durante o ano todo

As hortas representam um sistema de produção que se assemelham ao de jardinagem. Trabalhando com a terra de forma adequada produzem o ano inteiro, garantido uma renda permanente que contribui com reprodução econômica da unidade familiar sem exaurir o fornecimento de água para a Comunidade. A Figura 34 retrata um fragmento desse espaço de produção.

Figura 34 – Atividades produtivas: horta no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri



Fonte: Trabalho de campo (2018).

No Assentamento também se desenvolve a criação de animais de grande, médio e pequeno porte (gado, ovelha, galinha) que auxiliam na sustentabilidade econômica das famílias. Produtos como o leite, a carne e o ovo atendem as necessidades do autoconsumo e contribuem para auxiliar a família na geração de renda, mantendo ocupação para os membros da família de todas as idades. As Figuras 35 e 36 apresentam algumas amostras de criação de animais.

Figura 35 – Criação de animais no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: grande porte



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Figura 36 – Criação de animais no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: médio porte



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Existe também um projeto para a criação de galinhas para serem comercializadas. A criação de aves é uma opção para a diversificação na produção no Assentamento, caracterizando-se como um instrumento para a geração de emprego e renda, fatores necessários para o fortalecimento econômico, político e social da comunidade.

A política de DTR trouxe essa perspectiva, que embora contemple a expansão da exploração capitalista no campo, promove possibilidades do empoderamento de recursos sociais e políticos para o enfrentamento à essa expansão, ou seja, a luta pela autonomia passa pela resistência à subordinação. A Figura 37 retrata essa nova possibilidade para os assentados, a produção de pequenos animais que, tradicionalmente, eram criados soltos nos quintais, utilizados principalmente para o autoconsumo, atualmente representam uma modalidade dentre as diversas atividades econômicas que são desenvolvidas na Comunidade.

Figura 37 – Criação de animais no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: aves



Fonte: Trabalho de campo (2018).

O Assentamento oferece muitas potencialidades, como a localização, disponibilidade de água e uma boa participação política. Entretanto, ainda existem muitos obstáculos a serem superados, porém o principal já foi vencido, o direito à terra e o direito à cidadania.

b) A reprodução da AFC: características gerais dos assentados

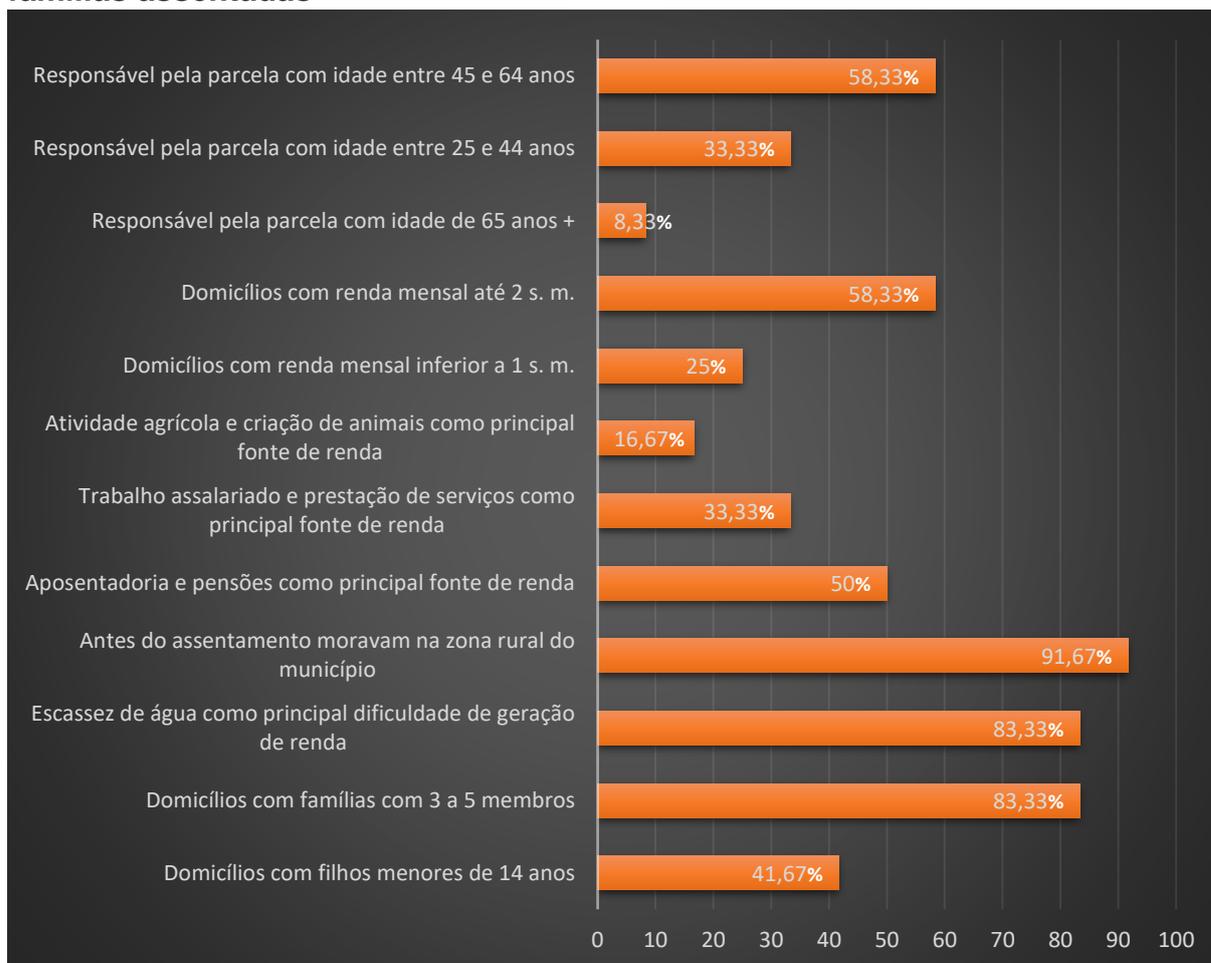
Conforme pode-se constatar no Gráfico 08, os assentados do PA Ipueirinhas/Ouricuri do território Sobral apresentam as seguintes características: 58,33% tem idade entre 45 e 64 anos, este mesmo percentual obtém uma renda domiciliar mensal entre 1 e 2 salários mínimos e 25% vivem com uma renda inferior a 1 s. m.

A aposentadoria é a principal fonte de renda para 50% das famílias assentadas, e a atividade agrícola e a criação de animais geram renda para apenas 16,66% das famílias. 83,33% das famílias apontaram como principal dificuldade de geração de renda a escassez de água. Dessa forma, percebe-se que apenas um pequeno percentual de famílias assentadas consegue obter renda fora da atividade

agrícola, sendo esta ainda comprometida pelas práticas de cultivo tradicional e que depende anualmente do volume de chuvas.

As características gerais das famílias que residem no Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri estão plotadas no Gráfico 08.

Gráfico 08 – Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri: características gerais das famílias assentadas



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

O Assentamento oferece terra e moradia para quem necessita, garantindo a apropriação pelo trabalhador dos frutos nela produzidos e colhidos. Do total das famílias assentadas 83,33% estão no Assentamento desde a sua criação e 91,66% já moravam na zona rural do município antes da desapropriação dessa fração de território no município de Santana do Acaraú.

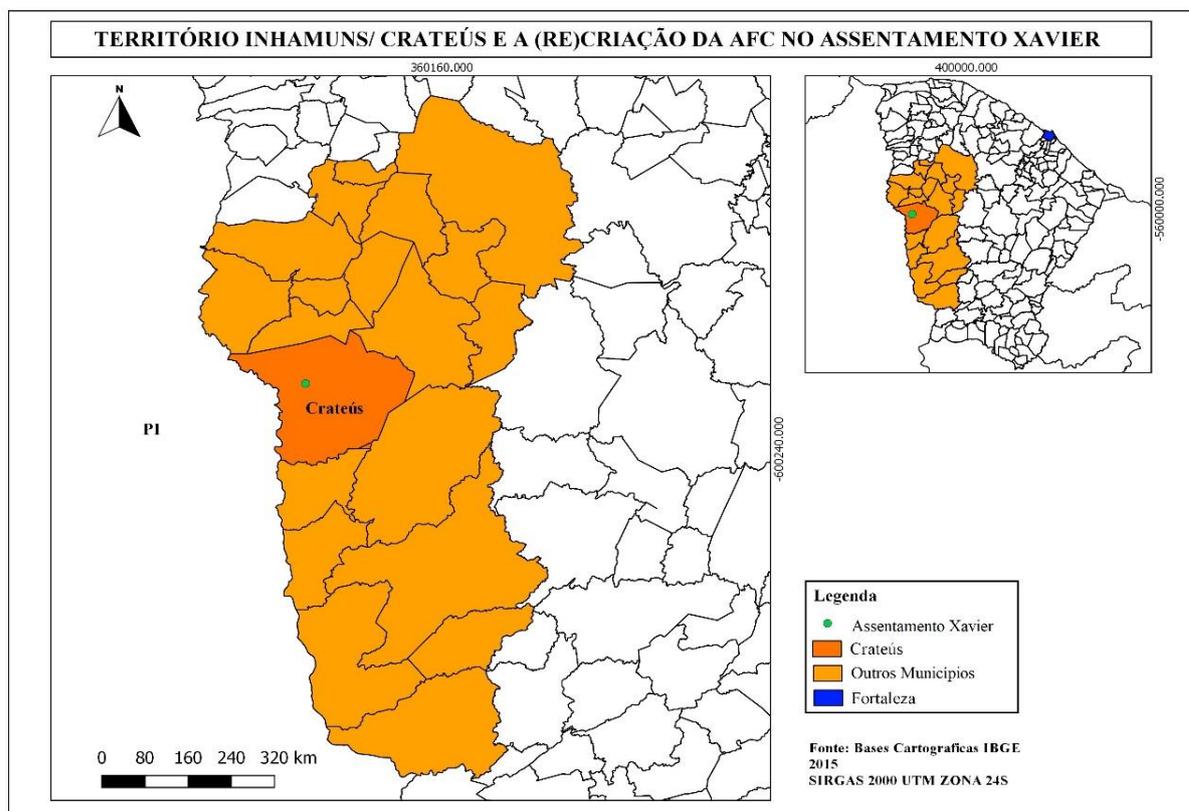
Os assentados demonstram orgulho e satisfação pelas conquistas obtidas através da luta, primeiramente pela terra, depois pelas condições de permanecerem na terra.

A organização se torna fundamental para a construção de alternativas de convivência com o semiárido, sendo que no Território Sobral o engajamento com o poder público e setores da sociedade civil organizada têm apresentado resultados positivos para a superação da pobreza. Sem dúvida, as políticas públicas de inclusão social e produtiva implementadas nos anos 2000 garantiu a afirmação da agricultura familiar camponesa no semiárido como agentes de transformação do campo, garantindo justiça social e cidadania.

5.1.5 Território Inhamuns/Crateús e a (re)criação da AFC

O Território é formado por um conjunto de 20 municípios, como mostra o Mapa 06. É uma representação fiel do semiárido, com predominância da Caatinga.

MAPA 06 – Território Inhamuns/Crateús e a (re)criação da AFC no Assentamento Xavier



Fonte: Elaboração a partir das Bases Cartográficas IBGE 2015.

Em termos de extensão territorial é o maior do Estado, com IDH médio de 0,64. Sua população total é de 518.941 habitantes, representando 6,2% da população

do Estado. Desses, 48,97% residem na zona rural. 90% dos municípios tem população total inferior a 50 mil habitantes e 100% dos municípios apresentam uma densidade demográfica inferior à 80hab/km² (BRASIL, 2010e). Portanto, seguindo os critérios do MDA o Território é predominantemente rural. Existem 50.664 estabelecimentos rurais, dos quais 89,1% são de agricultura familiar.

No Território existem 120 áreas de assentamentos rurais, dessas, 50,8% são de responsabilidade do INCRA. Utilizando os critérios para a delimitação da pesquisa, foi selecionado 01 (um) assentamento, já consolidado, localizado no município de Crateús, com 50 famílias assentadas. Crateús fica a 354km de Fortaleza e o acesso ao município ocorre pelas rodovias BR 020 e CE 226 (BRASIL, 2010e).

a) O espaço (re)criado: Assentamento Xavier

O acesso ao Assentamento ocorre em via asfaltada por quase todo o percurso, o trecho que ainda não tem pavimentação é bem curto não se constituindo em um problema para a mobilidade da população, como mostra a Figura 38.

Figura 38 – Estrada de acesso: Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018).

As Figuras 39 e 40 mostram a casa sede da antiga fazenda desapropriada em 1998, atualmente está instalada a sede da Associação.

Figura 39 – Casa sede da antiga fazenda Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Figura 40 – Associação do Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018).

As condições de moradia são consideradas satisfatórias, as residências são de alvenaria, com piso de cimento queimado, energia elétrica, água canalizada e banheiro com fossa comum. As casas não são padronizadas, mas atendem de forma homogênea a estrutura descrita. A Figura 41 apresenta uma dessas residências.

Figura 41 – Residência de um assentado: Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (LIMA, 2018).

Esse modelo de construção representa o perfil das residências localizadas no assentamento, sendo umas mais próximas e outras mais distantes. A área residencial aumenta com a desagregação do(a)s filho(a)s do núcleo comum da família, passando a constituir uma família própria, permanecendo no entorno dos pais, os beneficiários dessa fração de território. Nesse sentido, existe um fortalecimento do núcleo familiar, todos ficam próximos mantendo os laços afetivos e costumes.

Em relação a estrutura, o Assentamento não dispõe de escola nem posto de saúde. Os estudantes necessitam se deslocar para uma localidade vizinha para cursar o ensino fundamental. Para cursar o ensino médio é necessário o deslocamento para a sede do município, sendo que o transporte, embora precário, é ofertado pelo poder público.

A ausência de uma unidade básica de saúde também dificulta a vida na Comunidade. Em relação ao lazer, não existe infraestrutura disponível, como centro comunitário ou quadra esportiva, porém, para a garotada existe muito espaço para o futebol. O Assentamento dispõe de uma Capela¹¹⁰, onde a comunidade se reúne para as Missas e festas religiosas. A Capela tinha sido parcialmente destruída por um raio em março de 2018, mas já estava sendo restaurada, conforme a Figura 42.

¹¹⁰ No período da pesquisa, a Capela estava em reforma devido ter sido parcialmente destruída por um raio. “Uma igreja da zona rural de Crateús, ficou parcialmente **destruída após ser atingida por um raio [...]**. De acordo com moradores, chovia no momento da queda do raio” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018).

Figura 42 – Capela: Assentamento Xavier



Fonte¹¹¹: Trabalho de campo (2018).

No período da pesquisa, um pequeno açude estava seco (Figura 43), porém é um importante reservatório de água, utilizado principalmente para os animais.

Figura 43 – Reservatório de água: açude no Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018)

¹¹¹ A Figura da esquerda foi obtida pelo trabalho de campo (2018), a da direita, foi obtida através de uma reportagem do jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/online/igreja-fica-destruida-apos-ser-atingida-por-raio-em-crateus-1.1902404>> Acesso em 08 de julho de 2018.

Os açudes são os reservatórios de água mais tradicionais utilizados para captar água da chuva no semiárido, porém sua captação depende do volume de chuva anual, que tem sido baixo nos últimos anos. Está em andamento a construção de um açude através de um convênio firmado em 2010 entre o INCRA e o município de Crateús, que prevê um grande potencial para as atividades produtivas, com irrigação e também o desenvolvimento da piscicultura. Atualmente, um poço (cacimbão) responde pelo abastecimento de água para consumo das famílias, que mesmo em épocas de baixa precipitação pluviométricas atende às necessidades da Comunidade (Figura 44).

Figura 44 – Poço e unidade de abastecimento de água: Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018).

A produção no Assentamento, embora disponha de áreas planas e de baixios, predomina o cultivo das culturas tradicionais de sequeiro – milho e feijão. A produção é destinada primeiramente para o consumo da família e o excedente é comercializado por meio de atravessadores. O Assentamento tem um bom rebanho de animais, de grande e pequeno porte - bovinos, caprino e ovinos.

A criação de animais tem sido ampliada com financiamentos específicos para mulheres (fomento mulher). Parte das assentadas foram beneficiadas com projetos para criação de aves (galinhas) e ovinos, como mostra a Figura 45. Essas ações possibilitam um protagonismo para as mulheres no campo, tanto no plano produtivo quanto político e social.

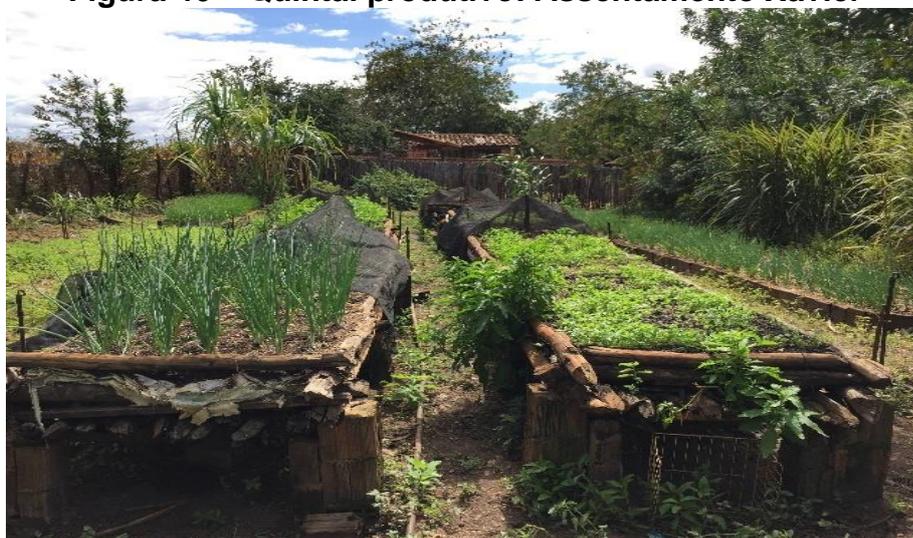
Figura 45 – Criação de animais: Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018).

O Assentamento foi beneficiado em 2015 com o projeto “Semeando bem viver no Sertão de Crateús”, tendo como principal parceiro a Cáritas Diocesana de Crateús (CDC), financiado por uma ONG italiana. O projeto prevê o desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, incluído quintais produtivos, aviários e plantação de árvores frutíferas. A Figura 46 mostra a experiência de uma assentada com os quintais produtivos. Este projeto tem sido uma boa experiência, principalmente através das hortas, fonte de renda o ano inteiro.

Figura 46 – Quintal produtivo: Assentamento Xavier



Fonte: Trabalho de campo (2018).

A produção de silagem (Figura 47) também tem sido um excelente recurso para manter os animais, pois em alguns meses do ano esse é o único alimento disponível para alimentar o rebanho.

Figura 47 – Produção de silo: Assentamento Xavier



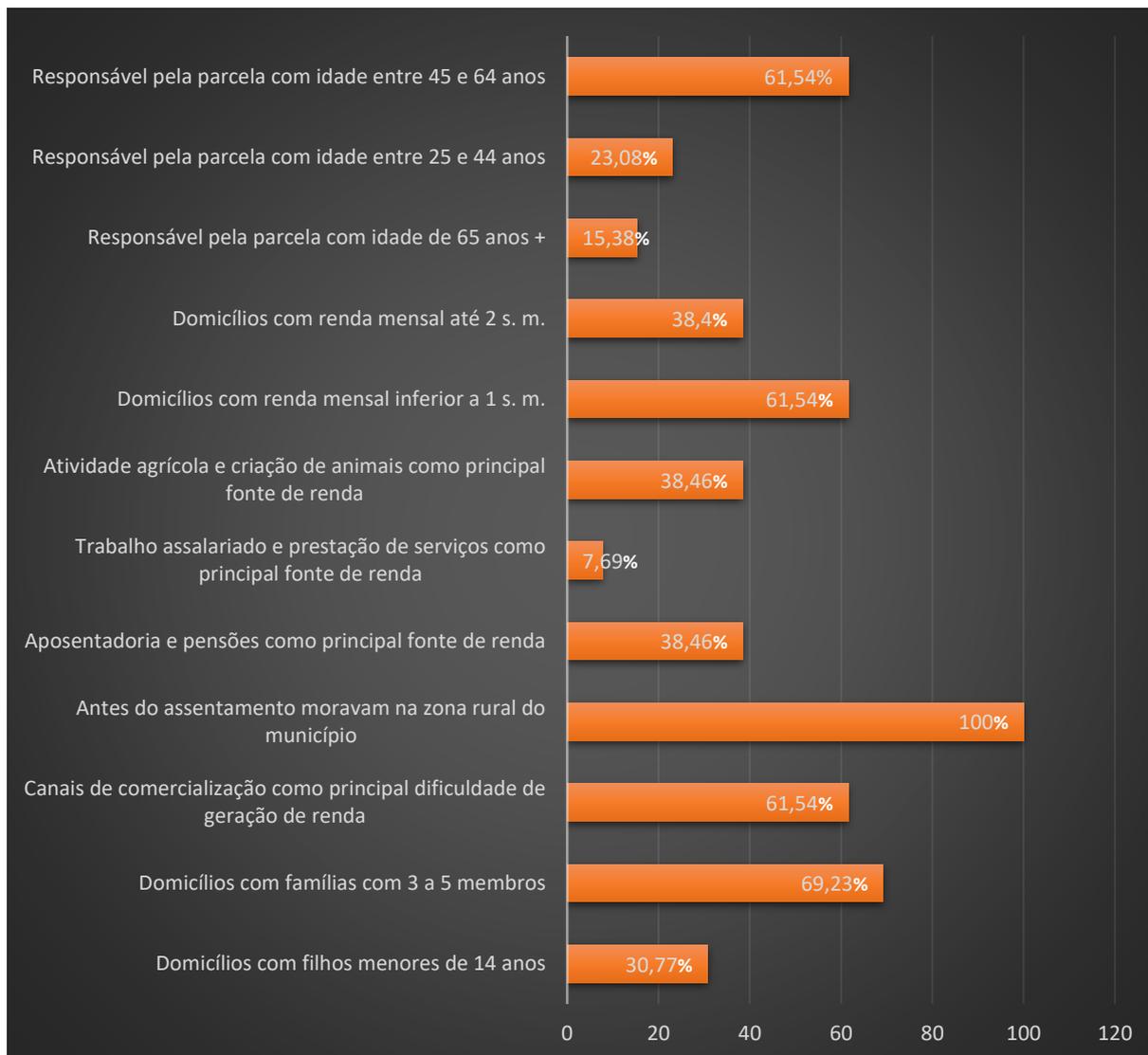
Fonte: Trabalho de campo (2018).

Observa-se que o fato de o Assentamento estar localizado no entorno da Reserva Natural Serra das Almas (RNSA), muitas entidades e Ong's têm trabalhado para a preservação da Caatinga envolvendo as comunidades próximas com projetos para um sistema de produção agroflorestal. Contudo, ainda se pratica desmatamento e queimadas para preparar o solo para plantação, na maioria das vezes, não é por falta de consciência com a preservação ambiental, mas por falta de alternativas que viabilizem a produção e a sustentabilidade ambiental no semiárido.

b) A reprodução da AFC: características gerais dos assentados

O Gráfico 09 aponta que as principais fontes de renda no assentamento são as aposentadorias e a atividade agropecuária, para 38,46% respectivamente das famílias assentadas.

Gráfico 09 – Assentamento Xavier: características gerais das famílias assentadas



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Observa-se ainda que 15,38% das famílias têm como principal fonte de renda apenas o benefício do Bolsa Família e, outros 7,69% desenvolvem trabalho assalariado e prestação de serviços. Embora represente ainda um pequeno percentual, em relação ao trabalho assalariado e prestação de serviço, percebe-se uma modificação nas relações entre campo e cidade, que no longo prazo tende a aumentar devido a mudanças significativas nos hábitos de consumo e estilo de vida.

Outra informação importante refere-se a renda auferida no Assentamento. Apenas 38,46% dos domicílios obtém uma renda mensal de até 2 s. m., enquanto 61,54% das famílias vivem com uma renda inferior a 1 s. m. Em relação à faixa etária dos responsáveis pela parcela, 61,54% tem idade entre 45 e 64 anos e 23,08% com

idade entre 25 e 44 anos. Em relação à origem dos assentados 100% moravam na zona rural do município, alguns como moradores e outros sobreviviam de diversos tipos de atividades, dentre eles, o trabalho temporário e muitas vezes viajavam para outros estados em busca de sustento para suas famílias.

Essa precária situação foi eliminada com a conquista de um fragmento desse território, no município de Crateús. A homogeneização da origem dos assentados, apesar dos desafios, tem facilitado a convivência coletiva, a resistência que deve ser permanente e o fortalecimento da luta por políticas públicas de infraestrutura e oferta de serviços básicos de saúde e educação.

5.2 Os espaços recriados no semiárido: características gerais dos assentamentos

A Tabela 07 apresenta uma síntese das informações obtidas para cada Território de Identidade, relacionadas à recriação da agricultura familiar camponesa. As principais variáveis observadas nos Territórios foram a faixa etária, principal fonte de renda, escolaridade e principal dificuldade encontrada para a geração de renda nos assentamentos.

No território Cariri, os assentados estão em uma faixa etária mais baixa, 58,33% tem idade entre 25 e 44 anos. São jovens agricultores que têm encontrado muitas dificuldades para gerar renda no assentamento através do desenvolvimento da atividade agrícola e criação de animais. Para 66,70% têm a agricultura e criação de animais como a principal fonte de renda, contudo, a maioria, 69,4% obtém uma renda mensal inferior a 1s. m. Em relação à escolaridade, 31,89% afirmaram terem estudado menos de três anos, contudo, 23,61% estudaram 6 anos ou mais. Sem dúvida, já fazem parte de uma geração que teve mais acesso à escola e esse acesso tende a ser ampliado, pois muitos jovens já concluíram o ensino superior. Entretanto, a escassez de água tem sido colocada como o principal problema enfrentado no assentamento.

Tabela 07 – Os espaços recriados no semiárido cearense: principais características dos assentamentos (%)

Características principais	Territórios de Identidades	Cariri	Inhamuns Crateús	Sobral	Sertões de Canindé	Sertão Central
		Assentamentos				
		Acoci	Xavier	Ipueirinhas Ouricuri	Armadores	Califórnia e Monte Castelo
Responsável pelo lote com idade de 65 anos +		8,333	15,38	8,33	0	42,22
Responsável pelo lote com idade entre 45 e 64 anos		33,33	53,84	58,33	100	48,89
Responsável pelo lote com idade entre 35 e 44 anos		40,28	15,38	33,33	0	6,67
Domicílios com renda mensal de até 2 s. m.		27,80	38,46	58,33	0	71,11
Domicílios com renda mensal inferior a 1 s. m.		69,44	61,54	25	75	22,22
Escolaridade: Analfabeto		9,72	23,07	16,66	0	2,22
Escolaridade: estudou 3 a 5 anos		20,83	30,70	16,66	50	15,55
Atividade agrícola e criação de animais como principal fonte de renda		66,67	38,46	16,67	75	6,67
Trabalho assalariado e prestação de serviços como principal fonte de renda		5,56	7,69	33,33	25	15,56
Aposentadoria e pensões como principal fonte de renda		27,78	38,46	50	0	68,89
Antes do assentamento morava na zona rural do município		70,83	100	91,67	75	84,44
Falta de assessoria técnica e financiamento como a principal dificuldade de geração de renda		0	7,69	25	100	4,44
Escassez de água como principal dificuldade de geração de renda		100	30,76	83,33	0	4,44
Canais de comercialização como principal dificuldade para geração de renda		0	61,54	8,33	0	91,11
Domicílios com famílias com 3 a 5 membros		81,94	69,23	83,33	50	64,44
Domicílios com filhos menores de 14 anos		45,83	30,77	41,67	50	13,33

Fonte: Pesquisa de campo.

No território Inhamuns/Crateús 61,54% dos agricultores estão na faixa etária de 45 a 64 anos. Um percentual significativo, 38,46% tem como principal fonte de renda a agricultura e criações de animais e outros 15,38% tinham na época da pesquisa o PBF como a principal fonte de renda. Contudo, um percentual bastante elevado, 61,54% tem uma renda mensal inferior a 1. s. m. Os domicílios com beneficiários do BPC, 23,07% obtinham uma renda mensal de até 2 s. m. e outros 15,38% também conseguem uma renda mensal que chega até 2 s. m., totalizando 38,46% dos domicílios. Um pequeno percentual, 7,69 tem o trabalho assalariado ou prestação de serviços como a principal fonte de renda. Em relação à escolaridade, o Território não apresenta bons resultados, pois 23,07% dos agricultores se declararam analfabetos e 30,76% estudaram de 3 a 5 anos.

No território Sobral, o destaque é para o nível de escolaridade, onde 50% dos participantes da pesquisa declararam terem estudado 6 anos ou mais. Esse é o resultado de políticas públicas educacionais destinadas aos jovens e adultos, tanto o EJA quanto o PRONERA, que deixaram grandes contribuições para os agricultores. Outra característica é que 33,34% dos domicílios tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado e a prestação de serviços, contudo, isso não significa, ainda, uma tendência para o desenvolvimento de ocupações rurais não agrícolas.

O território Sertões de Canindé apresenta muitas dificuldades que tem contribuído para a baixa capacidade de geração de renda. Nele, 100% dos agricultores estão na faixa etária entre 45 e 64 anos, porém, desses 75% estão com idades entre 45 e 54 anos. Observou-se, com a pesquisa uma baixa escolaridade, 50% não estudou, mas lê e escreve e os outros 50% estudaram de 3 a 5 anos. A principal fonte de renda para 75% dos domicílios é a atividade agrícola e criação de animais, entretanto, a falta de financiamento para a produção e a ausência de assessoria técnica compromete o desenvolvimento das atividades, logo a renda mensal gerada para 75% das famílias é inferior a 1 s. m.

Devido ao número reduzido de famílias que permanecem ainda no assentamento, o nível de organização interna tem pouca força para levar suas demandas para o poder público. A falta de infraestrutura, como escolas, posto de saúde e lazer expulsa os jovens do campo e até mesmo muitas famílias tiveram que abandonar o território. O cenário coloca em evidência que muitos assentamentos considerados pelo INCRA como consolidados, não apresentam condições de reprodução para a agricultura familiar camponesa, como o assentamento Armadores.

Em relação à faixa etária, o território Sertão Central concentra um percentual significativo de agricultores com 65 anos ou mais de idade, 42,22%. Dessa forma, percebe-se que aqueles que lutaram pela conquista da terra estão envelhecendo, e uma nova geração dará continuidade à recriação social do território. Essa característica também tem significativa influência na determinação da renda familiar, pois 68,89% tem o Benefício de Proteção Continuada (BPC) como principal fonte de renda. Por outro lado, apenas 6,67% dos assentados tem a atividade agrícola e a criação de animais como a principal fonte de renda.

Nesse caso, existe um distanciamento do agricultor com relação a agricultura. Isso ocorre por diversos motivos, porém o principal deles é a falta de comprometimento do Estado, em suas diversas instâncias, em garantir condições para o desenvolvimento da produção agrícola camponesa. Em relação à escolaridade, existe uma clara relação com a faixa etária, pois 48,88% afirmaram terem estudado menos de três anos. Contudo, observa-se que a nova geração dispõe de um nível de escolaridade regular, dentro de cada faixa etária, tornando-se um fator positivo que reduz significativamente a vulnerabilidade econômica e social.

De modo geral, existe uma característica mais ou menos comum em todos os territórios pesquisados: as famílias, em mais de 60% são compostas de 3 a 5 membros. Isso não significa necessariamente a redução da natalidade no campo, mas que essas famílias originaram outras, que, na grande maioria, permanecem próximas do núcleo familiar.

Do exposto verifica-se que a democratização da terra e do conhecimento torna a reforma agrária o meio mais eficaz contra a pobreza e exclusão social. Apesar dos dados de renda provenientes da unidade produtiva aparentemente serem baixos é importante destacar que não se levou em consideração o valor da produção destinada ao consumo familiar na composição da renda. Porém, fica perfeitamente perceptível que a recriação camponesa através da reforma agrária apresenta uma dicotomia que, se de um lado possibilitou o fim da sujeição e da exploração e permitiu que se criasse uma forma de campesinato em grande parte campesinato em si, e em alguns casos reproduziu-se enquanto campesinato para si, de outro, a forma como o Estado brasileiro realiza sua política de assentamentos não permite eliminar distorções e ao mesmo tempo coloca limites ao verdadeiro processo de desenvolvimento rural sustentável.

6 – AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: elementos para autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense

Nesse capítulo é apresentado o nível de desenvolvimento adquirido pela agricultura familiar camponesa no semiárido cearense e os principais elementos que influenciam a sua autonomia, subordinação ou exclusão ao modelo hegemônico de acumulação capitalista. O DRS foi discutido no contexto da *sustentabilidade* buscando apontar as suas contradições, principalmente quando se assume que a concepção do desenvolvimento rural se sobrepõe ao desenvolvimento agrário, representando por um lado avanço para as relações capitalistas no campo, por outro, retrocesso na democratização da terra e autonomia da agricultura familiar camponesa.

6.1 Nível de DRS nos territórios: uma análise a partir das áreas de assentamentos rurais

O IDRS obtido no agregado para o semiárido foi de 0,5163 indicando um desenvolvimento rural médio ou intermediário. Os territórios Inhamuns/Crateús e Sobral superam o índice obtido para o espaço agrário cearense, enquanto o Cariri, Sertão Central e Sertões de Canindé ficaram abaixo, embora todos se encontrem em um nível intermediário de desenvolvimento rural, como mostra a Tabela 08.

Tabela 08 – Nível de DRS para os territórios de identidade: uma análise a partir das áreas de assentamentos rurais

Território de Identidade	Assentamento	IDRS	Nível de DRS
Cariri	Acoci	0,5158	Intermediário
Sertão Central	Califórnia e Monte Castelo	0,4913	Intermediário
Inhamuns/Crateús	Xavier	0,5565	Intermediário
Sertões de Canindé	Armadores	0,4653	Intermediário
Sobral	Ipueirinha	0,5528	Intermediário
IDRS GERAL		0,5163	Intermediário

Fonte: Pesquisa e campo.

Considerando as variações entre os territórios, estas revelaram-se pequenas, sendo que o território com melhor resultado foi o Inhamuns/Crateús com um índice de 0,5565 e o de pior resultado o território Sertões de Canindé, com um índice de DRS de 0,4653. Os dados indicam que de modo geral os territórios Inhamuns/Crateús e Sobral encontram-se em um nível de desenvolvimento rural superior aos demais, contudo, o maior índice não atinge 0,6 em uma escala de ‘zero’

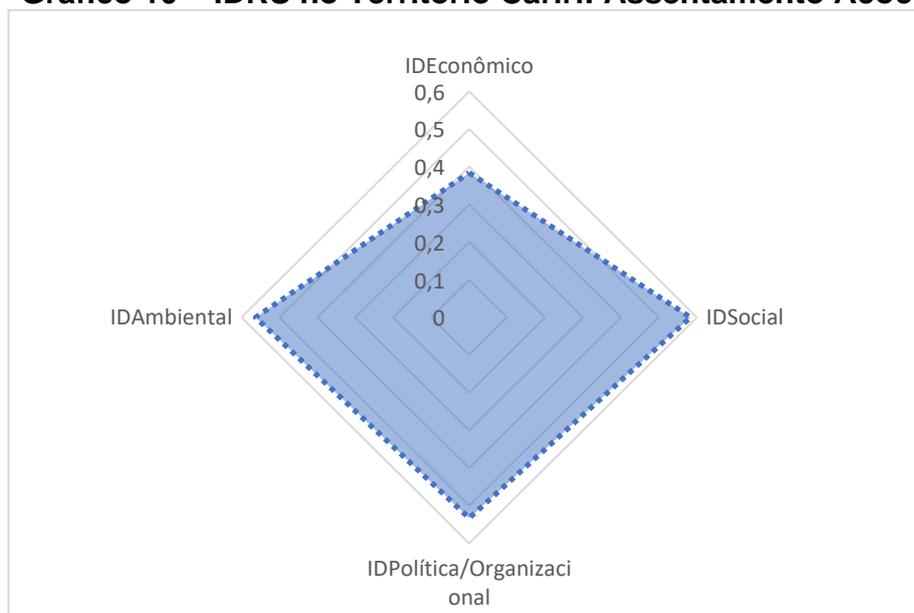
a 'um', sendo que quando mais próximo de 1 (um) maior o nível de desenvolvimento, como especificado na metodologia.

Constata-se assim que existem possibilidades para uma mudança qualitativa no território cearense. Consideramos, porém, que o direcionamento das políticas públicas para o campo, que apontam para o fortalecimento do sistema dominante, coloca-se como um fator limitante para o desenvolvimento rural sustentável. Para uma análise mais específica sobre o espaço agrário cearense, em particular para os territórios submetidos à política de reforma agrária, vamos observar individualmente o que ocorre em cada território, considerando a análise multidimensional do desenvolvimento, ou seja, os aspectos econômicos, sociais, políticos/organizacionais e ambientais, presentes nas áreas de assentamentos rurais estudados.

6.1.1 Território Cariri: Assentamento Acoci

O IDRS obtido para o Assentamento Acoci foi de 0,5163, ou seja, um índice que se insere na situação intermediária (média). Porém, desmembrando este índice nas suas dimensões econômica, social, político/organizacional e ambiental observa-se no Gráfico 10 que existe um maior desenvolvimento nos aspectos sociais e ambientais com índices de 0,583 e 0,563, respectivamente.

Gráfico 10 – IDRS no Território Cariri: Assentamento Acoci



Fonte: Pesquisa de campo.

Esse resultado pode ser atribuído à implantação das políticas do PRONAT, bem como o suporte recebido pelo PTC que focou os espaços com menor dinamismo econômico para a ampliação da oferta de serviços básicos às populações rurais mais vulneráveis, possibilitando o acesso a uma renda mínima e, conseqüentemente, uma redução das suas privações.

A dimensão social, que abordou os aspectos relacionados às condições de acesso ao Assentamento, condições de moradia, acesso à educação e saúde, apresentou um índice de 0,583, mostrando-se antagônico com a dimensão econômica com índice de 0,384, o pior resultado, abaixo de 0,4 considerada, portanto, como ruim, aspecto esse que limita a reprodução econômica na fração do território (re)criado, sendo um indicador de que a AFC no Acoci não apresenta os elementos para autonomia, e devida ao seu baixo desenvolvimento na dimensão econômica, ainda não oferece os elementos suficientes para a sua subordinação ao capital.

O Assentamento enfrenta uma grande vulnerabilidade econômica e, conseqüentemente, limita sua capacidade de liberdade em relação às outras dimensões do desenvolvimento. Os elementos presentes, que elevam quantitativamente o nível de vida das famílias, são resultados de políticas implementadas no âmbito macroeconômico, decorrentes das demandas do capital para incorporar o espaço rural na sua agenda de exploração, principalmente com o aumento do consumo de bens industrializados, tanto de bens de consumo duráveis quanto de alimentos.

Outro fator, de caráter subjetivo, refere-se à percepção da população local sobre o seu próprio bem-estar, principalmente quando se faz um comparativo entre o antes e o depois do Assentamento. Constatou-se, através da opinião dos assentados, que existe claramente uma percepção positiva quanto à melhoria nos aspectos sociais do assentamento e das famílias, como também a consciência de que muito ainda precisa ser feito. Observou-se um empoderamento dos agentes sociais, uma consciência maior de engajamento que fortalece a representatividade política/organizacional no Assentamento.

Os índices apresentados para o Acoci demonstram uma efetividade das políticas sociais implementadas no âmbito do desenvolvimento territorial rural para a redução da carência econômica e social, todavia, estas não se mostraram eficazes para a eliminação da pobreza no longo prazo, isto é, não possibilitaram a passagem para um patamar seguro de bem-estar social para esta geração e as gerações futuras.

Para entendermos melhor essa dinâmica, recorremos aos esclarecimentos de Manzoni Neto (2017, p. 236):

Ao propormos uma compreensão dos Territórios Rurais como uma combinação de diversas formas regionais, entendemos que se trata também de regiões produtivas e que um dos principais objetivos do PRONAT para esses espaços têm sido o de promover sua dinamização econômica. Tendo em vista o contexto em que o Programa foi criado, sustentamos que houve grande influência de uma teoria coerente com os pressupostos do neoliberalismo e da competitividade.

Dessa forma, os avanços obtidos nessa área são extremamente importantes, garantindo direitos às comunidades camponesas de terem acesso à educação, saúde, água potável para consumo, eletrificação rural e melhorias nas vias de acesso. Esses aspectos, contudo, demonstram apenas o seu desenvolvimento desigual e combinado. O território rural absorve elementos para garantir a expansão capitalista e promover a diferenciação da agricultura familiar camponesa, subordinando-a às relações de produção dominantes.

No caso específico do Acoci, o projeto hegemônico de desenvolvimento rural criou condições de curto prazo para a subordinação do território às relações capitalistas de produção, porém, no longo prazo os elementos levarão à exclusão intrageracional, uma vez que a autonomia se adquire pela capacidade de reprodução econômica da unidade produtiva, elevado nível de desenvolvimento social e ambas as dimensões não apresentaram indicadores satisfatórios. Contudo, a capacidade de organização política passa a ser um instrumento de força para as comunidades camponesas, principalmente na relação com o espaço municipal.

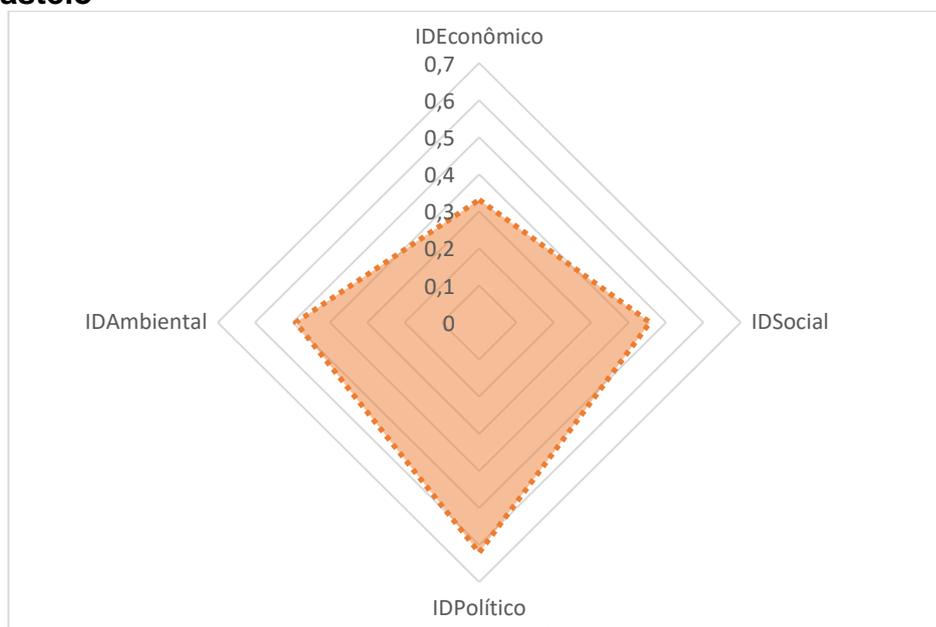
Outro fator presente que influenciou negativamente no desenvolvimento sustentável, foi que o território como um todo – Território Cariri - não se consagrou como um território de identidade, um espaço de conciliação, mas um território de conflitos, sendo a maioria decorrentes de disputas pelo poder político em âmbito municipal, dificultando as ações de enfrentamento ao capital.

6.1.2 Território Sertão Central: assentamentos Califórnia e Monte Castelo

O Território Sertão Central no semiárido cearense apresentou um IDRS de 0,491 indicando de modo geral as dificuldades ainda presentes nesse espaço territorializado pelos Assentamentos Califórnia e Monte Castelo. As dimensões,

político organizacional e ambiental obtiveram índices de 0,621 e 0,556 na devida ordem, como mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11 – IDRS no Território Sertão Central: Assentamentos Califórnia e Monte Castelo



Fonte: Pesquisa de campo.

Os assentamentos estudados podem ser considerados de acordo com as referências adotadas para a pesquisa, como apresentando uma situação intermediária. Muito já foi superado, entretanto, os desafios futuros parecem ser maiores, pois as dimensões econômica e social apresentam resultados abaixo de 0,5 indicando que as dificuldades para produção agrícola continuam presentes, pois muito ainda depende da questão hídrica, que nos últimos anos têm se agravado levando os agricultores a diminuírem a força de trabalho na atividade agrícola, abrindo espaço cada vez mais para as atividades não agrícolas, foco do atual modelo de desenvolvimento rural.

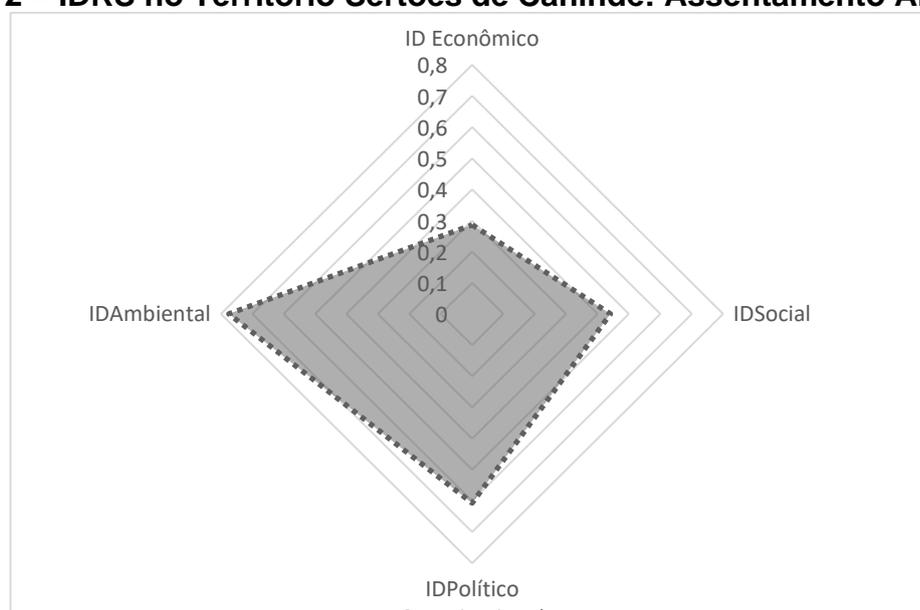
A dimensão política/organizacional se apresenta de forma favorável, demonstrando um grau de organização política que favorece a autonomia da AFC. Entretanto, os elementos apontam muito mais para sua subordinação ao modo de produção dominante. Essa subordinação ocorre pela maior dependência dos agricultores ao mercado, seja mercado de trabalho e/ou mercado consumidor. Os projetos que deveriam desenvolver e fortalecer os saberes e laços locais, mostram-se

controlados por articulações externas, políticas e econômicas que definem o rumo das políticas públicas para o espaço rural.

6.1.3 Território Sertões de Canindé: Assentamento Armadores

O IDRS para o Assentamento Armadores obtido foi de 0,4653 apresentando uma situação intermediária, contudo, quando o índice é desagregado, como mostra o Gráfico 12, evidencia-se uma realidade bastante severa indicada principalmente pelas dimensões econômica e social, com índices de 0,286 e 0,441.

Gráfico 12 – IDRS no Território Sertões de Canindé: Assentamento Armadores



Observa-se, portanto, que o Assentamento se encontra em um nível de grande vulnerabilidade, principalmente pela dificuldade do desenvolvimento da atividade agrícola e pela ausência de projetos alternativos que possibilitem a convivência com o semiárido, ou seja, as ações planejadas dentro do projeto Territórios da Cidadania não conseguiram romper com o ciclo da exclusão que se perpetua em áreas do semiárido cearense.

A escassez de chuva é apontada pelos assentados, como sendo um fator determinante para a vulnerabilidade econômica presente no Assentamento, responsável pela expulsão do assentado que não encontra condições de trabalho e vida para sua família.

A desistência da sua fração do território gera um trauma para o assentado e uma falsa impressão de que o campo não consegue oferecer condições dignas para os trabalhadores que nela vivem.

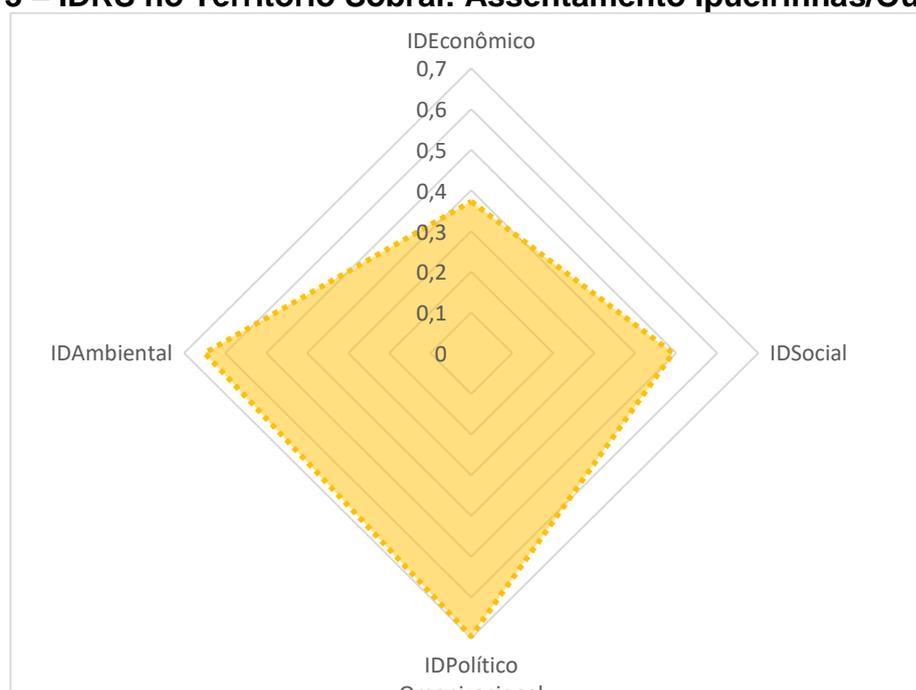
Em relação à dimensão ambiental, esta apresentou um indicador de 0,775. Comparando com dimensão econômica parece realidades conflitantes, o que representa uma incoerência e um desafio para a compreensão dessa realidade. Contudo, as condicionalidades indicam apenas como determinante desse indicador a redução da atividade agrícola, o que automaticamente reduz o desmatamento e o uso de queimadas para preparação do solo.

É importante esclarecer que a redução da atividade agrícola não ocorre pelo aumento de atividades não agrícolas, mas pela falta de atividade produtiva, que coloca os assentados e os trabalhadores rurais a margem das políticas públicas e principalmente reduz drasticamente a possibilidade de autonomia e aumenta a possibilidade de exclusão, não só para essa geração mas também para as gerações futuras, que visualizam e desejam sobreviver fora do espaço agrário.

Dessa forma, o Território Sertões de Canindé não apresenta condições para sua autonomia, nem mesmo para sua subordinação, uma vez que o espaço em que o assentamento está territorializado não oferece capacidade de exploração capitalista, restando apenas a exclusão dos agricultores familiares camponeses, situação que se agrava com a expulsão de parte da população assentada, que não encontrou no PRONAT nem no PTC condições para o desenvolvimento sustentável no território.

6.1.4 Território Sobral: Assentamento Ipueirinha/Ouricuri

O IDRS para o assentamento Ipueirinha foi de 0,5528, apresentando uma situação intermediária, indicando a superação de grandes dificuldades, mas que ainda tem muitos desafios, principalmente nas dimensões econômica e social, como mostra o Gráfico 13.

Gráfico 13 – IDRS no Território Sobral: Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri

Fonte: Pesquisa de campo

Com um índice de 0,3730 a dimensão econômica encontra-se em situação crítica. Do ponto de vista da renda, 58,33% dos assentados entrevistados têm um rendimento mensal entre 1 e 2 S.M., e 33,3% têm rendimento médio mensal de menos de 1 S.M. Em relação à principal fonte de renda destaca-se a atividade agrícola, criação de animais de pequeno porte e aves com 41,7%.

Existem muitas possibilidades para o Assentamento, contudo, falta um maior empenho em termos de projetos e assessoria técnica especializada, ou seja, faltam estudos de viabilidade e recursos tecnológicos para assegurar o trabalho e a produção. Outro fator que possibilitaria uma segurança produtiva seria o desenvolvimento de cooperativas na região, incentivando e capacitando os assentados para o uso de tecnologias sociais de baixo custo e capaz de conviver com os desafios do semiárido.

Os assentados desenvolveram uma boa organização política no território, com um índice de 0,6960, sendo que o poder local continua com uma forte influência no fortalecimento e/ou enfraquecimento dessa dimensão, uma vez que, o engajamento nas organizações sindicais, movimentos sociais e Ong's são condicionalidades fundamentais para a formação política e a consciência de classe que se desenvolve nesse espaço territorializado pela agricultura familiar de base camponesa.

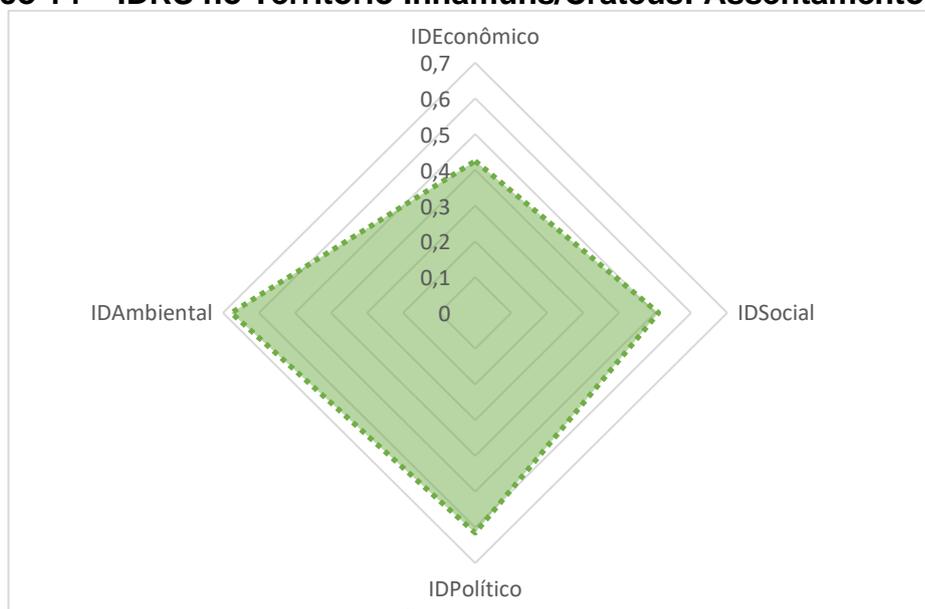
A essência da cidadania está no interesse coletivo de construir ambientes que favoreçam ao desenvolvimento e à conquista dos interesses individuais. A cidadania constitui ainda: a consciência da interdependência e do pertencimento a um grupo, o reconhecimento da coletividade e a aceitação do bem comum (ECHEVERRI, 2003, p. 11).

Nesse sentido, existe no território estudado, uma consciência de classe que move a organização interna do Assentamento na luta pela sua autonomia, na medida em que a organização política e social são ferramentas de enfrentamento à subordinação ao mercado globalizado que tenta dinamizar o espaço rural, rompendo com sua identidade agrária.

6.1.5 Território Inhamuns/Crateús: Assentamento Xavier

O IDRS para o território foi de 0,5565 indicando um desenvolvimento intermediário, com possibilidades de alcançar um maior nível de desenvolvimento no futuro, dado os indicadores econômicos, sociais, político/organizacional e ambiental. (Gráfico 14)

Gráfico 14 – IDRS no Território Inhamuns/Crateús: Assentamento Xavier



Fonte: Pesquisa de campo

As dimensões que apresentaram melhores resultados foram: ambiental e político/organizacional com índices de 0,6770 e 0,6150 respectivamente, porém

nenhum ficou abaixo de 0,4 indicando que esta situação intermediária apresenta uma maior sustentabilidade para o desenvolvimento no espaço recriado.

As famílias que lá residem, afirmam categoricamente que, apesar das dificuldades enfrentadas, reconhecem que suas vidas e de suas famílias foram transformadas com a reforma agrária, colocando a terra como sendo indispensável para a reprodução da agricultura familiar camponesa. Os maiores desafios enfrentados relacionam-se com as estratégias produtivas, sua organização e políticas públicas efetivas para os territórios (re)criados, para moradia, trabalho e lazer.

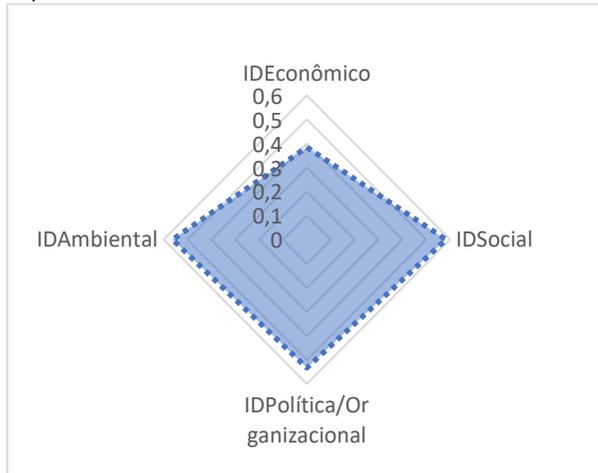
O Assentamento está localizado no entorno de uma área de reserva ambiental conhecida como Serra das Almas (RNSA) que tem possibilitado o desenvolvimento de vários projetos que incluem atividade produtiva e preservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento e uso de tecnologias sociais sustentáveis que integram os agricultores na valorização e preservação da caatinga.

O encadeamento, quando ocorre, das ações entre instituições e gestores federais, estaduais e municipais garantem uma efetividade nas ações de enfrentamento à pobreza e exclusão social, contudo, a falta de políticas de Estado compromete a efetividade e continuidade dos projetos que são essenciais para o desenvolvimento rural sustentável. Nesse contexto, identificamos uma tendência à subordinação da agricultura familiar camponesa às necessidades da nova ordem econômica que reorienta os espaços (através do desenvolvimento desigual e combinado, colocando em movimento processos produtivos que exclui ou subordina os espaços, antes em repouso, agora subjugado ao capital.

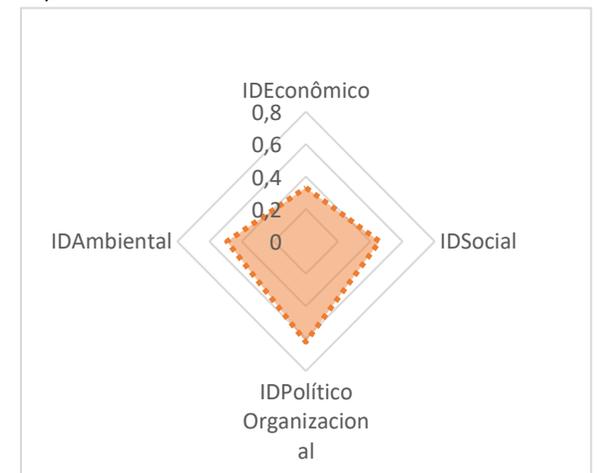
A Figura 48 apresenta uma síntese do nível de desenvolvimento para os territórios de identidades no semiárido cearense, lembrando que os elementos presentes nos Territórios, que serão apresentados no próximo item, possibilitam uma reflexão mais clara das funções da AFC no capitalismo contemporâneo.

FIGURA 48 – Síntese da apresentação gráfica do IDRS nos territórios de identidade no semiárido cearense

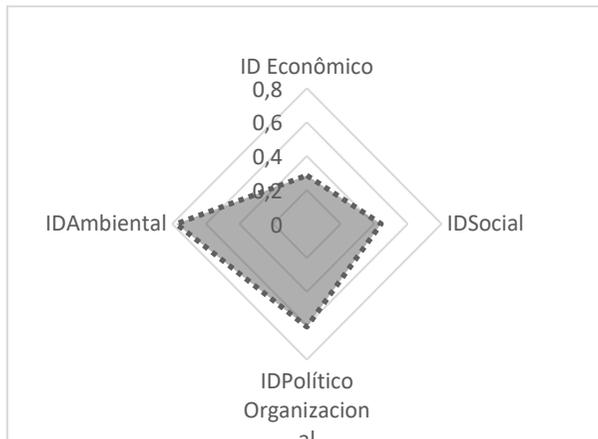
a) Território Cariri



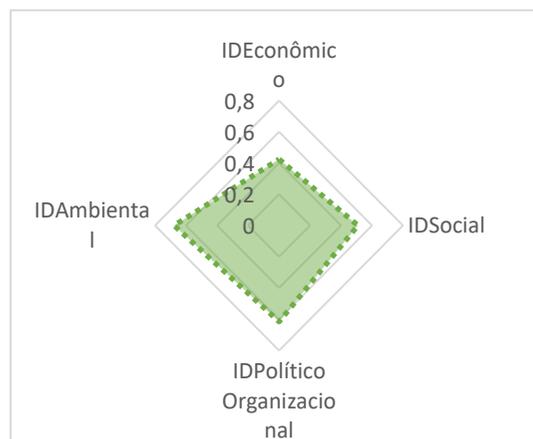
b) Território Sertão Central



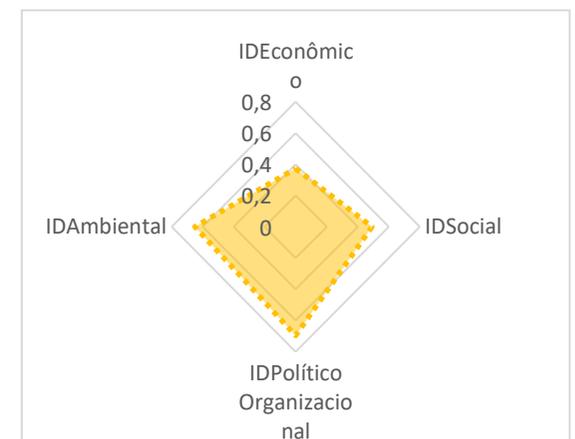
c) Território Sertões de Canindé



d) Território Inhamuns/Crateús



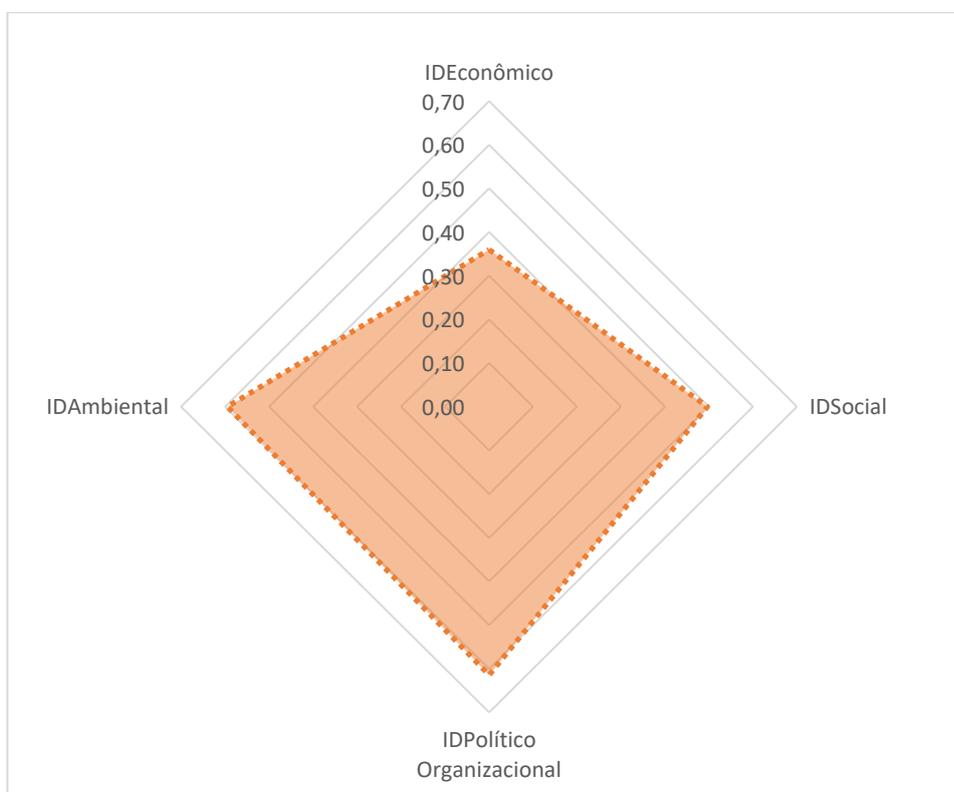
e) Território Sobral



6.2 Elementos para a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido

O IDRS para o semiárido cearense foi de 0,5163 apresentando-se como uma situação intermediária, isso significa que alguns gargalos foram superados, contudo, a questão da sustentabilidade econômica ainda é um dos maiores desafios. O seu baixo índice de desenvolvimento fica evidenciado com a mensuração do índice de apenas 0,360 (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Dimensões do IDRS no semiárido cearense



Fonte: Pesquisa de campo

Conseqüentemente, as ações contidas nas políticas de desenvolvimento rural institucionalizadas a partir dos anos 2000 não foram capazes de promover uma autonomia econômica nas áreas de assentamentos, indicando que embora essas áreas estivessem como prioridade na plataforma do PTC, efetivamente os elementos necessários não foram desenvolvidos tolhendo qualquer possibilidade de promover a autonomia econômica para os agricultores familiares de base camponesa, limitando e cerceando o desenvolvimento sustentável.

A dificuldade que os assentados encontram nos seus espaços socialmente construídos, vêm da própria natureza do desenvolvimento rural, que prioriza os espaços privilegiados e agricultores que desfrutam de capacidade técnica e informação para dinamizar o mercado local. Portanto, a agricultura familiar de base camponesa não atende aos critérios atribuídos para o desenvolvimento rural capitalista que ocorre de forma desigual e combinado. A pobreza passa a ser tratada como uma incapacidade de subordinação às relações de produção dominantes, sendo assim, a pobreza seria reduzida com a expansão das relações capitalistas de produção no campo. Essa expansão ocorre com a consolidação do modelo de desenvolvimento rural.

Outro fator que favorece a subordinação está relacionado às dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido, que apesar das ações dos movimentos sociais e ONG's para o desenvolvimento e uso de tecnologias sociais, essa realidade ainda está muito distante, corroborando para a migração dos agricultores para o mercado de trabalho assalariado e o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Logo, de alguma forma o agricultor familiar camponês torna-se um trabalhador para o capital, que aos poucos, embora organizado, por ainda não se constituírem uma classe em si vão sendo subordinados ao modo de produção dominante.

Embora as relações diretas de submissão que controlavam o “morador de favor” no interior das fazendas tenham sido desfeitas, surgindo um espaço de contestação¹¹² – principalmente no conflito estabelecido entre os camponeses e proprietários – e a partir daí, com apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e parte da Igreja Católica, se estruturam novas relações que se firmam na luta, primeiramente contra a opressão e posteriormente pelo direito à terra.

As vitórias camponesas advindas dos confrontos em torno da posse da terra originaram uma nova ordem no espaço agrário sertanejo cearense: o latifúndio transformou-se em assentamento, os camponeses, “moradores” ou não, foram recriados, livres da opressão do latifúndio, mas subordinados ao movimento do capital

¹¹² “A partir da década de 1960 ocorreram conflitos que assinalam profundas fissuras na dominação tradicional do sertão. Esses conflitos desenrolam-se de uma forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos – no interior de cada fazenda – e guardam como característica comum o confronto direto entre camponeses e o proprietário rural” (BARREIRA, 1988, p. 47-48).

no campo. Essa (re)criação camponesa e territorial fora do contexto da acumulação de capital depende de muitos elementos, internos e externos ao assentamento.

O empoderamento dessa fração de território que representou a liberdade para os trabalhadores, tem sido bloqueada diante de uma imensa teia de interesses de uma classe dominante que trabalha contra a democratização da terra e das políticas para um efetivo desenvolvimento agrário com sustentabilidade. Por sua vez, a proposta do DTR implementada como política do governo Lula, apoiada e justificada por muitos setores da sociedade e intelectuais que estudam a questão agrária brasileira exclui a reforma agrária como ação imperativa para o desenvolvimento sustentável.

A dificuldade de geração de renda na agricultura familiar camponesa (aqui considerados os processos de produção e comercialização) e a ausência de uma “consciência de classe”, promove uma desvinculação do agricultor com a terra, com a sua cultura e identidade, subjugando-o ao modo de produção capitalista.

As conquistas do ponto de vista da infraestrutura e cidadania são em última instância subordinados ao modo de produção dominante que controla a produção, o consumo, a cultura, o conhecimento, o crédito e a tecnologia, ou seja, o capital comanda a partir dos elementos externos, a recriação da agricultura familiar camponesa, limitando economicamente, socialmente e politicamente a criação de um campesinato autônomo.

Essa análise é predominante da corrente teórica do capitalismo agrário, que não é hegemônica, porém dominante frente as necessidades do capital globalizado. Por outro lado, apresenta-se antagônica dentro do contexto da questão agrária e do desenvolvimento rural sustentável.

Em todas as dimensões, o IDRS ficou abaixo de 0,7 indicando que não existe capacidade para se alcançar o DRS no semiárido cearense, onde os espaços “privilegiados” são desenvolvidos para a valorização do capital que se expande para o campo, enquanto as áreas de agricultura familiar de base camponesa permanecem à margem do desenvolvimento, ou seja, o que ocorre, de fato, é o desenvolvimento desigual. Neil Smith nos ajuda a compreender essa dinâmica, afirmando que:

A missão histórica do capital é o desenvolvimento das forças de produção por via da igualização geográfica das condições e dos níveis de produção torna-se possível. A produção da natureza é a condição básica para esta igualização, mas a igualização é continuamente frustrada pela diferenciação

do espaço geográfico. A diferenciação como o meio para um fixo espacial torna-se ela própria um problema a ser resolvido (SMITH, 1988, p. 217).

Dessa forma, as áreas de assentamentos rurais do semiárido cearense tendem à subordinação inicialmente e posterior exclusão, isto é, ficarão à margem do modelo de desenvolvimento institucionalizado com foco nos territórios de identidades, que funcionaram como uma base para produção de um espaço apto para a expansão do capital, ou seja, a partir das condições de desenvolvimento criadas internamente, embora parciais, permitem a valorização dos valores de troca.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento (SMITH, 1988, p. 213).

A narrativa que segue busca dialogar com os elementos presentes na construção social desses fragmentos de territórios conquistados por meio da luta pela terra. Echeverri (2003, p. 16) esclarece que “o território delimita o cenário em que a vida social se desenrola e onde as instâncias políticas são criadas, tendo em vista o exercício da cidadania”. Nesse contexto, os indicadores refletem uma fração da realidade, que por sua dinâmica e complexidade, apresenta-se como uma fotografia, e a partir da leitura desse fragmento de realidade podemos compreender os elementos que influenciam de forma positiva ou negativa para a construção plena da cidadania no espaço agrário.

Em conformidade com a observação *in loco* – pesquisa direta – e da percepção da comunidade, podemos destacar os elementos que possibilitam ou bloqueiam um processo permanente de desenvolvimento rural nas áreas de assentamentos. Esses elementos foram classificados em três modalidades, indicando as possibilidades de emancipação, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense.

De acordo com a literatura já discutida anteriormente, a política de DTR foi estruturada para identificar e qualificar os espaços para exploração capitalista, buscando, apesar do protagonismo, do empoderamento dos agentes sociais, a inserção do maior número de agricultores que possam utilizar o espaço agrário para produzir valores de troca, seja através das atividades agrícolas ou não agrícolas.

Esse mecanismo leva a uma diferenciação dos agricultores, que de acordo com a literatura clássica transformariam os camponeses em capitalistas ou trabalhadores assalariados. Essa discussão encontra-se presente em Lenin (1982) e Kautsky (1986) sobre a desintegração do campesinato na Rússia à medida que as relações capitalistas de produção avançam no espaço agrário. Fernandes (2003) se reporta a esses trabalhos como primordiais para uma leitura crítica sobre a contemporaneidade do processo de destruição e recriação da agricultura familiar camponesa no espaço agrário brasileiro, presente nas mudanças de paradigma do agrário para o rural.

Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência – para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital (p. 19).

Nessa lógica, as engrenagens desse processo foram produzidas para buscar a produtividade e competitividade, ou seja, à inserção do agricultor familiar ao mercado, provocando uma diferenciação na base da organização produtiva dessa categoria, colocando a luta pela terra, água e cidadania como coadjuvantes desse processo hegemônico de desenvolvimento.

Portanto, o campesinato autônomo, livre, não se submete à lógica capitalista. Compreende-se que essa autonomia começa com a luta pela terra, sendo esta uma condição necessária, mas não suficiente, tornando-se imperativo à luta permanente contra o capital para permanecer na terra. A autonomia camponesa é abordada por Almeida (2009) destacando essa autonomia como um aspecto restrito diante da forma soberana de organização da produção na sociedade industrial e que sua subordinação é colocada como consequência natural diante da organização produtiva soberana.

Por autonomia camponesa entende-se uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa, de uma certa forma, um espaço de autonomia na sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não-expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade (p. 148-149).

Embora a autonomia camponesa não seja uma *via* para a organização produtiva dominante, representa um espaço de soberania diante dos crescentes mecanismos de subordinação da agricultura ao capital imperialista. Almeida (2009) destaca a autonomia no aspecto da produção x trabalho, ou seja, à organização produtiva diferenciada que constitui o campesinato como antagônico ao modelo produtivo iniciado após a revolução industrial.

Essa autonomia camponesa, que se liga estritamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais: a) a busca, por parte do trabalhador / agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação [...]; b) uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite um certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; c) a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa, em última instância, que é o domínio do tempo (ALMEIDA, 2009, p. 149).

Nesse sentido, o agricultor familiar camponês procede da espoliação capitalista, dessa espoliação emerge o camponês enquanto sujeito social, que reage à subordinação imposta pelo capital instalado no latifúndio. Esse sujeito social reage à subordinação, a partir do seu próprio meio de organização produtiva, das técnicas e instrumentos utilizados no processo produtivo, recriando os espaços de produção para valores de uso pautados nos seguintes princípios, de acordo com Almeida (2009, p. 149-150):

a) o domínio de um saber camponês; b) o domínio de certos instrumentos próprios de produção; c) a disponibilidade de um leque – o mais amplo possível – de trabalho; d) a possibilidade de melhor organizar o tempo de trabalho, abrindo espaço para outras atividades específicas dentro da atividade (artesanato, prestação de serviços exteriores, intermediação na comercialização-distribuição de produtos agrícolas, etc.); e) a possibilidade de trabalhar e de viver perto do lugar / local de origem, conservando as relações sociais e de vizinhança [...]; f) um certo domínio do tempo e do lugar / de trabalho; e g) um maior espaço de manobra na diversificação das atividades da família e no contexto da produção propriamente dita, a fim de aumentar a autonomia de cada um dos membros familiares em relação à sua própria atividade.

Todavia, importa entender que embora exista a posse do território conquistado e recriado sob outra lógica, não é possível falar em um campesinato livre, nos assentamentos estudados uma vez que estes se subordinam ao rito ditado pelo movimento do capital, ou seja, o controle que o capital exerce sobre o trabalho e os demais meios de produção impede o exercício dos princípios básicos para a

autonomia da agricultura familiar camponesa. Embora a conquista desse espaço, aparente por si só uma vitória contra o capital, contudo, o espaço agrário continua sendo um *locus* de reprodução do capital. Wanderley (1985, p. 44) esclarece que:

Subordinação para Marx significa a transformação da agricultura em um campo de operação do capital. Na medida em que o modo capitalista de produção apodera-se da agricultura, a força de trabalho é mobilizada pelo capital, a atividade agrícola se industrializa e a terra se transforma em equivalente de capital.

Dessa forma, os elementos elencados no Quadro 03 apontam para a exclusão/destruição no longo prazo da *agricultura familiar camponesa*, com poucas possibilidades para sua subordinação e nenhuma para sua autonomia. Porém, sempre existe aqueles camponeses que conseguem as condições necessárias para sua subordinação, isto é, uma integração parcial ao mercado. Esses elementos estão inseridos no contexto teórico do DRS a partir de uma análise do metabolismo social do capital e do desenvolvimento desigual e combinado.

Quadro 03 – Elementos que possibilitam a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense.

Autonomia	Subordinação	Exclusão
Consciência de classe para o fortalecimento da luta pela autonomia no território (re)criado.	Ausência do coletivo na (re)criação do espaço territorializado.	Ausência de organização político/social interna e externa, ao assentamento
Políticas públicas efetivas para os assentamentos.	Recorrer ao trabalho assalariado para complementar a renda	Dificuldade de geração de renda no assentamento
Política efetiva de crédito, assessoria técnica (práticas sustentáveis para manejo da água e do solo).	Financiamento de projetos produtivos sem um efetivo acompanhamento técnico e ausência de assessoria técnica especializada.	Ausência de crédito para produção e assessoria técnica.
Diversificação na produção e uso da mão-de-obra familiar.	Formação técnica sem conexão com o espaço rural.	Uso de sementes de baixa qualidade
Casa de sementes	Presença de medidas emergenciais de combate à seca.	Trabalho assalariado “temporário” como principal fonte de renda.
Integração parcial ao mercado	Dependência de sementes híbridas (Uso de pacotes tecnológicos).	Aposentadorias, pensões e transferências governamentais como principal fonte de renda.
Cooperativas e canais de comercialização para os produtos específicos da agricultura familiar camponesa.	Produção exclusiva para mercado com tendência à monocultura ou produtos específicos para o mercado.	Produção de sequeiro e pouco diversificada.
Possibilidade para o protagonismo feminino (econômico, social, político organizacional e ambiental)	Ausência de canais de comercialização específicos para os produtos da agricultura familiar camponesa.	Ausência de políticas e projetos produtivos específicos para mulheres
Práticas de convivência com o semiárido, disponibilidade de tecnologias sociais e promoção da agroecologia.	Exclusão da participação feminina na condução de projetos produtivos.	A presença de atravessadores e a falta de política de preços mínimos para os produtos da AFC.
Trabalho com foco na produção de valores de uso.	Ausência de escola do campo e permanência do padrão elitista e produtivista na IES públicas.	Ausência de cooperativas e agroindústrias.

Autonomia	Subordinação	Exclusão
Educação ambiental com desenvolvimento de sistemas de produção agroflorestal.	Autoconsumo subjugado ao mercado de produtos	Falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido.
Escola de educação do campo	Aumento das atividades não agrícolas em detrimento das agrícolas.	Implantação de projetos que não se adequam à realidade local
Projetos culturais e a promoção de esportes para as crianças e os jovens.	Organização do trabalho com base na agricultura familiar de base capitalista.	Manejo inadequado do uso da água e do solo. Práticas de desmatamento e uso de queimadas para preparar o solo.
Convênios com Instituições (Ong's, Associações, IES).	Produção sem relação com práticas de preservação ambiental.	A <i>prefeiturização</i> no comando dos projetos para as comunidades rurais.
Curso de formação política e participação política.	Importação e padronização de consumo urbano-industrial para o campo.	Ausência de uma política de Estado para os assentamentos rurais.
Gestores públicos comprometidos em melhorar as condições de vida dos que moram e trabalham no campo.	Predominância de políticas de Governo em detrimento de políticas de Estado para as áreas de assentamentos.	A descontinuidade das políticas e projetos que são implementados
Infraestrutura e transporte (vias de acesso em boas condições, saneamento básico, oferta de serviços de saúde e lazer).	Falta de infraestrutura adequada (saneamento básico e serviços de saúde com especialidades médicas).	Analfabetismo de jovens e adultos e ausência de políticas que promovam o esporte e lazer.
Fortalecimento de laços e saberes comunitários nas comunidades rurais.	Trabalho com foco na produção de valores de troca.	Ausência total de infraestrutura básica (acesso precário à saúde, educação, água potável para consumo, transporte).
Liberdade para fazer escolhas em relação ao que produzir, quanto produzir e para quem produzir.	Perda de identidade entre o agricultor e o campo.	Expulsão do campo por falta de condições de permanecer no espaço rural.
Aumento da representatividade popular e participação política.	Presença de representantes populistas e baixa participação política.	Ausência de representatividade popular e baixa participação política.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base teórica da pesquisa.

Nessa perspectiva, as áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense não disponibilizam de elementos suficientes para sua autonomia, essa somente será obtida com a luta permanente contra o capital, uma vez que a autonomia da AFC se tornaria uma ameaça ao ciclo de destruição/exclusão – recriação/subordinação – destruição/exclusão - que permite ao capital se valorizar e se apropriar em escala cada vez maior dos espaços, e da força de trabalho que não é formada pelo capital em sua totalidade, ou seja, “[...]enquanto camponês, se recria como operário para o capital, *inteiro*, pronto para trabalhar. O capital não paga, assim, o preço da formação da mão-de-obra de que necessita. Quem paga esse preço é a família camponesa” (BARREIRA, 1988, p. 54).

Essa realidade, se manifesta de forma concreta quando ocorre a expulsão dos jovens do campo. Barreira (1988) analisou esse processo em relação às migrações que, segundo o autor, embora exista uma lógica diferenciada de produção no campesinato, ainda assim o capital subjuga o camponês e sua família ao processo de acumulação de capital, forçando a migração de parte da mão-de-obra familiar, que temporariamente destrói o camponês e o transforma em um operário, e posteriormente o reconduz ao campesinato, depois da recriação do capital.

Na verdade, as migrações temporárias não deslocam força de trabalho excedente, mão-de-obra sobrando. A migração antes do término do ciclo agrícola e a substituição do camponês pela mulher e pelas crianças constituem a melhor expressão de que o capital, por esse meio, invade o próprio núcleo da produção camponesa, retirando dela os seus trabalhadores de maior vitalidade e forçando a entrada prematura de crianças na produção agrícola (p.54).

Seguindo essa mesma narrativa, Wanderley (1985) apresenta uma lógica ainda mais perversa sobre o paradoxo autonomia/subordinação – eliminação/reprodução do campesinato. Para a autora existe uma articulação própria do movimento do capital que dialeticamente elimina a forma de organização social do campesinato e o reproduz, desnudo da sua consciência de classe, como um trabalhador não assalariado para o capital.

Velho (2009) coloca em evidência a tese defendida por Jerzy Tepicht sobre o campesinato constituir-se um modo de produção subordinado a um modo de produção dominante, logo, o paradoxo entre campesinato e capitalismo deve ser compreendido dentro de um contexto em que o último subordina o primeiro de acordo

com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o processo cíclico de acumulação de capital.

De qualquer maneira, diríamos que sob o capitalismo burguês ou existe a possibilidade da pequena produção *transformar-se* em produção complexa, reproduzindo internamente as principais contradições de classe, ou ela é destruída por forças externas, embora ambas as possibilidades possam obviamente coexistir em graus variados: o capitalismo burguês em cada caso sendo tanto mais “democrático” quanto mais se encontre presente a primeira possibilidade. Todavia, sob o capitalismo autoritário haveria, para uma maior ou menor proporção do campesinato e variando com o tempo uma espécie de pressão “a meia força” que fundamentalmente não destrói o campesinato nem permite a sua transformação, mas o mantém *subordinado*, continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação da sua própria camada superior. O campesinato não é destruído, mas é como que “confinado” dentro dos limites de um espaço social dado (VELHO, 2009, p. 48).

Nesse caso, qualquer *forma* de organização produtiva estará subjugada, direta ou indiretamente, ao modo de produção capitalista, porém, no caso específico da agricultura familiar camponesa, objeto dessa pesquisa, encontra-se ameaçada de exclusão do espaço social, ou seja, serão excluídos do próprio domínio do capital, empurrados para a pobreza e marginalização. Entretanto, esse mesmo processo que promove a exclusão os empurra para o enfrentamento ao capital no plano político. Dessa forma, segue a dinâmica do movimento contraditório do capital. Assim, o capitalismo não dará autonomia a agricultura familiar camponesa para que ela se consolide como modo de produção, contudo, este também não a destruirá, pois o campesinato, antes de ser uma forma organizacional da produção é uma forma de reprodução de uma categoria social que renasce das mais perversas formas de opressão: a destituição da sua identidade enquanto do sujeito político e social.

Para Fernandes (2008b, p. 49), esse processo é intransponível e o conflito é inevitável.

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte da sua lógica e de sua vida. Portanto é insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo.

É importante destacar que, movidos pelas possibilidades que o novo rural oferece para exploração capitalista, seja pela integração do camponês ao mercado metamorfoseando-o em agricultor familiar¹¹³ parceiro do capital, bem como através da ampliação das atividades não agrícolas no espaço recriado – os assentamentos – esses elementos quando penetrados no modo de vida do agricultor familiar camponês promove a destruição do espaço recriado, aniquilando a reprodução do campesinato, sendo, portanto, indispensável um espaço próprio para a reprodução da agricultura familiar camponesa, e esse espaço deve ser autônomo, do ponto de vista econômico, social, político organizacional e ambiental.

Portanto, torna-se essencial compreender, do ponto de vista teórico e metodológico a lógica de reprodução da agricultura familiar camponesa, que se encontra ameaçada pelo avanço das relações de produção capitalista no campo promovendo a diferenciação e a dissolução dessa categoria, mantendo o ciclo: exclusão – subordinação – exclusão - em permanente movimento.

Considerando o nível de DRS encontrado para as áreas de assentamentos rurais, observa-se que muitas informações se repetem, ou seja, a realidade dos assentamentos, embora estejam localizados em regiões do semiárido diferenciadas, em termos de divisão territorial de planejamento para ação do poder público, apresenta-se bastante homogênea. Nesse caso, as informações que tiveram o maior número de ocorrência foram transcritas, indicando os elementos que potencializam ou inibem o DRS. Observou-se que a dimensão que apresentou menor nível de desenvolvimento foi a econômica, apontando para a forte presença de elementos que contribuem para a exclusão da agricultura familiar camponesa no semiárido. Um dos principais elementos é a grande dificuldade para a geração de renda nos assentamentos.

Um conjunto de fatores contribui para agravar essa situação, dentre eles, a pouca diversificação na produção agrícola, com predominância ainda das culturas de sequeiro. Essas culturas – milho, feijão, fava – são dependentes do nível de chuva, elevando o risco para o agricultor, que muitas vezes não consegue suprir nem mesmo a sua subsistência. Embora nos anos de seca a produção seja comprometida, total ou parcialmente, a atividade agrícola ainda é predominante, apesar dos desafios.

¹¹³ A expressão agricultura familiar passa a ser utilizada como uma categoria no meio acadêmico fortalecendo a corrente teórica sobre o capitalismo agrário a partir dos anos 1990, servindo de base para a promoção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Outro fator, é a ausência de cooperativas ou de espaços específicos para a comercialização da produção advinda dos assentamentos, facilitando e incentivando a presença de atravessadores. Por outro lado, a falta de políticas públicas para garantir uma renda mínima, coloca os assentados em uma situação de grande vulnerabilidade econômica e social. Nessa mesma perspectiva, a falta de uma assessoria técnica efetiva impossibilita o desenvolvimento de novos projetos produtivos, uso de tecnologias sociais e práticas sustentáveis de manejo pensados a partir das condições de solo, clima relevo e vegetação do espaço municipal.

Quanto aos fatores sociopolíticos, é necessário denunciar a estrutura fundiária extremamente concentrada, fator agravado por políticas públicas que, apesar dos progressos realizados em matéria de crédito, como a diversificação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) ou de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são pouco adaptadas em matéria de assistência técnica e extensão rural. O que se vê é uma relação geralmente vertical dos técnicos de órgãos oficiais com os produtores, a imposição de “pacotes” que pretendem integrar os agricultores ao modelo dominante do agronegócio (consumo de insumos industriais), as exigências burocráticas dos bancos, diante das quais os pequenos produtores se sentem “humilhados” (DUQUE, 2009, p.305).

Desse modo, o movimento factual que o modelo de desenvolvimento rural faz para os agricultores familiares de base camponesa os conduz à subordinação / integração¹¹⁴, que são aqueles que estão ou serão integrados à agroindústria, como produtores de insumos e consumidores de insumos da grande indústria. E, por outro lado, os que não conseguirem se integrar/ subordinar ao grande capital, serão excluídos, sem nenhuma condição para a sua autonomia.

O Quadro 04 indica os principais elementos identificados na pesquisa com maior ocorrência, que influenciam o nível de desenvolvimento rural sustentável nas áreas de assentamentos rurais e através desses elementos e da base teórica utilizada, buscou-se compreender esse processo.

¹¹⁴ “A forma produtiva presente na estrutura da integração tem como parâmetro uma nova e maior racionalidade que é determinada, predominantemente pela tecnologia. É necessário decifrar e conciliar os diversos aspectos e fatores que permeiam uma economia globalizante, mas que em termos humanos é excludente” (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2004, p. 151).

Quadro 04 – Elementos presentes nas áreas de assentamentos rurais que contribuem para autonomia, subordinação ou exclusão da AFC no semiárido cearense.

Dimensões DRS	Elementos que contribuem para autonomia, subordinação ou exclusão da AFC		
	Autonomia	Subordinação	Exclusão
Econômica	Escola do campo	A escassez de chuva como determinante para a dificuldade de produção;	Dificuldade de geração de renda no assentamento
		Ausência de canais de comercialização específicos para os produtos da agricultura familiar camponesa;	Ausência de assessoria técnica especializada
		Subsistência subjugada ao mercado;	Produção de sequeiro e pouco diversificação produtiva;
		Predominância de atividades não-agrícolas no espaço (re)criado.	Presença de atravessadores e falta de políticas de preços mínimos.
			Ausência de cooperativas e agroindústrias
			Implantação de projetos desvinculados da realidade local
			A descontinuidade das políticas e projetos que são implementados.
		Autonomia	Subordinação
Social	Infraestrutura e transporte (vias de acesso em boas condições, saneamento básico, oferta de serviços de saúde e lazer).	Presença de medidas emergenciais de combate à seca;	Expulsão dos jovens do campo
		Predominância do padrão elitista e produtivista nas IES's públicas;	Analfabetismo de jovens e adultos
		Migração – falta de condições para o jovem permanecer no campo;	Ausência de projetos que incentivem a cultura, esporte e lazer
	Presença de escola do campo	Ausência de escola do campo;	Ausência de escola no campo

Dimensões DRS	Autonomia	Subordinação	Exclusão
Político/Organizacional	Possibilidade para o protagonismo feminino (Econômico, social, político organizacional e ambiental)	Ausência do coletivo na recriação do espaço territorializado.	“Prefeiturização” nas decisões sobre projetos para as comunidades rurais
	Convênios com Instituições	O não fortalecimento de laços e saberes comunitários no espaço agrário.	Falta de participação política
	Participação política interna e externa ao assentamento.		
	Decisões internas do assentamento decididas coletivamente.		
	Autonomia	Subordinação	Exclusão
Ambiental		Perda de identidade entre o agricultor e o espaço agrário.	Falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido;
		Produção sem relação com práticas de preservação ambiental.	Ausência de uma efetiva educação ambiental incluindo sistema de produção agroecológica e agroflorestal.
			Desmatamento e uso de queimadas para preparação do solo

Fonte: Pesquisa de campo.

No aspecto social, os beneficiários da reforma agrária obtiveram, na última década, um processo de investimento em infraestrutura básica e ampliação ao acesso às políticas de compensação de renda, tais como o PBF e o seguro safra, assim como o benefício da aposentadoria rural para os trabalhadores e trabalhadoras. Esse último, contribuiu com a redução da pobreza no campo nos anos 2000, contudo, a família que o tem como a principal fonte de renda terá no médio e longo prazo sua reprodução familiar comprometida, isto é, estará propensa à exclusão. De modo geral, essa realidade predomina no semiárido como um todo, pois a escassez de chuva é apenas um dos fatores que mantém a vulnerabilidade camponesa, e esse também serve aos interesses da classe dominante.

Portanto, na dimensão social do desenvolvimento sustentável foi detectado apenas dois elementos que contribuem positivamente para a autonomia da AFC. Por outro lado, os elementos que contribuem para sua exclusão relacionam-se principalmente com a educação, seja o alto nível de analfabetismo, seja a ausência de escola do campo e de projetos culturais que incentivem o desenvolvimento de esporte e lazer para os jovens. Esses elementos em conjunto desestimulam a permanência dos jovens na comunidade, contribuindo para a sua migração para os espaços urbanos.

Do ponto vista da dimensão política e organizacional, existe um elemento muito importante que é a possibilidade para o protagonismo feminino no campo, abrindo-se novos processos para recriação do território. Através desse protagonismo as trabalhadoras rurais poderão manter uma maior articulação entre o espaço de viver e trabalhar, buscando sempre uma harmonia com o meio ambiente e a cultura local. Outro elemento que contribui positivamente para a autonomia é a participação em organizações internas e externas aos assentamentos, bem como parcerias com ONG's, STR, CPT, ACB, CETRA, dentre outras instituições que viabilizam ações para fortalecer a participação política.

A dimensão ambiental pouco vem sendo trabalhada de forma efetiva. O desenvolvimento da produção agroecológica e agroflorestal encontra grandes obstáculos, dentre eles, pouco ou nenhum conhecimento por parte dos agricultores, falta projetos de extensão rural para levar conhecimento e técnica para capacitá-los, assistência técnica especializada de forma contínua para qualificar o processo produtivo. Dessa forma, não foi identificado nenhum elemento que esteja contribuindo para a autonomia da AFC, mais uma vez destacam-se os que contribuem para sua

exclusão: desmatamento e uso de queimadas para preparação do solo, falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido e ausência de uma efetiva educação ambiental, incluindo sistema de produção agroecológica e agroflorestal. Portanto, predomina os elementos que excluem a AFC nas áreas de assentamentos rurais, sem possibilidade para um factual DRS.

De acordo com a Via Campesina do Brasil (2004) a proposta de desenvolvimento rural, em detrimento do agrário, não contempla os interesses do campesinato brasileiro, pelo contrário torna mais acessível o controle e exploração dos recursos naturais pelas corporações multinacionais. “Esse modelo de desenvolvimento rural sob a hegemonia do agronegócio burguês conduzido diretamente pelas empresas oligopolistas multinacionais é altamente degradador do meio ambiente como socialmente excludente” (p. 146).

Nessa perspectiva, o IDRS evidência que o desenvolvimento rural consegue corrigir parte dos danos causados pela ausência efetiva de políticas agrárias, principalmente para o espaço rural cearense, contudo para as áreas de assentamento rurais a sustentabilidade ainda é um grande desafio, pois não existe a presença de elementos que possibilitem a sua autonomia, como mostra o Quadro 4, alguns levam à subordinação, porém, predominam os elementos que contribuem para sua exclusão, Os elementos de exclusão¹¹⁵ que predominam nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense são:

- a) Dificuldade de geração de renda;
- b) Ausência de assessoria técnica especializada;
- c) Dificuldade de aquisição de crédito;
- d) Produção de sequeiro e pouco diversificada;
- e) A presença de atravessadores e a falta de política de preços mínimos para os produtos da AFC;
- f) Ausência de cooperativas;
- g) Falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido;
- h) Implementação de projetos sem conexão com a realidade local;
- i) A “prefeiturização” no comando dos projetos;
- j) Expulsão dos jovens do campo;
- k) Desmatamento e queimadas;

¹¹⁵ “Se quisermos romper com o círculo vicioso da agricultura camponesa ‘*que produz pouco porque é pobre e é pobre porque produz pouco*’, é preciso dizer que ela é pobre porque não é suficientemente valorizada no que produz, e produz pouco porque é vítima de pressões adicionais impostas pelos regulamentos burocráticos, além de estar quase sempre à mercê de mecanismos de mercado expropriadores. Muitas vezes ela se encontra refém de políticas públicas mal desenhadas que solapam a sua liberdade de movimentos, como se observa nos assentamentos de reforma agrária no Brasil” (MALAGODI, 2017, p. 61).

- l) Falta de coleta e tratamento adequado do lixo;
- m) Ausência de uma efetiva educação ambiental priorizando sistemas de produção agroecológica e agroflorestal;
- n) Falta de uma política de Estado para as áreas de assentamentos rurais;
- o) A descontinuidade das políticas e projetos que são implementados;
- p) Elevado analfabetismo de adultos;

A superação desses elementos ainda está muito distante, primeiramente pela falta de empoderamento interno sobre o ser e o fazer camponês. O desenvolvimento de uma identidade própria no contexto de uma sociedade de classe é necessário, porém o território não foi recriado enquanto espaço de reprodução social do camponês, ele constitui muito mais um “espaço de contestação”. O processo de desapropriação do latifúndio retirou o contexto social e político que constitui o camponês, com isso, vem bloqueando a sua reprodução enquanto categoria social antagonista ao modo de produção capitalista.

Em segundo lugar, o modelo hegemônico de desenvolvimento rural bloqueia o conflito de classes, gerando uma subordinação passiva da agricultura familiar camponesa que depende do encadeamento vertical da produção de valores de troca. Dessa forma, o território recriado está limitado pela subordinação ou exclusão ao ciclo crescente de acumulação de capital que integra os espaços urbanos e rurais, desintegrando a funcionalidade de cada um no processo efetivo do desenvolvimento rural sustentável.

Nesse caso específico, as desapropriações mediadas pelo Estado através do INCRA não representaram uma luta do trabalhador rural contra o capital. Sua submissão e espoliação ocorriam no interior do latifúndio sob o domínio do proprietário.

O ato de desapropriar, entregando a terra aos camponeses, representa o desfecho do conflito entre patrões e trabalhadores rurais. Esse ato reveste-se de múltiplas conotações. Para os camponeses é o sentimento de vitória que prevalece. Para os proprietários de terra representa uma derrota política. A desapropriação é a ruptura das antigas relações sociais entre proprietário de terra e camponês. É o momento em que se quebra o elo que liga o trabalhador ao patrão através da dependência, proteção e medo que envolvem a dominação. Começa a engendrar-se um novo elo entre o camponês e o Estado (BARREIRA, 1992, p. 131).

De acordo com Smith (1988), o desenvolvimento do capitalismo é, em essência, contraditório, o processo de igualização do desenvolvimento das forças

produtivas leva automaticamente ao processo de diferenciação na formação social do espaço. Ou seja, o desenvolvimento desigual é resultante das leis universais do modo de produção capitalista. Portanto, o que se constata é que houve uma política pública de promoção de subordinação do território ao capital.

Embora o processo histórico que possibilitou a acumulação primitiva tenha expropriado o camponês dos seus meios de produção, nas áreas de assentamentos essa subordinação ocorre por outras vias, dentre elas, a transformação do camponês em um trabalhador para o capital. Esse é o fundamento da reprodução ampliada do capital destacado por Luxemburg (1912) em que para se expandir o capital necessita se expandir, incorporar algo fora dele, novos espaços para sua exploração, em que meios de vida são transformados em capital através das relações capitalistas de produção. Nessa perspectiva teórica nos alinhamos também com Wanderley (1985) que apresenta uma reflexão sobre o *espaço da produção familiar camponesa no interior da sociedade capitalista*.

Dessa forma, os trabalhadores rurais assentados recriaram o espaço de moradia e produção, mas ainda necessitam desenvolver sua consciência de classe para enfrentar o capital, empoderar-se politicamente para definir a sua organização produtiva, garantindo uma via de (re)produção que garanta sua autonomia intrageracional, nisso encontra-se a sustentabilidade do desenvolvimento rural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à crise estrutural do capital, o neoliberalismo se constitui no modelo capaz de eliminar qualquer entrave ao processo que visa a (re)valorização do capital mundializado. Com ênfase na globalização a questão do desenvolvimento pautada no viés economicista é mais violenta do que foi em outras épocas de crise, sendo que o modelo atua se movimentando para instalar um padrão de desenvolvimento que garanta, acima de tudo, a expansão capitalista de forma escalar.

Nessa perspectiva optamos como referência basilar para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo e, sua relação com o modelo atual de desenvolvimento rural, a análise marxista, considerando-a assim, como o ponto de partida. No primeiro capítulo foi apresentada uma abordagem teórica sobre o metabolismo social do capital, considerando suas categorias de análise e os ajustes espaciais que permitiram sua expansão no pós-segunda guerra mundial. Esses elementos mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento de uma análise crítica sobre o atual modelo de desenvolvimento rural, que teoricamente busca a sustentabilidade, porém na prática contribui para a reprodução da lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

A questão do desenvolvimento pela ótica positivista tem sido repensada desde os anos de 1990, incorporando outras dimensões que perpassam a abordagem econômica colocando em evidência os limites à acumulação de capital: dentre esses limites destacamos a pobreza rural e a degradação ambiental, resultado do modelo produtivista predominante. Compreender a essência desse modelo somente é possível desvendando a natureza que envolve o metabolismo social do capital que necessita se expandir cada vez mais de forma ininterrupta. Nesse movimento de expansão o espaço é transformado para absorver as novas formas de acumulação capitalista.

A busca pelo desenvolvimento, difundido no pós-guerra coloca um padrão produtivo que deve ser desejado pelas nações, embora a teoria do desenvolvimento desigual e combinado mostre que os avanços das forças produtivas desencadeiam processos diferenciados entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, criando apenas mecanismos para a reprodução ampliada do capital em escalas mais amplas. Dessa forma, o desenvolvimento desejado pelo Brasil torna o espaço apto para a ampliação das relações de produção capitalistas, sendo estas

formatadas de acordo com as necessidades do capital imperialista. Logo, o alinhamento com a política neoliberal nos anos de 1990 garantiu a abertura para a consolidação dos interesses do capital financeiro mundializado no país.

A formação do espaço brasileiro foi formatada pela capacidade do setor agrícola responder às necessidades de acumulação de capital, desde o sistema de *plantagem* até o agronegócio. As sucessivas etapas de desenvolvimento excluíram das suas plataformas a remodelagem da estrutura fundiária, deixando à margem desse processo os trabalhadores rurais derivados de escravos, colonos, moradores, rendeiros, boias-frias, dentre outros. Sendo de dimensões continentais, o Brasil transformou-se no celeiro do mundo no início do século XXI, contudo, ainda não resolveu o problema agrário originado a séculos atrás, sendo este o impeditivo para o verdadeiro desenvolvimento.

Na década de 1990 os conflitos no campo provaram que o modelo de desenvolvimento agrário, baseado na modernização agrícola, já se tinha esgotado, exigindo do Estado medidas capazes de resolver o problema da estrutura fundiária e das relações de trabalho no campo. A resposta veio em dois eixos: o desenvolvimento do agronegócio e de suas cadeias produtivas e a promoção da diferenciação social entre os pequenos agricultores, com políticas específicas para o fomento do desenvolvimento da agricultura familiar integrada (subordinada) ao mercado.

Esse modelo foi aprofundado no final do século XX e início do século XXI à medida em que a questão agrária se agravava internamente. Mais uma vez o padrão de acumulação se altera e o capital globalizado determina o novo padrão de desenvolvimento para os países periféricos que ainda almejam tornarem-se desenvolvidos. Planejado e financiado pelos organismos internacionais, o desenvolvimento rural é apontado como o modelo ideal para a superação dos problemas agrários, sendo institucionalizado nos anos 2000 como política pública a partir da concepção do desenvolvimento territorial rural.

Esse novo padrão de acumulação exigiu uma mudança paradigmática do agrário para o rural. Alinhados com a ideologia neoliberal coloca o mercado no centro das políticas, ou seja, o propósito fundamental visa integrar o maior número de pequenos agricultores ao mercado, aprisionando-os às decisões das grandes corporações. A redução da pobreza também interessa ao grande capital, pois o modelo de acumulação não está centrado no capital produtivo, mas na financeirização da economia.

As mercadorias transformaram-se em *commodities* com valores determinados pela oferta e demandas mundiais. Isso exige uma maior exploração e subordinação dos espaços pelo capital, como também necessita controlar os confrontos estabelecidos entre as classes sociais. Portanto, a alienação do trabalhador em relação à mercadoria analisada por Marx no final do século XIX foi superada pelo caráter efêmero da acumulação atual. Os processos produtivos e a padronização do consumo entre as nações têm causado uma alienação de caráter social, uma vez que o conceito de classe é desfeito, desfeito também se faz a existência do conflito.

Para afirmar esse modelo, as narrativas sobre as novas funções do espaço rural, que “elimina” ou enfraquece as lutas e debates pela solução da crise agrária, são produzidas pelos intelectuais que defendem o paradigma do capitalismo agrário, ou seja, a narrativa que aponta como solução aos problemas causados pelo sistema capitalista à expansão do próprio sistema, construindo assim visões antagônicas quanto ao protagonismo do desenvolvimento rural enquanto instrumento para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural foi promovido a partir dos anos 1990, consolidando-se nos anos 2000 como a alternativa mais viável para o campo, sob o argumento da sustentabilidade e das novas possibilidades que o rural apresenta. Em meio a essa narrativa, a questão agrária foi sendo banida das políticas públicas e das pesquisas acadêmicas, cedendo espaço para o fortalecimento do modelo de DR. Contudo, produzir, crescer e acumular parece totalmente incompatível com um modelo que garanta justiça social e preservação ambiental, ou seja, um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, buscou-se elucidar os mecanismos que, de forma concreta, possibilite um desenvolvimento rural sustentável no semiárido cearense, considerando a análise para a agricultura familiar camponesa, (re)criada nas áreas de assentamentos rurais.

Analisando os territórios (re)criados pela AFC – os assentamentos rurais - observou-se que os assentados têm a percepção de que vivem melhor depois da reforma agrária. Alguns ainda relembram os tempos que viviam subordinados ao proprietário fundiário, e onde antes tinha um proprietário, hoje tem vários, sendo que a maior conquista veio da “libertação” em relação ao pagamento da renda da terra, já que a maioria era morador na fazenda.

Nesse sentido, os elementos desenvolvidos no âmbito da política de desenvolvimento territorial rural implementada no início do século XXI, promoveram mudanças estruturais em relação à redução da pobreza rural. Nas áreas de assentamento, essas mudanças se constituem fundamentalmente na ampliação do benefício de proteção continuada e da aposentadoria rural, bem como a garantia de uma renda mínima através da expansão da cobertura dos programas sociais, como o Bolsa Família e garantia safra. Outros fatores que se destacam é a eletrificação rural, oferta de serviços básicos de saúde e acesso à escola nos assentamentos. Investimentos em mobilidade também promoveram uma maior integração entre o rural e o urbano. Porém, a falta de políticas públicas de Estado, com planejamento e alcance de longo prazo aumenta a oferta de políticas compensatórias, retardando e limitando o espaço social e econômico da autonomia nos assentamentos.

Nessa lógica, buscou-se analisar o nível de desenvolvimento nas áreas de assentamentos rurais identificando os elementos que possibilitam a autonomia, subordinação ou exclusão da AFC ao capital. O índice encontrado para o semiárido cearense foi de 0,5163. Considerando que o índice varia de “zero” a “um”, este apresentou uma situação mediana ou intermediária, indicando que as ações permaneceram mais no nível emergencial, não se consolidando como política de longo prazo, impedindo, assim, o alcance de um efetivo desenvolvimento sustentável. Os indicadores que mais contribuíram positivamente para o nível de desenvolvimento foram os ambientais e político/organizacional, e os indicadores que contribuíram negativamente para o nível de desenvolvimento foram os econômicos e sociais.

A espacialidade dos assentamentos no semiárido não se constituiu em um fator determinante para o nível de desenvolvimento rural obtido em cada um deles, pois tiveram resultados semelhantes, refletindo por um lado a condição majoritária presente no semiárido e, por outro, a baixa oferta de políticas públicas efetivas para as áreas de assentamentos rurais. Embora estejam representando territórios distintos, apresentam perfis equivalentes, tornando-se um desafio para o Estado e a sociedade civil organizada encontrar meios que viabilizem a vida e a produção agrícola da agricultura familiar camponesa no semiárido cearense. Sendo, portanto, constatado que as ações contidas nas políticas de desenvolvimento territorial rural não foram capazes de promover uma autonomia econômica e social nas áreas de assentamentos, embora essas áreas estivessem como prioritárias na plataforma do Projeto Territórios da Cidadania.

Em relação aos elementos que podem contribuir para a autonomia da AFC, não foram encontrados nenhum na dimensão econômica, contudo, dentre os elementos que promovem a exclusão foram encontrados os seguintes: dificuldade de geração de renda no assentamento, ausência de assessoria técnica, predominância da produção de culturas de sequeiro, pouca diversidade produtiva, presença de atravessadores, ausência de cooperativas, implantação de projetos desvinculados da realidade local, descontinuidade das políticas e projetos que são implementados.

A dimensão social tem como elemento positivo a infraestrutura, vias de acesso em boas condições na maior parte do ano e oferta de serviços básicos de saúde e educação. Negativamente se destaca a expulsão dos jovens do campo, o analfabetismo de jovens e adultos, ausência de projetos que incentivem a cultura e a promoção de esporte e lazer, e ausência de escola do campo.

Quanto à dimensão político/organizacional, encontra-se presente como elemento que possibilita a emancipação: a possibilidade para o protagonismo feminino, influenciando todas as outras dimensões do desenvolvimento. Também contribui positivamente a celebração de convênios com Ong's e instituições públicas e privadas, participação política interna ao assentamento por meio do fortalecimento das associações. Quanto à exclusão foi relatada a "prefeiturização" nas decisões sobre projetos para as comunidades rurais e a falta de representação política no espaço municipal.

No aspecto ambiental, identificou-se a falta de conhecimento sobre a convivência com o semiárido, ausência de uma efetiva educação ambiental, incluindo sistema de produção agroecológica e agroflorestral, contudo, a prática do desmatamento e uso de queimadas para preparação do solo ainda se faz presente.

Sobre os elementos que contribuem para a subordinação da AFC no semiárido, destaca-se a presença de medidas emergenciais de combate à seca, a escassez de chuva como determinante para a dificuldade de produção, o não fortalecimento de laços e saberes comunitários, e a predominância do padrão elitista e produtivista nas IES's, dificultando a formação de profissionais com visão diferenciada do modelo produtivista e predatório. Outro fator é a migração pela falta de condições para o jovem permanecer no campo e a subsistência estar cada vez mais subjugada ao mercado.

Embora se constate a ampliação de programas sociais e políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e para a valorização da produção agrícola e não agrícola de base familiar nos anos 2000, tal ampliação se constitui em ganhos significativos para o acesso a serviços públicos, representatividade política e liberdades individuais que aumentam com a redução das suas privações econômicas, contudo, não foi suficiente para promover um desenvolvimento rural sustentável de forma satisfatória no espaço rural.

Nesse contexto, a política de DTR se constituiu em um fator de ampliação das relações capitalistas de produção no espaço agrário, indicando uma funcionalidade para a AFC na contemporaneidade, criando elementos que primeiramente subordinam o agricultor familiar às relações capitalistas de produção e, posteriormente os excluem das possibilidades reais de um desenvolvimento rural sustentável. Portanto, o modelo de desenvolvimento rural implementado a partir da política do DTR não produziu elementos suficientes para o desenvolvimento rural sustentável no semiárido cearense, os elementos originados reproduzem à lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, confirmando assim a hipótese considerada nesta pesquisa.

Essas considerações que a pesquisa permitiu inferir, apesar das limitações metodológicas, mostram tendências, não tem a pretensão de impor esses resultados como verdade absoluta, mesmo por que a realidade é dinâmica e a pesquisa representa um recorte no tempo e no espaço dessa realidade, mas claramente nos coloca o desafio de pensar sobre qual modelo de desenvolvimento rural queremos e, principalmente, a quem ele vai servir. Fica aqui uma provocação para as ciências sociais, um desafio para os gestores públicos e um pedido aos pesquisadores para contribuírem com o debate sobre esta temática.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1998.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379 – 397, abr./jun. 2000.

_____. **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ABREU, Ana Isabel G. de Carvalho C. P. de. **Construção de um índice de desenvolvimento rural e sua aplicação ao Alto Alentejo**. Elvas. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado). Apresentada ao Instituto Politécnico de Portalegre.

ACB - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.acbcrato.org/quem-somos>> Acesso em: 11 out. 2016.

PDA/ACOCI. Plano de Desenvolvimento do Assentamento – **PDA**. Campos Sales/CE: INCRA/ACB, 2002.

ALENTEJANO, Paulo.; SILVA, Thiago Lucas da. Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. In: **Conflitos no campo** / CPT Nacional. Goiânia, 2007.

ALTHUSSER, Lousi. **Para Leer el capital**. 25ª ed. Biblioteca del pensamiento socialista. Siglo veintiuno editores, 2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. A Intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 125-130, out./dez. 1986.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>> Acesso em 10 out. 2016.

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

_____. Os Pactos na cena política cearense: passado e presente. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. USP, São Paulo, n. 40, p. 31-49, 1996.

_____. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da política, 1998.

BARRETO, Flávio Ataliba F. O.; MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de. (Org.). **Desenvolvimento econômico do Ceará**: evidências recentes e reflexões. Fortaleza: IPECE, 2014.

BARRETO, Ricardo C. Sá. **Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável no Ceará**: estudo de caso. Fortaleza. 2004. 91f. Dissertação (Mestrado). Apresentada ao Departamento de Economia Agrícola. Universidade Federal do Ceará

BECKER, E. Leia S. A Geografia e o método dialético. **VIDYA**, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul./dez., 2005.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo; Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v, 14, n. 3, p.35 – 70, set./dez. 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRSIAL/ MDA **Referências para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. (Texto para Discussão, n. 4).

_____. **Territórios da cidadania, 2008**. Disponível em:< <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>> Acesso em março de 2016.

BRASIL/MDA/CONDRAF. **Documento de Referência**: 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Brasília, 2013.

BRASIL/MDA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010a.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania Sertão Central – MDA/SDT/ UNITACE. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010b.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania Sertões de Canindé – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010c.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania Sobral – MDA/SDT/CAPACIT. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010d.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania Inhamuns/Crateús – MDA/SDT/INHAMUNS ASSESSORIA. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010e.

_____. **Portaria Ministério do Desenvolvimento Agrário** nº 101, de 14.10.2003, DOU 15.10.2003. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislação>> Acesso em fevereiro de 2016.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMERO, Aldemar R.; GUANZIROLI, Carlos E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347. Jul/dez. 2003.

CARVALHO, Horácio Martins. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil: texto I – teses. In: STÉDLE, João Pedro (org.). **A Questão agrária no Brasil: debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CEARÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Bases para a formulação de uma política estadual de convivência com o semiárido cearense**. Fortaleza: INESP, 2011.

_____. IPECE. **Ceará em números 2014**. IPECE, 2014. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2014/index.htm> Acesso em agosto 2014.

_____. **Os 7 Cearás: síntese do projeto de planejamento participativo para elaboração do plano de Governo**. Governo do Estado do Ceará 2015/2018. Fortaleza, 2014.

_____. **Perfil geossocioeconômico: um olhar para as macrorregiões de planejamento do estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2014.

_____. **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2015.

_____. IPECE. **Ceará em Números 2015**. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2015/territorial/01_Caracteristicas_Geograficas.pdf> Acesso em junho 2015.

_____. **Plano Decenal do Estado do Ceará 2016 – 2026**. Fortaleza: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), 2016.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. [Série BNB Teses e Dissertações nº 8] Fortaleza/CE: Banco do Nordeste, 2007.

CHACPE, Juliana Fernandes. **Do conceito de imóvel rural como unidade de exploração econômica: consequências quanto à forma de elaboração de laudo agrônomo de fiscalização e a classificação fundiária do imóvel para fins de desapropriação para reforma agrária**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10880&revista_caderno=27>. Acesso em 21 de jul 2017.

CHAYANOV, Aleksandr V. Teorias dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHESSAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo; Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. **O Capital contra a história**: gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Edições Pulsar, 2002.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2003 [Coordenação: Antonia Canuto, Cassia Regina da Silva Luz e José Batista G. Afonso] – [Goiania]: CPT Nacional Brasil, 2004.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER Edni Oscar. (Orgs.). **Estratégia de convivência com o semiárido brasileiro**: textos e artigos de alunos(as) participantes. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome / Editora IABS, 2013.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CRUZ NETO, Otávio. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra** – Relatório Brasil 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acesso em 18 de abril de 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIÁRIO DO NORDESTE. Regional: **SDA divulga edital para o Hora de Plantar**. Fortaleza/CE. 05/08/2016. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertaocentral/agricultura/hora-de-plantar-governo-do-ceara-inicia-programa-com-distribuicao-gratuita-de-sementes/> Acesso em out. 2016.

DUQUE, Gislaine. **Água para o desenvolvimento rural**: a ASA e os Programas P1MC e P1 + 2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: GRISA, Cátia e SHNEIDER, Sergio (Ogs.). Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson. et. al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).

ELIAS, Denise. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. In: Mercator – **Revista de geografia da UFC**, ano, 02, n. 03, p. 61-69, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas, Venezuela, 2007. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/218.pdf>> Acesso em 11 de abril de 2016.

FABRE, Nicolas.; BURTE, Julien. Poque fracassaram as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no Vale da Forquilha (Quixeramobim, Ceará). In: TORNNEAU Jean P.; SABOURIN, Eric. (Orgs.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonilde S. de.; PAULILO, Maria I. (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora da UNESP; DF: NEAD, 2009. (Vol.II).

FERNANDES, Bernardo M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Coleção Questões da nossa época, v. 92. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. In: Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun 2003.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Cátia e SHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

_____. Reforma agrária no governo Lula: a esperança. In: UNESP/NERA, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em 19 de abril de 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de investigação sociológica**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONTES JR. Cleide. **Rastros agrários: da terra o brotar da cidadania**. 1ª ed. Fortaleza: Encaixe, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58ª. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GASPAS, Ricardo C. A Trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. In: **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v.17, n. 33, p. 265-296, maio 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0265.pdf>> Acesso em janeiro 2019.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, Eduardo P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2017. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: junho de 2018.

GOMES, Paulo Cesar da C. O Conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOMES, Romeu. A Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **O Que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

GRISA, Cátia; SHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Cátia e SHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUZMÁN, Eduardo S. Uma Estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45 jan./mar. 2001.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. [Tradução Carlos Szlak]. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para entender o Capital**. Livro I. [Tradução Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Novo imperialismo**. 8ª.ed. São Paulo: Edições Loiolas, 2014.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A Formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo da Agricultura Familiar**, 2006.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006.

_____. **Censo Demográfico**, 2010.

_____. **Bases Cartográficas 2015**.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Painel dos assentamentos. Disponível em:

<<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em 12 de dezembro de 2015.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Recife-PE: PCT/SEPLAN/IICA, 1998.

PDA/IPUEIRINHAS. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA**. Santana do Acaraú/CE: INCRA/SEBRAE/TERRA TRÊS, 2005.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3^a ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KIEL, Roberto. **Quando tudo que o papa quis foi ter o que comer na terra de Canaã**. In: MIELITZ NETTO, Carlos G. A. (Org.). **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LEITE, Pedro Sisnando. **Em busca do desenvolvimento rural do Ceará: coletâneas de artigos**. Fortaleza: LCR, 2006.

LEITE, Sergio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. In: STÉDLE, João Pedro (org.). **A Questão agrária no Brasil: debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LENIN, Wladimir. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. [Edição Eletrônica (E-book) com apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Junior] Campinas/SP: Unicamp/Faculdade de Educação, 2011. (Navegando publicações)

_____. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUXEMBURG, Rosa. **La Acumulación del capital.** Edicions internacionals Sedov: Germinal, 1912. Disponível em Pdf: <
<http://grupgerminal.org/?q=system/files/LA+ACUMULACI%C3%93N+DEL+CAPITAL>.
 > Acesso em janeiro de 2017.

LOWY, Michael. **A Política do desenvolvimento desigual e combinado:** a teoria da revolução permanente. (Tradução Luiz Gustavo Soares). São Paulo: Sundermann, 2015.

MAESTRI, Mario. A Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e migrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDLE, João Pedro (org.). **A Questão agrária no Brasil:** o debate na esquerda: 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAGALHÃES, Klinger Aragão. Evolução das atividades econômicas: agropecuária. In: BARRETO, Flávio Ataliba F. O.; MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de. (Org.). **Desenvolvimento econômico do Ceará:** evidências recentes e reflexões. Fortaleza: IPECE, 2014.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In: DELGADO, Guilherme Costa.; BERGAMASCO, Sonia P. Pereira. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectiva de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANZONI NETO, Alcides. Competitividade e desenvolvimento territorial rural: ações e contradições do planejamento federal para territórios rurais no Brasil. Campinas, 2017. 256 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) apresentada na Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Geociência – UNICAMP.

MARIANO, Jorge L.; RIBEIRO, Fábio F. **Desenvolvimento rural sustentável em territórios do Rio Grande do Norte:** uma análise multidimensional. Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER, 2009.

MARQUES, Marta I. Medeiros. **O Conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **A Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Global, 1976.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Ed. Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996. Tomo 2.

_____. **Salário, preço e lucro**. 4ª. ed. São Paulo [Tradução: Paulo F. Leite] Centauro, 2002.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Cátia e SHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

_____. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente. 2006. 438 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) apresentada na Universidade Estadual Paulista – UNESP.

MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos H. Goulart. Desenvolvimento agrário e dinâmica sociopolítica brasileira. Balanço de um debate em curso. In: MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos H. Goulart; SILVA, Maitá de Paula e. **As Cidades cercam os campos**: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008.

MOREIRA, Emília de R. Fernandes. **O Espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Texto Didático, 2004.

_____.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NADDAF, Ana. **Terre feita de gente**: uma história de emancipação social no Ceará. 2ª. ed. Fortaleza: CETRA, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2. São Paulo: Cortez, 2007.

NOBRE, Maria Cristina de Q. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”. Fortaleza. 2008. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) apresentada na Universidade Federal do Ceará – UFC.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “Não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária**: Revista da Associação brasileira de reforma agrária, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 165-201, 2006.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <<http://www.ffch.usp.br/dg/agesp.pdf>> Acesso em: agosto 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2003.

PEREIRA, João Márcio M. A Luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STÉDLE, João Pedro (org.). **A Questão agrária no Brasil**: debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PERICO, Rafael E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em agosto 2016.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RABELO, Laudemira Silva; LIMA, Patrícia Verônica P. Sales. **Indicadores de sustentabilidade**: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. In: REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 1, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/4>>. Acesso em maio 2018.

RAYNAUT, Claude; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Construindo uma metodologia para avaliação do Programa Territórios da Cidadania. In: CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa et. al. **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE/MDA, 2014.

REIS, José N. Pires.; PINHIRO, José C. Vieira.; SILVA, Rosângelo Marcelino da. Análise do desenvolvimento rural no território Sertão Central do Ceará a partir da visão dos agricultores familiares. **Anais**: VIII SOBER Nordeste. Parnaíba/PI, 2013.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. **As Políticas do Banco Mundial para a estrutura fundiária brasileira**: armadilhas do mercado de terras. Brasília: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. [Coleção Os Economistas]

SACHS, Ignacy. **Brasil rural**: da redescoberta à invenção. In: Estudos Avançados (15) 43, p. 74 – 82. 2001.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDRINI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 11.ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. N. 54, p. 81 – 99, jun. 1977.

_____. **A Natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável**: métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf>> Acesso em março de 2016.

SILVA, Anderson Antônio da.; FERNANDES, Bernardo M. Ocupações de terras – 2000 – 2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. In: **Comissão Pastoral da Terra**. Conflitos no campo – Brasil 2004. [Coordenação: Antônio Canuto, Cassia Regina da Silva e José Batista G. Afonso] – Goiânia: CPT Nacional, 205.

SILVA, Lenyra R. da. **A Natureza contraditória do espaço geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. ½, p. 361-385, jan./dez., 2003.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996 (Volume 1).

SOUZA, Jessé. **A Elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição et. el. (Orgs.). **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. 2ª. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VELHO, Guilherme Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais [Biblioteca virtual de Ciências Humana], 2009.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato do Brasil.** Curitiba / Brasília: 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Camponês: um trabalhador para o capital.** Cad. Dif. Tecnol. Brasília, 2(1): 13-78, jan./ abr. 1985. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9248/5282>> Acesso em nov. de 2015.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 1996.

WAQUIL, P.D et. al. **Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007_04.pdf> Acesso em março de 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário para pesquisa de campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMIÁRIDO CEARENSE
QUESTIONÁRIO

Assentamento:

Território de Identidade:

Questionário aplicado por:

Município:

Famílias Assentadas:

Data da aplicação: ___/___/___

PERFIL DA FAMÍLIA ASSENTADA

1. Responsável pelo lote

Sexo: M F

Nome _____

Estado civil: Casado(a) Viúvo(a) Outro _____

2. Faixa etária do(a) responsável pelo lote

 25 a 34 anos 35 a 44 anos 45 a 54 anos 55 a 64 anos 65 ou mais. Já é aposentado? Sim Não

3. Nível de escolaridade do(a) responsável pelo lote (em anos de estudo)

 Nunca estudou, mas lê e escreve Estudou menos de 3 anos Estudou de 3 a 5 anos Estudou 6 ou mais

Outras informações relevantes: _____

4. Mora a quanto tempo no assentamento?

 Desde a criação, participei da luta Desde a criação, mas não participei da luta Cheguei depois: especificar o tempo em anos _____

5. Onde morava antes do assentamento?

 Na zona rural do município Na zona rural de outro município Na zona urbana do município Na zona urbana de outro município

6. Número total de membros na família que residem no assentamento

 Até 2 De 3 a 5 Mais de 5, especificar _____

Quantas mulheres na família? _____

Quantos homens na família? _____

7. Todos os filhos moram no assentamento?

 Sim Não, Quantos saíram? ____ Especificar o motivo: _____

Onde estão morando atualmente? _____

8. Perfil etário dos filhos

 Família com filhos menores de 14 anos. Quantificar _____ Família com filhos com idade entre 14 e 18 anos. Quantificar _____

Família com filhos maiores de 18 anos. Quantificar _____

Família com agregados. Especificar _____

9. Os membros da família trabalham apenas com atividade agrícola no assentamento?

Não Sim

10. Quais as principais atividades exercidas pelos membros da família no assentamento?

Agricultor familiar

Trabalhador rural assalariado

Trabalhador rural alugado

Apicultor

Piscicultor

Pedreiro

Eletricista

Motorista

Professor(a)

Agente de saúde

Artesão

Outras: _____

11. Algum membro da família que reside no assentamento desenvolve outras atividades fora do assentamento?

Não, o lote é suficiente para a geração de renda

Sim, qual atividade desenvolve?

Trabalhador rural assalariado Trabalhador rural alugado Pedreiro Eletricista Doméstica

Professor(a) Motorista Artesão

Outras: _____

12. Periodicidade do trabalho assalariado fora do assentamento

Eventual Sazonal (entressafra) Permanente

13. Algum membro da família viajou no último ano para outros Estados como trabalhar rural, para trabalhar e obter renda?

Não

Sim, em que foi trabalhar? Onde? Corte de Cana UF ____ Colheita da laranja UF ____ Abacaxi

UF ____ Outros: ____

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO NO ASSENTAMENTO

1. Tamanho da parcela (ha) _____

2. Área destinada a lavouras (ha)? _____

3. Como considera a qualidade da terra da parcela para produção agrícola?

boa ruim

4. Quais as principais lavouras produzidas, pela ordem de importância econômica (aquela que gera mais renda)?

5. A produção agrícola ocorre apenas no período chuvoso?

Sim, somente agricultura de sequeiro

Não, agricultura de sequeiro e irrigada

Não, somente agricultura irrigada

6. Como é o sistema de produção? Produz em consórcio?

Não Sim, quais produtos? _____

7. Em relação à produção agrícola, o que predomina?

Lavouras temporárias Lavouras permanentes

8. Como é feita a preparação do solo para o plantio?

Broca e derrubada queimada (coivara) destocamento Outro: _____

9. Mão de obra utilizada

- Somente contratada
 Familiar e contratada
 Somente familiar
 Familiar e parceria com outros assentados

Se, contrata mão de obra, Quantas pessoas foram contratadas no último ano (2017)? _____

Se, contrata mão de obra que tipo de contrato é feito?

Assalariado permanente Trabalho temporário Empreitada

Em que período mais necessita de mão de obra contratada?

só no plantio só na colheita só na limpa por tipo de serviço segundo a necessidade

Trabalha junto com os contratados em todas as atividades? sim não

10. Como é a topografia do seu lote?

Plana Acidentada Baixio Várzea Pedregosa Arenosa

11. Acha que a topografia influencia na produção?

- Não
 Sim, positivamente
 Sim, negativamente

12. Existe alguma área no lote considerada imprópria para a agricultura?

- Sim. Qual o tamanho (ha)? _____
 Não

13. Tem reservatórios de água próximos ou dentro do lote?

- Não
 Sim, que tipo?
 Pequeno açude poço Passa riacho cortando a área cisterna de placa cisterna calçadão
 outros _____

14. Cria animais?

- Não
 Sim, quais?
 bovinos (boi, vaca, bezerro) nº _____ caprinos nº _____ ovinos nº _____ suínos nº _____ aves nº _____

Como os animais foram adquiridos?

- Financiamento do Pronaf outra fonte de financiamento: _____
 Recursos próprios ajuda de algum parente outros recursos: _____

15. Qual o destino da criação de animais?

- Consumo da família
 Consumo da família e comercialização
 Somente para comercialização

O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO
1. A produção agrícola é destinada

- Integralmente para comercialização
 Integralmente para o consumo da família
 Para consumo da família e comercialização
 Para consumo da família, comercialização e para plantio

Se existe alguma produção agrícola destinada apenas à comercialização, qual (is) o(s) produtos

Sim, Qual(is)? _____

2. Onde é comercializada a produção agrícola?

- Feiras comuns
 Feiras específicas para agricultores familiares
 Atravessador
 Agroindústria
 Supermercado
 Cooperativa/associação
 Município (Programa de Aquisição de Alimentos)
 Outros: _____

3. Participa de algum evento que possibilite divulgar e comercializar a produção?

- Nunca participei. Por quê? _____
 Não, já participei, mas nos últimos anos não foi possível.
 Por que? _____
 Sim, quais?
 Exposição de Produtos da Agricultura Familiar (Exproaf)
 Exposição Agropecuária. Qual município? _____
 Outros: _____

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E PERFIL TECNOLÓGICO DO ASSENTADO
--

1. Instalações

Possui instalações?

- Para criação de animais (Currais)
 Criação de animais e armazenamento da produção (Currais, armazéns)
 Criação de animais, armazenamento da produção e armazenamento de água (Currais, Criação de animais, armazenamento da produção, armazenamento de água e beneficiamento (Currais, armazéns, cisternas, beneficiamento de leite, mel, frutas, etc.)
 Outros: _____

2. Usa Implementos no processo produtivo

- Preparo do solo
 Preparo e melhoria do solo
 Preparo e melhoria do solo e plantio
 Preparo e melhoria do solo e plantio e colheita
 Outros

3. Tipo de tração dos implementos que usa para no processo produtivo?

- Manual
 Manual e animal
 Manual, animal e mecânica
 Só mecânica

4. Tipo de implementos e ou equipamentos agrícolas utilizados no processo produtivo

- Enxada, roçadeira e foice
 Arado grade semeadeira/plantadeira adubador trator colheitadeira bomba para irrigação aspersor para irrigação caminhão carroça ensiladeira triturador debulhadeira de feijão e milho outros: _____

5. Os instrumentos de trabalho utilizados a quem pertencem?

- Próprio da Associação, de uso coletivo da Prefeitura Alugado Outro: _____

6. Já utilizou ou utiliza a prática da irrigação?

- Não, por que? _____
- Sim, mas devido à escassez de chuvas não foi mais possível continuar.
- Sim, que tipo? aspersão convencional gotejamento Inundação sistema mandalla
- outros: _____

E em quais culturas? _____

7. Que tipo de Insumos utiliza no processo produtivo?

- Nenhum
- Defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes químicos
- Defensivos agrícolas, adubos, sementes selecionadas e fertilizantes orgânicos
- Somente adubos, sementes selecionadas e fertilizantes orgânicos

ASSESSORIA TÉCNICA, CRÉDITO E FINANCIAMENTO**1. Recebe assessoria técnica**

- Não
- Raramente
- Com frequência, mas apenas para o cultivo tradicional
- Sim, assessoria para o cultivo tradicional e também especializada para a produção agroecológica

2. Já teve acesso ao crédito para financiar a produção?

- Não
- Sim, mas apenas no período de implantação
- Sim, no período de implantação e atualmente do Pronaf

Valor médio do crédito rural recebido nos últimos dois anos em R\$ _____

AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO ASSENTAMENTO**A) INFRA-ESTRUTURA****1. Condições das vias de acesso ao assentamento (Durante o ano inteiro ou maior parte do ano)**

- Péssima
- Ruim
- Boa
- Ótima

2. Condições de Moradia

- Péssima (Casa de taipa, sem energia elétrica, sem banheiro e sem água encanada)
- Ruim (Casa de alvenaria com energia elétrica, sem banheiro e sem água encanada)
- Boa (Casa de alvenaria com energia elétrica, com banheiro, mas sem água encanada)
- Ótima (Casa de alvenaria com energia elétrica, com banheiro e água encanada)

3. Tipo de acesso a água para consumo

- Péssimo
- Ruim
- Bom
- Ótimo

4. Fonte de abastecimento da água para consumo

- Rio ou poço comum
- Poço artesiano ou cisterna
- Açude
- Rede pública

5. Forma de abastecimento de água para consumo

- Coleta manual
 Carro pipa
 Água encanada

6. Tipo de tratamento de dejetos humanos

- Sem tratamento
 Fossa comum
 Fossa séptica

7. Destino dos resíduos sólidos

- Joga no solo, sem restrições
 Queima ou enterra
 Coleta

4. Qual a infraestrutura existente que permite o acesso ao lazer e cultura no assentamento?

- Nenhuma
 Quadra de esportes
 Outros: _____

B) SOCIAL**5. Acesso às políticas públicas**

É beneficiário do Programa Bolsa Família?

- Não
 Já fui, mas foi cancelado
 Sim, sou beneficiário
 Sim, sou beneficiário de mais de 3 programas

Recebe Seguro Safra?

- Não, nunca fiz o cadastro
 Não, fiz o cadastro mas não recebi
 Sim, recebi algumas vezes
 Sim, recebo sempre que ocorre perda da produção

Recebe sementes do Programa Hora de Plantar

- Não
 Sim, Quais? _____

A sua família é ou já foi beneficiado com programas específicos para mulheres e jovens?

- Não
 Sim, apenas para os jovens
 Sim, apenas para as mulheres
 Sim, para jovens e mulheres

6. Acesso à cidadania e inclusão produtiva

- Não existem espaços que promovam o acesso à cidadania e inclusão produtiva
 Sim, mas de forma precária, existe apenas o Conselho Municipal para Juventude
 Sim, acesso ao Conselho Municipal para Juventude, cultura e inclusão digital (acesso à bibliotecas e internet)
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

7. Como considera o acesso ao serviço de Educação no assentamento

- Péssimo
 Ruim
 Bom
 Ótimo

8. Considera importante a Educação do Campo

- Não tenho conhecimento sobre o assunto
- Não, acho importante manter o mesmo padrão curricular das escolas urbanas
- Sim, é importante para a valorização do campo como um espaço de trabalho e de moradia, cultura e lazer

9. Quais as maiores dificuldades que sua família encontra no assentamento em relação à educação?

- Ausência de escolas
- Deficiência na oferta de merenda-escolar
- Falta de professores para o bom funcionamento das escolas
- Infraestrutura e transporte deficiente
- Outras: _____

10. Como considera o serviço de Saúde no assentamento

- Péssimo
- Ruim
- Bom
- Ótimo
- Outros: _____

11. Quais as maiores dificuldades que sua família encontra no assentamento em relação à saúde?

- O acesso (Não tem posto de Saúde no Assentamento)
- Ausência de agentes de saúde
- Consultas de modo geral pela falta de médicos
- Ausência de médicos com especialidades como pediatra, ginecologista e dentista
- Exames

12. Acesso a lazer

Quais as opções para as crianças e jovens em termos de lazer?

- Nenhuma
- Futebol
- Futebol e Grupo de dança
- Futebol, grupo de dança e Teatro
- Outras: _____

Participa de festas relacionadas às datas comemorativas (Religiosas, Regionais, outras)

- Não
- Sim, apenas religiosas
- Sim, Religiosas e Regionais (São João)

C) POLÍTICA E ORGANIZACIONAL**1. Tem preferência partidária?**

- Não, tanto faz o partido
- Não, o que importa é a pessoa e não o partido
- Sim, sempre voto em partidos de “Direita”
- Sim, sempre voto em partidos de “Esquerda”

2. Gosta de Política?

- Não
- Não, só voto por ser obrigatório
- Sim, é importante participar da escolha de nossos representantes
- Sim, é importante participar da escolha de nossos representantes e fiscalizar sua atuação

3. Votou nas eleições de 2014?

- Não
- Sim, mais votei em branco ou nulo
- Sim, mas não lembro mais em quem votei para Deputado e Senador
- Sim, e acompanho sempre a atuação dos deputados e Senadores e governador
- 4. Nas últimas eleições municipais (2016), seus candidatos apresentaram propostas para as áreas de assentamentos rurais?**
- Não
- Sim, candidatos a vereadores
- Sim, candidatos a vereadores e Prefeito
- 5. Existe algum representante político do assentamento (Vereador)**
- Não, nunca houve candidato
- Não, houve candidato, mas não foi eleito
- Sim
- 6. Considera importante ter um representante político do assentamento no Município?**
- Não
- É indiferente
- Sim, pois ele defenderia as demandas da comunidade e seria uma voz ativa na construção da participação política no assentamento
- 7. Participa de alguma organização político social**
- Não
- Sim,
Qual?
- Associação
- Cooperativas
- Movimentos sociais
- Sindicatos
- Conselhos Municipais
- Pastorais
- Ong's
- Partidos políticos
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- Rede ou Fórum de organizações ligadas à agricultura familiar ou reforma agrária
- 8. Participa ativamente das assembleias da Associação?**
- Não
- Vou as assembleias, mas não participo das discussões
- Sim, vou as assembleias e participo das discussões e decisões
- 9. As decisões coletivas são decididas democraticamente nas assembleias?**
- Não
- Às vezes
- Sempre
- 10. Considera a participação política importante?**
- Não
- Sim, mas não participo de nada
- Sim, já participou de curso de participação política ou formação de lideranças
- Sim, já participou ou participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- 11. O que acha da Reforma Agrária?**
- Não faz mais sentido
- Necessária, mas não adianta só distribuir terra

Essencial para o desenvolvimento rural sustentável

12. Como gosta de ser visto?

Pequeno agricultor ou pequeno proprietário

Agricultor familiar

Camponês

Assentado

Outro: _____

13. Gostaria que seus filhos ou netos (as futuras gerações) permanecessem no campo?

Não, o campo não oferece oportunidades

Não, a vida nas áreas urbanas é mais fácil

Sim, mas desenvolvendo atividades não agrícolas

Sim, temos que valorizar o campo e a produção agrícola

D) MEIO AMBIENTE

1. Como faz o uso do solo?

Uso para o cultivo de lavouras e criação de animais

Uso para o cultivo de lavouras, criação de animais e pastagem

Uso para o cultivo de lavouras, criação de animais, pastagem e área de reserva

2. Práticas utilizadas para preservação ambiental

Nenhuma

Rotação/consórcio de culturas

Controle alternativo de pragas e doenças

Adubação verde

3. Faz uso de tecnologias alternativas ou práticas agroecológicas

Não, não tenho conhecimento sobre isso

Não, mas tenho interesse

Não, mas estou adquirindo conhecimento para começar a produzir

Sim

Quais produtos são produzidos com práticas agroecológicas?

4. Guarda semente de um ano para outro?

Não me preocupo com isso

Não guardo, recebo do programa Hora de Plantar

Sim, seleciono e guardo todos os anos. Quais? _____

Sim, uso sementes crioulas

E) ECONÔMICA

1. Estratificação do rendimento médio mensal familiar em faixas de salário mínimo (R\$ 937,00

/Ano base: 2017)

Menos de 1 s.m

Mais 1 a 2 s.m

Mais de 2 a 4 s.m

Mais de 4 s.m

2. Principal fonte da renda familiar

Aposentadoria

Trabalho assalariado fora do assentamento

Serviços prestados e trabalho assalariado no assentamento

Atividade agrícola, criação de animais e apicultura

Outros: _____

3. Composição da renda familiar (Rendimento Médio Bruto Mensal em R\$)

Fonte de Renda	R\$
Renda total familiar (a + b + c + d)	
a) Renda obtida com a produção no assentamento	
b) Renda obtida com trabalho assalariado no assentamento	
c) Renda obtida com trabalho assalariado fora do assentamento	
d) Outras fontes de renda (Aposentadoria/Pensão, Serviços prestados e/ou Programas Sociais)	

4. Qual a maior dificuldade enfrentada para a geração de renda no assentamento

Escassez de água para a produção e criação de animais

Tamanho e qualidade da parcela

Comercialização

Falta de assessoria técnica e financiamento

Outros: _____

Na sua opinião como os fatores abaixo influenciam o Desenvolvimento Rural Sustentável no assentamento
--

Fatores	Nível de Importância		
	Indiferente	Pouco importante	Muito importante
Posse da terra			
Infraestrutura (Estradas, acesso à educação, saúde, água potável, transporte, lazer)			
Qualidade do solo			
Financiamento para produção			
Assessoria técnica			
Canais de comercialização			
Políticas governamentais			
Acesso a informação			
Clima			
Irrigação			
Mecanização agrícola			
Produção orgânica			
Programas específicos para mulheres			
Programas específicos para jovens			
Reflorestamento			
Conservação do solo			
Saneamento			
Convênios (IES, Ong's)			
Participação política			
Conhecimento de técnicas para produção (Cursos técnicos sobre as culturas desenvolvidas)			
Presença de agroindústrias			

Associativismo / Cooperativismo			
Presença de integrantes nos movimentos sociais e ONGs			
Escola de educação do campo			

Na sua opinião como considera a situação dos fatores abaixo no assentamento

Fatore	Situação			
	Péssima	Ruim	Boa	Ótima
Tamanho do lote				
Fertilidade do solo				
Erosão				
Queimadas				
Desmatamentos				
Disponibilidade de água para a produção				
Acesso à financiamentos para a produção				
Acesso à centros de comercialização				
Atravessadores				
Preço dos produtos				
Políticas públicas efetivas para os assentamentos				
Assessoria técnica				
Continuidade das políticas e projetos que ocorrem entre uma gestão e outra (Muitos programas de Governo e poucos programas de Estado)				
Gestores públicos comprometidos em melhorar as condições de vida dos que moram e trabalham no campo				
Política municipal				
Instituições parceiras no processo de desenvolvimento				
Articulação entre o Estado, Instituições, Ong's e as comunidades rurais				

APÊNDICE B – Codificação dos indicadores do Desenvolvimento Rural

a. Indicadores de sustentabilidade na dimensão econômica

X1	Estratificação do rendimento familiar (Mensal em salários mínimos)	Score
	Rendimento até 1	0
	1 > Rendimento < 2	1
	2 ≥ Rendimento < 4	2
	Rendimento ≥ 4	3
X2	Principal fonte de renda	
	Aposentadorias, Pensões, Seguro Safra, Bolsa Família.....	0
	Trabalho assalariado fora do Assentamento.....	1
	Serviços prestado e trabalho assalariado no próprio Assentamento.....	2
	Atividade agrícola e pecuária.....	3
X3	Mão de obra utilizada	
	Contratada.....	0
	Familiar e contratada.....	1
	Somente familiar.....	2
	Familiar e parceria com outros assentados.....	3
X4	Existe oferta de assessoria técnica	
	Não.....	0
	Raramente.....	1
	Com frequência, mas apenas para o cultivo tradicional.....	2
	Com frequência, para o cultivo tradicional e para produção agroecológica	3
X5	Tem (ou teve) acesso ao crédito para financiamento da produção	
	Não.....	0
	Sim, apenas no período de implantação do PA	1
	Sim, mas nos últimos 5 anos não tive acesso.....	2
	Sim, tive acesso no último ano agrícola	3
X6	Qual o destino da produção agrícola	
	Integralmente para comercialização	0
	Integralmente para consumo.....	1
	Para consumo e comercialização.....	2
	Para consumo, comercialização e plantio.....	3
X7	Onde é comercializada a produção	
	Não comercializa, apenas para consumo.....	0
	Atravessador.....	1
	Feiras comuns.....	2
	Feiras específicas para agricultura de base familiar, cooperativas e/ou Município (PAA).....	3

b. Indicadores de sustentabilidade na dimensão social

Y1	Condições de acesso ao Assentamento	Score
	Péssima.....	0
	Ruim.....	1
	Boa.....	2
	Ótima.....	3
Y2	Condições de moradia	
	Péssima.....	0
	Ruim.....	1
	Boa.....	2
	Ótima.....	3

Y3	Acesso à água para consumo	
	Péssimo.....	0
	Ruim.....	1
	Bom.....	2
	Ótima.....	3
Y4	Oferta do serviço de educação	
	Péssimo.....	0
	Ruim.....	1
	Bom.....	2
	Ótimo.....	3
Y5	Oferta do serviço de saúde	
	Péssimo.....	0
	Ruim.....	1
	Bom.....	2
	Ótimo.....	3
Y6	Acesso ao PBF (Programa Bolsa Família)	
	Não.....	0
	Nunca fiz o cadastro.....	1
	Já fui, mas foi cancelado.....	2
	Sim, sou beneficiária(o).....	3
Y7	Quais as opções de lazer para as crianças e jovens	
	Nenhuma.....	0
	Futebol.....	1
	Futebol e grupo de dança.....	2
	Futebol, grupo de dança e teatro.....	3

c. Indicadores de sustentabilidade na dimensão política e organizacional

W1	Têm preferência partidária	Score
	Não, tanto faz o partido. O que importa é o candidato.....	0
	Sim, sempre voto em partidos de “direita”.....	1
	Sim, sempre voto em partidos de “esquerda”.....	2
W2	Votou na última eleição	
	Não.....	0
	Sim, mas não me lembro em quem votei.....	1
	Sim, e acompanho sempre a atuação dos representantes eleitos.....	2
W3	Participa de alguma organização político social	
	Não.....	0
	Sim, da associação do assentamento.....	1
	Sim, interna e externa ao assentamento.....	2
W4	Como gosta de ser reconhecido	
	Pequeno agricultor ou agricultor familiar.....	0
	Camponês.....	1
	Assentado.....	2
W5	Participa ativamente da associação do assentamento	
	Não.....	0
	Vou as assembleias, mas não participo das discussões.....	1
	Sim, vou as assembleias e participo das discussões e decisões.....	2
W6	Qual sua percepção sobre a Reforma Agrária	
	Não faz mais sentido.....	0
	Necessária, mas não adianta somente distribuir terra.....	1
	Essencial para o desenvolvimento rural sustentável.....	2
W7	Gostaria que as futuras gerações permanecessem no campo	

	Não, o campo não oferece oportunidades	0
	Sim, mas desenvolvendo atividades não-agrícolas	1
	Sim, temos que valorizar o campo e utilizar a terra para produção	2

d. Indicadores de sustentabilidade na dimensão Ambiental

Z1	Como faz o uso do solo	Score
	Uso para criação de animais e pastagens	0
	Uso para o cultivo de lavouras, criação de animais e pastagens	1
	Uso para o cultivo de lavouras, criação de animais, pastagens e área de reserva	2
Z2	Práticas utilizadas para preservação ambiental	
	Nenhuma	0
	Controle alternativo de pragas e doenças	1
	Rotação de cultura e adubação verde	2
Z3	Guarda semente para plantar	
	Não	0
	Não, recebo do programa Hora de Plantar	1
	Sim, seleciono e guardo todos os anos	2
Z4	Que tipo de insumos utiliza no processo produtivo	
	Defensivos agrícolas e fertilizantes químicos	0
	Defensivos agrícolas adubos e sementes selecionadas	1
	Adubos, sementes selecionadas e fertilizantes orgânicos	2
Z5	Destino dos resíduos sólidos	
	Joga no solo, sem restrições	0
	Queima ou enterra	1
	Separa para coleta seletiva	2

ANEXO - Regionalização do estado do Ceará: Territórios Rurais de Identidade

